

EPISTEMOLOGIA HISTORIOGRAFIA LINGUAGENS

ORGANIZADORES

Gervácio Batista Aranha Elton John da Silva Farias



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

“A coletânea que ora entregamos ao público, cujos textos contêm reflexões sobre questões de historiografia, epistemologia e/ou metodologia históricas, está perfeitamente sintonizada com as profundas mudanças no modo de conceber e escrever a história nessas últimas décadas, mudanças centradas numa nova noção de mimesis, no repensar do tempo histórico, na adoção de fontes renovadas e de novos métodos de pesquisa”.

da *Apresentação* dos Organizadores



Epistemologia, Historiografia & Linguagens

Gervácio Batista Aranha
Elton John da Silva Farias
organizadores

Gervácio Batista Aranha
Elton John da Silva Farias
André Luiz Almeida Ouriques
Hugo Paz de Farias Braga
Gabriel da Costa Ávila
Francismary Alves da Silva
Josinaldo Gomes da Silva
Faustino Teatino Cavalcante Neto
José Luciano de Queiroz Aires
Flávio André Alves Britto
Adjefferson Vieira Alves da Silva
Yury Soares Alves



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Copyright © 2013 Gervácio Batista Aranha & Elton John da Silva Farias
Todos os direitos desta edição reservados aos autores

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

E64 Epistemologia, historiografia & linguagens / Gervácio
 Batista Aranha, Elton John da Silva Farias,
 organizadores. –
 Campina Grande: EDUFCG, 2013.
 327 p. : il.

ISBN 978-85-8001-100-5

1. Teoria da História. 2. Epistemologia da História.
3. Historiografia. 4. Coletânea. I. Aranha, Gervácio
Batista. II. Farias, Elton John da Silva. III. Título.

CDU 930.1

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – EDUFCG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. José Edilson de Amorim

Reitor

Prof. Dr. Vicemário Simões

Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves

Diretor Administrativo da Editora da UFCG

CONSELHO EDITORIAL

Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Consuelo Padilha Vilar (CCBS)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
José Helder Pinheiro Alves (CH)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Onaldo Guedes Rodrigues (CSTR)

Ilustração de Capa

Rembrandt Harmenszoon van Rijn (1606-1669)
“O Filósofo em Meditação” (1632)
28x34 cm
Musée du Louvre

Montagem de Capa

Renato Carneiro de Macêdo

Diagramação

Renato Carneiro de Macêdo

Preparação de Textos

Grupo de Estudos em Teoria e História da Historiografia da UFCG

Revisão

Gervácio Batista Aranha & Elton John da Silva Farias

Prefácio

Valdei Lopes de Araujo

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
<i>O Valor das Margens</i>	
Valdei Lopes de Araujo	
APRESENTAÇÃO	14
Gervácio Batista Aranha	
Elton John da Silva Farias	
CAPÍTULO I	27
História e Representação Hoje: <i>por uma nova mímesis?</i>	
Gervácio Batista Aranha	
1. História e Representação hoje: do historiador como tradutor ou mediador cultural.....29	
2. Da História Social e/ou Cultural hoje: por uma nova mímesis? 37	
REFERÊNCIAS:54	
CAPÍTULO II.....	57
Jacob Burckhardt, Friedrich Nietzsche & Theodor Adorno: <i>pioneiros de uma moderna historiografia da música popular?</i>	
Elton John da Silva Farias	
REFERÊNCIAS82	
CAPÍTULO III	84
Esquecimento e História: <i>um medo indelével ou uma possibilidade epistemológica?</i>	
André Luiz Almeida Ouriques	
1. Introdução.....84	
2. Se a memória é evanescente...86	
3. ...devemos aprender a lidar com o que se esvaece!94	

4. Considerações Finais	101
REFERÊNCIAS	102

CAPÍTULO IV 105

Edward Palmer Thompson: *abertura a novos horizontes marxistas*

Hugo Paz de Farias Braga

Gervácio Batista Aranha

1. Introdução	105
2. Do Marxismo “Ortodoxo” à New Left Review (1960)	107
3. Os paradigmas thompsonianos.....	112
4. Considerações Finais	118
REFERÊNCIAS	120

CAPÍTULO V 122

A Espessura da Linguagem na História e na Ciência: *Hayden White e David Bloor*

Gabriel da Costa Ávila

REFERÊNCIAS	143
-------------------	-----

CAPÍTULO VI 147

Um Irredutível Diálogo Entre a História e a História das Ciências: *Lucien Febvre e Alexandre Koyré*

Francismary Alves da Silva

1. A <i>Nouvelle Histoire</i> segundo Lucien Febvre.....	150
2. <i>Une Nouvelle Histoire de la sciences chez Alexandre Koyré</i>	158
3. Um lugar para a História das Ciências	167
REFERÊNCIAS	171

CAPÍTULO VII 174

Cidade, Cultura e Fontes: *um percurso pela historiografia do interior paraibano*

Josinaldo Gomes da Silva

1. História da historiografia das cidades do interior paraibano: do IHGP à fundação da UFPB.....	174
2. Cultura e Cidades: um novo campo temático	179
3. A “revolução” no conceito de fontes a partir dos <i>Annales</i> : novas abordagens na historiografia urbana	194
4. Considerações Finais	198
REFERÊNCIAS	199

CAPÍTULO VIII.....204

A História Política por meio da Imprensa: *o anticomunismo nos jornais paraibanos A União e A Imprensa (1945-1947)*

Faustino Teatino Cavalcante Neto

1. Imprensa e História Política: discussão teórico-metodológica	204
2. Anticomunismo impresso: “ <i>A União</i> ” e “ <i>A Imprensa</i> ” na “redemocratização” paraibana de 1945	212
2.1. O processo eleitoral de 1945: repúdio, impugnação e combate ao comunismo.....	212
2.2. A eleição estadual de 1947: “lembrai-vos de 1935!”	219
2.3. “Diga com quem tu andas que direi quem tu és”: eleições municipais de 1947.....	224
REFERÊNCIAS	230

CAPÍTULO IX.....234

Com as Fotografias em Cima da Mesa: *o que fazer historiador?*

José Luciano de Queiroz Aires

1. Introdução.....	234
2. Dos metódicos aos <i>Annales</i> : a relação da História com as imagens.....	235
3. A “Pós-Modernidade”: os filhos de Clío procurando decifrar enigmas iconográficos	237
3.1. Fotografia e História: aspectos teóricos	240
3.2. Fotografia e História: aspectos metodológicos	244

4. Considerações Finais	248
REFERÊNCIAS	250

CAPÍTULO X 253

Construindo Verdades Verossímeis a partir das Ficções: *por uma hermenêutica histórico-literária*

Flávio André Alves Britto

Gervácio Batista Aranha

1. Introdução.....	253
2. Literatura e mundo social: quando a arte encontra a vida.....	254
3. O papel da Hermenêutica nas narrativas históricas e nas ficcionais: fronteiras ou trincheiras?	261
4. Considerações Finais	268
REFERÊNCIAS	268

CAPÍTULO XI..... 271

Os Usos e Abusos do Cinema: *ensaio sobre a construção da verdade em História*

Adjefferson Vieira Alves da Silva

1. Introdução.....	271
2. Usos e abusos do cinema.....	272
3. Recitando historicamente os <i>Poetas</i>	275
4. Breve percurso na historiografia sobre a questão da <i>verdade</i> em História.....	278
5. A verdade relativa d' <i>Os Poetas</i> à guisa de conclusão.....	287
REFERÊNCIAS	289
FICHA TÉCNICA	291
Sociedade dos Poetas Mortos.....	291

CAPÍTULO XII 293

Tramas Fílmicas: *teatralização do poder e política nas personagens de Terra em Transe*

Yury Soares Alves

Elton John da Silva Farias

1. Introdução	293
2. 'Eldorado'	296
3. Porfírio Diaz: simbolicamente rei e mártir?	299
4. Vieira e sua Trajetória Política	305
5. Considerações Finais	314
REFERÊNCIAS	316
FICHA TÉCNICA	317
Terra em Transe	317

OS AUTORES..... 319

Gervácio Batista Aranha	319
Elton John da Silva Farias.....	320
André Luiz Almeida Ouriques	321
Hugo Paz de Farias Braga.....	322
Gabriel da Costa Ávila.....	322
Francismary Alves da Silva	323
Josinaldo Gomes da Silva.....	324
Faustino Teatino Cavalcante Neto	324
José Luciano de Queiroz Aires	325
Flávio André Alves Britto	326
Adjefferson Vieira Alves da Silva	326
Yury Soares Alves.....	327

PREFÁCIO

O Valor das Margens

Valdei Lopes de Araujo

Apenas um leitor ingênuo poderia ser surpreendido pelo valor e relevância de um livro sobre Teoria da História e História da Historiografia produzido a partir de Campina Grande – PB. O volume organizado por Gervácio Batista Aranha e Elton John da Silva Farias prova que no coração do nordeste brasileiro também há lugar para teoria, e teoria da história em grande estilo. Há muito que a vida intelectual no Brasil já não é – será que algum dia foi? – prerrogativa das grandes capitais do sul e sudeste do país. Também do ponto de vista da Teoria e História da Historiografia já não somos caranguejos a arranhar o litoral.

O conjunto de textos aqui reunidos, pela atualidade dos problemas e a qualidade da bibliografia com que dialoga retrata bem essa boa dispersão. O ecletismo das referências, a leveza com que os temas são tratados, a serenidade com que correntes opostas são confrontadas, por exemplo, no ensaio inicial de Gervácio Batista Aranha, aponta para umas das vantagens de se estar nas margens. Sem grandes tradições a defender, sem o peso de uma história, algumas vezes morta, sem a pressa de parecer atualizado com as últimas tendências é possível o pensar com mais vagar e seletividade.

O artigo de Elton John da Silva Farias, jovem historiador da música popular, reconstrói com segurança e originalidade certa genealogia de uma historiografia da música que liga Nietzsche e Burckhardt chegando a Adorno. Uma genealogia reconstruída, que sabiamente recusa reunir essa heterogênea família em uma unidade forçada. O texto de André Luiz Almeida Ouriques navega com inteligência por uma bibliografia que vai de textos clássicos e contribuições mais recentes para debater o abraço que sustenta a relação memória-esquecimento. É ainda o polígrafo Gervácio Batista Aranha, dessa vez ao lado de Hugo Paz de Farias Braga, que com segurança recupera a contribuição de Edward Thompson para a renovação epistemológica da historiografia de matriz marxista. Mais adiante, agora em parceria com Flávio André Alves Britto, o mesmo Gervácio Batista Aranha discute a relação história e literatura à luz de uma nova teoria da *mimesis* pensada em diálogo com autores como Paul Ricoeur e Luiz Costa Lima.

O texto de Gabriel da Costa Ávila aproxima com precisão e originalidade as abordagens do bem conhecido, embora pouco compreendido, Hayden White e do sociólogo do conhecimento, ainda pouco lido entre historiadores brasileiros, o escocês David Bloor. Ávila reflete os problemas levantados por White com compreensão de sua complexidade e sem a histeria que marcou sua primeira recepção no Brasil e na Europa. Antes de simplesmente recusar seus argumentos por um discurso moralista, no artigo vemos um jovem historiador navegando com facilidade por autores e tradições intelectuais que até pouco tempo eram simplesmente vistas como hostis, irrelevantes ou incompreensíveis pela oficina da história. Em campo semelhante, a história da ciência, segue o texto de Francismary Alves da Silva, embora com um relato talvez mais canônico em busca de um paralelo entre uma nova história de Febvre e uma “nova história da ciência” pensada a partir de Koyré.

O artigo de Josinaldo Gomes da Silva é um eficiente balanço das transformações na historiografia na e sobre a Paraíba, em particular do seu interior. Desde sua produção antiquária, passando pela fundação do IHGP até a institucionalização mais recente com a criação dos Programas de Pós-graduação e a emergência de uma história cultural das cidades, temos ao final um importante panorama de um campo de estudos que certamente se expandirá muito em um futuro próximo. Também no campo da história da Paraíba, mas com ênfase em uma história política renovada que competentemente mapeia em suas fontes, Faustino Teatino Cavalcante Neto utiliza-se de uma vasta documentação jornalística para estudar o anticomunismo na década de 1940.

José Luciano de Queiroz Aires aborda os desafios teóricos e metodológicos que o historiador tem de enfrentar quando precisa considerar seriamente a imagem, em especial a fotográfica, como fonte e problema para o seu ofício. Ainda nesta seara, Adjefferson Vieira Alves da Silva, a partir da análise de uma cena do filme “Sociedade dos Poetas Mortos”, procura discutir a verdade como construção social, em diálogo com uma longa tradição do pensar a verdade em historiografia, entendendo encontrar um ponto arquimediano na ideia de uma verdade parcial e socialmente construída. Neste mesmo registro, no último texto da coletânea, voltamos ao tema do cinema com Yury Soares Alves e Elton John da Silva Farias. Seu texto analisa a noção de poder no filme “Terra em Transe”, do celebrado cineasta brasileiro Glauber Rocha, procurando desvendar como sua teatralização revela certos traços de continuidade da cultura política nacional.

Para além de avaliar as respostas oferecidas em cada texto, com as quais podemos concordar ou não, o que mais nos fascina neste livro é a inquietação teórica que esse grupo, em sua maioria bem jovem, demonstra com o debate teórico. Não se pode menosprezar aqui a influência positiva, a abertura oferecida a esses jovens historiadores pela figura generosa de Gervácio Batista

Aranha, cuja presença é sentida, direta ou indiretamente, em quase todos os textos. O seu trabalho a frente do grupo de pesquisa em Teoria e História da Historiografia é apenas mais um testemunho dessa influência e dedicação.

Toda essa atividade, o perfil dos novos pesquisadores que vai emergindo, autoriza certo otimismo quanto ao futuro destes estudos no Brasil, em especial a busca de um estilo de reflexão mais autônomo e ousado, que dialogue com a produção internacional sem o epigonismo que marcou a própria institucionalização universitária entre nós. Essa nova geração poderá escolher o tipo de inserção no debate internacional que promoverá, se o de uma interlocução em alto nível, ou se o da simples repetição de programas e modelos a serem apenas citados como emblemas de adesão pouco refletida. Para o primeiro caminho, mais árduo, ferramentas importantes já estão disponíveis, das quais a mais importante é a formação de uma comunidade local de especialistas capazes de produzir um auditório de excelência no qual a descoberta e a ousadia teórica possam ser fruto do pensamento, e não apenas da citação.

O livro documenta também que uma visada crítica da historiografia e da teoria passará necessariamente por abordagens que estejam abertas para uma grande variedade de fenômenos históricos, como as imagens, os sons, as cidades e outras formas de comunicação que não cessam de emergir em nosso mundo. No passado talvez esse objetos ficassem comodamente classificados em uma vaga história cultural; hoje, quando a fragilidade deste rótulo parece estar cada vez mais evidente, talvez possamos abarcá-las no interior de uma teoria da historicidade.

O estudo da formação da historiografia como disciplina científica – uma espécie de história da ciência histórica – é apenas a parte mais recente e visível de uma História da historiografia; sua parte mais profunda e promissora reside justamente no estudo do enraizamento dessas formas de conhecimento do passado no

próprio tempo histórico. Um dos desafios da comunidade acadêmica de pesquisadores interessados em pensar a história é não se limitar a uma mera descrição desses fenômenos, mas compreender as suas formas de produção e suas lógicas de transformação. Esse alargamento do escopo da História da Historiografia permitiria incorporar de modo mais decisivo e coerente a variedade de recortes e fontes necessárias para se aproximar desse amplo e decisivo campo de fenômenos a partir de um viés analítico-histórico. Essa ampliação de objetos, que já é visível nas pesquisas, permitiria pensar a historiografia em suas relações com outros fenômenos da historicidade que a emolduram e condicionam os mundos da vida, e que hoje se multiplicam rapidamente, como as imagens, o audiovisual e as mais variadas formas de comunicação que emergem da mesma abertura temporal/historicidade que possibilita a historiografia¹.

Mariana, 22 de abril de 2013.

¹ Em artigo, ainda inédito, pude desenvolver um pouco mais essa reflexão. Cf. Valdeci Lopes de ARAUJO. “História da Historiografia como Analítica da Historicidade”. *Revista História da Historiografia*. No prelo.

APRESENTAÇÃO

Gervácio Batista Aranha
Elton John da Silva Farias

O livro que ora apresentamos é resultado dos dois primeiros anos de trabalho, de abril de 2009 a abril de 2011, no Grupo de Estudo e Pesquisa intitulado *Teoria e História da Historiografia*, coordenado pelo Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha e pelo então bolsista Reuni Elton John da Silva Farias, ambos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), professor e aluno respectivamente.

Trata-se de um Grupo de Estudo e Pesquisa que nasceu de um antigo sonho do professor Gervácio Aranha, a saber, criá-lo para preencher o vazio aparente após o término da disciplina *Teoria da História* no curso de graduação. É que, concluída a disciplina, mesmo com os esforços empreendidos, muitos alunos ficavam com uma enorme carência em teoria e história da historiografia, seja por não ter dado tempo de aprofundar temas ligados ao campo, seja pela ausência de temas, ainda que por motivo de força maior, não incluídos no programa da disciplina. A criação do grupo foi um sonho concretizado, porém, por ocasião da conquista da primeira bolsa do Programa Reuni para o PPGH/UFCG, destinada exatamente à disciplina *Teoria da História*, isto em março de 2009.

No plano de trabalho relativo ao candidato ou candidata aprovado(a) na seleção pública de Bolsas Reuni, naquele março de 2009, para assistir o professor da disciplina referida, por um

Apresentação

período de 02 anos, constava, dentre outras atribuições, criar e coordenar, junto com o professor, um grupo de estudo permanente, com dois encontros mensais, para atender toda uma demanda reprimida, no curso de História como um todo, no tocante à reflexão sobre temas diversos no âmbito da epistemologia histórica, em atendimento às carências aludidas acima.

Tendo sido aprovado o então mestrando Elton John Farias na referida seleção, de um total de 09 concorrentes, uma das primeiras providências do professor da disciplina, juntamente com o novo bolsista, foi a criação, conforme programado, do grupo referido com a pretensão de atender ao maior número possível de interessados. Cadastrado no CNPq, nossa pretensão era que o grupo se tornasse uma referência enquanto espaço permanente de discussões no âmbito da epistemologia histórica no Curso de História como um todo.

Reunidos a cada quinze dias, sempre nas tardes de quarta-feira, os membros do grupo tiveram a oportunidade de refletir sobre autores e temas importantes no âmbito da teoria e história da historiografia. Por exemplo, foram discutidos textos diversos sobre o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Também sobre a hermenêutica contemporânea, com destaque para leituras de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur. No tocante a este último, por exemplo, o maior desafio foi a leitura e a reflexão voltada para os três tomos da obra *Tempo e Narrativa*. Até o presente, portanto, foram lidos textos de *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, de Reinhardt Koselleck; *Teoria da Literatura: uma introdução*, de Terry Eagleton; *História do Estruturalismo (Volumes I e II)*, de François Dosse; *Doze Lições sobre a História*, de Antoine Prost; *Costumes em Comum*, de Edward P. Thompson; *A História ou a Leitura do Tempo*, de Roger Chartier; *O Si Mesmo como um Outro*, de Paul Ricoeur; *A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*, de Jacob Burckhardt; *Imagens da França*, de Jules Michelet; *Manual de Teoria da*

História, de Johann Gustav Droysen; *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, de Arnaldo Momigliano; *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*, de Jeanne Marie Gagnebin; *Mimesis: desafio ao pensamento*, de Luiz Costa Lima; *O Demônio da Teoria: literatura e senso comum*, de Antoine Compagnon; *Interpretação e Superinterpretação*, de Umberto Eco; *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, do já citado Gadamer; entre outros.

Foi em meio a todas essas discussões que surgiu a ideia do livro que estamos a apresentar. Ficou acertado, em um dos encontros, quem escreveria sobre o que, se em autoria individual ou em coautoria, quais os direcionamentos a serem seguidos e o limite de páginas para cada texto. Também ficou acertado que convidaríamos autores de outras instituições para enriquecer o conteúdo da obra e ampliar seu alcance de difusão e divulgação.

Assim sendo, apresentados os textos dentro dos prazos estipulados no interior do grupo, submetemos um a um ao crivo de uma discussão coletiva, com críticas e sugestões aos respectivos autores. Finalmente entregues aos organizadores, que os submeteram a uma última revisão, os textos adquiriram a forma que têm hoje, dando unidade à obra que seguiu para publicação.

A coletânea que ora entregamos ao público, cujos textos contêm reflexões sobre questões de historiografia, epistemologia e/ou metodologia históricas, está perfeitamente sintonizada com as profundas mudanças no modo de conceber e escrever a história nessas últimas décadas, mudanças centradas numa nova noção de mimesis, no repensar do tempo histórico, na adoção de fontes renovadas e de novos métodos de pesquisa.

Traçando o mote das discussões presentes na coletânea, o capítulo inicial, “*História e Representação Hoje: por uma nova mimesis*”, de Gervácio Batista Aranha, procura demonstrar que a escrita da história, em seu vínculo com os chamados paradigmas emergentes, tem sido marcada por profundas tensões quando pensada em

Apresentação

termos do necessário diálogo com o campo da mimesis. Para tal, desdobra o texto em dois itens: no primeiro, lança mão de uma reflexão acerca da noção de uma mimesis recriada ou repensada, reflexão que reverbera para a noção do historiador como mediador ou tradutor da cultura do outro passado para o presente; no segundo, dedica-se ao tratamento da história social e/ou cultural nessas últimas décadas, exceção feita à concepção pós-estruturalista, no tocante à adoção de novos parâmetros miméticos hoje na ordem do dia.

Na sequência, Elton John da Silva Farias, no capítulo “*Jacob Burckhardt, Friedrich Nietzsche & Theodor Adorno: pioneiros de uma moderna historiografia da música popular?*”, abre as portas para as diversas linguagens presentes na obra: a própria música, as ciências, os periódicos jornalísticos, a fotografia, a literatura e o cinema, todas sendo apresentadas e discutidas em sua relação com a historiografia e a epistemologia histórica, de modo que seja possível reiterar o quão plurais estão os caminhos teóricos e as possibilidades temáticas para a escrita da História nos dias que seguem. Assim, este capítulo em particular sugere que o historiador suíço Jacob Burckhardt e o filósofo saxão-germânico Friedrich Nietzsche sejam vistos como pioneiros de uma moderna historiografia da música popular na academia, já que ambos deram a esta um destaque interessante em suas produções, algo que não foi muito comum entre os intelectuais no século XIX. Mesmo reconhecendo a importância de Theodor Adorno, já no século XX, para os estudos sobre música popular, o autor relembra o quão importantes podem ser Burckhardt e Nietzsche para este campo e reivindica que ambos sejam lembrados por esta contribuição que não costuma fazer parte das menções honrosas feitas a esses intelectuais em estudos de revisão de suas obras.

André Luiz Almeida Ouriques, no capítulo “*Esquecimento e História: um medo indelével ou uma possibilidade epistemológica?*”, se debruça sobre uma problemática ainda pouca estudada teórica e

epistemologicamente pelos historiadores, a saber, o diálogo possível entre história e esquecimento. Se já não existem dúvidas de que Mnemosine, a deusa grega da memória, e Clio, a deusa grega da história, estão cada vez mais próximas, sendo muitos os estudos mundo afora sobre esse profícuo diálogo, em que pesem as tensões que sempre existiram entre memória/história, o mesmo não pode ser dito no tocante a possíveis aproximações entre Clio e Lete, a deusa grega do esquecimento, isto é, entre história e esquecimento. O fato é que todos os historiadores tenderiam a concordar que Clio não conseguiria ir muito longe sem os poderes de Mnemosine. Como elaborar explicações/compreensões convincentes sobre mundos passados, em termos historiográficos, sem explorar as potencialidades da memória? Os historiadores parecem plenamente de acordo quanto a isto. Mas eis que o esquecimento, em aparente contraste com a memória, impõe suas leis ao homem. Como lidar com algo tão evasivo, tão ao contrário das pretensões historiadoras de construir representações convincentes sobre o passado humano? Se história e memória se entendem perfeitamente quanto a esta pretensão de veracidade sobre o passado, pois tanto o historiador quanto o testemunho perseguem este objetivo, como lidar com o esquecimento, esse suposto antípoda do lembrar ou mesmo da memória? Eis o desafio colocado pelo texto: refletir sobre o esquecimento em bases epistemológicas com vistas a torná-lo, também ele, capaz de ser tomado como chave de compreensão da experiência humana. De resto, um caminho passível de ser trilhado em razão da profunda imbricação entre memória e esquecimento. Neste ponto, deixemos o autor falar: “nas linhas que se seguem, pretendo elencar um já vasto acervo bibliográfico no que diz respeito às discussões sobre história e memória, para desta discussão refletir sobre a minha intriga, a saber, que não se pode desvincular pretensamente a noção de esquecimento da de memória, uma vez que esta só existe ao lado daquela: uma parece pressupor a outra; ambas se

Apresentação

interpenetram, num jogo dialético que força o historiador a entendê-lo”.

Hugo Paz de Farias Braga e Gervácio Batista Aranha, no capítulo “*Edward Palmer Thompson: abertura a novos horizontes marxistas*”, refletem sobre as contribuições deste historiador social inglês para uma releitura do materialismo histórico. Trata-se de demonstrar como ele se propõe, a partir de sua filiação à corrente marxista, filiação ao mesmo tempo política e epistemológica, a operar uma releitura desta, procurando novas maneiras de explicar o que antes parecia nebuloso ou até mesmo ausente na tradição marxista de então. Cobrando, em toda a extensão do marxismo, o grande termo ausente: a experiência, não poupando, neste particular, silêncios do próprio Karl Marx, o que em nada diminui a influência do pensador alemão em sua formação enquanto intelectual e homem de esquerda, Thompson trava outras tantas batalhas epistemológicas no interior do marxismo de seu próprio tempo com vistas a uma redefinição de sua práxis. Trata-se de demonstrar ainda seus inúmeros acertos de contas: com a ortodoxia do Partido Comunista de seu país, com o qual rompeu; com o conceito de classe então na ordem do dia, tal como se depreendia da leitura das obras relativas à história da classe operária, sugerindo, com vistas a essa redefinição, a perspectiva de uma “história dos de baixo”; com a chamada “prática teórica” nos termos de Louis Althusser, acusado por Thompson de transformar o marxismo em um “mero estruturalismo”, cujo efeito devastador seria a de uma história sem sujeitos, uma história no tocante à qual as ações humanas simplesmente desapareceram, dentre outras.

Gabriel da Costa Ávila, no capítulo “*A Espessura da Linguagem na História e na Ciência: Hayden White e David Bloor*”, discute como a linguagem passou a assumir uma posição central nas especulações teóricas da filosofia, das ciências humanas e também das ciências naturais no decorrer do século XX. Para o autor, um momento chave para que possamos pensar esse ressaltado

da percepção da linguagem como motor para a epistemologia histórica e/ou das ciências se dá entre as décadas de 1960 e 1970 quando a *linguistic turn* (ou o *giro linguístico*) requer que tal centralidade seja tomada como ponto de partida para a produção do conhecimento. Assim, o autor analisa o impacto deste momento na historiografia e nas análises sócio-históricas sobre a ciência, apontando seus pontos fortes e seus limites epistemológicos, tomando como referência para análise as contribuições do historiador norte-americano Hayden White e do sociólogo escocês David Bloor e utilizando-se do tratamento dado por ambos ao papel dos “imperativos da linguagem e dos condicionantes sociais na construção do conhecimento”; Ávila traça ainda um comparativo entre os dois projetos intelectuais, mostrando como eles negavam a perspectiva de que a produção do conhecimento pode descrever de maneira fidedigna e neutra a realidade do passado, no caso de White, e dos fenômenos “naturais”, no caso de Bloor. O autor objetiva, portanto, efetuar uma aproximação possível entre o campo da história *tout court* e o dos estudos sócio-históricos da ciência, afastadas histórica, institucional e epistemologicamente, de modo que se consiga apontar os ganhos de densidade teórica e poder explicativo para ambos os campos caso essa aproximação se torne efetiva.

Em movimento semelhante ao de Gabriel Ávila, Francismary Alves da Silva efetua, no capítulo “*Um Irredutível Diálogo entre a História e a História das Ciências: Lucien Febvre e Alexandre Koyré*”, uma aproximação possível entre os pensamentos do historiador francês Lucien Febvre, estreitamente relacionado à *Escola dos Annales*, e do filósofo francês de descendência russa Alexandre Koyré. No início da empreitada, a autora demonstra como tanto a história *tout court* quanto a história das ciências tinham, no século XIX, objetivos semelhantes: clarificar e glorificar os grandes feitos da política e dos homens históricos universais (no caso da primeira) e as trajetórias dos grandes

Apresentação

cientistas e das teorias revolucionárias que tiveram sua legitimidade reconhecida tanto pela sociedade quanto pela comunidade científica (no caso da segunda); ambas, portanto, tinham aspirações positivistas, demasiadamente descritivas e privilegiavam a erudição para justificar seu caráter científico. A partir de então, a autora efetua uma contextualização da condição da História enquanto ciência na segunda metade do século XIX para, a partir daí, apresentar alguns dos motivos que levaram o ambiente da Universidade de Estrasburgo, na França, a efetuar uma ruptura com o modelo positivista a partir da proposta historiográfica da *Escola dos Annales*, tendo por base a própria atuação de Febvre para justificar a grande inovação empreendida pelo movimento: a noção de “história-problema”. A partir de então, a autora efetua seu exercício comparativo defendendo que, da mesma maneira que Febvre e os Annales empreenderam uma mudança no modo de perceber e conceber a pesquisa histórica, Koyré mudou o modo de pensar a pesquisa no âmbito da história das ciências e, ao invés de vincular e restringir suas orientações metodológicas às análises dos aspectos técnicos e teóricos internos à ciência, ao contrário, procurou estabelecer as relações sociais, culturais, políticas e inclusive religiosas inerentes às ciências naturais. A autora, portanto, relembra que a história das ciências não pode ser vista à parte ou à margem da história *tout court*, e vice-versa, e que, tendo isso em vista, Koyré ofereceu-nos uma promissora alternativa para que não se deixe esse laço que as prende ser rompido e para abrir os olhos daqueles que ainda não atentaram para sua existência.

Josinaldo Gomes da Silva, no capítulo “*Cidade, Cultura e Fontes: um percurso pela historiografia do interior paraibano*”, convida o leitor a conhecer algumas das obras e/ou pesquisas fundantes para a historiografia das cidades no/do interior do estado da Paraíba. Desde a publicação de *Notas sobre a Parahyba*, de Irineo Joffilly, passando pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e pelos memorialistas que se preocupavam em

elaborar obras que descrevessem a história de suas respectivas cidades (dentre as mencionadas estão Patos, Cajazeiras, Sousa e Pombal) – e nestes casos em uma perspectiva que privilegiava “os aspectos quantitativos e/ou evolutivos das urbes” –, o autor percorre uma interessante jornada até chegar à fundação das duas principais instituições universitárias do estado: a Universidade Federal da Paraíba, com o primeiro curso de graduação em História na década de 1960, e, posteriormente, a Universidade Federal de Campina Grande; em ambos os casos, o autor navega pelas obras desenvolvidas pelos historiadores das instituições anterior e posteriormente à inauguração de seus respectivos Programas de Pós-Graduação em História. Demonstrando, inclusive, a influência e a importância de outras instituições (tais como a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade de São Paulo e a Universidade de Campinas) para a formação intelectual desses profissionais, o autor efetua um balanço de como as pesquisas históricas sobre as urbes se desenvolveram nas décadas de 1960-1980 no estado, apontando suas escolhas teórico-metodológicas e seus modos de pensar a disciplina. Ele expõe ainda que a partir da década de 1990 houve a ampliação do campo e a emergência de uma história cultural das cidades possibilitadas pelas pesquisas em níveis de doutorado e mestrado desenvolvidas por docentes e discentes de ambas as universidades e pelas publicações decorrentes de tais estudos. Josinaldo Gomes oferece, portanto, um eficaz percurso que fornece ao leitor um mapa para seguir os caminhos necessários para que se conheça e/ou se especialize neste campo tão frutífero para a História e para a historiografia paraibana em particular.

Faustino Teatino Cavalcante Neto focaliza, no capítulo “*A História Política por Meio da Imprensa: o anticomunismo nos jornais paraibanos A União e A Imprensa (1945-1947)*”, aquilo que poderíamos chamar de três em um, a saber, um objeto de estudo: o anticomunismo na Paraíba em um tempo dado; um campo

Apresentação

temático e epistemológico: a nova história política; uma metodologia de pesquisa: a história por meio da imprensa. Se o item 2 do texto, que trata do anticomunismo na Paraíba, interessa tanto por sua capacidade de deixar o leitor bem informado a respeito quanto por se tratar de um objeto de estudo que se justifica para fins de aplicação de uma metodologia de pesquisa e respectivo vínculo epistemológico, o item 1, que trata exatamente dessas duas últimas variáveis, estabelece o *leitmotiv* de pertença a esta coletânea. Referimo-nos às reflexões de natureza metodológica e/ou epistemológica levadas a efeito no item em questão. Tanto no tocante ao estudo da história por meio da imprensa quanto no que diz respeito à emergência da nova história política, o texto oferece ao leitor uma discussão atualizada, com o que existe de mais consequente na historiografia produzida no Brasil ou mundo afora neste campo.

José Luciano de Queiroz Aires aborda, no capítulo “*Com as Fotografias em cima da Mesa: o que fazer historiador?*”, o lugar que a fotografia tem ocupado nessas últimas décadas como importante fonte e saber histórico, em que pese a constatação de que estudar a história por meio da fotografia não significa perder o foco em torno da história da fotografia. Explorando as principais referências teórico-metodológicas, mundo afora, no tocante ao diálogo fotografia e história, em especial no que diz respeito ao estudo desta por meio daquela, o autor nos oferece um texto atualizado, com importantes reflexões sobre as metodologias hoje praticadas pelo profissional de História em se tratando da recorrência a imagens fotográficas. Dentre outras coisas, reflete sobre a necessidade de se sepultar a dimensão ilustrativa da imagem. O fato é que a fotografia, uma vez recortada como documento histórico, não fala por si. Ao contrário, só fala quando devidamente inquirida pelo historiador, o qual, na busca do melhor inquérito possível, tanto procura relacionar a imagem que tem em mãos com o contexto que a produziu, verificando as condições de

possibilidade para sua produção, quanto recorre a consequentes métodos de indiciamento da fonte em questão. A título de exemplo, o autor explora essa noção de índice no livro *O Ato Fotográfico* e no ensaio “*Sinais: raízes de um paradigma indiciário*”, cujos autores são Phillipe Dubois e Carlo Ginzburg respectivamente.

Flávio André Alves Britto e Gervácio Batista Aranha, no capítulo “*Construindo Verdades Verossímeis a partir das Ficções: por uma hermenêutica histórico-literária*”, focalizam os possíveis usos e/ou métodos implicados na apreensão do mundo social e histórico por meio da literatura. Eis a meta por excelência traçada e perseguida pelos autores: evidenciar a comunicação entre o discurso literário e o mundo social, compreendendo a dimensão hermenêutica encerrada nas narrativas literárias, aqui tomadas como mediadoras entre o vivido passado e os que as recepcionam no presente, os historiadores aí incluídos. Neste sentido, a questão central focalizada no capítulo remete às implicações decorrentes das tentativas dos historiadores que buscam traduzir o passado humano tomando como parâmetro o texto literário com base na interação autor-texto-leitor. Em suma, trata-se de reflexões que exigem uma discussão delicada no campo epistemológico entre as fronteiras possíveis entre as disciplinas História e Literatura.

Adjefferson Vieira Alves da Silva, no capítulo “*Usos e Abusos do Cinema: ensaio sobre a construção da verdade em História*”, efetua um interessante exercício metodológico e oferta uma possibilidade eficaz de como proceder com a análise de uma produção fílmica em um espaço resumido como um artigo acadêmico ou um capítulo de livro-coletânea: traçando um debate acerca da construção da verdade em História, o autor analisa algumas cenas do filme *A Sociedade dos Poetas Mortos* de modo que estas sirvam como mote para a discussão principal do texto, no caso, os usos e abusos da historiografia para com a análise de produções fílmicas e para com os tramites e jogos de construção de verdades em uma narrativa histórica. Logo adiante, e destarte, o

Apresentação

autor confronta o pensamento de alguns intelectuais (dentre eles historiadores e filósofos como Michel Foucault, Hayden White, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur), apresentando uma discussão frutífera que leva em consideração as contribuições tanto dos autores vistos como nominalistas quanto daqueles lidos como realistas e está enredada pela defesa de que as construções de narrativas verídicas não possuem, em praticamente nenhum aspecto, todos os elementos necessários para que possam efetuar uma apreensão pura e cabal das experiências humanas no tempo, por mais que tais narrativas venham a possuir um amplo caráter de proximidade e verossimilhança para com o real, justamente por estarem condicionadas por seus elementos linguísticos intrínsecos e limítrofes. Ressaltando, no entanto, que não se deve perder de vista o exercício ético de dívida e respeito para com o outro no tempo, o autor problematiza a fabricação da noção de verdade entre grandes tradições da historiografia contemporânea e apresenta conclusões interessantes sobre a produção dessa noção de verdade para o que ele denomina de o “saber historiador”.

Por fim, Yury Soares Alves e Elton John da Silva Farias concluem o livro com o capítulo “*Tramas Fílmicas: teatralização do poder e política nas personagens de Terra em Transe*”. Neste, os autores problematizam questões relacionadas ao uso do poder e suas formas inerentes de teatralização representadas pelas principais personagens do filme nacional *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, focando sua escrita na análise alegórica das ações dos políticos Porfírio Diaz e Felipe Vieira: observando os diálogos, os cenários e as personas que envolvem o cotidiano de ambos, os autores utilizam a cinematografia como base para a interpretação história das alusões/ilusões geradas pelo drama teatral circunscrito a partir das tramas pensadas alegoricamente com base no imaginário político, de modo que conceitos cristalizados como “massa”, “povo” e “eleitores” possam ser revistos e reinterpretados levando-se em consideração o contexto que envolve tanto Diaz

quanto Vieira e as peculiaridades de cada uma dessas personagens. De modo semelhante a Adjefferson Vieira Alves, os autores se preocupam com a questão do espaço do texto e efetuam seu exercício metodológico de modo que a narrativa se veja focada na percepção primeira das tramas do político e da teatralização do poder no contexto de meados do século XX. Assim, optando por uma análise estética, mesmo reconhecendo a historicidade e a necessidade do estudo da recepção da crítica especializada das obras fílmicas, os autores focam sua investigação nas mensagens pretendidas por Glauber Rocha e representadas pelos papéis interpretados por Paulo Autran e José Lewgoy, de modo que seja possível a percepção das formas de teatralização assumidas pelo poder político.

Apresentados os objetivos do livro e as propostas de cada texto, gostaríamos de convidar o leitor para percorrer um caminho amplo e heterogêneo por algumas questões importantes e consequentes de Teoria da História e de História da Historiografia que dão espaço à pluralidade de linguagens e temáticas de pesquisa que têm ganhado bastante espaço nessa área nos últimos anos, além de alertarmos para o fato de que tais questões estão em sintonia com as tendências que se postam na ordem do dia para a historiografia recente e para a própria epistemologia da História.

CAPÍTULO I

História e Representação Hoje: *por uma nova mimesis?*

Gervácio Batista Aranha

O objetivo deste ensaio é demonstrar que a escrita da história, em seu vínculo com os chamados paradigmas emergentes, tem sido marcada por profundas tensões quando pensada em termos do necessário diálogo com o campo da mimesis. De um lado, porque tem sido informada pelos que, alinhados com o nominalismo¹, assumem posturas claramente antimiméticas; de outro lado, pelos que não abandonaram o campo da representação,

¹ Este alinhamento com o nominalismo tem a ver com o melhor da tradição da retórica sofisticada e seus desdobramentos na modernidade: a “retórica de tropos” no sentido nietzschiano, o estruturalismo linguístico em sua matriz saussuriana, o formalismo literário russo, todas correntes antimiméticas que sugerem a inexistência de vínculos entre palavras e coisas. Enfim, nominalismos cujos seguidores, nesse último meio século, seguindo rastros deixados por Ferdinand de Saussure, se firmaram e se afirmaram como grandes referências da narratologia francesa, a exemplo de Jacques Derrida e Roland Barthes. Trata-se de autores e/ou correntes de pensamento que forneceram as principais matrizes do nominalismo no Ocidente. No caso, algo mais ou menos próximo da radical postura nominalista assumida por Barthes, para quem os fatos não têm senão existência linguística (Cf. BARTHES, 2004, p. 177), cujo corolário é a defesa da palavra como campo autônomo, isto é, da linguagem como algo que, enquanto puro tropo, nada tem a dizer, em termos cognitivos, sobre realidades extralinguísticas.

com a ressalva de que não se trata da adoção da mimesis em seu sentido clássico, isto é, como mera cópia ou decalque do real, a exemplo do realismo absoluto sugerido pelos positivistas, hoje tomado como um tipo de realismo ingênuo.

A hipótese aqui é que as posturas excludentes, tanto as que se referem a um nominalismo radical, a exemplo da postura assumida por Barthes, quanto às que remetem a um realismo absoluto, hoje tido como ingênuo, são epistemologicamente limitadas. E são limitadas porque se é um fato que nenhuma narrativa histórica – hipótese válida para os demais gêneros narrativos, inclusive o ficcional – é capaz de reconstituir a experiência temporal em toda sua extensão e complexidade, também é um fato que nenhuma forma narrativa é completamente autônoma, isenta de quaisquer remissões ao extralinguístico.

O fato é que a tensão entre nominalistas e essencialistas, como se sabe, é antiga. Presente já na Grécia, bastando ver, a respeito, o embate entre os sofistas e os fundadores da metafísica, essa tensão se manifesta ao longo de mais de dois mil anos de pensamento no Ocidente e chega até nós, neste início do terceiro milênio. E mais: ela chega marcando profundamente as Humanidades, embora devamos reconhecer que áreas do saber como a Filosofia Contemporânea, a Teoria Literária e a Historiografia vivam essa tensão mais do que áreas como a Sociologia, a Geografia, etc.

O ensaio se desdobra em dois itens: a) um com a pretensão de focalizar a discussão mais em geral em torno da noção de uma mimesis recriada ou repensada ou aquilo que chamaríamos de “mimesis-criação”, discussão cujo corolário recai na noção do historiador como mediador ou tradutor da cultura do outro passado para o presente; b) outro dedicado ao tratamento da História Social e/ou Cultural nessas últimas décadas, exceção feita à concepção pós-estruturalista, no tocante à adoção de novos parâmetros miméticos hoje na ordem do dia.

1. História e Representação hoje: do historiador como tradutor ou mediador cultural

Objetivo bastante próximo das sugestões de Antoine Compagnon, reconhecido crítico literário francês, no tocante a uma reconsideração da mimesis, ainda que este último esteja a refletir sobre esta aplicada ao campo literário. Trata-se daquilo que o crítico em questão chama de “mimesis reabilitada”, a qual remete à chamada “mimesis-criação”, isto é, uma mimesis que não traduza a oscilação entre mimesis como representação absoluta ou representação nenhuma. Para além dessa “lógica binária”, ele sugere o que chama de “regime do mais ou menos, da ponderação, do aproximadamente: o fato de a literatura falar da literatura não impede que ela também fale do mundo”. E complementa: “afinal de contas, se o ser humano desenvolveu suas faculdades de linguagem, é para tratar de coisas que não são da ordem da linguagem”. Enfim, uma reabilitação da mimesis calcada na ideia de que esta deve ser vista como “imitação criadora”, como incisão, e não como decalque de um “real preexistente”. Trata-se agora de uma “mimesis-criação”, a qual, longe de se esgotar nos proponentes da linguagem, considera a importância que a recepção assume como partícipe desse processo de criação, recepção imprescindível enquanto uma mediação capaz de tornar públicos os produtos miméticos, os quais são partilhados com os atores sociais².

Seguindo esta linha de raciocínio, estou a propor um repensar da mimesis também para o campo da História. No caso, um repensar voltado para o enfoque ou ponto de vista dos novos historiadores sociais e/ou culturais, os quais são conscientes de que a perspectiva da representação os coloca como mediadores culturais entre dois tempos distintos, isto é, o tempo do outro

² COMPAGNON, 2003, pp. 126-131.

passado e o seu próprio tempo, mediação que exige toda uma tradução e/ou interpretação dos códigos ou modos de ser desse outro para que haja inteligibilidade no momento de apresentar/representar, perante seus leitores, os resultados de suas investigações. O historiador cultural inglês Peter Burke é incisivo a respeito: “o que me interessa quando escrevo sobre história é, sobretudo, a tarefa de fazer mediação entre duas culturas, entre o passado e o presente, de estabelecer um diálogo entre os dois sistemas de conceitos, de traduzir de uma língua para outra”³. Língua aqui, entenda-se, não se oferece como idioma em si vertido para outro idioma. Trata-se antes da sugestão de tradução, à maneira dos antropólogos, de uma cultura para outra⁴. Mas bem entendido, tradução que, no caso dos historiadores, parece acompanhada de uma dificuldade maior: a distância presente/passado. Afinal, afigurando-se a um país estrangeiro, como sugere Burke, o passado pode ganhar inteligibilidade no presente por meio da tradução historiadora. De resto, uma tarefa bastante arriscada para historiadores e/ou antropólogos, esses tradutores culturais por excelência, os quais, semelhante aos tradutores de textos, “precisam se movimentar entre os perigos opostos de infidelidade à cultura da qual traduzem e ininteligibilidade para seu novo público”⁵.

O fato é que os historiadores, enquanto tradutores da experiência passada no presente, estão cada vez mais tomando consciência da distância cultural entre o seu próprio tempo e o do outro. Até porque, só assim a metáfora da tradução é praticável. Trata-se de adotar postura parecida com a dos tradutores de textos, para quem tanto as traduções que pretendem uma recriação completa do texto estrangeiro quanto as que se querem fidedignas são impraticáveis: a primeira pela infidelidade ao texto que deveria

³ BURKE, 1994, p. 18.

⁴ Idem, 2009, p. 309.

⁵ Idem.

ser vertido para outra língua, a segunda por desrespeitar as peculiaridades próprias dos dois idiomas em questão. Trata-se daquilo que Paul Ricoeur, com muita propriedade, sugere como chave para uma boa tradução, a saber, uma “equivalência procurada, trabalhada, pressuposta” entre o texto de partida e o de chegada, renunciando, por conseguinte, ao sonho da tradução perfeita. Até porque, qualquer noção de tradução assentada em critérios absolutos pareceria algo fora de propósito, haja vista a “diferença insuperável entre o que é nosso e o que é estrangeiro”. Isto significa que a boa tradução é aquela que aposta em soluções negociadas, por meio das quais os tradutores buscam a equivalência possível entre palavras, frases e respectivos sentidos implicados entre as duas línguas. A chave em questão, para refletirmos mais uma vez com Paul Ricoeur, parece resolver uma importante dificuldade, qual seja: evitar o dilema fidelidade/traição ou mesmo traduzibilidade/intraduzibilidade⁶.

Portanto, enquanto mediadores entre culturas ou temporalidades distintas, os historiadores se distanciam cada vez mais de certas posturas extremas: de um lado, não acatam à postura ingênua de certo historicismo, segundo a qual o historiador, uma vez portando fontes seguras, tem acesso direto à realidade; de outro, não aceitam a tese cética, segundo a qual as fontes não produzem evidências sobre o acontecido⁷. Contra o ceticismo dos que afirmam que a escrita da história é pura figuração e/ou pura retórica, não condizente com a verdade, Carlo Ginzburg desenvolve rica argumentação para demonstrar que a retórica, em toda a sua trajetória, de Aristóteles até hoje, é marcada por um núcleo racional: a prova. Incisivo, ele chega a argumentar que até mesmo uma prova obtida por meio de tortura, que, em princípio, não deveria ser digna de nota, pode ser portadora de um núcleo racional. É que, ao avaliar testemunhos dessa natureza, “os

⁶ RICOEUR, 2005, pp. 41-43 e 61-63.

⁷ GINZBURG, 2002, p. 44.

historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si”⁸.

De resto, fontes que não foram produzidas para o manejo dos historiadores do futuro. Isto significa que se tornam documentos históricos a partir de escolhas operadas por esses historiadores, os quais têm consciência, desde Marc Bloch, que os documentos não falam por si, falam apenas se forem devidamente interrogados. De modo que os testemunhos ou os vestígios produzidos no e sobre o passado não figuram aqui como meras expressões miméticas de realidade; tampouco figuram como meros discursos em certo sentido retórico, do tipo que não admite remissão a referentes extralinguísticos. É preferível certa lição de método extraída de Paul Ricoeur, para quem torna-se documento “tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a idéia de nele encontrar uma informação sobre o passado”⁹. Ricoeur esclarece: “seja ele tratado como suspeito ou como hóspede bem vindo após uma longa ausência, é na condição de referente último que o acontecimento pode figurar no discurso histórico”¹⁰. Isto significa o óbvio: que, de fato, são os historiadores que elaboram os seus materiais com vistas à construção de um dado objeto histórico. Todavia, isto não quer dizer que produzam meras ficções ou metanarrativas sobre o passado, a começar pela constatação de que é impossível construir um objeto histórico sem considerar rastros e/ou testemunhos produzidos pelos atores sociais numa experiência dada do passado, os quais remetem a imagens sobre o modo como representaram suas vivências.

⁸ GINZBURG, 2002, pp. 42-43.

⁹ RICOEUR, 2007, p. 189.

¹⁰ *Ibidem*, p. 190.

De modo que estamos a falar de uma mimesis ou forma de representação que não é incompatível com a ideia de criação, haja vista, dentre outros fatores, as injunções próprias do tempo do historiador, o qual é dotado de cultura histórica peculiar ao seu próprio presente; o qual se debruça sobre as fontes disponíveis com perguntas que não estavam na ordem do dia nas gerações anteriores. Daí a constatação de que a escrita da história, tal como podemos refletir com Reinhart Koselleck, nunca é idêntica à fonte que lhe dá testemunho, haja vista que essa ou aquela fonte de saber histórico se transforma em tal em decorrência do inquérito do historiador. Logo, é esse inquérito que transforma vestígios em fontes¹¹. Fontes estas que, diga-se de passagem, podem contribuir para atenuar ou não a distância entre presente e passado, a que acima se fez alusão, tudo dependendo da documentação à disposição do historiador para acessar a experiência do outro no tempo. Koselleck opina acertadamente que parte da experiência passada se perde, seja pela ausência de fontes ou pela precária conservação dos acervos existentes. E, no entanto, deixa claro que conquistas metodológicas no âmbito da História possibilitam o acesso a informações ignoradas pelos próprios contemporâneos dos acontecimentos¹².

Sem esse referencial primeiro, com base no qual o historiador elege ou seleciona as suas fontes, ele não pode dar o passo seguinte: produzir uma escrita da história que se dê como uma interpretação, a partir de seu próprio presente e para o presente, do referente passado informado por essas fontes. Referente passado cujo acesso por parte do profissional de História pode ocorrer com base em vestígios e/ou testemunhos de natureza diversa. Antoine Prost, historiador cultural francês, reconhece essa diversidade, embora chame a atenção inicialmente para o lugar dos documentos em forma de textos, os quais devem

¹¹ KOSELLECK, 2006, p. 186.

¹² Ibidem, p. 162.

interessar menos pelo que dizem e mais pelo modo como dizem. Se “as maneiras de falar não são inocentes”, conforme esclarece, “a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que se pertence ao mesmo tempo que, por um processo circular, dele resulta”¹³. Ainda de acordo com Antoine Prost, “a história toma o texto como sinal de alguma coisa que se passou e que permite descobrir e reconstituir. Ela interessa-se pelo que está no exterior do texto, independe dele, pela realidade extratextual que visa”¹⁴. Mas o acesso ao passado vai além de textos. O autor referido esclarece que “seria dar prova de cegueira limitar-se ao estudo dos textos”, haja vista a recorrência possível a inúmeras produções simbólicas, como as muitas imagens e objetos que compõem os “arquivos sensíveis”, que vão desde as insígnias ou estandartes até a fotografia, dentre outros, todos à disposição do historiador cultural e/ou social. Portanto, são arquivos que podem se revelar indispensáveis como canais de explicação do passado, desde que metodologicamente acessados com o devido rigor, a exemplo da etnografia praticada pelos antropólogos¹⁵.

Em que pese a noção de que o passado é passível de reconstituição, postura que, ao que tudo indica, não agrada à maioria dos historiadores brasileiros nos tempos que correm, a perspectiva assumida por Antoine Prost parece bastante pertinente, a começar pela constatação de que ele toma o texto como sinal de um passado dado e não como sua expressão ou cópia. Porém, um passado que é seu referente último. Afinal, o próprio texto deve sua existência física a “alguma coisa que passou”, relativamente ao qual, num processo circular, se oferece como sinal.

É um fato que o passado se esvaiu ou desvaneceu em sua antiga materialidade; é um fato também que as experiências aí

¹³ PROST, 1998, p. 130.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem, pp. 132-133.

vividas são culturalmente estranhas no futuro passado, estranhamento percebido até mesmo pelos profissionais que mais têm intimidade com o tempo escorrido, os historiadores. Creio que a consciência, da parte do historiador, de que não existem verdades eternas, o que não significa que não possam ser plausíveis ou verossímeis, advém exatamente desse estranhamento para com o outro no tempo. É evidente que essa relação de estranhamento não deve inibir o historiador no tocante ao estabelecimento de certas verdades sobre o passado. É claro que é ingênuo pensar que este pode ser dito tal qual; é também ingênuo pensar que o historiador possa recuperá-lo ou mesmo reconstituí-lo em toda sua integridade. Contudo, isto não significa que o historiador não possa elaborar visões minimamente convincentes a respeito. Afinal, sua preocupação maior é tentar traduzir para o seu próprio presente, conforme arguido acima, o momento do outro passado, o modo como as pessoas viam e diziam aquilo que viviam.

Trata-se, pensando com Daniel Roche, de “compreender as diversas mediações que intervêm entre as condições objetivas da vida dos homens e as numerosas maneiras com que eles as representam e as dizem”¹⁶. Nesta mesma linha de raciocínio, não sem antes assumir pessoalmente a condição de historiador social da cultura do século XVIII, Roche afirma que seu objeto de estudo “é a compreensão das práticas que articulam representações colectivas e condutas pessoais, maneiras gerais de sentir, conhecer, pensar, em relação ao estado de uma sociedade e, portanto, à sua história”¹⁷.

Algo próximo às reflexões do historiador cultural Carlo Ginzburg, o qual confessa, em texto recente (o original italiano é de 2006), que, ao escrever o livro *I Benandanti*, em 1966 (*Os Andarilhos do Bem*, traduzido no Brasil em 1988), sentiu-se propenso a focalizá-lo de um ponto de vista marcadamente

¹⁶ ROCHE, 1998, p. 33.

¹⁷ *Ibidem*, p. 47.

narrativo (leia-se literário), propensão que tem a ver com dois motivos bastante fortes: de um lado, seus vínculos familiares (sua mãe era uma renomada romancista italiana); de outro, os materiais inquisitoriais que embasavam o livro em questão, os quais “abriam um leque muito amplo de possibilidades narrativas”. Se não o fez é porque estava convencido, já naquela época, de que entre os testemunhos – tanto os narrativos quanto os não narrativos – e a realidade enfocada “existe uma relação que deve ser repetidamente analisada”¹⁸. Hoje, convicto da distinção entre história e ficção, distinção que tem implicações morais e políticas, além de cognitivas, Ginzburg não abre mão de pensar a História com base em certo estatuto de verdade, o que não significa repetir velhas certezas e sim combater os que pensam a escrita da história apenas em seu elemento subjetivo¹⁹.

Refletindo mais uma vez com Koselleck, concordo em gênero, grau e número com a assertiva de que as fontes têm poder de veto. “Uma fonte”, afirma o autor alemão, “não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer”. E mencionando exemplos: “datas e cifras erradas, falsas justificativas, análises de consciência equivocadas: tudo isto pode ser descoberto por meio da crítica das fontes”. Com isto, se é fato que as fontes não revelam aos historiadores o que devem dizer, também é fato que impedem que eles cometam erros²⁰.

Tudo leva a crer que o que temos aqui é a busca da justa medida entre objetividade e subjetividade ou entre empiria e teoria, as duas variáveis condicionando-se mutuamente. Se o historiador, em sua condição de intérprete de uma cultura distinta da de seu próprio tempo, tem assegurada certa liberdade na criação do texto que oferece aos seus leitores, esta mesma liberdade é questionada

¹⁸ GINZBURG, 2007, p. 8.

¹⁹ Ibidem, pp. 8-9.

²⁰ KOSELLECK, 2006, p. 188.

caso perca ancoragem nas fontes que informam o referente passado recortado como objeto de estudo. Nesses termos, a invenção pura e simples será fatalmente vetada pelas fontes.

Creio que as reflexões acima são suficientes para embasar os modos de representação historiadora adotados por historiadores sociais e/ou culturais. Assim, exceção feita aos pós-estruturalistas – os quais não admitem que o texto possa expressar vontades de verdade sobre o mundo vivido, rejeitando a noção de que a escrita da história possa provar alguma coisa fora da língua – as demais correntes historiográficas ditas novas, em que pese suas distintas metodologias ou dissensões internas, comungam do postulado de que suas respectivas escrituras remetem ao chamado mundo vivido, à experiência temporal, jamais questionando o campo representacional, embora rejeitando a noção de cópia ou imitação da realidade.

2. Da História Social e/ou Cultural hoje: por uma nova mimesis?

O campo em questão, hoje plenamente firmado na historiografia brasileira e/ou mundial, resultou do processo de renovação historiográfica nos anos 1960 e 1970, capturados inicialmente sob a designação de *paradigmas emergentes*, os quais surgiram como resultado da crise da razão no Ocidente²¹, que,

²¹ Está longe das pretensões deste texto debater a crise da razão, crise que leva à derrocada de certas correntes clássicas do pensamento social, a exemplo do funcionalismo e do marxismo. A propósito, correntes que, desenvolvidas à sombra de Platão e dois mil anos de História do Pensamento no Ocidente, não sem antes passar por Descartes e Hegel, se expressavam como formas aprimoradas de relação cognitiva assentada, de um lado, numa visão orgânica e/ou totalizadora da vida em sociedade e, do outro, numa visão objetivante em torno da chamada cognoscibilidade do mundo. Não fosse esta última premissa, o raciocínio

como é sobejamente sabido, implicou na rejeição das certezas absolutas, muito embora, dentre esses novos paradigmas, nem todos tenham abandonado o campo das certezas, exceção feita àquele que, marcado por injunções pós-estruturalistas, tendeu para um relativismo extremo, no qual já não se tem certeza de nada²². Com isto, a historiografia recente passa pelas “relações de força”²³ entre os que, mesmo renovando a disciplina, não abandonaram certa noção de verdade histórica e os que pensam essa renovação com base nas teses céticas mais radicais, de rejeição total à ideia de que a escrita da história se dê como representação/reconstituição da experiência temporal.

Ao contrário da Teoria Literária, em cujo campo revela-se uma forte tendência para afirmar que as tensões entre realismo e nominalismo não fariam sentido hoje, haja vista que o realismo teve seu auge num passado próximo, a saber, o realismo

seria extensivo às principais correntes do estruturalismo, a exemplo do estruturalismo linguístico de Saussure, para quem a linguagem se constitui enquanto um sistema, só que um sistema que pensa a própria linguagem como objeto autônomo, que não remete a objetos externos. Lembro, contudo, que a ressalva não é válida para a corrente estruturalista mais próxima da História, a ideia de história estruturada nos termos de Braudel, a qual afirma a totalidade histórica sem perder de vista a premissa de que o conhecimento histórico é objetivo, verdadeiro.

²² Como prenúncio do relativismo de hoje, com o seu sentido corrente de certezas abaladas, Nietzsche já argumentava, numa das muitas matrizes que serviu de base para esse relativismo, que o conhecimento dito objetivo é inalcançável. Um trecho de *A Vontade de Potência*, texto póstumo, é emblemático: “‘Interpretação’, a introdução do sentido – não ‘explicação’ (na maioria dos casos, uma nova interpretação em cima de uma antiga que se tornou incompreensível, que é agora apenas um signo). Não há fatos, tudo está em fluxo, incompreensível, esquivo; o que é relativamente duradouro são nossas opiniões”. Cf. SAID, 2003, p. 21.

²³ Tomo a expressão de empréstimo a Carlo Ginzburg, tema de seu trabalho recente, com tradução quase simultânea no Brasil. Cf. GINZBURG, 2002.

oitocentista²⁴ – ainda que muitos herdeiros dessa tradição, ao longo do século XX e já neste início de século XXI, parecendo pouco intimidados, continuem a advogar os fortes laços entre literatura e mundo²⁵ –, no âmbito da Teoria da História não existem dúvidas de que essas relações de força estão na ordem do dia. Ocorre que os embates entre os partidários da *physis* ou *antiphysis* se dão, em termos historiográficos, no coração mesmo dos paradigmas emergentes a que fiz alusão, com destaque para a Micro-História italiana, a História Cultural americana, a Nova História francesa, a História Social inglesa e a arqueogenealogia de Michel Foucault. Assim, a tensão referida remete a confrontos entre esses paradigmas considerados novos – embora não tão novos se considerarmos que vieram à tona nos anos 1960/1970 – e não entre esses paradigmas e os que ficaram para trás, a exemplo do marxismo em sua acepção clássica ou de certas correntes funcionalistas, etc.

Em que pesem suas diferentes práticas com vistas à elaboração da escrita da história – cada uma com seus temas

²⁴ COMPAGNON, 2003, pp. 106-109.

²⁵ Há inúmeros exemplos de autores contemporâneos que propõem um vínculo estreito entre literatura e mundo, que se nos dá como um canal de reflexão crítica sobre a realidade circundante, sobre a difícil condição humana nos dias de hoje. A título de exemplo, eu citaria José Saramago, a respeito do qual um crítico, refletindo sobre três de seus romances recentes, os intitulou de “trilogia da crise”, numa referência ao fato de que *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), *Todos os Nomes* (1997) e *A Caverna* (2000), focalizam a condição humana sob a ótica da crise brutal que grassa no capitalismo avançado. Para não ir muito longe, considere-se uma leitura que o nosso crítico leva a efeito em torno de *Ensaio sobre a Cegueira*, o qual “pode ser lido como imaginação literária crítica da condição humana vivida nas cidades finisseculares do capitalismo avançado”. Enfim, um romance situado “numa tradição forte da literatura no século XX, a que trata, justamente, do cotidiano dos comuns, dos anônimos que são atropelados, cegamente, pela violência histórica e mergulho inesperado na barbárie”. Cf. BUENO, 2000, pp. 43 e seq.

prediletos e com seus próprios métodos e/ou instrumentária conceitual – não há que duvidar que entre a Micro-História italiana e a História Cultural americana, por exemplo, há diferenças marcantes na concepção do fazer historiográfico. Porém, ambas falam de um mesmo lugar: o campo da representação. Por esta razão, sempre me pareceram inócuas as críticas que Giovanni Levi, da Micro-História, endereçou a Robert Darnton, um historiador cultural americano, e, por extensão, ao antropólogo Clifford Geertz e à tradição filosófica hermenêutica ao qual este último é filiado. Tudo leva a crer que Levi ficou a malhar em ferro frio. É que seus argumentos, alertando para os perigos da hermenêutica²⁶, não vingaram, nem podiam vingar, uma vez que um pouco de imaginação ou de ousadia na interpretação, tal como vemos nos textos de Darnton (objetos da crítica de Levi) não depõem seriamente contra a objetividade ou a seriedade do saber. As críticas do italiano só teriam sentido caso Darnton fosse avesso à ideia de representação, o que não é o caso.

O que Levi não acata, na antropologia de Geertz – a qual estaria por trás dos estudos de Darnton –, é a “transformação de produtos culturais em texto”, ou seja, a ideia de que essa tradição hermenêutica não estuda os eventos em si, mas seu significado inscrito na forma de texto, tal como Geertz teria se apropriado de Ricoeur. Há que se perguntar: mesmo que os eventos deixem de existir, permanecendo, nos termos de Levi, tão-somente sua “inscrição” em forma de texto²⁷, em que sentido isso depõe contra a ideia de representação? A resposta é nenhum. E isto pela simples razão de que a inscrição de um evento dado em texto não é outra coisa senão uma forma de representação.

Tudo leva a crer que em Giovanni Levi, ou em sua “mente materialista”, como ele próprio se define, não há lugar para objetos de estudo que não se expressem na forma de realidade imediata,

²⁶ LEVI, 1999, pp. 137-146.

²⁷ Ibidem, pp. 140-141.

soando-lhe estranha a ideia de tomar como objeto de estudo o significado inscrito pelos atores sociais a esse ou aquele aspecto da realidade. Além do mais, considere-se que sua pretensão maior é provar a todo custo que por trás da antropologia interpretativa de Geertz está a filosofia hermenêutica, com destaque para Paul Ricoeur e Hans-Georg Gadamer, em que este último, por exemplo, situaria a verdade no plano meramente textual, sem qualquer correspondência entre uma proposição e uma coisa²⁸.

Entretanto, o texto que motivou a crítica de Levi, “*Os Trabalhadores se Revoltam: o grande massacre de gatos da Rua Saint Severin*”, não sugere ao leitor, como parece ser a pretensão do crítico italiano, que ali estaria uma hermenêutica próxima daquela sugerida por Gadamer. Muito pelo contrário, pois o que vemos no texto de Darnton é tão somente a recorrência ao método hermenêutico, aplicada ali com o nome de “descrição densa”, para fins de analisar toda a simbologia da prática ritual duma matança de gatos por parte de trabalhadores gráficos, um episódio minúsculo que teve dia e hora marcados na Paris do século XVIII²⁹.

Talvez Darnton tenha se excedido na leitura de certos símbolos que explicam o ritual da matança; talvez tenha exagerado ao ler esse ritual como uma revolução simbólica dos trabalhadores de uma gráfica contra seus patrões, a exemplo da cacetada que desferem em “*la grise*”, a gata de estimação da patroa, que o autor interpreta como sendo um ato de revolta contra esta última. O significado desse ataque, nos termos de Darnton, reside na ideia de que os “gatos, como símbolos, evocavam o sexo, bem como a violência, uma combinação perfeitamente adequada para um ataque à patroa”, essa lasciva mulher adúltera nos braços do seu jovem amante, um padre da redondeza, e cujo marido (o patrão) assumia o papel de uma “figura cômica estereotipada”, a figura do

²⁸ LEVI, 1999, p. 139.

²⁹ DARNTON, 1986, pp. 10-105 e 131.

corno. Isto para não mencionar o fato de que, atacando o “bicho de estimação” da patroa, eles a estupravam simbolicamente, ao mesmo tempo em que faziam o “supremo insulto”, chamando-o simbolicamente de corno³⁰. Haveria aqui um excesso de interpretação? Teria Darnton carregado nas tintas ao lançar mão do método da “descrição densa”? É o que parece. Porém, concluir daí que o texto pratica uma hermenêutica sem preocupações com a verdade histórica é algo temeroso. Até porque, não se deve confundir ousadia hermenêutica com rejeição à verdade.

Também não é verdade que o texto em questão, conforme argumento de Levi, contenha uma noção equivocada de contexto, conquanto toma-o como um fundo imóvel ou fixo. No caso, Darnton apenas teria dado relevância a um pequeno episódio com o fim de inseri-lo em um contexto global, conhecido de antemão. Com isto, a pesquisa não acrescentaria muita coisa ao já conhecido, confirmando-o “debilmente e de modo supérfluo”³¹.

Creio que esta é a parte mais insustentável da crítica de Levi. Ao contrário do que diz tal crítica, o texto de Darnton realiza de forma competente o vínculo texto-contexto-texto. O que se percebe, ali, é que há um momento em que o texto fica totalmente em suspenso em função das incursões do autor pelo contexto. De resto, incursões bem sucedidas, dentre outras coisas, porque pautadas em pesquisa empírica de fôlego, com a vantagem de trazer toda uma luz para o texto. Assim, texto e contexto são campos em aberto e ambos saem enriquecidos da leitura de Darnton. A tal ponto isto ocorre que, no final, um não se explica sem o outro.

Assim, mesmo que a *Micro-História italiana*, de forte tradição empírica, como se reconhece na crítica de Levi, se revele hostil à tradição hermenêutica da *História Cultural americana*, isto em razão de esta última enfatizar menos a rigorosidade empírica e

³⁰ DARNTON, 1986, pp. 131-132.

³¹ LEVI, 1999, pp. 143-146.

mais a capacidade de interpretação simbólica das práticas culturais, ainda assim, talvez sem terem consciência disto, ambas estão alinhadas no campo representacional. A diferença, pois, é tão-somente de ênfase: uma mais empírica, mas cujas afirmações e/ou conclusões poderiam tranquilamente ser vistas como parte das correntes interpretativas; outra mais interpretativa, embora sem descurar do empírico, aqui entendido no sentido de que os significados simbólicos estudados remetem a práticas culturais efetivas, etc.

A respeito do primeiro caso, por exemplo, Peter Burke menciona um fato curioso acerca de Carlo Ginzburg, da mesma corrente historiográfica a que pertence Giovanni Levi. É que o Ginzburg de *O Queijo e os Vermes* já não pode criticar, com a mesma ênfase de antes, a corrente americana que, com Hayden White à frente, defende que a escrita da história é de natureza ficcional. Eis a razão: o livro referido teria sido escrito na perspectiva de uma “forma conscientemente literária”³². Ainda que Burke não tenha dito que o que este livro tem de liberdade de interpretação, de literário, de retórica mesmo, não o torna um texto de ficção. Por mais que, do ponto de vista estético, possa ser lido como um romance, isto não o torna menos comprometido com a tradição empírica à qual se vincula o autor. Que o diga a rica documentação inquisitorial (com destaque para as peças de acusação contra o moleiro Mennoccio e sua estranha cosmovisão) que serve de base à leitura do objeto tratado.

Quanto à corrente hermenêutica que estaria por trás dos trabalhos de Darnton, o fato de que o que ela se propõe a analisar ou a atribuir sentidos, na verdade, são as práticas culturais tomadas enquanto teias de significação, tais como pensadas por Max Weber e apropriadas por Geertz³³, não depõe contra a ideia de que é um saber com vistas à apreensão de aspectos importantes do mundo

³² BURKE, 2002, p. 178.

³³ GEERTZ, 1989, p. 15.

histórico, devidamente situados no tempo e no espaço. Assim, quando Geertz se propõe a estudar o simbolismo do poder em Bali, desenvolvendo a ideia de que o Estado ali se organizou com base em toda uma teatralização, isto indica exatamente que o Estado balinês se constituía enquanto “uma representação da forma como a sociedade se encontrava organizada”. Isto significa que já não faz sentido insistir em opor pensamento e ação, simbologia e realidade, campo estético e campo prático, etc.³⁴.

O fato é que a antropologia interpretativa, a despeito de compartilhar, junto com o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, da influência da Linguística, não descamba para o que poderíamos chamar de perda de historicidade, bastando considerar, a respeito, que se trata de um saber antropológico com fortes raízes em tradições hermenêuticas de cunho fenomenológico, a exemplo da problemática do conhecimento em Max Weber ou em Wilhelm Dilthey³⁵. De resto, tradições hermenêuticas que não poderiam ser consideradas matrizes para posturas exclusivamente nominalistas. Considere-se, por exemplo, o caso de Weber, para quem as ciências sociais, mesmo epistemologicamente autônomas em relação às ciências da natureza, têm em comum, com estas, “o postulado da existência da realidade, com a ambição empírica de explicá-la”. A diferença estaria na constatação de que os “fatos sociais” não podem ser tratados como coisas, não são reproduzíveis ou simplesmente descritos. De modo que no âmbito das ciências sociais, incluindo aí a História, só restaria uma alternativa: a interpretação dos “fatos sociais” como uma prática epistemológica sempre em aberto, em que nenhuma afirmação é definitiva. Por assim dizer, o conhecimento aí produzido só seria exequível numa perspectiva de plausibilidade³⁶.

³⁴ ALMEIDA, s/d, pp. x-xi.

³⁵ *Ibidem*, p. viii.

³⁶ DOSSE, 2001, p. 40.

Se compararmos a História Social inglesa e a História Cultural francesa, esta última desenvolvida no âmbito da terceira geração dos *Annales*, a conclusão seria parecida. A primeira, em seu profundo vínculo com a pesquisa empírica, voltada, via de regra, para a reconstituição de práticas de resistência de grupos subalternos, cujos atores são mais conhecidos como os “de baixo”, difere substancialmente da corrente francesa, com sua ênfase nas chamadas “atitudes mentais” e na apreensão de hábitos e costumes do cotidiano, captados em grande medida por meio de métodos etnográficos de sentido antropológico³⁷, devendo-se acrescentar a preocupação com certo esmero narrativo, desejando, com isto, tornar a narrativa histórica atraente ou palatável ao receptor³⁸.

Essas duas vertentes diferem bastante no tocante aos objetivos, à instrumentária conceitual ou aos recursos metodológicos. Tudo leva a crer que um historiador cultural francês, da terceira geração dos *Annales*, teria pouco interesse em estudar as revoltas populares, na Inglaterra do século XVIII, do ponto de vista do conceito, cunhado por Edward Palmer Thompson, de “economia moral da multidão”, o qual diz respeito

³⁷ Há exemplos marcantes a respeito. Um deles, sem dúvida magistral, é o livro *Guilherme, o Marechal, o melhor cavaleiro do mundo* (DUBY, 1994). Eis as razões: 1) é uma das primeiras incursões pela história biográfica de um novo tipo, que retrata a vida do biografado sem perder de vista o coletivo; 2) segue de perto a vida de um grande cavaleiro medieval por meio de numerosos “vestígios deixados por sua turbulenta passagem por este mundo”, dos quais se vale para saber mais sobre o cavaleiro comum e sobre a cavalaria como um todo; e 3) traduz toda uma preocupação com um estilo narrativo em forma de enredo ou trama, do agrado do leitor, isto porque pode “ser lido como um romance de capa e espada”. Cf. DUBY, 1993, pp. 137-141.

³⁸ É sabido que o historiador não tem a mesma liberdade dos autores ficcionais, uma vez que, não podendo prescindir da recorrência a certas evidências empíricas no momento de sua atividade criadora, o máximo que pode almejar é “divertir”, no sentido de oferecer ao leitor um texto de história “menos áspero”, isto é, de leitura agradável, resultado de sua preocupação hoje em “flexibilizar o estilo” Cf. *Ibidem*, p. 113.

ao consenso popular, estabelecido pelo costume, e relativo a certas normas sociais tais como a garantia da qualidade e a manutenção do preço da farinha de trigo. Desrespeitar essas normas, como tantas vezes ocorreu da parte dos moleiros e comerciantes, levava os populares a se amotinarem exigindo respeito ao direito costumeiro. A “economia moral” era levada tão sério que as autoridades assumiam uma atitude paternalista diante dos motins e isto pelo fato de que estes ocorriam porque obrigações morais deixavam de ser observadas. Por exemplo, o desrespeito pelo “justo preço”. Infringir esse direito levava os populares, por meio de uma série de ações diretas, nada desorganizadas como se poderia pensar à primeira vista, a lutar para que tudo voltasse ao devido lugar³⁹.

Neste mesmo diapasão, também é difícil imaginar um historiador cultural preocupado em escrever longas páginas sobre a questão da consciência de classe, a qual tem a ver, nos termos da História Social desenvolvida na Inglaterra, com o momento em que os trabalhadores desse país, após um século mais ou menos acumulando experiências de luta, caminhavam, no começo dos anos 30 do século XIX, para a aquisição da “plena consciência”, situação incomparável com o “estágio fragmentário” de décadas anteriores⁴⁰.

Ocorre que o momento da “plena consciência”, conforme aparece nos argumentos de Thompson, vinculava-se a uma “cultura radical”, isto é, a um conjunto de práticas culturais relacionadas a um intenso “movimento reformador radical”, com a criação de “núcleos radicais” espalhados por todo o país. Eis algumas das ações desses reformadores: a) a luta pela liberdade de imprensa e sua identificação com a causa dos artesãos e diaristas, luta que era levada aos tribunais pelos reformadores radicais e da qual se fazia uma ampla propaganda junto aos trabalhadores; b) o

³⁹ THOMPSON, 1998, pp. 150-153.

⁴⁰ Idem, 1987, p. 411.

estímulo à leitura no seio das classes populares, onde se desenvolvia o autodidatismo e se fazia de tudo para diminuir as taxas de analfabetismo entre essas classes, sendo que, em geral, a literatura se colocava à disposição dos novos leitores visando despertar-lhes uma consciência, seja em periódicos e jornais, seja em panfletos e paródias, etc., e todos de cunho radical; c) a disseminação de teatros populares e de oficinas de cartuns, também populares, os quais cumpriam um papel político importante como instrumentos de crítica ao *status quo* vigente, etc.⁴¹.

Para começar, a primeira dificuldade seria quanto à apropriação do conceito de classe, o qual – com todas as ressalvas que se possam fazer – sempre está presente no horizonte de qualquer trabalho de História Social. Isto não significa que um historiador social deva abraçar o conceito tradicional de classe, tão conhecido por parte de todos que são minimamente familiarizados com o marxismo clássico. Porém, dificilmente um trabalho de História Social se furta à meta de focar experiências que expressam formas de resistência, nem mesmo os trabalhos de que hoje exploram menos o mundo do trabalho e mais o da cultura, a exemplo das muitas páginas de textos de historiadores sociais enfocando a resistência em manifestações populares como o carnaval, a capoeira, entre várias outras. Ainda que um historiador cultural se debruce sobre o mesmo tema e tenha acesso às mesmas fontes, seu horizonte é outro. Por exemplo, ele pode estar interessado em explorar nessas fontes não uma prática de

⁴¹ Ver, a respeito, o último capítulo do livro citado na nota anterior, alentado capítulo no qual o autor discorre sobre a *consciência de classe*. Lembro, porém, que as informações contidas no texto foram coligidas a partir do item I (Cf. THOMPSON, 1987, pp. 303-343), o que nem de longe expressa a riqueza do “movimento reformador radical”, tal como demonstrado ao longo desse que é o mais denso capítulo do referido livro.

resistência dada, mas apenas os modos de ser, sentir e estar no mundo, explorando hábitos, comportamentos, atitudes...

Caso um historiador cultural se interessasse em estudar uma série de práticas rituais em torno da “venda de esposas”, assim como Thompson em texto já clássico no âmbito da História Social da Cultura, talvez se contentasse em analisar tão-somente os ritos e seu significado simbólico, não precisando adotar a perspectiva daquele historiador inglês, para quem o ritual parece ter um interesse apenas marginal, “evidência fragmentária e enigmática”, a indicar “percepções possíveis sobre as normas e a sensibilidade de uma cultura perdida, bem como sobre as crises internas aos pobres”⁴². Esta última variável, por exemplo, é sintomática. É que Thompson trabalha com evidências seguras de que a “venda de esposas” – com tudo o que ela representou em termos de arranjos para legitimar separações/divórcios que em sua maior parte já existiam de fato, mas não de direito –, ocorria principalmente entre os pobres, podendo ser considerados atípicos os casos de transação entre pessoas abastadas⁴³.

Há que perguntar: não tivesse Thompson tido certa segurança para relacionar a “venda de esposas” com as “crises internas aos pobres”, teria ele interesse em estudar o fenômeno? Sem essa evidência de classe, não teria faltado suporte para a realização de um texto de História Social? É o que parece. Ora, para um historiador cultural, a única coisa que não poderia faltar seria evidências da existência do fenômeno – e nisto historiadores sociais e culturais parecem falar a mesma linguagem – e não sua condição intrínseca de fenômeno associado à determinada classe, muito embora pudesse explorar também esse aspecto.

Invertendo as situações, creio que poderíamos imaginar temáticas enfocadas por historiadores culturais que não seriam abraçadas por historiadores sociais. Lancemos mão de um

⁴² THOMPSON, 1998, p. 308.

⁴³ Ibidem, pp. 312-313.

exemplo marcante: o estudo de Emmanuel Le Roy Ladurie, intitulado *Montaillou, povoado occitânico (1294-1324)*, publicado na França em 1975. Creio que um historiador social concordaria em gênero, grau e número com este trabalho do ponto de vista de sua relação com as fontes documentais, na recorrência aos dossiês preparados pelo bispo Jacques Fournier, inquisidor transformado numa espécie de “etnógrafo e policial”, que interrogava os aldeões minuciosamente e cujas falas estão registradas nesses dossiês, nos quais esses aldeões aparecem em “carne e osso”⁴⁴.

O que um historiador social não concordaria é com o tipo de trabalho que veio à tona a partir delas. Trata-se basicamente de um minucioso trabalho de etnografia histórica, em que Le Roy Ladurie, fazendo um uso indireto dessas fontes, aceita o desafio de reconstituir, passo a passo, a vida cotidiana de uma pequena comunidade aldeã, localizada nos Pirineus franceses, na passagem do século XIII para o XIV. Mas uma reconstituição da vida cotidiana no sentido mais amplo do termo, envolvendo das condições de moradia às práticas sexuais, da condição feminina às causas da mortalidade, do sentimento de infância às concepções do além-túmulo, dentre outros aspectos. Quer dizer, diversos aspectos que não entrariam no horizonte de um trabalho de História Social.

A título de exemplo, vejamos o caso do capítulo intitulado “*O Gesto e o Sexo*”, em que Le Roy Ladurie explora com riqueza de detalhes, dentre outros aspectos, os que seguem: a) os vários motivos pelos quais se chorava, inclusive o choro proveniente de alegria; b) os vários tipos de saudação ou os atos de polidez, tudo levando a crer que, devido ao “masculinismo” que predominava na aldeia, as mulheres não eram merecedoras de algumas cortesias, como no exemplo de um homem que se ergueu, com a chegada de uma mulher, não por um gesto de cortesia e sim para afastar-se do ambiente, “por medo de impureza”; c) as práticas de higiene, em

⁴⁴ LE ROY LADURIE, 1997, p. 11.

que se percebe desde a cata de piolhos, um hábito tão corriqueiro e tão necessário que não só consolidava “laços de família e de ternura” como levava as famílias abastadas a disporem de catadoras oficiais, até a prática comum de não se tomar banho, uma vez que não era de bom tom manter limpo o exterior do corpo, a não ser que se tratasse dos leprosos ou tinosos – afinal, um “corpo mal lavado” era tido, entre os homens, como “sinal de virilidade pessoal”; d) as práticas da libido de um modo em geral, onde se registra os muitos casos de estupro de jovens mulheres, a sedução de jovens adolescentes para a prática homossexual, isto para não falar no incesto, na prostituição, etc.⁴⁵.

De modo que as diferenças entre as duas correntes aludidas residem na ênfase atribuída a um ou outro aspecto. O fato de a História Social, em razão de seu vínculo com certa tradição empírica, se revelar menos teórica e conceitual que a História Cultural francesa, não significa que esta última prescindia do empírico. Em que pesem essas diferenças, estão a falar de um mesmo lugar: o campo representacional. Os profissionais vinculados a esses paradigmas não têm dúvidas quanto à ideia de que suas respectivas escrituras traduzem experiências temporais, no sentido de que apreendem esse ou aquele aspecto do vivido.

Na esteira dos exemplos explorados, diria, para concluir, que a produção do conhecimento histórico caracteriza-se por uma hermenêutica que propicia, da parte dos profissionais da História, visões possíveis sobre uma realidade dada. Logo, não há a verdade ou verdades que possam ser encaradas como a última palavra sobre um objeto de estudo, mas há tão-somente verdades plausíveis. Não obstante, considerar a verdade em termos de plausibilidade, de verossimilhança, não se confunde com a postura antimimética de rejeição à verdade como algo ilusório. Isto significa, na pior das hipóteses, que há pretensões de veracidade, o

⁴⁵ LE ROY LADURIE, 1997, pp. 177-192.

que exige a confirmação de um referente externo, a chamada experiência temporal, sem a qual não é possível conjecturar nem mesmo sobre a verdade no campo do possível. Assim, mesmo que nenhuma escrita da história seja capaz de explicitá-la em toda sua complexidade, dando conta de todas as suas tensões ou conflitos, isto não significa que não se possa interpretá-la e emitir sobre ela juízos consequentes.

Por tudo que tenho argumentado até agora, parece pertinente concluir com a postura incisiva e irônica de certo crítico carioca: “é claro que se pode cortar o nó górdio e, ao invés de enfrentar a resistência do real, fazer um movimento que se volte apenas para linguagem, o texto, o movimento aberto e plural, vacante e indeterminado”. Irônico, esse crítico é de opinião que os jogos de linguagem, quando encarados “como horizonte livre de constrangimentos e coerções, tem algo de inocente e de infantil”. No caso, tais jogos não passariam de “parolagem vazia, minuciosa exploração que liga nada a lugar nenhum, sempre acompanhada de uma retórica grandiosa e sutil, o tempo todo a discutir quantos anjos cabem na cabeça de um alfinete”⁴⁶.

Mas há que se interrogar: posturas como esta não representariam um exagero ou mesmo um exacerbamento desnecessário da polêmica? É o que parece. É bem verdade que o autor citado assim se pronuncia porque é de opinião que não é lançando mão de uma retórica vazia que iremos a algum lugar, que enfrentaremos os dilemas que a contemporaneidade nos coloca. Não é com uma retórica, esvaziada, por assim dizer, de certa dimensão política, que encararemos os dilaceramentos do mundo contemporâneo, com sua clara tendência à negação do humano, de soterrar de uma vez por todas as esperanças de um mundo melhor, de tornar as utopias uma espécie de piada (de gente que não tem o

⁴⁶ BUENO, 2000, pp. 294-296.

que fazer?), de negação, enfim, de qualquer valorização em torno da condição humana.

Todavia, não há que se esquecer que não fosse o pós-estruturalismo, com toda a carga de ceticismo que o caracteriza, inúmeros historiadores, críticos literários ou teóricos da linguagem, dentre outros, não teriam enriquecido seus respectivos campos de atuação com base num repensar da mimesis. Isto significa que, na pior das hipóteses, há que se reconhecer alguma positividade no ceticismo referido.

Considere-se, a respeito, o que argumentei sobre a reconsideração da mimesis no campo historiográfico. Não fossem as cobranças dos pós-estruturalistas, com seus ataques ao campo das certezas inabaláveis, com sua rejeição à ideia de que é possível alcançar um conhecimento objetivo, verdadeiro, os profissionais da área não teriam sido alertados para a necessidade de repensar seu conceito de fonte histórica, sua noção de verdade em História, etc. Logo, a crítica hoje endereçada aos céticos pós-estruturalistas não deve se expressar nos termos aludidos, de que eles (os céticos) estariam a “discutir quantos anjos cabem na cabeça de um alfinete”, e sim no sentido de demonstrar que seus argumentos – incluindo aí a ausência de dimensão política – são epistemologicamente limitados, assim como são epistemologicamente limitados os próprios argumentos objetos de sua crítica.

O que parece fazer sentido, isto sim, é o reconhecimento de que, a despeito dessas “relações de força”, ou mesmo por causa delas, a escrita da História nunca esteve tão em alta quanto nos dias atuais. Embora tais relações de força pareçam, à primeira vista, algo negativo, não têm trazido qualquer prejuízo ao fazer historiográfico. Muito pelo contrário, pois o que se presencia, no mundo inteiro, é que a disciplina História tem estado em permanente evidência nos últimos anos, com uma posição de destaque no contexto das Humanidades. Mesmo em países como

o nosso, com as dificuldades que nos são peculiares e que não preciso aqui enumerar, nunca foram produzidas tantas teses acadêmicas e/ou tantas obras de História de tão boa qualidade, o que não significa que tudo que se produz na área seja digno dessa adjetivação.

Talvez nenhum campo do saber, no âmbito das Humanidades, tenha sido tão atingido por fraturas internas quanto a História, cujos profissionais convivem cada vez mais com posturas relativistas e plurais. Isto envolve, de um lado, toda uma diversidade temática, não sendo poucos os objetos de estudo que até outro dia eram tidos como marginais ou pouco dignos de abordagem historiográfica e, de outro, um sem número de novos aportes teóricos, com destaque para as lições de método extraídas no contato com as variantes da História Cultural e/ou Social ou no contato com a corrente pós-estruturalista, em que a maioria de seus profissionais, rotulados hoje de “pós-modernos”, considera obsoletos os que não falam sua linguagem⁴⁷. Mas esses confrontos, conforme sugeri, não têm inibido a dinâmica que acompanha a produção do saber histórico hoje.

⁴⁷ O que expus tem um sentido contrário ao que afirma José Carlos Reis em texto recente, para quem a historiografia pós-moderna consiste em variáveis do tipo: “valorização da alteridade, da diferença regional e local; microrrecortes no todo social; apego à micronarrativa e à ‘descrição densa’ em detrimento da explicação globalizante; redefinição da interdisciplinaridade e do tempo longo; abertura a todos os fenômenos humanos no tempo com ênfase no individual, no irracional, no imaginário, nas representações, nas manifestações subjetivas, culturais” (Cf. REIS, 2003, pp. 60-61). Esta postura é profundamente genérica, isto para não falar em equívocos simplesmente. É um fato que algumas dessas variáveis expressam práticas historiográficas inovadoras, adotadas hoje por historiadores culturais e/ou sociais em seus vários ramos internos. Todavia, taxá-las de “pós-modernas” é um equívoco, a não ser que Reis estivesse se referindo tão-somente à história cultural praticada pelos pós-estruturalistas, o que não parece ser o caso. Muitos dos novos historiadores culturais e/ou sociais hoje talvez estejam dispostos a aceitar diversos rótulos, menos o de “pós-modernos”.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Miguel Vale de. “Nota de Apresentação”. In: GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado espetáculo no século XIX*. Tradução: Miguel Vale de Almeida. Lisboa: DIFEL, s/d, pp. VII-XII.
- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Tradução: Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BUENO, André. *Formas da Crise: estudos de literatura, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Tradução: Maria Luíza Xavier de Almeida Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- BURKE, Peter. *O Historiador como Colunista*. Tradução: Roberto Muggiati. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria: literatura e senso comum*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- DARNTON, Robert. “Os Trabalhadores se Revoltam: o grande massacre de gatos na Rua Saint Severin”. In: *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução: Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 103-139.
- DOSSE, François. *A História à Prova do Tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

DUBY, Georges. *A História Continua*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar Editor/Editora da UFRJ, 1993.

DUBY, Georges. *Guilherme, o Marechal, o melhor cavaleiro do mundo*. Tradução: Maria Tereza Mates e Daniel Janela Afonso. Lisboa: Gradiva, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Tradução: não consta. Rio de Janeiro: Editora Guanabara/Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora da PUC-Rio, 2006.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou, povoado occitânico (1294-1324)*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEVI, Giovanni. “Os Perigos do Geertzismo”. In: *História Social - Revista da Pós-Graduação em História do IFCH/UNICAMP*. Tradução: Henrique Espada Rodrigues Lima Filho. Campinas, SP: Gráfica do IFCH, 1999, pp. 137-146.

PROST, Antoine. “Social e Cultural, Indissociavelmente”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para Uma História Cultural*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 123-138.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução : Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *Sobre a Tradução*. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Livros Cotovia, 2009.

ROCHE, Daniel. “Uma Declinação das Luzes”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para Uma História Cultural*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 25-50.

SAID, Edward Wadie. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a força dos trabalhadores [volume III]*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [Coleção Oficinas da História].

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAPÍTULO II

Jacob Burckhardt, Friedrich Nietzsche & Theodor Adorno: *pioneiros de uma moderna historiografia da música popular?*

Elton John da Silva Farias

Este ensaio tem por objetivo sugerir que as investidas intelectuais do historiador suíço Carl Jacob Christoph Burckhardt e do filósofo saxão-germânico Friedrich Wilhelm Nietzsche, no século XIX, sejam lidas e vistas como pioneiras de uma moderna historiografia da música popular na academia. Apesar de mais costumeiramente se atribuir tal pioneirismo ao filósofo alemão Theodor Ludwig Weisengrund-Adorno, autor relacionado à *Escola de Frankfurt*, tento mostrar que, enquanto Burckhardt analisou a posição social que a música ocupou no cotidiano da península itálica da época da Renascença – especialmente nas grandes cidades artísticas de Veneza, Florença e Gênova –, Nietzsche, por sua vez, ao se apropriar do pensamento do filósofo prussiano Arthur Schopenhauer, a entendeu como a expressão artística que mais bem representaria uma “essência da vida”, pensando particularmente na *canção popular* como um “espelho musical do mundo” e como a primogênita maneira de significar o encontro entre o *apolíneo* e o *dionisíaco* na constituição da tragédia grega. Cada qual a sua maneira, ambos podem ser considerados pioneiros de uma moderna historiografia da música popular por darem a esta um destaque interessante em suas produções, algo que não foi bem

compartilhado pela maioria de seus contemporâneos no século XIX.

Creio ser importante, porém, especificar aquilo que rotulo por “música popular”. Minha perspectiva supõe o “popular” não como o avesso ao que se diz “erudito”, nem como um tipo de música folclórica elaborada por grupos ou pessoas ligados a determinadas etnias e que sirvam para confirmar uma “tradição”: ao contrário disso, penso o termo como uma possibilidade para todo o tipo de música que tenha uma fácil acessibilidade para um contingente considerável de pessoas e que atravesse as fronteiras das divisões étnicas e identitárias; não é apenas a música massiva como se pensou a partir do século XX, mas sim qualquer expressão musical que esteja vinculada ao cotidiano e aos modos de vida de uma sociedade qualquer, desde aquelas utilizadas na tragédia grega ou de sua importância na Idade Média e na Renascença (a exemplo das canções dos trovadores), de sua variação da ópera clássica (as suntuosas operetas italianas de *vaudeville* ou *singspiel*) no século XIX ou mesmo das canções urbanas ligeiras que geralmente obedecem a seu padrão de 32 compassos que tanto marcaram a arte musical no decorrer do século seguinte. Na concepção aqui defendida, o termo “música popular” não é um limite e sim uma vasta gama de condições de possibilidade e historicidade.

Richard Middleton¹, musicólogo norte-americano, aponta três “fases” principais que teriam definido os rumos da história da música popular ocidental como a conhecemos hoje:

a) *o momento da “revolução burguesa”,* impulsionado pelo período “classicista” da chamada música “erudita” dos séculos XVIII e XIX que tinha por base a busca do equilíbrio das estruturas melódicas, da simetria das frases, da “lógica” dos desenvolvimentos articulada com a concisão do pensamento

¹ MIDDLETON *apud* NAPOLITANO, 2002, pp. 11-38.

intelectualizado em sintonia com a música, ou seja, a “perfeita” combinação entre letramento, erudição e razão no cerne das artes. Tal período, de acordo com Middleton, foi importante pelo investimento burguês na criação de editorias musicais, expansão de promotores de concertos e proliferação de teatros e casas de concertos públicos. No período teria predominado o gosto pelas formas clássicas e sinfônicas, além da consagração de valores culturais eruditizados no “banimento da ‘música de rua’, [das] canções políticas circunscritas a enclaves operários, [da] vanguarda marginalizada ou assimilada”².

b) *o nascimento da “cultura de massa”*. Neste período, datado das duas últimas décadas do século XIX e da primeira metade do século XX, a inserção gradativa de novas regras mercadológicas³ no impulso e na “reaceitação” da música popular fazem nascer o limiar do que hoje entendemos por “música massiva”. Dois impulsos importantes desse momento foram o *ragtime*⁴ e a música

² NAPOLITANO, pp. 12-13.

³ A partir do século XIX várias mudanças nas percepções de como os produtos culturais deveriam circular foram ganhando terreno nas redes de produção artística. As primeiras artes a terem sua rede “profissional de mercado”, em termos modernos, foram a escrita e a literatura. De acordo com Raymond Williams, nos primórdios do referido século, “a reprodutibilidade impressa superou de muito a maior parte dos demais tipos de reprodução artística”, impulsionada pela onda crescente de profissionalização dos setores culturais, com a invenção sistemática do *copyright* (direito de identificação da propriedade autoral) e do *royalty* (pagamento relativo a cada exemplar vendido). Iniciados na produção de livros, tais direitos foram incorporados à indústria musical, de forma notória, a partir do período de nascimento da “cultura de massa”. Cf. WILLIAMS, 1992, pp. 33-55.

⁴ Uma espécie de “*Jazz* inicial” ou “tradicional”, o *ragtime* não consistia de uma música tocada no improviso (como o Jazz moderno) e nem de muitos solos. A quantidade de integrantes era pequena (4 ou 5 no máximo) e o saxofone não era seu principal instrumento, cabendo ao trombone e ao contrabaixo esse papel. Gênero musical popular muito recorrente nas últimas décadas do século XIX, o *ragtime* foi

Jazz que proporcionaram altos investimentos nas casas de danças e espetáculos e, claro, na produção e distribuição de discos. Os centros de divulgação desse *music-hall* seriam o *Tin Pan Alley* de Nova York e a *Denmark Street* de Londres. Nessas duas localidades, a intensificação de uma vontade de lucratividade cultural e o rápido desenvolvimento das indústrias de gramofones (Victor – EUA; Gramophone Co. – RU), vão atribuir ênfase à importância da “forma canção” e dos gêneros explicitamente dançantes. É, ainda, o “auge” das chamadas danças de salão⁵.

c) *o advento da cultura pop*. Seria o momento de maior “crise” da música popular. A época: a pós-Segunda Guerra Mundial (principalmente até a década de 1960). Seria nesse período que a “música massiva” tomaria proporções “globais” e as experiências musicais estariam agora intrinsecamente ligadas ao exercício da “liberdade”, na busca da “autenticidade” das formas musicais e culturais. Uma pretensa “cultura rock” e as transformações musicais sofridas pelo *Jazz* fariam com que as *tribos* comesçassem a se formar e elas seriam os monumentos indispensáveis na constituição da ideia de “rebeldia” que passa a definir os setores jovens do Ocidente a partir de então. A música popular seria, para Middleton, portanto, um fruto das classes trabalhadoras inglesas e da classe média norte-americana.

Assim sendo, quando o século XX mostrou que as oportunidades de mercado são bastante amplas, os meios de difusão cultural passaram a receber uma atenção inédita: é no entre guerras que a discussão do tema “cultura e sociedade de massas” vai sair detrás das cortinas. É por volta da década de 1930 que um

“obscurecido” pela popularidade do *Jazz* no século XX. Cf. COLLIER, 1995.

⁵ Algumas delas: swing (tipo de Jazz mais dançante); buzzard lope; turkey trot; grizzly bear; fox trot (inicialmente dançados ao estilo de ragtime, posteriormente mais próximos à dança de salão); bolero; salsa; tango e milonga (tipo de tango marginalizado).

grupo de acadêmicos alemães vai se interessar pela discussão e um deles, em especial, vai lançar olhares mais diretos à música popular. Seu nome: Theodor Adorno.

Obviamente, estou falando daqueles filósofos e pensadores ligados à *Escola de Frankfurt*⁶. Famosa por seguir orientações teóricas de caráter marxista e citada pela grande contribuição para o pensamento filosófico do século XX, esta Escola trouxe à sua época uma significativa inovação no que diz respeito ao pensamento social, já que introduziu ao cerne das discussões acadêmicas novos paradigmas para a Filosofia e a Sociologia: a chamada *Teoria Crítica da Sociedade* veio re-estruturar os rumos das pesquisas marxistas sobre cotidiano e sobre grupos sociais de maneira que a lógica do *materialismo dialético* fosse superada, privilegiando não apenas a força de trabalho ou a luta de classes na acepção da condição histórica do mundo moderno.

Por estudarem temas como arte, autoridade, família, preconceito, classes trabalhadoras, psicanálise e criarem novos conceitos como o de *Indústria Cultural*, os intelectuais de Frankfurt abriram caminhos para outros pensadores de várias áreas das Ciências Humanas e Sociais como, por exemplo, a chamada vertente teórica dos *Estudos Culturais* britânicos da Escola de Birmingham⁷.

⁶ Para ter definições mais bem elaboradas sobre a Escola de Frankfurt Cf. NOBRE, 2004 & WIGGERSHAUS, 2002.

⁷ Escola de intelectuais ligados à Universidade de Birmingham, na Inglaterra, formados no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (*Centro de Estudos Culturais Contemporâneos*). Criado em 1964, o Centro incentivou a investida sobre novos temas e objetos de pesquisa, aliando um pensamento crítico social à “ortodoxia” marxista, passando pelo interesse em política partidária e no estudo de grupos populares, o “Centro foi um caldeirão de cultura de importações teóricas, de trabalhos inovadores com objetos julgados até então indignos do trabalho acadêmico”. Cf. MATTELART & NEVEU, 2004, p. 56.

O Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt⁸ passa, a partir da direção de Max Horkheimer em 1931, a investir em pesquisas voltadas para a arte e para a cultura, o que possibilitou a formação daquilo que se conhece como *Teoria Crítica*. A proposta, iniciada com o discurso de Horkheimer na posse da diretoria do Instituto, ressaltava a idealização de um “novo paradigma” filosófico que reuniria elementos do materialismo histórico de Karl Marx com a psicanálise de Sigmund Freud. A orientação principal era a marxista, mas outros ramos da filosofia germânica recente foram aceitos pelos pensadores de Frankfurt: o “idealismo clássico e pessimista” de Arthur Schopenhauer, o “negativismo existencialista” de Martin Heidegger e a crítica à razão impelida por Friedrich Nietzsche.

A combinação do estudo desses pensamentos possibilitou a elaboração de uma *Dialética*⁹, que seria o método empregado, nesta perspectiva, para uma melhor compreensão da sociedade “real” a partir da investigação expressamente analítica (e interpretativa) dos fenômenos sociais escolhidos. Tais fenômenos caminhariam pelo conjunto de estruturas e forças sociais que os provocam e os moldam, intercalando-se entre as significações sociais que são elaboradas no dia-a-dia e a significação edificada pelo próprio filósofo. Daí a necessidade da *Dialética* em Frankfurt: esta “arte de discutir” prevê o diálogo entre o tema discutido e sua direta relação com o meio social, irrompendo ainda pelas subjetividades e as experiências (sempre críticas e necessárias) do pensador.

⁸ Criado em 1924 com o empenho do judeu alemão Felix Weil e os investimentos do seu pai, o milionário Herman Weil, o Instituto foi fundado no auditório da Universidade de Frankfurt oficialmente a 22 de Junho. Cf. WIGGERSHAUS, 2002.

⁹ A *Dialética*, como a apresento, é invenção direta dos principais líderes do Instituto, Max Horkheimer e Theodor Adorno, e pode ser mais bem compreendida na leitura das obras *Dialética do Esclarecimento* (de autoria de ambos) e *Dialética Negativa* (de Adorno).

A grande contribuição da *Teoria Crítica* para o pensamento contemporâneo talvez seja o explícito desejo dos filósofos de Frankfurt em desprezar o caráter cientificista (de exatidão) enraizado às humanidades no século XIX. Nada mais explicável, já que as influências diretas que seu pensamento herdou tinham como base a crítica à razão (Nietzsche) e um sentimento ontológico (Heidegger) de que não há solução imediata para as irracionalidades acometidas a partir da tentativa do exercício da razão e para o culto iluminista aos dados empíricos e às regras das disciplinas setoriais. Disso, pode-se tomar como exemplo a perseguição nazi-fascista contra os judeus durante a época de Adolf Hitler, condição social vivida pela maioria dos pensadores do Instituto. Desse fenômeno considerado “real”, há o surgimento da possibilidade de se questionar as ações de um ser tão racional como o humano que se jacta da capacidade e da necessidade de impor posições e não respeitar diferenças. Outrossim, o humano, para a base filosófica do Instituto, tornar-se-ia insensível à dor provocada pelo autoritarismo, negando sua coletividade e a harmonia de uma vida ativa no corpo social.

A racionalidade tecnicista burguesa, especialmente aquela operada pelos estados nazifascistas, deveria ser evitada. Além do fato de se pretender à universalidade para mascarar uma faceta de justiça e de oportunidades sociais às massas, tal racionalidade pecaria justamente por ser individualista e particularista quando se propunha a abarcar o âmago do universal: ao atribuir um valor capitalista-monetário às relações sociais, tal racionalidade estaria sendo construída a partir da “razão do dominante” em subjugo à “razão do dominado”. Daí que os grupos dominantes se empenhariam em diminuir e desviar a compreensão da “real” sociedade por parte dos grupos dominados, dando a estes o *show business* como recompensa por sua “passividade”. Além disso, a promessa de oportunidades equiparadas para as classes na educação e na formação profissional seria configurada nas

disciplinas setoriais que, implementadas em escolas e universidades e mecanicamente bem divididas, submetem os indivíduos à razão instrumentalizada pela “dominação”: esta é, na ótica da Escola, “o instrumento do privilégio na igualdade” e a “irrazão” às avessas¹⁰.

Portanto, esta é a necessidade da *Dialética*: promover uma espécie de interdisciplinaridade que não delimite as humanidades em áreas estruturais do saber e que não mais privilegie a razão tecnicista; assim sendo, todos os saberes humanos e sociais deveriam circular entre si, evitando o aprisionamento do saber na lógica de mercado capitalista.

E não por acaso, entre as décadas de 1930 e 60, esses pensadores direcionaram olhares sobre as mais variadas temáticas: filosofia clássica, economia social, sociologia da cultura, cultura de massas, psicologia autoritária, estética artística, cinema, avanços da tecnologia, ideologia, desemprego, fascismo, literatura, psicanálise, repressão familiar e sexual e, também, a música.

Quanto à música, o pensador mais expoente daquela Escola foi, acredito, Theodor Adorno. Mas Max Horkheimer também foi de grandiosa contribuição e ficou, no limiar dos estudos *frankfurtianos* sobre música, um tanto escondido à sombra de Adorno. Assim como Friedrich Engels foi tão importante para o pensamento de economia-política de Karl Marx, Horkheimer foi para o pensamento sócio-musical de Adorno. Ambos, Engels e Horkheimer, ficaram para a memória coletiva como os ocasionais *b-sides* dos *singles*¹¹ de Marx e Adorno, respectivamente.

¹⁰ ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p. 174.

¹¹ Em música popular, o *single* é um disco “avulso”, muito comum nas épocas em que o vinil era predominante no mercado, que contém uma música que serve para promover um artista ou um álbum seu. Também chamado de “disco 7 polegadas” ou “compacto”, este contém uma canção que as gravadoras ou artistas acham que vá fazer sucesso e ter grande alcance popular. O *b-side* (ou *lado b*) é o verso do disco *single*, que geralmente contém uma música que apenas preenche aquele espaço, sem

As ideias adornianas foram tão pioneiras que a seu “mentor” foi atribuído o título de “pai” da História da Música Popular. Marcos Napolitano, já citado, inclusive chega a afirmar que “só a partir dos anos 60 [a música popular] passou a ser levada a sério, não apenas como veículo de expressão artística, mas também como objeto de reflexão acadêmica”¹². Ora, tal afirmação mostra que se trata dos investimentos acadêmicos de Adorno em analisar a música popular e sua “face negra”, a Indústria Cultural. A época (a década de 1960) pode ser vista como uma herança direta das publicações de *O Fetichismo da Música e a Regressão da Audição* (1938) & *Sobre Música Popular* (1941), de autoria do próprio Adorno. Tais publicações vão, para Napolitano, marcar a era inicial dos estudos sobre música popular na academia e traçar um divisor de águas entre o que ele chama de estudos musicais *adornianos* e *pós-adornianos* (quando os estudos de música popular começam a se intensificar).

É exatamente onde quero chegar: vejam que Napolitano diz que apenas a partir dessa época a música popular passa a ser “levada a sério”. Adorno apenas se interessa pela música a partir do momento em que a mesma passa a ser inserida na lógica de mercado da modernidade pós-industrial. É quando a música começa a ganhar visibilidade mercadológica e a render lucros “massivos” para uma Indústria. Muito provavelmente, para além do *status* e da respeitabilidade da imagem de Adorno, a academia tenha aceitado esse estudo de bom grado pelo simples motivo de a música popular estar gerando lucros inesperados e passar a ser ligeiramente inserida na lógica da seriedade.

muitas intenções mercadológicas; outra possibilidade do *b-side* é a de servir para publicar uma canção que, por ventura, não tenha sido incluída em um álbum por ter sido considerada “não tão importante”. A metáfora aqui evidenciada quer dizer simplesmente que Adorno e Marx se destacaram mais na memória coletiva do pensamento ocidental do que Horkheimer e Engels.

¹² NAPOLITANO, 2002, p. 15.

O pensamento *adorniano* repousa sobre uma explícita revolta filosófica contra os modelos estabelecidos socialmente por aquilo que tal pensamento intitula de “mistificação de massa”¹³. Para Adorno e Horkheimer, a “mistificação” é a clara ideia de *padronização*¹⁴ dos consumidores passivos, subjugados pelo sistema cultural capitalista e que passam, a partir da modernidade pós-industrial, a ser massificados de maneira tal que se perde a indumentária da individualidade ou da “consciência social de si”. Assim, o ser humano perderia sua capacidade crítica, elucidativa, imaginativa e espontânea. Não haveria mais a necessidade de pensar, já que tudo estaria plenamente (im)posto, ofertado para que os usuários usufruam e contentem-se com aquele deleite, para Adorno e Horkheimer, momentâneo e supérfluo. Para ambos, a sociedade civilizada sofreria com a implementação da *estandardização* cultural na qual toda criação popular é considerada igual, repetitiva e descartável. As produções culturais do século XX não passariam de mercadorias transformadas em fetichismos regressivos que em nada acrescentariam à “verdadeira” formação intelectual do indivíduo. Ambos, pretensiosamente, afirmam que “a civilização atual a tudo confere um ar de semelhança” e que

a racionalidade técnica hoje é a racionalidade do próprio domínio, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-

¹³ ADORNO & HORKHEIMER, 1978, pp. 159-204.

¹⁴ O conceito de *padronização*, para os autores, segue um raciocínio economicista: o produto cultural seria, assim, aquilo que a indústria determina para o consumo dos usuários; haveria divisão econômica na oferta do produto, oferta esta baseada nas “distinções enfáticas, como entre filmes de classe A e B, ou entre estórias em revistas a preços diversificados, não são tão fundadas na realidade, quanto, antes, servem para classificar e organizar os consumidores a fim de padronizá-los. (...). Reduzido a material estatístico, os consumidores são divididos, no mapa geográfico dos escritórios técnicos (que não se diferenciam praticamente mais dos de propaganda), em grupos de renda, em campos vermelhos, verdes e azuis”. Cf. *Ibidem*, p. 162.

aliena. Automóveis, bombas e filmes mantêm o todo até que seu elemento nivelador repercute sôbre a própria injustiça a que servia. Por hora a técnica da indústria cultural só chegou à **estandardização** e à produção em série, sacrificando aquilo pelo qual a lógica da obra se distinguiu da lógica do sistema social [grifo meu]¹⁵.

Os dois autores, especialmente Adorno, eram apreciadores assíduos de música “clássica”, considerada “erudita”. Para ambos, a lógica da obra de arte pautada pela erudição conseguia fugir um pouco da lógica “putrefata” do sistema capitalista social. Coisa que a música popular não se preocuparia em fazer, pois, ao contrário, se orgulharia em estipular padrões para transformar as pessoas em instrumento de alienação e docilização social. Para Adorno, o mundo estava de ponta-cabeça, já que

uma grande cultura – a alemã – decaída e usada por uma ideologia totalitária [estava] ao lado de um sistema industrial de entretenimento e alienação – o norte-americano – que se fazia passar por “cultura”. Auschwitz e Hollywood, para ele, talvez não fossem tão diferentes, pois simbolizavam o fim da idéia de “humanidade” tal qual sonhada pela promessa libertadora da razão iluminista¹⁶.

Mas não se deve pensar que Adorno e Horkheimer foram tão dicotômicos quanto parecem: não se trata simplesmente de afirmar que os dois “atacavam” a música popular por si só. Eles criticavam seus usos pelo artefato ideológico da Indústria Cultural. Tudo bem que eles não tinham muita apreciação pessoal pelos *hits* do momento, elaborados nas estações de rádio das cidades metropolitanas, e também que a música “erudita” era sua grande paixão. No entanto, reconhecem o grande encantamento provocado pelas canções ligeiras, já que a mistificação levaria as massas às promessas de liberdade, autenticidade e oportunidades

¹⁵ ADORNO & HORKHEIMER, 1978, p. 160.

¹⁶ NAPOLITANO, 2002, p. 23.

diversas através das semelhanças; todos os consumidores estariam no mesmo patamar, na mesma condição de adquirir o que originalmente não seria seu: essa ideologia que tanto tem o poder de atrair as massas serviria de cárcere e de limitação para o desenvolvimento das pessoas enquanto seres humanos conscientes de si. O que se critica, portanto, não é a constituição da música popular em si, mas a sua aparente “finalidade”: seu controle sobre os consumidores, mediado pela diversão, que não se dá “por um mero decreto que esta acaba por destruir, mas pela hostilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria”, isto é, “mesmo quando o público se rebela contra a indústria cultural, essa rebelião é o resultado lógico do desamparo para o qual ela própria o educou”¹⁷.

Inclusive, de acordo com Napolitano, os dois admitiam que o modo como a música clássica era disseminada na sociedade em quase nada se diferenciava da maneira como as canções populares eram massificadas. Ouvir as grandes sinfonias do século XIX no seguinte, para eles, era tão ou quase tão alienante e fetichizante quanto ouvir as improvisações do *jazz* ou do *blues* norte-americanos. Todas compõem o grande abrigo que a Indústria Cultural encontrou para viciar os ouvintes nos “pormenores e clichês” culturais que responderiam à finalidade mercadológica da busca mecânica pelo lucro.

Outro conceito que norteia o pensamento adorniano é o de *amusement*. Em língua inglesa, o termo significa divertimento, distração, deleite. E para a lógica adorniana, tal conceito é elaborado em sentido muito próximo ao da mistificação; ou seja, uma manipulação comercial, um produto enganoso que serve para fazer o trabalhador, o homem comum, esquecer daquilo com o que ele deveria realmente se preocupar: a sua condição social. Portanto, nessa leitura, o *amusement* não passa de um meio pelo

¹⁷ ADORNO & HORKHEIMER, 2006, pp. 112 & 119.

qual a Indústria Cultural se utiliza para manter as massas “ingênuas” de acordo com os heróis do cinema ou com os produtos culturais que são, a todo o momento, lançados; seria seguir as tendências do mercado de maneira “cega”. O conceito é assim definido: “divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra. Na sua base do divertimento planta-se a impotência”¹⁸.

É isso que as “pessoas comuns” são para Adorno e Horkheimer: impotentes, passivos, ingênuos, não capazes de elaborar pensamento próprio. A indústria “planta” o pensamento nelas. A música popular como mercadoria autofabricada desviaria a atenção do público do que seria realmente “importante” para o excessivamente “desnecessário” e, por causa da indústria, as pessoas seriam alienadas, sem “gosto” próprio. A única qualidade e o princípio exclusivo da arte “leve” (massiva) seria a vendagem. Como se não houvesse criatividade nas canções, os filósofos atribuem à indústria e à produção técnica a responsabilidade da “massividade” da música popular. Para eles,

a arte séria foi negada àqueles a quem a necessidade e a pressão da existência tornam a **seriedade** uma farsa e que, necessariamente, sentem-se felizes nas horas em que folgam da roda viva. A arte “leve” acompanhou a arte autônoma como uma sombra. Ela representa a má consciência social da arte séria. O que esta em verdade devia perder, em virtude de suas condições sociais, confere à arte leve uma aparência de legitimidade. A verdade se encontra na própria cisão: que pelo menos exprime a negatividade da cultura a que as duas esferas, somando-se, dão lugar. Hoje mais do que nunca, a antítese deixa-se conciliar, acolhendo a arte leve na séria e vice-versa. É justamente isto que a indústria cultural procura fazer [grifo meu]¹⁹.

¹⁸ ADORNO & HORKHEIMER, 1978, p. 182.

¹⁹ Ibidem, p. 173.

Daí, voltemos à questão da *seriedade* para que se possa responder à pergunta proposta neste segmento do ensaio: será Theodor Adorno o pai da História da Música Popular? Afinal, para ele, a farsa da seriedade na música popular seria a indústria, já que a primeira teria sido condenada ao poder da segunda. Já a música séria (erudita) estaria sendo corrompida por sua abastarda “má consciência” (urbano-popular). Assim, para aqueles que entendem a música popular como produto direto da “Indústria Cultural” ou para aqueles que a veem nas/a partir das *definições* pré-supostas por Middleton, imediatamente a resposta seria *sim*. Contudo, diante do exposto, gostaria de apresentar outros dois concorrentes a seu cargo paterno: o historiador Jacob Burckhardt e o também filósofo Friedrich Nietzsche.

Começando pelo historiador dos costumes e da arte no Renascimento: Burckhardt, como já dito, avaliou, mesmo que em pouco mais de três páginas de seu *A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*, de 1860, a posição social ocupada pelos músicos e por alguns ramos de sua arte sonora; apresentou quais os usos atribuídos a certos instrumentos musicais, tais como o violino e o cravo (também conhecido por *clavicembalo*)²¹, de modo que se perceba quais desses instrumentos eram mais bem quistos entre as cortes ou entre as audiências menos abastadas. O historiador ainda menciona o destaque da especialização das orquestras e a busca de profissionalização de um tipo de ofício que até então não proporcionava muita glória ao seu executante: “os instrumentistas propriamente ditos, à exceção dos verdadeiros virtuosos, são

²⁰ “O cravo possui um formato semelhante a uma asa (tal como o piano de cauda), com cordas de metal esticadas à frente do executante, formando ângulo reto com o teclado. Os primeiros cravos tinham um só teclado ou **manual** e uma única corda para cada nota. Já um cravo construído depois do século XVII é bem provável que tenha dois teclados – o segundo colocado em nível mais alto, atrás do primeiro – e é possível que apresente também dois, três ou mesmo quatro jogos de cordas completas”. Cf. BENNETT, 1989, p. 19.

amadores isolados ou orquestras inteiras destes, reunidas sob uma forma corporativa, como em uma ‘academia’. Muitos artistas plásticos eram versados também em música e, freqüentemente, mestres”²¹ na arte musical, arte esta que se via desprovida de um direcionamento profissional específico.

A contribuição de Burckhardt a uma moderna historiografia da música popular não foi vasta, mas foi decisiva: poucas páginas foram dedicadas ao tema, tanto na obra referida quanto nas póstumas *Reflexões Sobre a História*, publicadas pela primeira vez em 1910 como resultado de conferências e aulas ministradas na Universidade da Basileia, das quais os rascunhos e as anotações foram transformados em livro. Neste, a partir da insurgência do que ele chama de “três potências” da sociedade (Religião, Estado e Cultura), o historiador constrói uma espécie de “teoria das correntes e perturbações históricas e a concentração dos movimentos históricos enfeixados em grandes indivíduos, nos quais o elemento tradicional, válido até então, e o elemento nôvo se reúnem, adquirindo personalidade própria e momentânea”²². Como historiador da *glória* que foi, Burckhardt se dedicou à questão da música em ambas as obras com o intuito de mostrar que esta, como a arte “superior” que seria, em qualquer de suas esferas (erudita ou popular) revelaria, “num momento de transfiguração, a própria essência da alma humana”²³. Tal transfiguração faria com que seus “gênios criadores” alcançassem, especialmente a partir da Renascença, um status de respeitabilidade e até de celebridade para aqueles que demonstrassem um “talento especial” com aquela arte.

Quando da escrita do livro de 1860, Burckhardt direcionou seu olhar para as manifestações artísticas como um todo: literatura, música, teatro, dança, pintura, etc., com o intuito de demonstrar

²¹ BURCKHARDT, 1991, p. 282.

²² Idem, 1961, p. 09.

²³ Ibidem, p. 230.

que o que se entende por *glória* (ou a versão renascentista da fama) só foi possível graças ao ambiente de orgulho, falsa modéstia, liberdade e individualidade encontradas na Europa dos séculos XIV a XVI, especialmente na península itálica. Nesse sentido, passou-se a buscar naquelas instâncias da criatividade humana a *perfeição* e a “genialidade”, estimulando a noção de que os homens das artes poderiam alcançar a *beleza* plena, o detalhamento estético, a simetria milimétrica. A habilidade para criar “obras-primas” passa a ser motivo de orgulho e de comoção, o que desenvolve uma espécie de fluxo vertical da potencialidade pessoal.

Não necessariamente mais se sentindo presos às exigências medievais de pertencimento à Europa, a um povo ou sequer a uma raça, os artistas teriam levado à risca a possibilidade de se tornarem “indivíduos espirituais”, de traçarem seus próprios caminhos, de realçarem suas escolhas ou de inflarem seus egos. Exibir “riqueza e cultura” não era algo proibido como muitos pensam, distanciar-se da mesmice ou da hipocrisia era a prática mais comum: as pessoas (especialmente artistas e *gentis* da elite) não sentiam medo da singularidade; no século XIV “ser humano algum receia sobressair, ser e parecer diferente dos demais”²⁴. Há, portanto, o que Burckhardt chama de “desenvolvimento interior do indivíduo”, qualidade que passou a gerar uma necessidade ímpar para a Renascença: uma *moral* diferenciada, que ansiava pela ascensão local da grandeza, do sucesso, uma espécie de ideal a ser conquistado, que governava os modos de agir e pensar dos sujeitos – uma espécie de fama peculiar à época. Na concepção do autor, no tocante à música, “em uma época na qual a ópera ainda não havia começado a concentrar e monopolizar o gênio musical, é lícito que imaginemos o cultivo da música enquanto algo vário, inteligente e maravilhosamente singular”²⁵.

²⁴ BURCKHARDT, 1991, p. 112.

²⁵ Ibidem, p. 283.

Quanto a Friedrich Nietzsche, que foi aluno de Burckhardt na Basileia, a discussão acerca da música popular é bem mais aprofundada: na leitura que fez da tragédia grega em *O Nascimento da Tragédia*, de 1872, o filósofo defende a ideia de que, no tocante à canção popular em contraposição à poesia épica, a melodia seria o grande extrato de um mundo de vontade e contemplação que daria ao ouvinte (ou à plateia) a “verdadeira” possibilidade de se aproximar da divindade dionisíaca, da fluência dos desejos e dos impulsos mundanos que tanto nos tornariam humanos e que, desde o socratismo estético e a doutrina cristã, teriam sido desvinculados de toda beleza e de toda autenticidade; quanto à poética das letras das canções, Nietzsche confirma sua condição de filósofo neo-sofista de que a linguagem das palavras criaria uma aparência, uma estética apolínea que apenas conseguiria imitar sem muito sucesso a espontaneidade da arte musical.

A filósofa Rosa Maria Dias, leitora especializada em Nietzsche no Brasil, elaborou uma interessante leitura, no livro *Nietzsche e a Música*, de como o pensamento do autor estava promiscuamente ligado às percepções que o mesmo tinha da relação arte-música-vida; ele entendia que a música era a única arte que alcançaria o *status* de plena afirmação da existência humana. Assim, a autora, ao dividir seu estudo em *Música e Tragédia & Música e Drama*, procura tratar das relações possíveis entre música/palavra e música/vida na tragédia grega e no drama musical wagneriano, a partir do que aquele filósofo elaborou enquanto parâmetro para os estudos na área. A tragédia seria o grande receptáculo da canção popular e da poesia lírica justamente por ter em seu âmago todo o espírito da vida. A possibilidade da união entre música e palavra que a canção popular carrega faz da tragédia um palco perfeito para o entendimento das sensibilidades

do cotidiano humano. “A música, exteriorizando as imagens, e as palavras, transpondo essas imagens em sons”²⁶.

Já o drama musical de Richard Wagner, em um primeiro momento, é entendido por Nietzsche como o renascimento de uma cultura trágica (*antirrational*) que exprime os estados conflituosos da alma humana. Elaborando um drama que reaviva a certeza de uma continuidade da vida e do belo, sendo ambos representados pela contínua esperança de um melhor relacionamento entre os homens, Wagner não desviaria suas atenções do “real”, mesmo sendo sua arte um drama musical de caráter “fictício”.

Contudo, quando Wagner começa a compor peças que seguem uma linha religiosa e até moralizante, Nietzsche afirma todo o seu desapontamento para com o compositor quando o mesmo tenta veicular um sentido moral e metafísico às suas obras musicais. Por ser a música, de acordo com o filósofo, uma “arte afirmativa”, uma “arte de grande estilo”, esta viria a nascer das perspectivas da *superabundância*, dos excessos, do deleite e da intensificação das sensibilidades despertadas no inconsciente humano. Ela seria, assim, a expressa capacidade artística de “fazer falar o sentimento”, despertando “a criação, o poder de inventar novas possibilidades de viver e de pensar”²⁷.

Por ter essa capacidade inventiva múltipla, a música seria a mais primorosa das artes: diferentemente das artes plásticas, pensadas a partir da busca pelo *belo* e pelo *harmonioso*, a música caminharia entre o belo/sereno (Apolo) e o obscuro/absurdo (Dionísio). O despertar das emoções desmesuradas da humanidade tomaria conta do músico e seu processo de criação seria o mais complexo, pelo motivo simples de ser este processo o único a conseguir a “verdadeira” afirmação da existência. Enquanto as artes plásticas não apresentariam nada mais que o ideal, a música

²⁶ DIAS, 1994, p. 13.

²⁷ *Ibidem*, p. 15.

exprimiria o “real” sentido da vida e a primazia das vontades do subconsciente adormecido.

Essa é a grande percepção que faz da música, para Nietzsche, a “arte de grande estilo” – a distinção entre *arte apolínea* e *arte dionisíaca* permeia todo o sentido do seu pensamento sobre o tema. Para ele, a música é “a aprovação sem reservas do real, ‘um dizer sim ao mundo’. E, então, sem nada expressar, diz tudo. Retoma sua inspiração dionisíaca, ganha de novo a dimensão trágica, isto é, a alegria da criação, a leveza e a inocência: ‘a extraordinária volúpia que circula nos lugares altos’”²⁸.

A música, ainda para Nietzsche, tem essa capacidade de libertar e aflorar as mais reprimidas vontades naturais dos seres humanos. O filósofo enxerga na arte musical a mais desobstruída válvula de escape para as convenções inventadas *na* e *pela* modernidade burguesa, ressaltando como a intensidade dos viveres momentâneos diz mais da “essência” humana do que a idealização moralizante dos princípios ordenadores das regras sociais.

As divergências entre Apolo e Dionísio. Seria esta a relação que definiria e diferenciaria as artes plásticas da arte musical. Para Nietzsche, aquelas são fundamentalmente apolíneas, racionalistas, seguem o quadro divino do *principium individuationis*²⁹ no qual o sonho é a grande medida para a produção artística que busca interminavelmente o alcance da beleza e da ordenação; nas artes

²⁸ DIAS, 1994, p. 132.

²⁹ “Apolo é o nome grego para a faculdade de sonhar; é o princípio de luz, que faz surgir o mundo a partir do caos originário; é o princípio ordenador que, tendo domado as forças cegas da natureza, submete-as a uma regra. (...) Dá forma às coisas, delimitando-as com contornos precisos, fixando seu caráter distintivo e determinando, no conjunto, sua função, seu sentido individual. Modelando o movimento de todo elemento vital, imprimindo a cada um a cadência – a forma do tempo – ele impõe ao devir uma lei, uma medida. Apolo é também o deus da serenidade que, tendo superado o terror instintivo em face da vida, domina-a com um olhar lúcido e sereno”. Cf. *Ibidem*, p. 26.

apolíneas escondem-se, de modo criativo, as “hipocrisias estéticas” da cordialidade e da discrição. O conceito (moderno) de *belo* repousaria de maneira dócil nas artes de Apolo³⁰.

Já a arte musical circula entre ambos os deuses. A arte dionisíaca é aquela que busca o fruto maior da intensidade: a vontade de desejar. O *mundo do inconsciente*³¹ desperto por Dionísio transfiguraria o alcance pleno da união entre homem e natureza, entre criatividade e alegria. Para Nietzsche, é neste mundo que é permitido ao ser humano atingir um grau de obstrução das regras morais: o estado de embriaguez ridiculariza as “hipocrisias estéticas” e permite ao artista satisfazer seus impulsos criativos e abdicar da produção baseada nas aparências, no *belo*. A vontade sexual (que a toda instância não seria “bela”) transmutaria os princípios artísticos da estética para um *mundo de símbolos*³² idôneos às vontades geniturinárias. “A música é a arte genuinamente dionisíaca”, diz o filósofo, por exprimir diretamente no subconsciente os sentimentos de emoção e da vontade do querer.

Todavia, e por isso, Apolo também reivindica seu lugar ao trono do reinado musical. O ritmo e a dinâmica são “fatores de

³⁰ “Será de fato que os gregos produziram belas obras porque eram eles mesmos belos, harmoniosos e serenos, ou os helenistas alemães projetaram sobre a cultura grega sua euforia racionalista?”. Cf. DIAS, 1994, p. 25. Como uma provável resposta, vê-se que o dionisíaco é para Nietzsche “o *anseio do feio*, a boa e severa vontade dos antigos helenos para o pessimismo, para o mito trágico, para a imagem de tudo quanto há de terrível, maligno, enigmático, aniquilador, e fatídico no mundo da existência”. Cf. NIETZSCHE, 2007, p. 15.

³¹ “Nesse mundo das emoções inconscientes, que abole a subjetividade, o homem perde a consciência de si e se vê ao mesmo tempo no mundo da harmonia e da desarmonia, da consonância e da dissonância, do prazer e da dor, da construção e da destruição, da vida e da morte”. Cf. *Ibidem*, p. 27.

³² Para Nietzsche, esse *mundo de símbolos*, para desencadear suas expressões, requer do artista dionisíaco um “grau de despojamento de si” para que as indumentárias e os movimentos corporais representem sua via musical-simbólica. Cf. DIAS, 1994, pp. 30-32.

ilusão” que fazem da música uma “arte da aparência”, justamente por acoplarem características das artes plásticas apolíneas (como, por exemplo, as regras de partitura, notas e compasso). O ritmo e o dinamismo estariam fora do campo dionisíaco da vontade (para Nietzsche, o “essencial” da música) – campo este expresso pela harmonia –, por seguirem modelos básicos de aparência. Daí que a música deve ser pensada como uma arte dionisíaca e apolínea: por ser constituída de melodia e harmonia (suas “essências”), e também de ritmo e de dinâmica (configurações por si só “plásticas”), a música transparece aparências e desejos, regras e desvios. Sendo assim, ela é vista pelo filósofo “como arte dionisíaca que traduz diretamente a dor e o prazer do querer, mas não como arte puramente dionisíaca, pois carrega em si um elemento plástico, cuja função é dominar a torrente unitária da melodia e da harmonia e apaziguar a dor”³³.

Assim, por ser a música uma “união” entre o apolíneo e o dionisíaco, é pertinente que se lembre dos papéis desempenhados pela poesia nesse jogo de divindades. Nietzsche não media palavras para afirmar que havia uma tênue primazia da música sobre a palavra. Para ele, esta última deveria necessariamente seguir os passos da primeira. E um dos exemplos mais pertinentes para justificar seu pensamento é a *canção popular*.

Vista por Nietzsche como a “forma mais simples” do encontro entre o apolíneo e o dionisíaco, a canção popular demonstraria um “espelho musical do mundo”³⁴, a maneira mais importante e mais necessária de avaliar, apresentar e, conseqüentemente, viver a vida que está à volta. A melodia, além de ser uma essência musical, é vista por ele como *elemento primeiro e universal* que faz da canção popular a primogênita forma de significar o encontro entre Apolo e Dionísio. Tanto a melodia quanto a poesia, ambas incitam a criação de imagens retóricas no

³³ DIAS, 1994, p. 35.

³⁴ NIETZSCHE, 2007, p. 45.

subconsciente humano. A regra (leia-se, *aparência*) apolínea da canção popular é justamente a sua estruturação estrófica que permite o fervor contínuo (*harmônico-dionisíaco*) da sua musicalidade; imagens e palavras se confundem a partir do momento que a ornamentação da poesia lírica é subordinada à música.

Na canção popular, como diria Nietzsche, “a música é o mar tempestuoso, a imagem ou a palavra, a embarcação”. Um músico popular tem a possibilidade de “domar” as palavras e oferecê-las apolineamente a partir dos seus desejos mais dionisíacos, mostrando que o lirismo subjetivo (e ambíguo) proposto pelas palavras é completado pelas imagens que a melodia impõe. Substancialmente, para o filósofo, “da música, gerando um mundo de imagens, e da palavra, procurando imitar a música, nascem a canção popular e a linguagem da poesia lírica, desigual e irregular, mas com muita musicalidade”³⁵.

Assim, para Nietzsche, a divisão da canção popular em estrofes permite um encontro singular entre Apolo e Dionísio. A canção – descendente da poesia lírica – possibilita ao artista criar novas ideias poéticas que não estariam nítidas, nem suficientemente plausíveis apenas em palavras ordenadas apolineamente. É necessário e imprescindível que a melodia esteja presente para que a canção popular se torne uma arte dionisíaca; ressaltando que não “puramente” dionisíaca, devido ao lirismo apolíneo de suas palavras.

O olhar atribuído por Nietzsche à relação de diferença entre o *apolíneo* e o *dionisíaco*, tanto na música erudita quanto na canção popular, é herdado da compreensão que ele teve ao se deparar com as leituras de Arthur Schopenhauer (especialmente em *O Mundo como Vontade e Representação*) que, por sua vez, não pensava a relação como tal, fazendo apenas uma referência direta à simbologia dos deuses helenos sem necessariamente apresentar a

³⁵ DIAS, 1994, p. 46.

distinção enfática e conflituosa tal como efetuada por Nietzsche. No entanto, pode-se dizer que este foi o primeiro intelectual a demonstrar que a música deveria ser entendida de modo diferente das artes plásticas.

Schopenhauer acreditava que a música tem o dom de transgredir à propensa tentativa de se buscar a cópia objetiva de um fenômeno, de um pensamento ou de um lugar determinados, tentativa que ele denominava de “objetividade adequada da vontade”, pelo simples motivo de haver nas artes plásticas um aprisionamento das vontades e dos querereres mais profundos do ser humano. Por ser “o centro do mundo”, a música seria uma cópia desses anseios que apresentaria perfeitamente seu imediato correlato metafísico de tudo o que é físico no mundo. Para cada fenômeno retratado pela música haveria uma vontade retraída querendo aparecer nas entrelinhas da melodia, das palavras que não buscam apenas o *belo* e/ou o estético. Para Schopenhauer, “a música, pelo seu caráter extático, libera o homem temporariamente da vontade individual e o deixa dominado pela natureza; uma emoção desmesurada se apodera de todo o seu ser e desperta nele sentimentos obscuros que não podem ser explicados pela categoria de beleza”³⁶.

A aproximação do pensamento de Schopenhauer com o de Nietzsche é, nesse sentido, completa. Ambos pensam, basicamente, que não há parâmetros definidos para se entender a música da mesma maneira que as artes plásticas. O *belo* não tem a capacidade de delimitar a “emoção desmesurada” que toma conta do humano ao produzir e ouvir música. Ao contrário, o prazer proporcionado pela arte musical seria deveras divergente daquele impulsionado pelas “belas formas”. Inclusive, essa foi a grande contribuição de Schopenhauer para o pensamento sobre música no

³⁶ DIAS, 1994, p. 24.

Ocidente: antes dele, “julgava-se a música conforme a mesma idéia de beleza que se usava para as artes plásticas”³⁷.

Nietzsche se apropriou dessa ideia e a complementou, elaborando a distinção entre apolíneo e dionisíaco. Em sua vontade de tratar a música como uma afirmação da vida, o filósofo precisou se referir à canção popular para mostrar como, ao expressar os mais profundos sentimentos humanos, a música não passaria de uma “vontade do querer viver”, do sentir, do desejar, já que ela “toca o corpo do ouvinte, aumenta-lhe a força, incita-o ao movimento, inflama-lhe o desejo, libera-o, provoca nele o estado criador da arte: a embriaguez, que o impele também a criar, a inventar novas possibilidades de vida”³⁸.

Mas a investida de Nietzsche ainda foi singela. Questionei acima se Theodor Adorno teria sido mesmo o “pai” da História da Música Popular. Chego agora à conclusão dessa brincadeira intelectual: Adorno poderia ainda ser considerado *pai* dessa história, já que relacionou de maneira muito próxima as expressões musicais com a Indústria Cultural, incluindo na academia um debate inerente à sua época. Este “teste de DNA” pode considerá-lo assim, já que a música popular estudada por Nietzsche é aquela voltada à poesia lírica e à cultura helena clássica e não a que se expressa por uma lógica de mercado, até porque Nietzsche não pôde presenciar a cultura do entretenimento, filha do século XX.

Nessa família, portanto, poder-se-ia considerar Schopenhauer como um *bisavô* (“pai do avô”, que teria construído pilares para o pensamento, mas sem nunca ter estudado a música popular em si); Burckhardt como uma espécie de *tio-avô* (“irmão mais velho do avô” que ensinou o irmão mais jovem a pensar a música como a arte mais contemplativa da vida e ainda teria feito-lhe lembrar das lições de seu predecessor – o historiador suíço teria dado várias aulas a Nietzsche sobre o pensamento

³⁷ LEBRUN *apud* DIAS, 1994, p. 24.

³⁸ DIAS, 1994, p. 141.

“pessimista” de Schopenhauer na Basileia); Nietzsche como o *avô* que afirmou a “vontade de potência afirmativa” da canção popular para a historiografia moderna (e seguiu os conselhos e as lições de seu “irmão mais velho”); e, por fim, Adorno como o pretense *pai* que recebeu orientações diretas dos seus “genitores” filosóficos, engajando-se em um combate para que a música fosse vista como uma representante artística da vida e não sob as condições, imposições e interesses mercadológicos de uma determinada Indústria, ato que teria dado início aos estudos de música popular como a conhecemos hoje.

Como bem ressaltai, a brincadeira com a metáfora de uma árvore genealógica da moderna historiografia da música popular serve para demonstrar ao leitor que é possível pensar os intelectuais mencionados como pioneiros deste tipo de estudo na academia; não se quis dizer aqui, em nenhum momento, que as construções histórico-filosóficas dos pensamentos de Burckhardt, Nietzsche e Adorno são semelhantes ou se agrupam em uma mesma linha de raciocínio. Ao contrário, suas ideias são fluídas, diversificadas e soltas umas das outras; mesmo que Nietzsche tenha sido aluno de Burckhardt e ambos tenham compartilhado bons momentos de passeio e de prazerosas conversas elucidativas, suas crenças filosóficas tomaram rumos completamente distintos. Quanto a Adorno, mesmo reconhecendo a influência do niilismo em suas obras, ele não parecia interessado em traçar os mesmos caminhos percorridos por aquele filósofo saxão-germânico. Basta dizer, portanto, que assim como os tios-avôs, os avôs e os pais não são iguais uns aos outros, estes três pensadores se viram livres para alçar seus próprios voos; assim sendo, não sou eu quem vai aprisioná-los em um arcabouço conceitual equivocado e inútil.

Só me resta lembrar que, infelizmente, a moderna historiografia da música popular, como tantas outras historiografias, parece estar órfã de *mãe*, além de ter sido privada

dos conselhos valorosos de uma *tia-avó* e dos bons e reconfortantes aconchegos de uma *avó*...

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Ludwig Weisenrund & HORKHEIMER, Max. “A Indústria Cultural: o Iluminismo como Mistificação de Massa”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Tradução: Júlia Elisabeth Levy. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 159-204.

ADORNO, Theodor Ludwig Weisenrund & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BENNETT, Roy. *Instrumentos de Teclado*. Tradução: Teresa Resende Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

BURCKHARDT, Carl Jacob Christoph. *Reflexões Sobre a História*. Tradução: Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1961.

BURCKHARDT, Carl Jacob Christoph. *A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COLLIER, James Lincoln. *Jazz, a autêntica música americana*. Tradução: Carlos Sussekind e Teresa Resende Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

DIAS, Rosa Maria. *Nietzsche e a Música*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1994.

MATTELART, Armand & NEVEU, Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música, história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *O Nascimento da Tragédia ou Helenismo e Pessimismo*. Tradução: Jacó Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NOBRE, Marcos. *Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

WIGGERSHAUS, Rolf. *Escola de Frankfurt – História, Desenvolvimento Teórico, Significação Política*. Tradução: Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Difeel Editora, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CAPÍTULO III

Esquecimento e História: *um medo indelével ou uma possibilidade epistemológica?*

André Luiz Almeida Ouriques

1. Introdução

Mnemosyne é a deusa grega da memória, mãe de todas as musas. Entre as suas filhas encontra-se Clio, a deusa da história, que segue os passos de sua mãe na tentativa de fazer com que os feitos do passado não sejam “esquecidos”. Heródoto sabia disto ao escrever as suas *Histórias*¹. Entretanto, há uma deusa que forma um par contrastante com Mnemosyne: ela recebe o nome de Lete, musa do esquecimento. Esta deusa vem da linhagem da noite e foi gerada pelo ventre da discórdia, esta poderosa força escura tal qual entendem a genealogia e a teogonia gregas. Trata-se, então, de um mito. É uma forma de explicar como os humanos estão relacionados com o mundo, e esta versão tenta explicar como e porque os homens esquecem-se de suas vivências. Na interpretação desse mito, menos importa a genealogia – que é emblemática e cheia de simbolismos – do que a sua interpretação. “Lete” é, acima de tudo, o nome de um rio do submundo, que oferece o prazer do esquecimento às almas dos mortos. A

¹ GAGNEBIN, 1997, pp. 15-37.

simbologia do esquecimento como sendo um rio não é frágil. Ela está na própria água, ela é mágica. Sua fluidez desfaz, corrói, decompõe a dureza e a inteireza da lembrança e do que é real, sendo assim *liquidados*. Mágica que encanta, pois atrai as almas desejosas por beberem de sua água, para que pudessem, com isso, esquecer sua antiga existência e renascer em um novo corpo².

A lei do esquecimento naturalmente se impõe, assim, ao homem. Este é simplesmente um *animal obliviscens*. Entretanto, tudo fica mais interessante quando os homens tornam o esquecimento algo cultural. A cultura grega nos oferece, talvez, a mais significativa imagem sobre o esquecimento ao nos contar sobre o mito de Lete.

Muitos historiadores se dedicaram aos estudos sobre a relação entre Clio/Mnemosyne e também sobre as potencialidades desta última para a compreensão do mundo. Entretanto, já não se pode dizer o mesmo da relação entre Clio/Lete, uma vez que o próprio pressuposto da História é o caráter de veracidade com o passado, a mesma prerrogativa do testemunho, noção primeira da memória. Nesse sentido, este texto caminhará na contramão de muito do que vem sendo dito a respeito da relação história/memória, apontando para a análise do próprio esquecimento como uma chave para tentar compreender a experiência humana, sempre afirmando ser ela temporal e narrada³, e, nesta medida, capaz de fixar imagens do passado, seja no individual ou no coletivo, mas também percebendo o caráter de perda das lembranças, das memórias, dos acontecimentos que não se querem fazer lembrar, uma vez que “o trabalho da história se entende como uma projeção, do nível da economia das pulsões ao nível do trabalho intelectual dessa dupla tarefa que consiste na

² WEINRICH, 2001, p. 24.

³ Aqui, valho-me das considerações do filósofo da linguagem Paul Ricoeur. Cf. RICOEUR, 1994.

lembrança e no esquecimento”⁴. Eis o mote do texto: como o historiador pode – e deve – lidar, ao estudar sociedades, sujeitos e culturas distantes no tempo, com a noção de perda dos rastros, com o dilema do esquecimento? Deve lamentá-lo? Deve simplesmente temer o esquecimento? Porque não problematizá-lo como algo histórico? Porque não torná-lo uma possibilidade epistemológica?

Nas linhas que se seguem, pretendo elencar um já vasto acervo bibliográfico no que diz respeito às discussões sobre história e memória, para desta discussão refletir sobre a minha intriga, a saber, que não se pode desvincular pretensamente a noção de esquecimento da de memória, uma vez que esta só existe ao lado daquela: uma parece pressupor a outra; ambas se interpenetram, num jogo dialético que força o historiador a entendê-lo. Esses conceitos não são simplesmente antípodas; existe uma modalidade do esquecimento tão necessária quanto a memória e que é parte desta⁵. Neste sentido, caberia aqui fazer uma pequena revisão bibliográfica a respeito dos autores que se debruçaram sobre o tema, demonstrando suas teses respectivas, para que, a posteriori, se possa explicitar a problemática do esquecimento e sua insurgência recente na historiografia.

2. Se a memória é evanescente...

Acredito que o primeiro grande estudioso das Ciências Humanas contemporâneas a tratar sobre a relação entre história e memória foi o filósofo francês Henri Bergson, a quem dedicou sua obra mais famosa, *Matéria e Memória*, de 1896, à tentativa de elucidar os meandros das lembranças e das recordações humanas, chegando, inclusive, a esmiuçar as relações do espírito humano e as

⁴ SILVA, 2002, p.427.

⁵ SELIGMAN-SILVA, 2003, p. 53.

especificidades corporais, isto é, entender como a memória se relaciona com o espaço físico onde se localiza: o cérebro. É um estudo preocupado em discutir conceitos de ordem filosófica, própria de seu lugar social, como os de “tempo”, “devir”, “energia”, que só poderiam ser analisados com a devida justeza se colocados no âmbito de sua teoria filosófica⁶ – e não cabe desenvolvê-los meticulosamente aqui neste texto, restando apenas apontar algumas de suas noções.

Entretanto, é válido perceber como Bergson entende a memória humana. Ele se pergunta: *o que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado?* Percebo, em todos os casos, que cada imagem formada está mediada pela imagem, sempre presente, do meu corpo⁷. Aqui se configura a junção das concepções entre as teorias materiais e as teorias da memória, ou seja, do corpo e do “espírito”. No sentido de Bergson, teríamos uma dinâmica da memória entre ação e representação, ou seja, a imagem-cérebro-ação, que designaria um esquema motor, e a imagem-cérebro-representação, que traria um esquema perceptivo do mundo. Posteriormente, Bergson formularia ainda as noções de memória-hábito (que seria a do dia-a-dia cotidiano e a da repetição) e de memória-pura (que seria a concepção de lembrança do passado que permanece conservada em nossa consciência)⁸. Corroborava com esta ideia o historiador francês François Dosse⁹, na

⁶ A psicóloga social Ecléa Bosi, em seu estudo de livre-docência intitulado *Mémoria e Sociedade: lembranças de velhos*, dedica o primeiro capítulo deste trabalho a estudar os fundamentos da tese de Bergson sobre a conservação do passado, haja vista que este elabora uma fenomenologia da memória que chega a argumentar sobre a existência de uma “memória pura” na consciência humana. Tanto o estudo de Ecléa Bosi quanto o de Henri Bergson são fundantes para o desenvolvimento de toda e qualquer tese sobre a memória e, do mesmo modo, para quem vai discutir algo sobre o esquecimento.

⁷ BOSI, 1994, p. 44.

⁸ Ibidem, pp. 45-52.

⁹ DOSSE, 2003, p. 279.

medida em que analisa o estudo de Bergson, afirmando que a primeira noção acima se trata das partes sensório-motoras e a segunda é coextensiva da consciência em relação à duração. O passado, entende-se, sobreviveria de duas maneiras: a) através dos mecanismos motores e b) nas lembranças independentes, soltas, que não se fixam nessa memória “pura” e que viriam às nossas mentes de maneira repentina. Em suma, para Bergson, a lembrança é a sobrevivência do passado, pois:

A memória do corpo, constituída pelo conjunto dos sistemas sensório-motores que o hábito organizou, é portanto uma memória quase instantânea à qual a verdadeira memória do passado serve de base. Como elas não constituem coisas separadas, como a primeira não é, dizíamos, senão a ponta móvel inserida pela segunda no plano movente da experiência, é natural que essas duas funções prestem-se um mútuo apoio. Por um lado, com efeito, a memória do passado apresenta aos mecanismos sensório-motores todas as lembranças capazes de orientá-los em sua tarefa e de dirigir a reação motora no sentido sugerido pelas lições da experiência (...)¹⁰.

O passado, neste sentido, conservando-se no espírito de cada ser humano, tendo um caráter durável, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança, unindo-se ao presente. A sua forma pura seria a imagem presente em nossos sonhos e devaneios¹¹. Como diria Gilles Deleuze, essa identidade da memória com a própria duração é sempre apresentada por Bergson de duas maneiras: “conservação e acumulação do passado no presente”¹².

Após Bergson, as análises sobre a memória sairiam deste campo eminentemente abstrato e filosófico e entrariam para a análise mesma da relação desta com a história, principalmente da

¹⁰ BERGSON, 2010, p. 178.

¹¹ BOSI, 1994, p. 53.

¹² DELEUZE, 1999, p. 39.

memória pública. Isto se fez de forma mais incisiva no início do século XX, com o sociólogo de influência durkheimniana Maurice Halbwachs, em suas duas obras principais: *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* e *La Mémoire Collective*. Esta última impacta sobremaneira a historiografia. Vê-se, porém, que não se trata de um historiador a fazer tais aproximações, e que, por este fator, a memória vai ganhar um teor de afastamento da história, como se esta fosse apenas uma coisa produzida e fora do existencial que analisaria aquela (que, por sua vez, se embebedaria de todas as experiências humanas). Ora, é que Halbwachs, se valendo de sua formação sociológica, vai perceber a memória como coletiva, atrelada à concepção de “fato social” e “sistema social” em Emile Durkheim.

As características da deusa Mnemosyne seriam a de estar em suspensão, a da concretude, do vivido, do múltiplo, do sagrado, da imagem, do afeto, do mágico, enquanto a deusa Clio caracterizar-se-ia por seu caráter exclusivamente crítico, conceitual, problemático e laicizante¹³. Halbwachs afirmou que só existe uma história e que só se designa um tipo específico desta, ou seja, o estudo deste sociólogo segue ainda uma concepção estreitamente positivista, que tende a abarcar o todo social, principalmente no que tange à sua concepção de História. Seguindo estas concepções, a noção de memória de Halbwachs não será mais a da memória “pura”, de sua constituição em si, mas perpassará por uma noção de “quadros sociais da memória”. Aqui, as relações sociais que se impregnam na memória não ficarão restritas ao mundo individual do ser, mas serão delegadas a diferentes instituições do ser humano em seu cotidiano, ou seja, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a religião, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio nos quais os indivíduos estão inseridos e que fazem parte deste constituinte de toda a sociedade; daí a ideia de *memória coletiva*,

¹³ DOSSE, 2003, p. 281.

comum a todos os indivíduos de um lugar e cultura. Ademais, Halbwachs enfatiza o caráter de produção da memória. Ora, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens de ideias de hoje as experiências do passado¹⁴. Nesta perspectiva, para o sociólogo, o caráter mais significativo na memória seria não só o caráter de produção da mesma, mas, sobretudo, a noção de que as mínimas alterações do ambiente podem afetar o poder da memória, de modo que cada indivíduo elabora um tipo de memória particular. Portanto, unir-se-á a sua concepção a ideia de memória individual em relação ao todo e à coletividade.

Por outro lado, o conceito de memória é crucial nos diz respeito a Jacques Le Goff. Este historiador francês torna-se importante na tarefa de trazer à tona as discussões sobre memória, que, em certa medida, foram cessadas durante a segunda geração da *Escola dos Annales*. Saindo do bojo desta, faz parte do movimento de sua terceira geração a noção de memória como um de seus grandes temas revolucionários¹⁵. O próprio Le Goff reconhece que geralmente, ao se falar de memória, reporta-se sobremaneira à psicologia, à psiquiatria, à psicofisiologia, à neurologia e até mesmo à biologia quando se trata das psicopatologias da mente, demandando um trabalho interdisciplinar, próprio das ciências históricas que surgiam neste contexto.

Para Le Goff, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Todavia, não é de sorte uma dádiva, bela e ingênua. É idem o logro de um poder, um instrumento de forças em jogo, que a utilizam como bem querem, tencionando conquistas sociais e culturais. Neste dilema, o homem

¹⁴ BOSI, 1994, p. 55.

¹⁵ BURKE, 1991.

vive entre a servidão e a libertação que a memória pode causar. Desta feita, a memória para Le Goff deveria ser, através da escrita da história, uma busca pela liberdade, jamais para subjugar os homens de outro tempo e/ou do nosso¹⁶. Ademais, considera *a fortiori* que a memória se trata de um fenômeno individual e psicológico, sempre em relação com a vida social, que pressupõe uma relação com a escrita. Aprender a memória depende do ambiente social e político em que esta se inclui, vinculando-se ainda a uma linguagem que põe em jogo imagens e textos que versam sobre o passado, e de forma mais impactante, apropriando-se do *tempo*. Portanto, Mnemosyne, nos termos de Le Goff, é uma deusa sempre em constante transformação, através das manipulações que Clio e as demais deusas operam sobre ela.

Na década de 1980, dialogando com Jacques Le Goff, Pierre Nora, historiador dos *Annales*, também vai dar ênfase à memória como objeto de análise através de uma obra compilada, com contribuições de muitos outros historiadores, intitulada *Lugares de Memória*. Diz-se lá que a memória e a história se opõem, na medida em que aquela designa os espaços do vivido humano, enquanto que esta seria a reconstrução problemática e incompleta do que não é mais¹⁷. Assim sendo, o autor/organizador da obra fala do devir da memória enquanto um devir da nação, ou seja, de como a memória, através do “recordar” e do “comemorar”, pode construir a história de uma nação, de um lugar, de um espaço, legitimando e reerguendo as identidades e os pertencimentos de um todo coletivo da nação (no caso, a francesa que é o objetivo da obra organizada por Nora). Assim, se atribuem como fundamentais as noções de memória material, simbólica e funcional. Segundo Paul Ricoeur, a primeira noção versa sobre a fixação dos lugares de memória em realidades que consideraríamos inteiramente dadas e maneáveis; a segunda é obra de imaginação e

¹⁶ LE GOFF, 2003, pp. 470-471.

¹⁷ DOSSE, 2003, p. 282.

garante a cristalização das lembranças e sua transmissão; a terceira leva ao ritual que, no entanto, a história tende a destituir¹⁸. Através destas noções, vê-se que se chega a um nível de discussão da memória mais elevado, talvez até mais lírico, tanto no que tange à especificidade mesma da memória, quanto no seu estudo em relação com a história entre o individual e coletivo. Em sua coletânea, Nora ainda fala das questões sobre o culto da memória e dos abusos da comemoração, implicados nos usos daquela pelos que têm o interesse de legitimar fatos, acontecimentos e experiências passadas no sentido de invocar uma identidade e um pertencimento, e ainda o de eclipsá-los propositadamente, no caso de acontecimentos que mancham a imagem desta dita nação, região ou cidade (no caso de guerras, massacres e catástrofes). O mesmo Pierre Nora diria, posteriormente, em uma entrevista, que as relações entre história e memória

são relações íntimas ao problema tradicional da história. Você não pode fazer a história da memória da mesma forma que faria a de qualquer outro tema de história, porque há entre memória e história uma relação de antiguidade e de intimidade que faz com que a abordagem ou o desejo de abordagem coloquem em questão – e eu diria profundamente – as abordagens tradicionais da história. Assim, e eu insisto, você não pode tratar do problema da memória como trataria qualquer outro tema de história. Fazer a história da memória significa subverter radicalmente os métodos tradicionais da história¹⁹.

O que significa dizer que não se pode valer aqui dos métodos e abordagens outrora utilizados, como no caso dos historiadores seguidores dos paradigmas explicativos. Nora abre o caminho para outros paradigmas, que tendem a dar renovados olhares ao poder da memória, sem percebê-los como camadas do

¹⁸ RICOEUR, 2007, p. 416.

¹⁹ BREFE, 1999, p. 28.

passado inteiramente expostos no presente. Percebem-se sim, como filigranas, as construções sociais e culturais que o nosso tempo faz de experiências, modos de viver e pensar de um determinado passado que são resignificados para o nosso tempo, servindo como filtros pelos quais se perceberão as representações de esquecimento. Assim, segundo Nora, o historiador deve se preocupar não com o que é determinado, mas com o efeito produzido pela memória; não só o que foi memorizado, mas os vestígios do que fora memorizado e o próprio jogo das comemorações; devem-se ver as construções dos acontecimentos, o apagar e o ressurgir de suas significações; e completa: devem-se estudar não as tradições, mas o modo como elas são resignificadas, representadas e transmitidas para um todo coletivo.

Questionando-se sobre as funções da memória de acontecimentos e experiências passadas, o sociólogo Michael Pollak²⁰, no texto “*Memória, Esquecimento, Silêncio*”, discute as questões em torno da memória coletiva e seus impactos na cultura de uma nação, a efeito das comemorações que são impostas simbolicamente. O autor afirma que

estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes²¹.

Fica claro que Pollak entende a memória como algo manipulado e, no texto mencionado, defende a tese de que há um “trabalho de enquadramento da memória” que justamente serve

²⁰ POLLAK, 1989.

²¹ Ibidem, p. 7.

para legitimizar certas lembranças a que se quer rememorar, podendo haver um “silenciamento” das reminiscências a que se deseja levar ao esquecimento. Interessante que o autor utiliza, no título do texto, este último termo; contudo, não o traz como uma força histórica que tenha legitimidade na construção das experiências humanas. Segundo Pollak, portanto, a ideia de silêncio supera a de esquecimento, na medida em que, às vezes, pequenos grupos ou indivíduos preferem silenciar suas memórias ao invés de levá-las a um grupo maior, grupo este que se enquadra dentro de uma lógica própria, a saber, a de um lugar de pertencimento e identidade que emoldura a memória, logicamente, e visa o interesse no retorno social que isto pode acarretar. Assim, vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade²².

3. ...devemos aprender a lidar com o que se esvaece!

No que se refere à história da memória/esquecimento, um trabalho recente, porém fundante, sobre o papel da memória nas sociedades humanas é o do já citado filósofo da linguagem Paul Ricoeur. Este francês, no livro *A Memória, a História, o Esquecimento* (2000) – publicado no Brasil em 2007 –, se debruça sobre os mais profundos meandros da memória e de suas relações com a história. Discutindo abertamente com a filosofia, a fenomenologia, a psicologia e o campo da hermenêutica, seu estudo se revela de fundamental necessidade para o entendimento da função da memória nas sociedades contemporâneas. Parece ele ser um dos

²² POLLAK, 1989, p. 9.

primeiros a estudar a questão do esquecimento abertamente, tratando-o como uma força epistemológica importante para a historiografia que possui uma validade histórica significativa para a construção de narrativas sobre as experiências humanas no passado.

Paul Ricoeur inicia suas argumentações, na parte da obra dedicada ao *esquecimento*, com uma longa nota de orientação, em que aponta os caminhos de sua discussão a este respeito. Ele põe este elemento cultural em pé de igualdade com a memória e com a história, como o próprio título da obra sugere. Em seguida, afirma que o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história. Sobre isso, ele aponta que o esquecimento é o termo emblemático da condição histórica, uma vez que parece apontar para a vulnerabilidade dessa condição²³. Compreendendo o tempo humano como uma fusão de horizontes na qual as experiências humanas e a memória teriam o seu filão maior, Ricoeur não despreza que, da mesma maneira, podemos ter uma noção profusa de fuga dos horizontes, a partir da qual teríamos um vislumbre do inacabamento das experiências humanas, do dilaceramento e, assim, da incompletude da memória.

Geralmente, é a partir do modo como se compreende – como verificado nos autores anteriores – que se tem a ideia de esquecimento. Ora, ela está relacionada a nada mais que um dano sofrido pela confiabilidade da memória, podendo apresentar, assim, fraquezas, lacunas e inconsistências naquilo que se quer recordar. É nessa perspectiva que a memória é compreendida como uma força que luta contra o esquecimento, e, segundo Ricoeur, contra o apagamento dos rastros do passado, esse signo ao qual o historiador tanto se apega. Não é à toa que inúmeros historiadores encaram a memória como um depositário de

²³ RICOEUR, 2007, p. 423.

informações – camadas que se incorporam ao imaginário de uma época e que se somam a outras imagens, como as da poesia, as da literatura em prosa, as da crônica cotidiana, as das cartas, as dos diários, etc. – de experiências do passado ou como uma construção verossímil deste, passível de verificação. A essa concepção, Ricoeur chama a atenção para que não caiamos no perigo do tudo lembrar ou da exortação ao ato de lembrar, que poderíamos também remeter aos usos e abusos da memória, como vistos acima nos casos apontados por Nora e Pollak. Então, não deveríamos, desse modo, buscar uma medida para a compreensão da memória e do esquecimento? Deveríamos procurar uma reflexão no sentido do “nada demasiado”, como aponta Ricoeur? A esta busca o autor francês chama de “justa memória”, que implicaria em conceber o dever de memória e a dívida com os indivíduos do passado e com aqueles que rememoram através da comemoração. Contudo, essa noção é conseguida através da passagem de muitos obstáculos, que atravessam pelo impedimento da memória, pela manipulação e pela obrigação da mesma, entremeadas, muitas vezes, pelo problema da presença, da ausência e da distância no âmago da representação do passado, algo que, tanto na memória quanto na história, se torna o objetivo primeiro.

Na medida destas argumentações é que esse filósofo vai lançar mão de suas três noções basilares a respeito do esquecimento. A primeira, depois de ele fazer toda uma argumentação a respeito das noções de rastro²⁴, faz menção ao esquecimento definitivo, ou seja, à dimensão de que há um esquecimento por apagamento dos próprios rastros. A segunda

²⁴ “O rastro indica *aqui*, portanto no espaço, e *agora*, portanto, no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça, a busca, a investigação, a pesquisa. Ora, tudo isso é a história. Dizer que ela é um conhecimento por rastros é apelar, em ultimo recurso, para a *significância* de um passado findo que, no entanto, permanece preservado em seus vestígios”. Cf. RICOEUR, 2007, pp. 423-435. Para entender mais a respeito do *rastro* ver GAGNEBIN, 2006, pp. 107-118.

ideia nos leva à noção de um esquecimento reversível, em que pese a permanência dos rastros, ou seja, seria compreender o esquecimento enquanto uma reserva da memória, um lugar de resguardo dos rastros. Admitir-se-á aqui, inclusive, a noção de *inesquecível*, claro, sobre muita argumentação e negociação através dos enigmáticos caminhos do viver humano e de suas experiências, ora traumáticas, porém, muitas vezes tão tranquilas e maravilhosas ao ponto de nem notarmos o tempo passar. Por fim, a terceira argumentação feita por Ricoeur é fundamental, uma vez que trata do esquecimento manifesto como se tratando de um exercício do mesmo. Aqui, a discussão ganha toda a riqueza, na medida em que se contrapõem às discussões sobre os usos e abusos da memória, uma vez que se trata aqui também dos usos e abusos do esquecimento²⁵. Eis o “esquecimento”, portanto, como uma chave epistemológica importante para o trabalho do historiador.

Seguindo as discussões de Ricoeur, temos o historiador português Fernando Catroga, outro importante estudioso do debate entre memória e história, o qual também se demonstra interessado nas relações destas duas últimas com o esquecimento, dedicando parte de seus estudos a esta temática. O historiador discute a relação recordação/esquecimento, trabalhando o caráter de alteridade da memória e sua dimensão seletiva sobre o passado, apontando como os monumentos e os ritos de recordação se fazem presentes nos usos da memória, a partir da qual, ao fim e ao cabo, se discute a chamada *crise da memória*, a saber, que os ritos de recordação e comemoração estão se tornando cada vez mais frios e morosos justamente pelas ações desse poder sobre a memória por parte de grandes instituições (como o Estado e a Igreja, por exemplo), que usam e abusam dela incansável e repetitivamente. Autor bastante significativo, pois discute o modo como está se conduzindo um distanciamento do comemorar por parte dos

²⁵ RICOEUR, 2007, p. 423.

indivíduos, corroborando com a discussão feita acima sobre a “obrigação da memória”, e onde é possível inserir o esquecimento como manifesto e exercido²⁶.

Em outra obra de Catroga é interessante notar o modo como seu argumento se afilia mais ainda ao de Ricoeur, no sentido de que ele passa a discutir a noção de *esquecimento de reserva*, haja vista em que admite a ideia do esquecimento ser historiável, já que só esta noção potencia a assunção do que não existe, uma vez que no esquecimento por apagamento dos rastros há apenas o vazio e, naquela noção, reveste-se o ato de esquecer-se de uma significação positiva²⁷. Em Catroga, um trabalho historiográfico requer diretamente uma leitura epistemológica que implica entender não só o que se rememora, mas, além, buscando entender o próprio esquecimento enquanto algo eminentemente histórico.

Na historiografia brasileira temos alguns trabalhos que discutem a relação história e memória, em que se apresentam brevemente algumas reflexões sobre o possível poder do esquecimento. Márcio Seligmann-Silva discute o papel do testemunho ao trazer à tona memórias de um tempo ou de um acontecimento traumático, a saber, de catástrofes como as duas Guerras Mundiais ou o massacre aos judeus nos campos de concentração na Segunda. Discute isto muito bem através da noção de literatura do trauma, em que muitos sobreviventes tematizam o trauma vivido através de romances, em que pese o caráter de verossimilhança destes. Entrementes, alude a uma metáfora do “lembrar” e do “esquecer” afirmando que este último faz menção ao termo latino *cadere* (cair), denotando o desmoronamento que apaga a vida e as construções, mas que está também presente nas ruínas e, portanto, nas cicatrizes. A arte da

²⁶ CATROGA, 2001, pp. 33-34.

²⁷ Idem, 2009, p. 16.

memória, de tal modo, seria uma leitura de marcas e feridas de um tempo que passou e que não se experiencia mais²⁸.

Em outro trabalho, o autor reflete diretamente sobre o papel do esquecimento fazendo menção a autores como Walter Benjamin e Friedrich Nietzsche, donde o primeiro, no texto “*Experiência e Pobreza*”, não apenas experimentou um elogio ao esquecimento como também criticou o interior burguês que sufoca seus visitantes pelo excesso de *Spuren*, que são os rastros e as marcas em si. Já o segundo afirmou que é impossível se viver sem a companhia do esquecimento, dando a ideia de que é preciso lembrar-se de esquecer. Noutras passagens, Seligmann-Silva discute a questão do “não se esquecer de lembrar”, a partir da qual a história é um tribunal entre a memória e o esquecimento, fazendo menção direta à questão do dever de memória ou da justiça que se traz com esta para os indivíduos de um tempo qualquer. Memória e esquecimento, neste sentido, vivem em um jogo dialético onde um não vence o outro: pelo contrário, um dependendo sempre do outro, de modo que cabe ao historiador encará-los epistemologicamente em seu trabalho de escrita²⁹.

Outra autora que escreve sobre a temática proposta é a historiadora Helenice Rodrigues da Silva, ao discutir a memória e os seus usos sociais. Claro, como muita coisa já foi referendada aqui, ela não reflete tão somente os “bons usos da memória”, conquanto focaliza os usos e abusos desmedidos da mesma sobre um grupo de indivíduos que fazem parte de uma nação ou de uma cultura identitária. Fala ainda da importância da noção de memória coletiva e, mais significativo, passeia pelos enigmas do esquecimento, discutindo a partir de Paul Ricoeur os trabalhos de luto e os traumatismos da memória, além da questão do tempo recalçado e seu retorno, como se vê na psicologia freudiana, dos excessos da mesma e, por conseguinte, da obsessão do passado

²⁸ SELIGMAN-SILVA, 2003, p. 56.

²⁹ Ibidem, pp. 59-63.

(que seria a noção do passado que não quer passar, baluarte da história do tempo presente, de visualizá-lo através dos testemunhos fiéis). Segundo Silva, ao lado de um trabalho de lembrança, necessário à preservação da identidade nacional, um trabalho do esquecimento, visando a um justo equilíbrio da distancia temporal, torna-se inevitável³⁰. Aqui, portanto, quer-se pôr em evidência como pode haver uma fragilidade afetiva das lembranças, gerando feridas coletivas, uma vez que se memoriza coletivamente sobre a desgraça e a derrota de grupos humanos massacrados, como Silva bem aponta (no caso, a comemoração dos 500 anos do Brasil, em que se imiscui na comemoração os povos indígenas, pondo-se no esquecimento o massacre dos mesmos perpetrado pelos colonizadores)³¹. Seria, portanto, um “impossível comemorar” ou a busca de um “falso consenso”, ou seja, uma “falsa memória”. Eis a amnésia na nossa escrita da história, epistemologicamente fundamentada e interessada: é nosso o papel de entender como o esquecimento é historicamente pensado e posto em uso na escrita³².

Outra grande referência a respeito do esquecimento se trata do estudo do alemão Harald Weinrich, no livro *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Decidi por trazer este estudo por último, pois é aqui onde se fará a defesa de que ninguém está a salvo do esquecer. Segundo o autor, não há um esquecimento único, que se verifica de um único modo. Para ele, as diferentes experiências do esquecimento que o cotidiano nos oferece não são suficientes para nos dar uma ideia precisa das incidências do mesmo sobre nossas vidas e da influência exercida sobre nosso aparelho cognitivo e emotivo. Sobre isso, a obra trata de analisar os mais variados aspectos relativos ao assunto, descambando para um estudo de

³⁰ SILVA, 2002, p. 427.

³¹ Ibidem, pp. 432-433.

³² Idem, p. 433.

História Cultural deste fenômeno, colocando em relevo a arte e a crítica do olvido em suas mais variadas formas de (des)aparecimento³³.

Interessante como Weinrich se vale dos mais variados textos da literatura europeia, desde os romancistas aos filósofos, passando pelos historiadores e viajantes, dos poetas aos proseadores, para perceber os tantos exemplos que fomentam uma cultura do esquecimento na vida e experiência humanas. Trabalha o modo como os homens lidam com o esquecer, deixando claro que a memória pode ter uma parcela de razão, que a amnésia não é de todo errada, afastando qualquer possível absolutização da memória³⁴. Nesta perspectiva, fica claro um caráter de negociação: nenhuma arte da memória está livre dos esquecimentos possíveis – e desejáveis – como uma arte triunfante a que tudo consegue lembrar; e nem haverá um olvido total, que se faça sobre o julgo do nunca lembrar jamais, uma vez que o esquecimento de reserva (no qual uma memória permanente pode estar submersa nas profundezas da mente) pode brotar, através de uma arte de memória, uma filigrana sequer que possa rememorar o passado. Obviamente, Weinrich afirma que esta dialética está imersa no próprio modo como o homem se compreende na sua cultura e no seu tempo, através de suas experiências, de seus modos de pensar e sentir e de como todos estes fatores estão imersos, a rigor, no tempo histórico.

4. Considerações Finais

Após perpassar algumas leituras da relação memória/esquecimento, o historiador ainda deveria temer o desafio que é atravessar o perigoso rio *Lete*? Deveria ele temer a

³³ WEINRICH, 2001, p. 11.

³⁴ Ibidem, p. 12.

morte por afogamento, sem a ajuda de qualquer braço amigo – no caso, o dos rastros – para puxá-lo para uma margem segura? Ao final deste texto, sinto-me seguro para responder com um “não”. Não há o que temer. Não devemos lamentar o esquecimento. Mesmo que tenha surgido das trevas, da escuridão da noite, Lete não parece ser inimiga das luzes de sua antípoda Mnemosyne. Ambas parecem andar de braços dados. Eis o ponto: Lete, um pouco mais traiçoeira, puxa Mnemosyne para o seu leito e a faz apagar-se, diluir-se nas suas águas, produzindo-se o olvido nunca pensado. Contudo, se estamos sujeitos à imponderável lei do esquecimento, o que fica patente a nós, e que precisamos entender, é que devemos reconhecê-lo como uma força de historicidade própria e legítima, como uma dimensão sublime do agir e do fazer historiográfico, assim como as noções de “tempo”, “verdade”, “narrativa”, “escrita”, da sua rival, a “memória”, dentre tantas outras. Afinal de contas, *Lete* consegue com suas águas nos proporcionar uma felicidade única: ora, só podemos lembrar daquilo que um dia esquecemos... E nunca da mesma forma!

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução: Paulo Neves. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. “Pierre Nora, ou o Historiador da Memória”. In: *Revista de História Social*, nº 06. Campinas, SP, 1999, pp. 137-146.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra, Portugal: Editora Quarteto, 2001.

CATROGA, Fernando. *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: memória e o fim da história*. Coimbra, Portugal: Editora Almedina, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1999.

DOSSE, François. *A História*. Tradução: Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: Edusc, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*, vol. 02, nº 03. Rio de Janeiro, 1989, pp. 03-15.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo I*. Tradução: Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. *História, Memória, Literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “‘Rememoração’/Comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n° 44. São Paulo, 2002, pp. 425-438.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Tradução: Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAPÍTULO IV

Edward Palmer Thompson: *abertura a novos horizontes marxistas*

Hugo Paz de Farias Braga
Gervácio Batista Aranha

1. Introdução

O título deste ensaio se explica da seguinte maneira, dentro dos objetivos traçados: realizar uma discussão acerca da releitura que Edward Palmer Thompson faz do Materialismo Histórico. Sendo assim, pode-se dizer que se pretende seguir o caminho do levante de questões que sirvam para tentar responder às seguintes indagações: qual a contribuição de Thompson para o materialismo histórico? Qual a releitura que este autor efetua? De quê se pode servir a História nesse sentido? Ou seja, a partir de alguns conceitos considerados fundantes na vasta obra do autor, objetivamos apresentar como ele se propõe, a partir do lugar de materialista, a criticar sua própria “corrente teórica” ao operar uma releitura desta, além de procurar novas maneiras de explicar o que antes parecia nebuloso ou até mesmo ausente na tradição marxista de então¹.

¹ SILVA, 2001, pp. 59-71.

Tais conceitos servem para estabelecer o elo entre aquilo que podemos chamar de “marxismo ortodoxo” e “marxismo ‘revisto’” (apesar dos termos assim apresentados terem sentidos vagos), sendo também elementos-chave para se entender as propostas conceituais de Thompson, que são: o *conceito de classe*, o de *experiência*, além da ideia em torno de uma “história dos de baixo”². Este debate mais teórico encontrará seu lugar principalmente em *A Miséria da Teoria*, livro no qual o historiador efetuou duras críticas a Louis Althusser, para quem ele endereça esta obra. Porém, as farpas não se restringem somente ao francês, chegando também ao próprio Karl Marx e a Friedrich Engels: Thompson não os poupou quando achou necessário fazê-lo³.

Porém, a maior motivação da escrita de tal obra se deu claramente como uma resposta ao pensamento de Althusser. Thompson posicionou-se contra a perspectiva deste autor, pois os pressupostos de seu marxismo estariam mais próximos da alçada do estruturalismo, já que, em toda a sua “miséria” teórica, o autor conduziria seu pensamento e sua linha de raciocínio para com os aspectos sociais a uma tentativa de “fuga da história”, na medida em que tenta explicar tudo por conceitos, por formas abstratas, ocasionando a retirada do sujeito, do vivido, da cultura e dos demais elementos históricos de cena. Colocando em seu lugar, então, toda a aspereza de generalizações, de estruturas definidas, a-históricas que, portanto, retirariam a importância dos sujeitos como agentes ativos, transformando-os em categorias inertes. A leitura da obra de Althusser, na ótica de Thompson, nos oferece a percepção de um “sistema fechado” pelo qual os conceitos “circulam interminavelmente”⁴. É se utilizando da pesquisa empírica que o historiador inglês busca historicizar todas estas relações que, para ele, só podem ser gestadas em sua dimensão

² SHARPE, 1992, pp. 39- 62.

³ ARANHA, 1998/1999.

⁴ THOMPSON, 1981, p. 22.

temporal. Tentar imobilizá-las em estruturas atemporais seria algo impossível, pois as relações históricas são fluídas e escapam a este objetivo⁵.

2. Do Marxismo “Ortodoxo” à *New Left Review* (1960)

O marxismo, teoria social gestada no século XIX, sofreu muitas mudanças e desdobramentos ao longo do século seguinte, tanto em seu campo teórico quanto no prático. Não se trata de tentar separar de forma radical a prática política do próprio campo teórico, já que, para Thompson, leituras como a de Althusser servem para desarticular o discurso intelectual da esquerda e, “[...] na reprodução continuada da divisão elitista entre teoria e prática”⁶, mudar o foco original daquele pensamento.

Sendo assim, os textos de Karl Marx seguiram, ao longo do tempo e da entrada dos novos séculos (o XX e o XXI), sendo interpretados, reinterpretados, apropriados tanto teoricamente como politicamente. Em certo sentido, a “desilusão” com o marxismo, que será discutida abaixo, tem muita relação com os desdobramentos políticos da teoria que estão, obviamente, imbricados a ela própria.

Não parece possível entender tais acontecimentos, e movimentos futuros, sem fazer alusão à *Revolução Russa*, ocorrida em 1917. A partir de então, a Rússia e, posteriormente, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas passaram a ser reconhecidamente “vitrines” de uma “suposta” tentativa da implantação das ideias de Marx e Engels. Grande parte dos marxistas ao redor do mundo via na experiência Russa (ao menos inicialmente) um modelo ou a representante-mor de suas ideias

⁵ THOMPSON, 1987.

⁶ Idem, 1981, p. 11.

comuns. Ou seja, o evento socialista era algo a ser comemorado internacionalmente, pela “comunidade comunista” ao redor do mundo, pois serviria como um “marco” rumo ao comunismo em escala mundial⁷. Na prática, no entanto, as desavenças políticas já existiam mesmo na URSS e no mundo socialista a fora; porém, elas se tornarão mais intensas a partir da década de 1950: ou, pelo menos, na ótica e na experiência política de Thompson⁸.

Para exemplificar um pouco o que queremos apresentar, lembremos que no ano de 1956, no *XX Congresso do Partido Comunista Soviético*, Nikita Khrushchov fez uma série de denúncias à Stalin, expondo todo um sem número de práticas ilícitas, tais como assassinatos, perseguições, prisões, censuras e atos que quebravam a utopia elaborada em torno da figura do Líder, que era considerado por muitos como um herói principalmente no que tange ao grande papel da URSS na Segunda Guerra Mundial. Além disto, outras práticas do país soviético, de certa forma, intensificaram esta relação de desilusão, a exemplo da invasão da Hungria em outubro do mesmo ano. Tanto é que neste fatídico ano de 1956, Thompson abandona o partido comunista inglês, do qual fizera parte até então, por não encontrar nele a liberdade necessária para criticar o regime soviético⁹. Não devemos, porém, tomar este acontecimento como determinante para todo o processo de desilusão teórica com o marxismo; no entanto, devemos ressaltar as importantes influências que estes acontecimentos políticos causaram¹⁰ não só no autor em questão, mas também em intelectuais e políticos de esquerda ao redor do mundo. Assim, para Thompson,

⁷ HOBBSAWM, 1995.

⁸ PALMER, 1996.

⁹ FONTES, FORTES & NEGRO, 2001, pp. 21-59.

¹⁰ Basta dizer que, em 1956, o Partido Comunista Britânico perdeu cerca de sete mil afiliados, quase um quinto do total. Uma baixa considerável em apenas um ano. Cf. Idem.

[...] a revolução de outubro deu-lhe uma nova e mais utópica encarnação. O utopismo (em sua conotação marxista pejorativa habitual) tem uma reencarnação espantosa e florescente dentro do próprio marxismo, na forma embelezada e totalmente fictícia da ‘União Soviética’ [...] Foi uma década de heróis, e havia Guevaras em cada rua e em cada floresta...¹¹.

Sendo assim, poderíamos elencar três modos principais de encarar tais problemas: a) de um lado, havia aqueles que preferiram manter sua relação com o que achavam ser um modelo teórico mais “fiel”¹²; b) de outro, tinham aqueles que achavam que os pressupostos de Marx não mais serviam – são estes os que romperam com a “tradição” marxiana; c) por último, devemos lembrar daqueles que se colocavam entre ambas as posições, ou seja, se por um lado defendiam que alguns pressupostos precisavam ser repensados, ou reinterpretados, por outro, ainda continuavam a reconhecer o papel do Materialismo Histórico para suas incursões historiográficas. Estes últimos vão optar pela releitura: assim, é importante ressaltar o simbolismo da criação da revista *New Left Review* em 1960, a saber, na tentativa de reestruturar (política e teoricamente) esta esquerda em “crise”. Dentre estes que escolheram esta “terceira via” estava Thompson que, mesmo inscrito na revista, não poupou os “silêncios” e as faltas do marxismo e do próprio Marx.

Esta postura ilustra a noção de uma leitura crítica da teoria, buscando pela pesquisa e pela história rever alguns conceitos

¹¹ THOMPSON, 1981, pp. 84-85.

¹² Para Thompson, Althusser é um exemplo de tal expediente. Ele produz um tipo de teoria autossuficiente e fechada à pesquisa empírica, que nega a possibilidade de mudanças e reordenamentos teóricos, além de produzir uma interpretação que limitaria as próprias possibilidades do Materialismo Histórico: assim, tudo nos leva a crer que seu pensamento facilmente por ser interpretado como “idealista”.

estabelecidos, algo que vai de encontro às noções de ortodoxia e fechamento, como preteridas por Althusser, nas quais a prática teórica pura e simples da origem ao pensamento acaba por excluir as agências humanas, as práticas sociais que formam classes e dão sentidos às tradições e aos costumes. Para Thompson, devem-se evitar os modelos inflexíveis que enquadram o processo sócio-cultural, já que,

ao recusar a investigação empírica, a mente esta sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela câibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros. É esse, portanto, o sistema de fechamento. É o lugar em que todos os marxismos, concebidos como sistemas teóricos auto-suficientes, auto-justificativos, auto-extrapolantes, devem terminar¹³.

Passaremos, a partir de agora, a elencar algumas das aporias enfrentadas pelos autores que efetuam essas “releituras”, especificamente Thompson, cujos impasses nascem tanto do movimento contrário ao Materialismo como também do próprio ato de propor uma (re)visão dos conceitos de então: ou seja, fica claro que na medida em se propõe uma nova leitura põe-se em cheque outras anteriores, sejam as ideias provenientes de Marx, sejam as ideias provenientes dos teóricos que se consideravam seus porta-vozes. Portanto, os pontos que viraram “matéria-prima” para as críticas são importantes para que entendamos alguns conceitos/posições tomados por Thompson. Cabe a nós, agora, apenas contextualizar tais questões para que depois possamos discuti-las. Assim, a primeira crítica gira em torno da relação entre “base” (economia) e *superestrutura*, que pode ser explicitada na discutida carta de Engels endereçada a Joseph Bloch: “nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de

¹³ THOMPSON, 1981, p. 185.

acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância”¹⁴ [*grifo nosso*].

As críticas com relação a esta questão giram em torno da acusação de se perceber a cultura como mero instrumento subordinado ao econômico, gerando uma relação de determinismo economicista, no qual determinado aspecto da vida condicionaria a existência de todos os demais. Portanto, o objetivo central desse determinismo seria entender a “base”, a partir de onde todos os outros aspectos seriam derivados, no sentido de que aquilo que é *material* passa a ser tanto o ponto de partida quanto o local para onde se pretende ir.

A análise histórica teria, por fim, a condição de ser a válvula para a formulação de conceitos mais abrangentes sobre determinada época, a partir de seu respectivo modo de produção, a citar: o tribal, o antigo, o feudal, o capitalista, dentre outros¹⁵. Este movimento, que parte da História em direção ao estabelecimento de conceitos gerais, conduzia o pesquisador a uma articulação geral no curso da humanidade, ao identificar um elemento convergente, e à noção de que toda a história das sociedades até agora tem sido a história da luta de classes: o antagonismo entre “oprimidos” e “opressores” que se explicitou no capitalismo enquanto sistema (onde mais riqueza se gerou).

Nessa lógica, pertencer a uma classe é uma condição que tem a ver com as relações de produção, desempenhada nesta sociedade, por cada um dos “grupos”. A classe é relacional, ela é una, na medida em que antagoniza com sua “diferente”. Para Karl Löwith, “o proletariado é o povo escolhido do materialismo histórico pelo mesmo motivo que é excluído dos privilégios da sociedade instituída”¹⁶. Na visão de críticos, a posição da classe

¹⁴ ENGELS, 1963, p. 284.

¹⁵ EAGLETON, 1999.

¹⁶ LÖWITH, 1991, p. 47.

operária como detentora de uma missão já reservada no futuro – a de dar fim à luta de classes –, rumo a uma sociedade melhor e mais justa, teria um viés evolucionista problemático: “nessa escala evolutiva, o modo de produção capitalista ocupa o lugar de último modo de produção centrado sobre a luta de classes. O próximo modo de produção trará a superação dessa luta entre os homens e inaugurará uma nova fase da história humana”¹⁷. Um desses críticos é justamente Thompson.

3. Os paradigmas thompsonianos

Partiremos agora para uma exposição de alguns conceitos que consideramos importantes na obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson, destacando o caráter renovador de sua leitura, sem deixar de inscrever-se dentro da tradição Marxista, algo que ele fazia questão de destacar. Os conceitos que discutiremos são principalmente os de *classe* e *experiência*, além da sua íntima relação com a chamada “história dos de baixo”. É importante ressaltar que Thompson não compartilhava da ideia de classe operária definida enquanto “coisa” ou estrutura matematicamente localizável na sociedade. Para ele, a classe é um produto eminentemente histórico que vai se formando ao longo do tempo¹⁸.

Nesse sentido, existem certas “deturpações” do conceito de classe, principalmente naqueles autores que se fazem valer do viés que toma o marxismo estruturalista de Althusser como base teórica. Neste “modelo”, a classe perderia seu caráter histórico/temporal e, portanto, diacrônico, e se tornaria uma “coisa”/estrutura capaz de ser definida quase matematicamente,

¹⁷ REIS, 2006, p. 59.

¹⁸ THOMPSON, 2001.

ou mecanicamente, em qualquer tempo e/ou espaço. Ou seja, a classe é retirada da historicidade para se transformar em algo inerte, bem definido e sincrônico. Sendo assim, aquilo a que se pode chamar de classe assume características constantes nas experiências diversas. Contra esta posição das leituras sobre Marx, Thompson diz: “existe atualmente uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o sentido em Marx, em seus escritos históricos, mas o erro deturpa muitos textos ‘marxistas’ contemporâneos”¹⁹. Mesmo fazendo este reconhecimento, *A Miséria da Teoria* não poupa os silêncios de Marx, como é demonstrado no capítulo “O Termo Ausente: experiência”. Lá, ele ressalta que “embora isso não seja incompatível com as hipóteses de Engels e Marx, não é exatamente a mesma coisa que suas proposições”, pois mesmo que esses filósofos da História falem em uma classe em sentido histórico (pelo menos em alguns de seus escritos), eles não “descem” da nuvem metafísica até a poeira da análise das experiências e das particularidades: “voltamos assim ao termo que falta, ‘experiência’, e enfrentamos imediatamente os verdadeiros silêncios de Marx. Não se trata apenas de um ponto de junção entre ‘estrutura’ e ‘processo’, mas um ponto de disjunção entre tradições alternativas e incompatíveis”²⁰.

Entender a classe, na concepção de Thompson, é localizar aquela série de acontecimentos divergentes, díspares e aparentemente desconectados em um contexto que é eminentemente histórico. E se é assim, não se trata de algo inerte, já que ela se faz constantemente: é o que se chama de o “*fazer-se da classe*”. Na tradução em língua portuguesa da obra mais conhecida do historiador inglês, a palavra “Formação” não teria o mesmo sentido que o original em inglês, *making of*, já que este ressalta a concepção fluída desse conceito em Thompson. Se a definição de

¹⁹ THOMPSON, 1987, p. 10.

²⁰ Idem, 1981, p. 182.

classe depende da análise de um contexto, e é uma relação histórica, então o autor combate as generalizações que o sentido de classe possa ter: ressalta-se que suas análises se circunscrevem na experiência inglesa, dando ênfase às suas particularidades intrínsecas. Como podemos ver:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas²¹.

Para melhor entender o conceito de experiência em Thompson é necessário também analisar sua posição acerca da relação de base/superestrutura. Para este historiador existe uma verdadeira confusão na interpretação da relação da base com a superestrutura, na medida em que se criou uma divisão radical entre cultura e economia: sendo assim, o conceito de economia passou a ser muito estreito, ou seja, retirado de uma real significação. Mais precisamente, a noção de modo de produção foi arraigada a esta noção frágil de economia. Neste sentido, o autor busca se aproximar bastante da Antropologia para reestabelecer a noção de que cultura e economia estão intimamente ligadas, sendo impossível descrever um modo de produção somente em termos econômicos ou uma cultura qualquer livre destes²².

Ou seja, descrever algo econômico (e que, portanto, pertenceria a uma *base*) é também fazer referências a sistemas de valores, a costumes, a formas de dominação, a todas essas relações culturais. É nesta lógica que Thompson escreveu o ensaio “A

²¹ THOMPSON, 1987, pp. 09-10.

²² Idem, 1998.

Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII”, demonstrando que o homem econômico também se vale de uma série de questões culturais: nos chamados “motins da fome”, por exemplo, as pessoas pobres e comuns se baseavam nos costumes que consideravam legítimos para exigir que tivessem o direito de comprar cereais e pães com pesos justos e na proporcionalidade entre preço e qualidade do produto: essa atitude se valia de um costume transmitido, sendo a noção de *costume* uma construção muito mais tensionada e complexa em relação àquilo que o termo tradição possa indicar.

Thompson mostra, a partir disso, a contraposição entre a emergência de uma *economia política* (da qual se valiam as elites) e a manutenção de uma *economia moral* (baseada nos costumes longínquos, da qual se valia o povo). Por isto, o historiador defende que

por mais sofisticada que seja a idéia, por mais sutil que tenha sido o seu emprego nas mais várias ocasiões, a analogia “base e superestrutura” é radicalmente inadequada. Não tem conserto. Está dotada de uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar, classificando atividades e atributos humanos ao dispor de alguns destes na superestrutura (lei, arte, religião, “moralidade”), e outros na base (tecnologia, economia, as ciências aplicadas), e deixando outros ainda a flunar, desgraçadamente, no meio (lingüística, disciplina de trabalho)²³.

E como Thompson resolve este impasse? Não abandonando em nenhum momento a tradição marxista, ou seja, o desenlace da situação só poderia se dar dentro de uma lógica que não colocasse em cheque certos pressupostos afirmativos desta tradição. É por isto que ele afirma: “numa só voz, podemos

²³ THOMPSON, 2001, p. 256.

afirmar que ‘o ser social determina a consciência social’²⁴. É aí que entra em cena o conceito de *experiência* em Thompson, pois este funciona como um elo entre o ser social e sua consciência: gestando-se nas relações materiais estabelecidas entre homens e mulheres em sua historicidade, com seus conflitos e interesses inerentes, a experiência se torna fluída. Em seguida, ela é significada culturalmente, transformando-se em um conjunto de valores e costumes para depois retornar e agir sobre a vida material e social. Neste sentido, o autor justificou sua relação com o materialismo, pois, apesar de destacar o papel da cultura/imaterialidade dentro da experiência, ele continuou a dar ênfase à necessidade da vivência do material primeiro para que depois tudo se transforme em significações cotidianas. Ou seja, *experiência* é um conceito de junção entre o ser social e a consciência social, pois para existir a consciência é necessário que se tenha a experiência primeira (material). Assim, podemos dizer que a primeira é “matéria- prima” para a segunda e que as mudanças históricas acontecem

não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas²⁵.

Outra questão que poderíamos abordar rapidamente é a noção de “história dos de baixo”. Ora, olhar para aqueles considerados “de baixo”, ou as pessoas menos abastadas da sociedade, foi um expediente que Marx usou – e Eric Hobsbawm destaca que esta seria a principal contribuição dele para a historiografia. Ou seja, escancararam-se certas situações de

²⁴ THOMPSON, 2001, p. 253.

²⁵ Ibidem, p. 263.

exploração do homem pelo homem, e em um século no qual a História se preocupava muito com “grandes homens”, heróis e outras figuras consideradas chave para a consciência histórica; com isso, Marx tentou mostrar o “outro lado”, o dos oprimidos, e elegeu o proletariado como o “coveiro” do capitalismo (estabelecendo estes como atores sociais importantes dentro do curso da história). Nesse mesmo âmbito, mas com um novo enfoque, a grande contribuição de Thompson se dá frente ao marxismo ortodoxo, ao afirmar que homens e mulheres são sujeitos na história que decorre e não a partir da espera de uma realização futura da revolução, de onde nasceria uma nova humanidade, já que

a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda esta no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrer em tempo não redimido²⁶.

Esse modo de pensar em Thompson nos remete ao movimento que ele faz no ensaio “*A Venda de Esposas*”: mostrar que o ato (de “negociar” as esposas) não se dava como classificavam as elites da época, ou seja, não se configurava enquanto um ato de barbaridade/incivilidade; ao contrário, havia todo um código valorativo que dava sentido a essa prática e a legitimava como um ritual de “separação”, em uma sociedade que carecia de mecanismos legais neste sentido. Este belo texto mostra que, para além dos “discursos” das elites, pode-se tentar perceber que as práticas cotidianas dos “de baixo” estavam inseridas na

²⁶ THOMPSON, 2001, p. 21.

lógica estabelecida pelas pessoas que acreditavam que o que faziam era algo legítimo²⁷. Apesar de não existirem meios oficiais para aquilo, a capacidade daquelas pessoas permitiu que fosse criado um ato público que consolidava o divórcio, mesmo que este estivesse travestido de uma festividade de “troca comercial”, de uma transferência matrimonial admitida. Assim, vendo na leitura de Thompson uma percepção como essa, significa entender que, apesar de o historiador estar no presente, o seu texto tem que se referenciar principalmente a aquilo que aconteceu no passado, apresentando-se contra certos pressupostos que defendem que seria impossível entender os outros no tempo, ou seja, evitando qualquer perspectiva que negue que as fontes históricas possam ajudar a compreender o que foi vivido.

4. Considerações Finais

Como dissemos anteriormente, as discussões sobre um assunto tão diverso quanto o pensamento de Thompson renderiam uma escrita muito maior do que esta. No entanto, preferimos nos manter fiéis aos objetivos aqui propostos: apresentar a abertura teórica desse historiador para os horizontes historiográficos, marxistas ou não, que sua obra traz em si. Suas concepções se voltam contra os silêncios do próprio Marx, bem como contra a “miséria” teórica de certos estruturalistas. Coloca a História no centro, descartando análises puramente a-históricas que invadiram as Ciências Humanas no decorrer do século XX. Desse modo, a importância de Thompson para a disciplina é fundamental: foi ele um ferrenho defensor de uma historiografia que colocasse à frente a vida das pessoas, seus costumes e suas tradições, suas concepções de mundo. Tal defesa foi contrária aos

²⁷ THOMPSON, 1998.

estruturalismos que ameaçavam, com todo seu instrumental teórico, de conceitos e estruturas fechadas, a permanência dos indivíduos como agentes do processo histórico (nesse caso, os “comuns” ou os “de baixo”). Evitar a produção de uma História que, seca e insípida, eliminasse o sujeito e generalizasse, homogeneizando, as diversas experiências no tempo e espaço: esta era uma das metas de Thompson. O que se via em ameaça, portanto, era a própria condição fluída intrínseca à concepção de História que este autor passou a defender.

Contudo, as contribuições que ele trouxe ao materialismo são de grande relevância, já que foram essenciais para a renovação epistemológica da disciplina, o que serviu a inúmeros historiadores que estavam em desilusão com a teoria de então. Desta forma, entendemos que modelos teóricos também estão sujeitos à historicidade e que, ao longo do tempo, devem ser questionados, pois, se a realidade muda, as formas de explicação dela também devem ser renovadas. Por isso, as teorias sociais e os modelos conceituais não devem se tornar autossuficientes. Lá no mundo de “fora”, longe dos muros das academias, onde os iluminados intelectuais também habitam, existe uma vida social rica: as generalizações conceituais que acreditam conseguir abarcar a totalidade da realidade humana devem aprender com a História que esta continua a se movimentar²⁸. Assim, Thompson não se resume ao materialismo ou mesmo ao marxismo: acreditamos que suas obras trazem questões que estão além de certas homogeneizações teóricas e que colocam a História, à qual dedicou uma vida, no cerne das atenções.

²⁸ THOMPSON, 1981.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. “A História Renovada: a emergência dos novos paradigmas”. In: *Revista Saeculum*, João Pessoa, janeiro/dezembro/1998/1999, nº 4/5, pp. 41-73.

EAGLETON, Terry. *Marx e a Liberdade*. Tradução: Marcos Barbosa de Oliveira. São Paulo: Editora da UNESP, 1999 (Coleção Grandes Filósofos).

ENGELS, Friedrich. “Carta de F. Engels a Bloch, 21-22 set. 1890”. In: *Karl Marx e Friedrich Engels, Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963, p. 284 [volume 3].

FONTES, Paulo, FORTES, Alexandre & NEGRO, Antônio Luigi. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). *A Peculiaridade dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, pp. 21-59.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÖWITH, Karl. *O Sentido da História*. Tradução: Meaning in History. Lisboa: Edições 70, 1991.

PALMER, Bryan D. *E. P. Thompson: objeções e oposições*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

REIS, José Carlos. “O Marxismo”. In: *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 51-66.

SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 39-62.

SILVA, Sérgio. “Thompson, Marx, os Marxistas e os outros”. In: NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). *A Peculiaridade dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, pp. 59-75.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução: Waltenir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade [volume I]*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [Coleção Oficinas da História].

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. “Folclore, Antropologia e História Social”. In: NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). *A Peculiaridade dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, pp. 227-269.

CAPÍTULO V

A Espessura da Linguagem na História e na Ciência: *Hayden White e David Bloor*

Gabriel da Costa Ávila

A crítica da metafísica e a crescente submissão ao regime de verdade articulado pelas ciências naturais marcaram sobremaneira o pensamento social da segunda metade do século XIX. Surgem as novas disciplinas das ciências sociais e a história e a filosofia, saberes ancestrais, se acomodam às novas normas (científicas) de legitimação do conhecimento. Em meio a essa reconfiguração, faz-se necessário garantir um fundamento para o conhecimento, uma série de procedimentos capazes de controlar e estabilizar os enunciados, tornando-os científicos. Uma das importantes consequências dessas transformações foi o estabelecimento de uma nova economia da linguagem. No decorrer do século XX, impulsionada por essa conformação intelectual (ora para endossá-la, ora para refutá-la) a linguagem assumirá uma posição central nas especulações teóricas da filosofia, das ciências humanas e das ciências naturais. Como tentarei mostrar adiante, esse movimento encontrará um momento de inflexão nos anos 1960 e 1970 com o *giro linguístico* (também chamado de *virada linguística* ou *linguistic turn*, em sua formulação original). O *giro linguístico* assumirá a centralidade da linguagem como ponto de partida fundamental; porém, subverterá o seu papel na produção do conhecimento.

Neste ensaio, pretendo abordar o impacto do *giro linguístico* na historiografia e nas análises sócio-históricas sobre a ciência¹, apontando para as suas linhas de força e também para os seus limites, dando especial atenção às acusações de relativismo. Serão tomados como referência dois autores centrais para as reconfigurações desses campos: o historiador norte-americano Hayden White e o sociólogo escocês David Bloor. Adotando como eixo privilegiado da exposição o tratamento dado por esses autores ao papel dos imperativos da linguagem e dos condicionantes sociais na construção do conhecimento, tentarei iluminar os pontos de contato e também as distinções entre os seus projetos intelectuais e mostrar como eles se insurgiam contra uma visão do conhecimento como um “meio transparente” – capaz de descrever de maneira fidedigna e neutra a realidade; seja do passado, no caso da história, seja dos fenômenos “naturais”, no caso da ciência. Erigidos em um momento no qual a atividade da escrita como intervenção no mundo foi enfatizada, vemos aparecer uma linguagem espessa, em constante intercâmbio com diversos influxos sociais e determinante para as múltiplas visões de mundo.

Aproximar as reflexões de Hayden White e David Bloor é uma das muitas maneiras de compreender as relações, por vezes indiretas, entre o campo da história *tout court* e os estudos sócio-históricos da ciência. Distanciadas epistemologicamente e institucionalmente em função de uma concepção que garante à ciência um estatuto epistêmico superior (a-histórico, objetivo, neutro), afastamento que expressa a insistente cisão ontológica entre natureza e cultura, essas áreas disciplinares se beneficiaram

¹ Por questão de estilo, usarei o substantivo “ciência” para tratar do conjunto das ciências naturais. Isso não implica em desconsiderar as disputas em torno do termo, especialmente no século XIX. O uso adjetivado, “ciências humanas”, “ciências sociais” ou mesmo “ciências naturais”, ocorrerá em contextos específicos para marcar ênfases ou embates.

dessas trocas clandestinas e pontuais. Um intercâmbio efetivo acarretará em um ganho de densidade teórica e poder explicativo para ambas. Destacar esse momento histórico e intelectual dos anos 1970, quando essas áreas enfrentavam desafios e apresentaram soluções semelhantes, pode iluminar um período crucial de redefinição desses campos e apontar para uma crise intelectual mais ampla, na qual as respostas da história e dos estudos de ciência podem colaborar para soluções teóricas.

Antes de chegar a esses autores, farei um breve desvio pela história das concepções de linguagem entre o fim do século XIX e meados do século XX, passando por três momentos: a criação da “ciência histórica” no século XIX, a filosofia da ciência dos anos 1920 e 1930 e o estruturalismo para chegar, enfim, ao *giro linguístico* dos anos 1960 e 1970. Com isso, quero apontar para um argumento central neste ensaio, a saber, a crise da busca por um fundamento para o conhecimento.

Para os historiadores do século XIX, a principal solução foi apostar em um controle rigoroso das fontes (que descendia da crítica erudita dos séculos XVI e XVII) e, principalmente, em uma forma imparcial de organizar a narrativa histórica, o que os autorizava a se tornarem os porta-vozes autorizados do passado, transmitindo a realidade das experiências históricas sem deformações causadas por *a priori* metafísicos. As filosofias da história – especulativas, racionalistas, progressistas – são substituídas pela “ciência da história”. Sob o signo da ciência, a história busca critérios de “objetividade”, se esforça por estabelecer os fatos, relatar a verdade do passado². O movimento que primeiro estabelece sua cientificidade se dá em meio à profissionalização da disciplina, especialmente na Alemanha. Tal profissionalização exigia a criação de uma série de protocolos diferentes daqueles do amador. A ciência da história não era para

² REIS, 1996, pp. 11-25.

leigos. Com isso, a ruptura entre o discurso literário e o discurso histórico é reforçada. A antiquíssima distinção entre fato e ficção é reforçada pela racionalidade científica e posta em primeiro plano³. Os historiadores tentam romper, ao menos intencionalmente, com as tradições filosóficas e literárias que dominaram o discurso histórico até o século XVIII. As implicações dessas transformações no cenário de atuação do historiador para a forma de compreensão da linguagem são cruciais: esta passa a ser vista como uma “ferramenta de trabalho”, um “meio transparente” capaz de transportar, sem deformar, as descrições sobre os fatos, capaz de corresponder à realidade do passado; é preciso marcar a distinção em relação à literatura, onde “forma é conteúdo” e a linguagem é tudo.

Mesmo os filósofos, de cuja influência os historiadores tentaram se livrar, modificaram profundamente o escopo da sua disciplina diante da recusa da metafísica. Nesse sentido, o projeto mais rigoroso e influente foi levado a cabo pelo positivismo lógico do Círculo de Viena. Este grupo, que produziu suas principais reflexões entre os anos 1920 e 1930, pretendia fazer da filosofia um empreendimento inspirado pela visão científica do mundo que fosse capaz de dotar as ciências das reflexões necessárias à sua “boa prática”⁴. Assim, determinavam que a principal tarefa da filosofia era a demarcação rigorosa entre o discurso da ciência e aquele da metafísica. Encontraram na linguagem o local ideal para a efetivação das suas pretensões filosóficas. Com efeito, a proposta do Círculo da Viena para a utilização da linguagem é bastante austera. Ao identificarem na metafísica um essencialismo transcendental inexpugnável, desprovido de sentido, esses filósofos tomaram como decisão programática o expurgo da própria metafísica do discurso filosófico e científico. A linguagem, segundo esses filósofos, deveria seguir estritamente dois princípios:

³ IGGERS, 1997, pp. 23-30.

⁴ CARNAP; HAHN & NEURATH, 1986.

estar em contato direto com a experiência, isto é, ser empiricamente verificável; obedecer às normas formais da lógica. Purificada de toda metafísica e logicamente organizada, a linguagem poderia então se tornar absolutamente clara e, assim, servir de fundamento para o conhecimento verdadeiro⁵.

Desse modo, o Círculo de Viena põe a linguagem no centro das preocupações da Filosofia.

Simultaneamente, a linguagem – que, dos antigos gregos até o século XVIII, ficou circunscrita basicamente ao domínio da retórica e da filologia – passava a ser também objeto de uma ciência especializada: a Linguística. A partir das contribuições de Ferdinand de Saussure no início do século passado⁶, a linguística capitaneará uma série de transformações decisivas nas concepções sobre a linguagem e se distanciará da perspectiva filosófica esboçada acima. Essa ciência da linguagem desenvolverá um arcabouço teórico e metodológico muito poderoso que se difundirá sub-repticiamente em outras ciências humanas até emergir, após a Segunda Guerra Mundial, sob a forma retumbante do estruturalismo. Assim, a linguística assumirá a posição de “ciência piloto” no conjunto das ciências humanas, fazendo-as assimilar o seu programa e o seu método⁷. Que método e programa eram esses? Não farei aqui mais que uma breve descrição do estruturalismo, visto que meu objetivo é mostrar como esta força intelectual levou aos estertores o projeto fundacionalista da modernidade, abrindo caminho para a crise dos anos 1960 e 1970. Mais do que uma corrente ou uma escola teórica, o estruturalismo se apresentou como a grande tentativa de

⁵ SCHLICK, 1959.

⁶ Como se sabe, a maior parte da obra de Saussure é póstuma. O livro que abre caminho para a moderna linguística, o *Cours de Linguistique Générale*, publicado em 1916, é uma compilação das aulas ministradas por Saussure na Universidade de Genebra entre 1907 e 1911.

⁷ BENVENISTE, 1974, p. 13; DOSSE, 1993, pp. 65-66.

conferir um caráter científico às ciências humanas, tendo especial relevância em áreas como a antropologia, a etnologia, a teoria literária, a semiologia e, obviamente, a linguística.

As principais noções utilizadas pelo estruturalismo – *estrutura, sistema e função* – já aparecem nos escritos saussurianos e nos estudos linguísticos que a ele se seguirão, destacando-se, por exemplo, Émile Benveniste e Roman Jakobson⁸. Os múltiplos fenômenos da linguagem, sob a égide do estruturalismo, serão analisados como objetos concretos, dissecados, isolados em níveis. Só assim poderia ser garantida a cientificidade da nova disciplina. A respeito da análise estruturalista da linguagem, Benveniste afirmará: “primero, las piezas del juego, después, las relaciones entre estas piezas” (“primeiro, as peças do jogo, depois, as relações entre estas peças”)⁹. Assim, a principal tarefa é descobrir os elementos fundamentais (estruturas), de um dado complexo (sistema) – tal como a língua, os mitos, o parentesco, o inconsciente – e como as estruturas se relacionam em um dado sistema. Essas relações se dão em termos binários: diacronia/sincronia, língua/fala, estrutura/gênese, objetividade/subjectividade. Ainda mais importante é a ideia de que a análise revela sistemas estruturais “fechados em si mesmos”; o estruturalismo é um programa formalista, preocupado, sobretudo, com a posição formal dos elementos em relação uns aos outros. Não se procura um “sentido para além da língua”, pois o jogo do signo se dá apenas entre significado (conceito) e significante (imagem acústica) e o referente está excluído da equação estruturalista. É o que François Dosse chamou de “arbitrário do signo”¹⁰. As regras que determinam as relações entre os elementos

⁸ A discussão sobre a maior ou menor importância de Saussure como “fundador do estruturalismo” foi alvo de polêmica no interior do movimento. Para esse tema, Cf. DOSSE, 1993, pp. 65-70.

⁹ BENVENISTE, 1974, p. 18.

¹⁰ DOSSE, 1993, pp. 63-70.

estruturais tem existência funcional, operam apenas em função do sistema. Essa forma de compreensão da linguagem (que, como veremos, se difundirá para outros sistemas culturais) irá operar a dissolução do homem como objeto do conhecimento. Como mostrou Michel Foucault em *As Palavras e as Coisas*, o deslizar da nossa atenção em direção ao ser da linguagem, a essa unidade e sistematicidade, tem o poder de fazer perecer esse objeto frágil, o homem¹¹.

Nos anos 1950, esse modelo não estará restrito apenas ao estudo da linguagem. Ele dominará o cenário intelectual das ciências humanas – especialmente na França – e contaminará com seus pressupostos os objetos dessas ciências. Alguns dos grandes intelectuais franceses de meados do século XX – Roland Barthes, Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault (apesar de ter tido uma relação bastante conflituosa), Jacques Lacan, Louis Althusser, Jacques Derrida – estiveram diretamente vinculados ao estruturalismo. Assim, na psicanálise, “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”¹²; a antropologia descobrirá as estruturas elementares do parentesco e do mito; a teoria literária será dominada pelas estruturas. Para Foucault, “o estruturalismo não é um método novo; é a consciência despertada e inquieta do saber moderno”¹³. Essa afirmação se torna ainda mais significativa quando consideramos que o momento estruturalista, o auge do projeto de cientificidade para o domínio da cultura, optou por resgatar o recalcado da sociedade moderna. Muitas de suas pesquisas se davam em torno de temas “marginais”: a loucura, a sexualidade, o inconsciente, os mitos¹⁴.

Esse projeto estruturalista, no entanto, se verá desestabilizado no final dos anos 1960, dando lugar às

¹¹ FOUCAULT, 2007, pp. 475-536.

¹² LACAN, 1985, p. 25.

¹³ FOUCAULT, 2007, p. 287.

¹⁴ DOSSE, 1993, p. 11.

manifestações do pós-estruturalismo, da pós-modernidade e do *linguistic turn*. Estas correntes vão subverter a confiança epistemológica do estruturalismo e dissolver em ceticismo as noções modernas de Realidade, Verdade e Racionalidade. Jocosamente, Marshall Sahlins apontará uma máxima do pós-estruturalismo: “*don't be Saussure*”¹⁵. Ao trazer para o centro da investigação temas tidos como periféricos, os estruturalistas colocaram em cheque as bases da modernidade e implodiram seu projeto.

Ao mesmo tempo, as agitações estudantis de 1968 (que não se restringem ao maio parisiense) vão reforçar a falência das formas de atuação social e política típicas da modernidade, com o apelo recorrente ao poder da linguagem, às palavras de ordem¹⁶. As críticas à escola e ao sindicato, à igreja e ao partido vem em conjunto com a ascensão de uma forma de política que seria chamada, mais tarde, de identitária. A luta contra as opressões se pulveriza nas minorias, na pluralidade: gays, mulheres, negros, colonizados tem suas bandeiras próprias, lutam por uma causa que é simultaneamente comum e diversa. As lutas anti-coloniais na África e na Ásia engrossam o coro dos descontentes da modernidade e não poucos os que buscam uma forma de resistência que não é apenas política *stricto sensu*, ou, dito de outra forma, ampliam a extensão da política. A descolonização – e as novas formas de luta política do período – relacionam diretamente saber e poder. Surgem movimentos de “desobediência epistêmica” e “subversão linguística” como parte do enfrentamento político e social. Esses mesmos grupos que encampam essas novas lutas estão na vanguarda do descontentamento em relação à ciência que

¹⁵ SAHLINS, 2004, p. 11. O trocadilho com a expressão “*don't be so sure*” (“não esteja tão certo [disso]”) é intraduzível.

¹⁶ Michel de Certeau qualifica esse momento como “a tomada da palavra”, em referência clara à “tomada da Bastilha”. Cf. CERTEAU, 1968, pp. 20-21.

marcará o mundo após a Segunda Guerra Mundial. O envolvimento de cientistas e engenheiros no esforço de guerra e as repercussões catastróficas do complexo científico-militar-industrial, representado pelo Projeto Manhattan e pela bomba atômica, irão criar uma situação de desconforto em relação aos produtos da ciência, dos quais a sociedade se tornava cada vez mais dependente. Como sintetizou Eric Hobsbawm: “nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem dependente delas do que o século XX. No entanto, nenhum período, desde a retratação de Galileu, se sentiu menos à vontade com elas”¹⁷.

Quero, com essa digressão, mostrar como as concepções de universalidade e neutralidade, pilares do conhecimento científico moderno, sofrem abalos graves. E é entre as frestas desse sólido discurso de cientificidade que vão começar a se insinuar as novas concepções, representadas aqui por Hayden White, no campo do conhecimento histórico e em David Bloor, na sua proposta de uma sociologia do conhecimento científico. Ao firmar as suas análises no anti-fundacionalismo (embora nem sempre explicitado ou tomado como princípio), isto é, ao rejeitar o apelo a um fundamento último para o conhecimento – seja nas noções quase-metafísicas de Verdade ou Objetividade, nos métodos “positivistas” de depuração da linguagem ou no estruturalismo – esses autores recorreram a aparatos teóricos novos os quais, em parte, eles mesmos ajudaram a criar.

A fama de Hayden White precede a sua leitura e, pode-se dizer, influenciou de forma negativa a recepção da sua obra. Apesar do crescente interesse pelo seu trabalho, particularmente, no campo da teoria da história, o autor ainda é majoritariamente citado para marcar o momento em que a história perde o contato com a realidade e se torna *apenas* ficção. Tido como arauto de certo

¹⁷ HOBSBAWM, 2000, p. 504.

efeito pós-moderno na historiografia, a ele não é dado o direito de defender-se, pois não se dialoga efetivamente com os seus textos. Desde meados dos anos 1960, White publicou uma série de trabalhos nos quais relaciona a teoria da literatura – com forte influência estruturalista – com a teoria da história. Seu objetivo era mostrar como a escrita da História estava condicionada a regras muito mais próximas à da narrativa literária do que aos pressupostos da ciência. Por meio da crítica à oposição entre história e ficção – que White identificava como uma invenção da historiografia do século XIX – o autor pretendia mostrar como os principais problemas da teoria da história derivavam de questões da teoria literária e não da teoria da ciência¹⁸. Em um artigo famoso, “*O Texto Histórico como Artefato Literário*”, essa proposta é claramente explicitada quando White define a narrativa histórica como um conjunto de “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”¹⁹. Essa afirmação é relevante, pois mostra o deslocamento da teoria da história em função do impacto do estruturalismo, em direção a um programa formalista. Daí a insistência nas questões da teoria da literatura e na filosofia da linguagem em detrimento da teoria e da filosofia da ciência, muito presentes nas discussões sobre teoria da história na primeira metade do século XX²⁰.

Nesse sentido, é fácil notar essa tendência em algumas das principais obras de teoria da história dos anos 1970 e 1980. Sem a necessidade de alargar os exemplos, podemos citar: *Como se Escreve*

¹⁸ WHITE, 2001, pp. 65-95 & 137-151.

¹⁹ *Ibidem*, p. 98.

²⁰ As questões mais próximas da filosofia da ciência tratam de temas relacionados ao “conteúdo” do conhecimento histórico e versam sobre o papel das leis, da verdade, da objetividade, etc. Para um exemplo dessa abordagem, Cf. COLINGWOOD, 1972 & HEMPEL, 1965.

a *História* (1970), de Paul Veyne; *A Escrita da História* (1975), de Michel de Certeau; e a trilogia *Tempo e Narrativa* (1983-85), de Paul Ricoeur. Pouco tempo antes, Roland Barthes, eminente crítico estruturalista, tentara aplicar as ferramentas da teoria literária, a “linguística do discurso”, ao texto histórico. Em 1967, Barthes se perguntava “se ainda é legítimo [...] opor a narrativa de ficção à narrativa histórica”²¹. Assim, esse autor procede a uma análise estrutural sobre a forma narrativa de alguns historiadores “clássicos” (como Heródoto, Maquiavel, Jacques Bossuet, Jules Michelet) para perceber como as estruturas discursivas encontradas nos textos “ficcionais” estão presentes no texto histórico. A “história objetiva” é uma aspiração impossível do cientificismo do século XIX. A narrativa histórica, para garantir inteligibilidade ao passado, cria um *efeito de real* similar ao que ocorre na literatura. Essas reflexões de Barthes sobre a historiografia, não obstante contenham *insights* poderosos, não se constituem em um escrutínio rigoroso dessas questões, assemelhando-se mais a um teste na aplicação da linguística no nível do discurso.

Hayden White – influenciado por esse tipo de abordagem – vai se utilizar de ferramentas similares, embora partindo de uma perspectiva diversa. Não se trata de um teórico da literatura testando os limites de sua abordagem em um campo cuja justificativa epistemológica é ancorada na ciência e na caução do “real”. É o trabalho de um historiador que retorna reflexivamente ao domínio da sua disciplina, com o intuito de contribuir para a discussão do problema do conhecimento histórico. No livro *Metahistory (Meta-História)*, de 1973, o autor utilizará a análise formalista de inspiração estrutural para traçar uma teoria do trabalho histórico. Partindo da apreciação da obra de quatro historiadores (Burckhardt, Michelet, Ranke e Tocqueville) e quatro

²¹ BARTHES, 2004, p. 163.

filósofos da história (Croce, Hegel, Marx e Nietzsche) europeus do século XIX, White irá propor uma fórmula bastante elaborada de categorização do texto histórico. Podemos, assim, dividi-la em dois níveis.

O primeiro nível, que podemos chamar de estilos historiográficos, provém da combinação, através de um processo de afinidades eletivas que operam por homologia estrutural, entre três modos de explicação: 1) explicação por enredo (Romântico, Trágico, Cômico e Satírico); 2) explicação por argumento formal (“Formista”²², Meticuloso, Organicista e Contextualista) e 3) explicação por implicação ideológica (Anarquista, Radical, Conservador e Liberal). A avaliação desses estilos historiográficos, de acordo com White, deixa em aberto a questão da coerência e consistência do trabalho histórico. Essa questão, contudo, só pode ser respondida quando um segundo nível, o linguístico, é solicitado²³.

Esse segundo nível, que me interessa desenvolver aqui, se enquadra na dimensão *poética* ou *figurativa*. A compreensão do conhecimento histórico não prescinde de uma análise do discurso no qual esse conhecimento se realiza, isto é, de uma análise da linguagem utilizada pelo historiador. Para desenvolvê-la, White recorrerá à Teoria dos Tropos²⁴. Em uma coletânea editada no final dos anos 1970, *Tropos do Discurso*, o autor insistirá na relevância dos tropos. “Trópico é a sombra da qual todo discurso realista tenta fugir. Entretanto, essa fuga é inútil, pois trópico é o processo pelo qual todo discurso *constitui* os objetos que ele apenas pretende descrever realisticamente e analisar objetivamente”²⁵. Significando, no original grego, “desvio” ou “mudança de direção”, a palavra passa ao latim em sua dimensão menos literal:

²² *Formist*, no original.

²³ WHITE, 1973, pp. 05-31.

²⁴ *Ibidem*, pp. 31-42.

²⁵ WHITE, 2001, p. 14.

“metáfora” ou, mais amplamente, “figura de linguagem”. No inglês moderno, prossegue White, a força do conceito será expressa no termo *style* (estilo). É nesse espectro conceitual que vai incidir o escrutínio de Hayden White. Contudo, o autor não considera o elemento trópico como uma fuga do uso literal, correto, normalmente aceito. Os tropos são partes constituintes da linguagem. Sem o emprego desse mecanismo, o discurso não alcançaria o seu objetivo, a linguagem perde o seu poder de expressão²⁶. Os tropos garantem a inteligibilidade dos discursos, pois o “processo de compreensão só pode ser tropológico na essência, pois o que está envolvido na conversão do não-familiar em familiar é uma criação de tropos que em geral é figurativa”²⁷.

Tendo os tropos do discurso histórico assumido tal centralidade epistemológica, a teoria tropológica se torna componente fundamental da teoria da história. Em *Metahistory*, “a teoria dos tropos fornece uma maneira de caracterizar os modos dominantes de pensamento histórico que tomaram forma na Europa do século dezenove”²⁸. Buscando inspiração nas modernas teorias da linguagem, White atravessará as grandes fases da historiografia oitocentista identificando nelas os principais tropos que regulam as operações de escrita da história: Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia. Tais protocolos linguísticos estruturam as estratégias de elaboração de discursos realistas. As modalidades tropológicas não fornecem os modelos de enredo para a história, elas são formas básicas de *prefiguração* do campo histórico. A prefiguração é o processo de constituição dos objetos que habitam o território de cognoscibilidade do historiador e a ecologia desse território é variável em função dos imperativos

²⁶ WHITE, 2001, pp. 14-16.

²⁷ Ibidem, p. 18.

²⁸ WHITE, 1973, p. 38. Tradução do autor, no original: “The theory of tropes provides a way of characterizing the dominant modes of historical thinking that took shape in Europe in the nineteenth century”.

tropicais. E as escolhas entre diferentes modos de explicação dependem diretamente da forma como o campo histórico se apresenta prefigurado²⁹.

Diante disso, como a teoria dos tropos nos permite lidar com a realidade do conhecimento histórico? A ênfase nos determinantes linguísticos imobiliza as pretensões realistas? Certamente, os tropos fornecem uma visão de mundo ao historiador. Formado no modo irônico, por exemplo, ele só será capaz de ver de acordo com os protocolos desse tropo. A linguagem limita a forma como o historiador concebe a realidade do passado, antes mesmo que ele possa interpretá-la³⁰. A linguagem nos dá a dimensão humana e o poder de intervenção no mundo, mas também constrange a nossa percepção e as nossas formas de conhecer. White assume o determinismo linguístico como um princípio capaz de lidar com o relativismo inerente a qualquer discurso histórico – fracassado em sua tentativa de representar fielmente a realidade do passado – e, ao mesmo tempo, protegido do relativismo absoluto, do solipsismo linguístico e sociológico. Isso porque tal determinismo ainda mantém a possibilidade de tradução entre códigos linguísticos diferentes e, portanto, a capacidade de produção e transmissão do conhecimento histórico. Em Hayden White, a relação entre linguagem e mundo é totalizante. A linguagem não determina apenas as nossas formas de falar da realidade, como também as nossas formas de apreendê-la cognitivamente. Esse império da linguagem, contudo, não faz mais do que inverter a polaridade da velha dicotomia que divide natureza e cultura, fato e ficção, objetividade e subjetividade, linguagem e mundo. Enquanto as posturas realistas modernas (a ciência, inclusive) enfatizavam o polo da realidade, do fato, da objetividade, as posições críticas do

²⁹ WHITE, 1973, pp. 426-427.

³⁰ Idem, 2001, pp. 132-133.

projeto moderno que emergem nos anos 1960 e 1970 priorizam o papel desempenhado pela extremidade oposta.

De maneira semelhante, o “programa forte da sociologia do conhecimento”, proposto por David Bloor, estabelecerá sua crítica das interpretações sociais clássicas da ciência mantendo essas dicotomias. Apesar de estabelecer o princípio de simetria entre verdade e erro na produção do conhecimento, Bloor irá manter a assimetria entre natureza e cultura³¹. Com efeito, o projeto blooriano se inscreve em uma trajetória intelectual diferente daquela que possibilitou a ocorrência de Hayden White. O trabalho do sociólogo escocês, que aparece no cenário acadêmico europeu em meados dos anos 1970, se insere na reconfiguração dos campos de estudos sócio-históricos da ciência que iriam, entre as décadas de 1970 e 1980, se constituir em um campo interdisciplinar chamado de *Science Studies*. Bloor se tornou o primeiro articulador desse movimento.

A pergunta central de Bloor, anunciada na abertura mesma do seu livro-manifesto, *Conhecimento e Imaginário Social* (1976), é certa: “a sociologia da ciência pode investigar e explicar o conteúdo e a natureza do conhecimento científico?”. A resposta, que vem logo em seguida, define o inimigo: “muitos sociólogos acreditam que não”³². O território em disputa é o da própria sociologia, mas os estilhaços da batalha vão atingir todo o perímetro das ciências humanas e sociais. As investidas de Bloor se direcionam para a sociologia da ciência de matriz mertoniana, praticada sobretudo nos Estados Unidos. Esse programa, que tem origem na obra de Robert Merton nos anos 1930, aceitava para a sociologia o papel de disciplina secundária na análise da ciência. Bloor assume a tarefa de avançar na sociologia do conhecimento iniciada nos anos 1920 por Karl Mannheim³³ – cuja teoria da

³¹ BLOOR, 2009 & LATOUR, 1994.

³² BLOOR, 2009, p. 15.

³³ MANNHEIM, 1952.

ideologia³⁴ havia sido utilizada por Hayden White para classificar os modos de explicação por implicação ideológica³⁵.

As tentativas de Mannheim de investigar os imperativos sociológicos do conhecimento assustaram os filósofos ligados ao Círculo de Viena que, como resposta, estabeleceram a divisão entre *contexto da descoberta* e *contexto da justificativa*. Cindiam a análise da ciência em dois momentos. Ao contexto da descoberta pertenciam as etapas “externas” do desenvolvimento de uma teoria ou da descoberta de um novo fenômeno ou objeto. Assim, por exemplo, as alegações de Albert Einstein de que a teoria da relatividade foi inspirada em um sonho que ele teve aos quinze anos no qual andava ao lado de um raio de luz ou mesmo a descoberta acidental dos raios-X por Wilhelm Röntgen podem ser investigadas em seus aspectos históricos, psicológicos e sociais. É aí que disciplinas “marginais” como a História, a Sociologia ou a Psicologia podem trabalhar. Porém, essas análises não contribuem para a explicação efetiva da ciência. Essa só ocorrerá quando da análise da justificação lógica e empírica dessas teorias e com a adequação dos fenômenos ao corpo da ciência. O contexto da justificativa – e, com ele, o conteúdo da ciência – só pode ser explicado pela filosofia³⁶.

Essa proposta de divisão epistemológica do trabalho disciplinar surtiu efeitos profundos na sociologia. O projeto de Karl Mannheim foi abortado. Simultaneamente, a sociologia da ciência de Robert Merton, que cabia no espaço reservado à sociologia, frutificou. Para Merton, a tarefa da sociologia consistia na análise do *ethos* dos cientistas, o conjunto de valores

³⁴ A ideologia não deve ser vista aqui no sentido marxista de “acobertamento deliberado da realidade com fins de dominação”. Mannheim amplia o conceito em direção a uma visão de ideologia como forma de constituição da realidade social e política. Tanto Hayden White quanto David Bloor seguem essa acepção. Cf. MANNHEIM, 1976.

³⁵ WHITE, 1973, pp. 22-29.

³⁶ MAIA, 2011, pp. 131-166.

compartilhados pela comunidade de pesquisadores que garantiriam o desempenho ótimo das suas atividades. A sociologia mertoniana ainda era hegemônica nos anos 1970. É contra ela que Bloor vai propor o seu “programa forte”, uma sociologia que não se paralisa diante do conteúdo cognitivo da ciência, uma sociologia que atravessa a inteireza do conhecimento. Segundo Bloor, “não existem limitações que repousem sobre o caráter absoluto ou transcendente do próprio conhecimento, ou sobre a natureza especial da racionalidade, da validade, da verdade ou da objetividade”³⁷. A sociologia do conhecimento retira da ciência seu estatuto epistêmico privilegiado. Radicaliza a proposta de Thomas Kuhn – que, nos início dos anos 1960, havia apontado para a dimensão social como constitutiva da ciência.

A viga mestra da arquitetura teórica blooriana será o seu princípio de simetria. A distinção entre verdade e erro é diluída, ao menos sociologicamente. As explicações correntes à época afirmavam que, quando um cientista agia corretamente, nada havia para ser explicado. Por outro lado, um erro deveria ser explicado em termos de desvios ideológicos ou psicológicos, influências externas, etc. Seguindo o princípio de simetria, somos compelidos a explicar sociologicamente ambas as situações. Não há motivos para crer que as implicações ideológicas acarretarão apenas em má ciência. A sociologia pode, e deve, se ocupar de toda a trama da ciência em suas mais sutis tecnicidades.

As ressonâncias desse princípio de simetria no corpo teórico do “programa forte” são significativas. Desse mesmo modo, a definição naturalista de conhecimento, como sendo “tudo aquilo que as pessoas consideram conhecimento”³⁸ ou definição de objetividade como crença institucionalizada³⁹, criam uma situação de inversão da polarização ontológica entre natureza e cultura, mas

³⁷ BLOOR, 2009, p. 14.

³⁸ Ibidem, p. 18.

³⁹ Idem, p. 151.

não fogem do seu raio de ação. Ao passo que o realismo criou o cientista como sujeito neutro, transparente, através do qual o “fato fala por si”, o construtivismo blooriano criou uma imagem da ciência da qual a natureza não participa. Tudo é resolvido por acordos sociais, negociações.

É aqui que os paralelos com a função da linguagem na teoria da história de Hayden White se tornam mais claros. Apesar de não tratar explicitamente da linguagem, David Bloor está sugerindo um tipo de relação entre categorias sociais e produção do conhecimento que se assemelha àquela apontada por White entre tropos da linguagem e conhecimento histórico. No famoso posfácio de 1969, escrito para a edição japonesa da *Estrutura das Revoluções Científicas*, Thomas Kuhn – de quem Bloor se considerava seguidor – assevera que o “conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada”⁴⁰. Nesse mesmo sentido, quando Bloor aventava a hipótese de que a conexão entre posições epistemológicas e debates ideológicos seja fruto de uma homologia entre esses dois domínios, é impossível não remetermo-nos à proeminência das semelhanças estruturais para Hayden White. Segundo Bloor, as teorias do conhecimento não são expressões do mundo objetivo e da forma de alcançá-lo, são reflexos de ideologias sociais⁴¹. As teorias científicas e mesmo a fria matemática são artefatos sociais, que seguem protocolos linguísticos e culturais sociologicamente localizáveis e explicáveis. Explicar a ciência é explicar a sociedade. São as condições sociais de existência que moldam as imagens do mundo exterior possíveis em determinado contexto.

Essa ênfase em um relativismo metodológico se apresenta também na teoria da verdade esboçada por Bloor. Segundo o sociólogo, o indicador de verdade de uma teoria científica é sempre interno à coerência da própria teoria. Não há um modo de

⁴⁰ KUHN, 2001, p. 257.

⁴¹ BLOOR, 2009, p. 117.

fixar de forma precisa as relações de correspondência entre teoria e realidade. Como as teorias são originadas de coerções sociais, a verdade é também uma forma de convenção social. Não há critérios suprassociais de estabelecimento da verdade. Os testes empíricos não são neutros e se dão sempre no interior de um arcabouço teórico pré-determinado. Embora não negue a existência da realidade, Bloor indica que ela não cumpre nenhum papel nas formulações teóricas ou no estabelecimento da verdade. Isso, no entanto, não retira o rigor do critério. As convenções sociais são exigentes e se apoiam em uma disciplina severa; não são “arbitrárias”. Assim, uma análise da verdade de uma teoria deve buscar as causas sociais e os regimes de adaptação às condições convencionais⁴².

A crítica às noções tradicionais de conceitos como verdade e objetividade e o deslocamento desses conceitos para o terreno de atuação da sociologia marcam a guinada em direção a uma compreensão da ciência a partir da sua historicidade, dos protocolos linguísticos que constituem e utilizam, dos acordos sociais que regulam a sua prática. De modo crescente, nos anos 1970 e 1980, a ciência será interpretada como uma atividade cultural entre tantas outras, como um complexo enredado na trama sociológica. No entanto, esse projeto sofrerá duras críticas. Autores de uma geração anterior irão considerar o “programa forte” e seus correlatos como um desvario relativista, um exagero sociológico que encerra todas as questões sobre o conhecimento científico nas negociações sociais. O próprio Thomas Kuhn, figura que ocupou a vanguarda das análises sócio-históricas da ciência nos anos 1960, irá endereçar um duro ataque a esse grupo. Sua principal crítica diz respeito ao caráter totalizante das explicações sociais: “a própria natureza, seja lá o que for isso, parece não ter papel algum no desenvolvimento das crenças ao seu respeito”⁴³.

⁴² BLOOR, 2009, pp. 64-75.

⁴³ KUHN, 2006, p. 139.

Hayden White foi alvo de um tipo semelhante de crítica que considerava a sua teoria da história como uma forma de rebaixamento do rigor adquirido pela historiografia científica. Ao utilizar modelos de análise literária e identificar o texto histórico com as criações poéticas, White estaria abandonando a firme âncora dos fatos e deixando à deriva toda empreitada historiográfica. Parafraseando Kuhn, algum crítico perguntaria a Hayden White: “e os fatos, não participam?”. O ideal de cientificidade como garantia da qualidade do conhecimento faz com que as tentativas do autor sejam vistas como uma expressão de relativismo descabido⁴⁴.

No entanto, ambos os autores, White e Bloor, parecem às vezes compartilhar desse ideal de cientificidade. O historiador, negativamente, ao considerar a capacidade das ciências naturais de alcançarem uma forma consistente de realismo e objetividade, enquanto a história, pelo tipo de conhecimento que produz e pela natureza do seu objeto, seguir incapaz de adotar esse critério de cientificidade⁴⁵. Bloor, por sua vez, positivamente, ao tentar, com a sua agenda de pesquisa, conferir à sociologia um padrão de cientificidade similar ao das ciências naturais, compartilhar com elas as suas fundações (apesar das sensíveis transformações que sugere para tais fundações)⁴⁶.

Essa relação tensa e paradoxal com os critérios de cientificidade se deve ao compromisso desses autores com o campo ontológico da Modernidade. Daí decorrem as maiores limitações dos projetos aqui esboçados. Eles aceitam as dicotomias essencialistas e paralisantes entre natureza e cultura, objetividade e subjetividade, racionalidade e irracionalidade, etc. A crítica que realizam parte de dentro desses marcos conceituais, tendendo a assumir o polo oposto ao que a tradição intelectual do ocidente

⁴⁴ IGGERS, 1997 & REIS, 2010.

⁴⁵ WHITE, 1973, p. 46 & WHITE, 2001, p. 98.

⁴⁶ BLOOR, 2009, pp. 239-240.

moderno elegeu como principal. As críticas de Hayden White à distinção entre “fato” e “ficção” se dão no plano metodológico e mantém intacta a divisão entre “eventos históricos” e “eventos ficcionais”. O que está em jogo são as semelhanças entre o modo como o discurso histórico apreende os fatos e o modo como o discurso literário cria um enredo imaginativo. É o que o autor chama de “ficções da representação factual”⁴⁷. Isso não causaria grande espanto nos positivistas lógicos do Círculo de Viena, para quem não existiam fatos equívocos, apenas nossa interpretação deles é que pode se equivocar⁴⁸.

Simultaneamente, a crítica de David Bloor à distinção entre verdade e erro – argumento central no seu postulado de simetria – segue um caminho similar. Sua ênfase programática na busca de causas sociais para explicação das crenças não reduz o seu compromisso com a existência de uma realidade exterior, reificada. O fracasso das teorias da verdade baseadas na correspondência entre linguagem e mundo (ou crença e realidade, nos termos de Bloor) é explicado por uma incapacidade do intelecto humano de alcançar a “realidade em si”⁴⁹. Isso nos indica a insistência da distinção entre “fatos” e “afirmação de fatos”.

Essa permanência é uma característica da configuração sócio-histórica à qual pertencem esses autores. As primeiras invectivas generalizadas contra as grandes categorias filosóficas da Modernidade, que caracterizaram movimentos difusos como o pós-estruturalismo, a pós-modernidade e o *giro linguístico*, não percorreram todo o caminho até a ruptura com esse quadro conceitual. É a geração acadêmica posterior, que emerge

⁴⁷ WHITE, 2001, pp. 137-140.

⁴⁸ “It makes no sense to speak of uncertain facts. Only assertions, only our knowledge can be uncertain” (“Não faz sentido falar de fatos incertos. Apenas as afirmações, apenas o nosso conhecimento pode ser incerto”, tradução do autor). Cf. SCHLICK, 1959, p. 210.

⁴⁹ BLOOR, 2009, pp. 55-57.

intelectualmente nos anos 1980, que levará a cabo essa tarefa⁵⁰. Obviamente, as contribuições tratadas aqui foram cruciais para a abertura de novas perspectivas críticas; as abordagens posteriores tem com eles uma dívida imensa. No entanto, se pretendemos efetivamente realizar uma crítica histórica do desenvolvimento intelectual da modernidade (como é o caso da teoria da história e dos estudos sócio-históricos da ciência), devemos escapar desses imperativos filosóficos e criar novos vocabulários e novas ontologias. É uma tarefa difícil que passa inevitavelmente por um acerto de contas com esses conceitos metafísicos que ainda dominam a nossa paisagem intelectual.

REFERÊNCIAS

AYER, Alfred Jules (org.). *Logical Positivism*. New York: The Free Press, 1959.

BARTHES, Roland. “O Discurso da História”. In: *O Rumor da Língua*. Tradução: Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 163-180.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística General 2*. Tradução: Juan Almela. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

BLOOR, David. *Conhecimento e Imaginário Social*. Tradução: Marcelo do Amaral Penna-Forte. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

⁵⁰ No campo dos estudos de ciência, por exemplo, é o momento da ascensão da teoria ator-rede, de Bruno Latour e Michel Callon. Uma exceção é o trabalho de Ludwik Fleck, escrito nos anos 1930, mas retomado e elevado à categoria de novo clássico no final do século XX. Cf. FLECK, 2010.

CARNAP, Rudolf; HAHN, Hans & NEURATH, Otto. “A Concepção Científica do Mundo – o Círculo de Viena”. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Tradução: Fernando Pio de Almeida. Campinas, nº 10, 1986, pp. 05-20.

CERTEAU, Michel de. *La Prise de Parole*. Paris: Desclée de Brouwer, 1968.

COLINGWOOD, Robin George. *A Idéia de História*. Tradução: Alberto Freire. Lisboa: Presença, 1972.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o campo do signo*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993 [1º Vol.].

FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Tradução: Georg Otte. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HEMPEL, Carl Gustav. “The Function of General Laws in History”. In: *Aspects of Scientific Explanation and Other Essays in the Philosophy of Science*. New York: Free Press, 1965, pp. 231-244.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IGGERS, Georg Gerson. *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. London: Wesleyan University Press, 1997.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução: Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KUHN, Thomas. “O Problema com a Filosofia Histórica da Ciência”. In: *O Caminho desde a Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. Tradução: César Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2006, pp. 133-151.

LACAN, Jacques. *O Seminário. Livro 11: quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução: Machado Dias Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LATOURETTE, Bruno. *Jamais fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MAIA, Carlos Alvarez. *Estudios de Historia, Ciencias y Lenguaje: los saberes como producción: si todo es “texto”, ¿dónde queda la ciencia?*. Madrid: Editorial Académica Española, 2011.

MANNHEIM, Karl. *Essays on the Sociology of Knowledge*. Tradução: Paul Kecskemeti. London: Routledge & Keagan Paul, 1952.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

REIS, José Carlos. *A História, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

REIS, José Carlos. *O Desafio Historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SAHLINS, Marshall. *Esperando Foucault, ainda*. Tradução: Marcela Coelho de Souza e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SCHLICK, Moritz. “The Turning Point in Philosophy”. In: AYER, Alfred Jules (org.). *Logical Positivism*. New York: The Free Press, 1959, pp. 53-59.

SCHLICK, Moritz. "The Foundation of Knowledge". In: AYER, Alfred Jules (org.). *Logical Positivism*. New York: The Free Press, 1959, pp. 209-227.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução: Alípio Correia de Franca Melo. São Paulo: EDUSP, 2001.

CAPÍTULO VI

Um Irredutível Diálogo Entre a História e a História das Ciências: *Lucien Febvre e Alexandre Koyré*

Francismary Alves da Silva

Tomando uma consciência clara dos laços que, quer ela saiba ou não, quer ela queira ou não, ligam a história às disciplinas que a rodeiam. E de que o seu destino nunca se separa (Lucien Febvre).

A História, proposta por Lucien Febvre como sendo um estudo cientificamente conduzido, depara-se constantemente com diversos objetos, diversas temáticas a serem narradas, descritas, analisadas pelo historiador. Pode-se falar, por exemplo, em História da Arte, História Medieval, História da Arte Medieval, História do Brasil Colonial. De forma mais específica, poder-se-ia falar, ainda, em História da escravidão nas minas setecentistas ou História da resistência dos movimentos estudantis baianos durante os primeiros anos da Ditadura Militar. Não estenderei mais os exemplos, pois as temáticas seriam tão variadas quanto à própria capacidade inventiva dos homens. E cada faceta, cada temática em que a História se desdobra possui especificidades, metodologias

próprias, suportes teóricos e pares, especialistas que dialogam sobre determinado tema. Mas há pontos de debate comuns para todos os historiadores, como a concepção de História, de narrativa, de tempo, de fontes, etc. Outro aspecto em comum, apesar de se tratar também de uma diferenciação, é que cada historiador deve conhecer um universo de dados dentro do qual pretende desenvolver seu pensamento. Assim, espera-se que o historiador da arte seja um conhecedor de técnicas artísticas, das tendências estéticas ou dos artistas estudados. Na mesma medida, espera-se que o medievalista tenha uma boa noção da sociedade medieval, dos costumes, do *modus vivendi* do medievo ou da literatura que abarca o tema. E se o historiador não pode capturar todos os fios de seu objeto de estudo, a contrapelo, obviamente, é inviável esperar que o historiador escreva uma história daquilo que lhe é completamente estranho.

Em 1971, ao comparar a História à História das ciências, na tentativa de descrever seu próprio campo de atuação como professor de cursos de História das ciências para não cientistas em Harvard, Thomas Kuhn, um físico por formação e reconhecido historiador da ciência, afirma que a palavra “ciência” num título ou numa ementa de curso seria motivo suficiente para fazer com que os estudantes de História se sentissem afugentados. Indaga o referido autor:

Que é que temos em mente ao falar da história da ciência como “uma disciplina à parte”? Em certo sentido, que quase nenhum estudante de história lhe presta atenção. (...) A maioria dos inscritos (refere-se aos seus cursos em Harvard) têm sido normalmente cientistas e engenheiros¹.

Pensando no que o historiador deve conhecer para estar apto a analisar determinado objeto, pode-se dizer que parte da evasão de historiadores, mencionada por Thomas Kuhn,

¹ KUHN, 1989, p. 169.

certamente se dá pela dificuldade técnico-conceitual intrínseca às ciências. Mas, essa dificuldade que transformaria a História das ciências numa “disciplina à parte” pode ser entendida historicamente. Em outro artigo, de 1968, Kuhn explica que a “história da ciência é um campo novo, emergido ainda de uma pré-história longa e variada”². Seria tão antiga quanto a própria História tradicional, sendo possível encontrar registros sobre as “ditas ciências” na Antiguidade Clássica, no Renascimento ou mesmo durante o Iluminismo. No século XVIII, as narrativas históricas passam a habitar os tratados sobre o conhecimento da natureza, os trabalhos de Filosofia Natural e, após o nascimento da Ciência Moderna, os trabalhos científicos *stricto sensu*. Esses relatos adentraram o século XIX e, seguindo uma tendência já anunciada, se configuraram como empreendimentos realizados pelos próprios Filósofos Naturais, pelos próprios cientistas. Em sua maioria, eram pequenas introduções, relatos históricos que pretendiam “clarificar e aprofundar a compreensão dos métodos ou conceitos científicos contemporâneos, mediante a exibição de sua evolução”³. Eram descrições preambulares que exerciam função pedagógica, pretendiam glorificar o trabalho científico *stricto sensu* das páginas seguintes. Eram, portanto, a história gloriosa dos métodos científicos, das ciências, dos cientistas, biografias dos vencedores.

De modo muito semelhante aos relatos que os historiadores de orientação rankeana produziam – relatos históricos dos vencedores, com rigor científico e de cunho político –, os cientistas também produziam relatos históricos sobre as ciências com o mesmo rigor com o qual produziam ciência.

² KUHN, 1989, p. 143.

³ *Ibidem*, p. 145.

1. A *Nouvelle Histoire* segundo Lucien Febvre

Influenciada pelas tendências anti-metafísicas, a concepção de História como sendo uma ciência cresce e ganha espaço no final do século XIX. É o momento em que a História se distancia da Filosofia e ganha novos métodos, mais objetivos, mais exatos e científicos. Ao historiador, afastado de seu objeto, caberia o papel de descrever, desvendar, iluminar de forma objetiva os fatos tais como teriam se passado. O homem passa a ser considerado um objeto a ser estudado assim como os objetos naturais. A História científica, sendo empírica, afastava-se da Filosofia histórica de Hegel e não considerava nenhum tipo de especulação *a priori*. As fontes que descreviam os eventos deveriam ser testadas, purificadas: deveriam ser fontes confiáveis, oficiais. Fontes isentas, inclusive, das mãos e do olhar do historiador que as analisava. A tarefa deste tornou-se a de reunir cronologicamente documentos “purificados”, a fim de descrever a “verdade” dos fatos brutos que falavam por si. O historiador não criava hipóteses, não resolvia problemas, não julgava e não problematizava o real, apenas o narrava objetivamente. Havia um horror ao falso. A tão almejada verdade sobre o passado foi o objetivo de Leopold Von Ranke, grande expoente da proposta alemã para a historiografia positiva, metódica. Ranke, interessado em exaltar o nacionalismo alemão, marginalizou os aspectos sócio-culturais e se especializou em utilizar fontes diplomáticas do nascente Estado alemão. Buscou, assim, iluminar as relações internacionais ao longo de suas narrativas. Afastou-se da História social de Voltaire, das classes subalternas descritas por Jules Michelet, das concepções de Karl Marx. As narrativas orientadas por esse enquadramento se dedicavam a estudar os eventos oficiais, singulares, individuais, políticos; descreviam biografias e as sucessões de reis e de grandes

líderes políticos⁴. Esta historiografia erudita se destaca na Alemanha dos finais do século XIX e chega às universidades francesas com bastante vigor.

De maneira muito semelhante ao contexto historiográfico do final do século XIX e início do século XX, descritos acima, a História das ciências produzida até o início da década de 1930 tinha o objetivo de clarificar um campo do conhecimento já reconhecido, legitimado na atualidade. Eram narrativas das teorias, dos métodos, dos equipamentos consagrados no tempo do historiador. Do presente, a história buscava glorificar determinada ciência e, para isso, buscava os vestígios que levavam diretamente, invariavelmente, à História dos vencedores. Eram escritas biografias, trajetórias profissionais dos cientistas vencedores que tiveram suas obras reconhecidas pela sociedade e pela comunidade científica. Com reconhecimento social já estabelecido, por meio de fontes autoevidentes na realidade política das comunidades científicas, narrava-se a verdade factual, a marcha mecânica do intelecto humano por meio das biografias dos Newtons, Galileus, Pasteurs, Lavoisiers, Copérnicos, Keplers, etc. Todo aquele que pretendesse descrever a história de determinada ciência deveria fazê-la de forma isenta, afastada de seu objeto, buscando a verdade, no passado, que teria nos trazido ao conhecimento tal como o reconhecemos hoje. As teorias superadas, os erros, as dúvidas e percalços dos vencedores, bem como os cientistas superados, as manipulações políticas ou fatores sócio-econômicos envolvidos na produção científica não eram descritos, não eram objetos de estudo, quiçá de comparações categóricas ao narrar as grandes descobertas. A descoberta científica era, pois, o evento, o objetivo principal a ser descrito. Essas narrativas históricas se multiplicaram durante o século XIX⁵ e alcançaram o início do XX descrevendo o desenvolvimento científico “como uma marcha

⁴ BURKE, 2010; REIS, 2000 & 2008.

⁵ KOYRÉ, 2011a.

quase mecânica do intelecto, a sujeição sucessiva dos segredos da natureza a métodos sólidos”⁶. A descrição da ciência nada mais era do que a descrição empírica, positiva, erudita, científica da ciência.

Se a *História tout court* de orientação alemã, positiva e eminentemente política, buscava a verdade dos fatos a partir dos documentos oficiais, a *História das ciências* buscava a descrição das ciências oficiais, vencedoras, por meio da narração de eventos ilustres, de descobertas científicas. Ambas eram concepções de *História* apegadas aos documentos políticos ou científicos (tratados, descobertas), ambas tratavam as fontes (políticas ou naturais, científicas) como fatos brutos, que poderiam falar por si e trazer, confortavelmente, a verdade à tona. Ambas pregavam que o historiador deveria se afastar de seu objeto, que não deveria questioná-lo, mas tão somente narrar o evento a partir dos fatos evidentes nas fontes. Ambas endossavam uma história oficial, da realidade temporal do historiador, mas de forma velada, utópica e sob a proteção da insígnia de ciência histórica. Hoje percebemos facilmente o aspecto caricatural desses modelos, pois não seria possível descrever os fatos de forma isenta, por exemplo. Tão pouco os fatos podem ser considerados materiais brutos, prontos. Apesar da lista de críticas à Escola Metódica – na *História tout court* ou na *História das ciências* – ser longa e quase clarividente ao historiador de hoje, essas narrativas dominaram a produção histórica até o início do século XX. Esse enquadramento perde força a partir de várias propostas diferentes, mas, talvez, a proposta da *Nouvelle Histoire* tenha efetuado essa ruptura de forma mais enfática.

Sob forte influência de debates interdisciplinares, a Universidade de Estrasburgo, (localizada na região que retornara ao domínio francês em 1918), revelar-se-ia o berço dos debates teóricos acerca do fazer histórico. O convívio com o ambiente

⁶ KUHN, 1989, p. 146.

intelectual interdisciplinar e com as tensões políticas internacionais levaram um grupo de historiadores a questionarem as narrativas produzidas até então. Novas questões sobre os motivos da Primeira Grande Guerra, por exemplo, surgiram em meio a novos investimentos que buscavam o desenvolvimento da região da Alsácia, onde se localiza a Universidade de Estrasburgo. Nesse contexto de tensões políticas e de desenvolvimento de novas pesquisas, Lucien Febvre e Marc Bloch, historiadores, se afastaram da tradicional História erudita, política, de orientação alemã. Não foi por acaso que Febvre denominou as narrativas políticas produzidas até então de história dos “vencidos de 70”, isto é, uma história eminentemente política que ressaltava as derrotas francesas frente ao poderio político-militar e, também, acadêmico da Alemanha⁷. Em busca de alternativas, em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch lançaram a hoje célebre revista intitulada *Annales d'Histoire Economique et Sociale*⁸. Sob a influência das Ciências Sociais, até então afastadas da História ciência, a dita revista foi o meio de divulgação das novas concepções históricas iniciadas pelo grupo de Estrasburgo. Por meio dos artigos publicados na revista *Annales...*, e por meio das enfáticas posturas assumidas por seus representantes (que se convertiam em resenhas críticas, trabalhos históricos, notas críticas, etc.), colocou-se sob suspeita a capacidade da História de narrar o vivido tal como teria sido e tal

⁷ Nas palavras de Febvre: “demasiados historiadores e, o que é pior, bem formados e conscientes – demasiados historiadores se deixam ainda enganar pelas pobres lições dos vencidos de 70”. Cf. FEBVRE, 1989, p. 48.

⁸ Em sua fundação, no ano de 1929, a revista foi denominada “*Annales d'Histoire Economique et Sociale*”. Durante a Segunda Guerra Mundial, a revista aparece sob diferentes denominações: “*Annales d'Histoire Sociale*”, de 1939 a 1941; “*Mélanges d'Histoire Sociale*”, de 1942 a 1944; “*Annales d'Histoire Sociale*”, novamente, em 1945. Após a guerra, a revista foi denominada de “*Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*”, de 1946 até 1993. Em 1994, finalmente, a revista adota o nome de “*Annales: Histoire, Sciences Sociales*”.

como estaria descrito nas fontes. A crítica à história erudita, política, de orientação alemã, rankeana, que descrevia a verdade dos fatos passados a partir das fontes oficiais, estava, pois, na ordem do dia. E como isso foi realizado? Quais as ferramentas, quais os argumentos, quais as novas tendências desse grupo mais comumente chamado de “*Escola ou Programa dos Annales*”? Vejamos o que nos conta o pensamento e, sobretudo, as críticas de Lucien Febvre à história tradicional.

Conforme nos explica José Carlos Reis, não seria possível falar em um “Programa dos *Annales*” ou em uma “Escola dos *Annales*” no sentido de um projeto dogmático e de um grupo uno e coeso ao longo de suas gerações⁹. Mas talvez fosse conveniente falarmos em um movimento, um espírito dos *Annales*, uma tendência que se concretizaria a partir de trabalhos, opiniões, posturas e concepções distintas dentro do próprio grupo originalmente oriundo de Estrasburgo. Como nosso objetivo aqui não é descrever o movimento dos *Annales* como um todo, de forma exaustiva, apoiar-nos-emos nas concepções de apenas um de seus fundadores: Lucien Febvre (1878-1956). Das inovações propostas por Febvre em consonância com o movimento dos *Annales*, podemos falar, inicialmente, da concepção histórica chamada de “história-problema”. Nas palavras do autor: “é que pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda a história. Se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações”¹⁰. Para Febvre, assim como para os demais representantes dos *Annales*, o historiador não encontraria os fatos brutos diretamente nos documentos, prontos para serem descritos

⁹ Para tornar o movimento inteligível, os historiadores o dividiram em fases, gerações. Essa divisão nem sempre é consensual e, por vezes, é até contraditória. Contudo, tornou-se comum entendermos os *Annales* como um movimento dividido em três gerações: a primeira geração (que vai de 1929 a 1946), a segunda geração (que vai de 1946 a 1968) e, a terceira e última geração (de 1968 a 1988).

¹⁰ FEBVRE, 1989, p. 31.

cronologicamente. Antes, o historiador deveria criar hipóteses a serem averiguadas pela análise das fontes. Deveria criar hipóteses e averiguar as condições em que a hipótese pode responder à realidade.

Peço-lhes que vão ao trabalho à maneira de Claude Bernard, com uma boa hipótese na cabeça. Que nunca se façam colecionadores de factos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros no cais. Que nos dêem uma História não automática, mas sim problemática¹¹.

Espelhando-se na Medicina Experimental proposta pelo francês Claude Bernard, Febvre explica que a História deveria fazer perguntas às fontes. O historiador deveria criar hipóteses para entender o passado, ele deveria problematizar o passado a ser estudado. Assim, ele não estaria isento, isto é, neutro, afastado de seu objeto. Seria como se o contexto específico do historiador, no presente, possibilitasse novas interpretações sobre o passado. Isso implica que a História seria uma reconstrução do passado e não uma reconstituição exata dos fatos por meios das fontes seguras. Segundo Febvre, “o que importaria, não seria a História, uma ciência a promover. Era o historiador, um livro a assinar”¹². Consequentemente seria impossível acessar a verdade histórica de forma objetiva, científica, neutra, a partir das fontes oficiais, conforme projeto histórico almejado por Ranke. Nas palavras de Febvre:

(...) qualquer facto científico é “inventado” – e não é um dado bruto que se apresenta ao sábio. (...) Que se trata de construção. (...) Há que banir seriamente esse ingênuo realismo de um Ranke, que imagina pode conhecer os factos em si mesmos, “como se passaram”¹³.

¹¹ FEBVRE, 1989, p. 49.

¹² Ibidem, p. 61.

¹³ Idem, p. 63.

E ainda,

ouviram os mais velhos repetir bastantes vezes: “O historiador não tem o direito de escolher os factos”. Com que direito? Em nome de que princípios? Escolher, atentado contra a “realidade”, logo, contra a “verdade”. (...) Diziam isso os velhos mestres, como se toda a história não fosse uma escolha, pelo simples facto do acaso que destruiu determinado vestígio e protegeu um outro. (...) **De facto, a história é escolha. Arbitrária, não. Preconcebida, sim**¹⁴.

Surgia, com o movimento dos *Annales*, uma nova concepção para o que seria o conhecimento histórico. Com essa nova concepção de História, novas ferramentas foram criadas, o historiador teria seu espectro de análise ampliado. Com a interdisciplinaridade (aproximação à Economia, Geografia, Estatística, Sociologia, Antropologia, etc.) e o afastamento da história política, outro ponto importante proposto pelo movimento dos *Annales* foi o alargamento das fontes. Qualquer documento, qualquer vestígio do passado seria considerado como uma fonte histórica. O historiador deveria criar problemas a serem solucionados e a história seria uma reconstrução a partir de pinturas, de obras artísticas e/ou literárias, de mitos, poesias, registros estatísticos, tabelas de preços, medições geográficas, mapas, certidões de batismo e, enfim, qualquer forma por meio da qual se pudesse acessar os dados do passado. Se antes somente as fontes oficiais do Estado eram consideradas confiáveis, capazes de permitir a isenção do historiador metódico, agora o historiador poderia questionar os fatos a partir de quaisquer registros do passado.

Além da ampliação das fontes históricas, há, ainda, um último aspecto a ser analisado para os objetivos específicos da

¹⁴ FEBVRE, 1989, p. 119, *grifo meu*.

comparação proposta neste ensaio. Enquanto Marc Bloch se especializou na História de cunho econômico-social, Lucien Febvre empreendeu estudos acerca daquilo que chamou de mentalidades coletivas. Estudou o pensamento e as relações pessoais de Martinho Lutero e François Rabelais e elaborou biografias distintas daquelas elaboradas sob os padrões positivistas. Em 1942, por exemplo, Febvre publicou um estudo intitulado *Le Problème de l'incroyance au XVIe siècle – la religion de Rabelais*¹⁵. Neste trabalho, o autor mostra que a “estrutura mental”, os “utensílios mentais” do século XVI não conseguiriam tornar o ateísmo uma possibilidade real; portanto, considerar Rabelais tão somente como um ateu seria uma atitude anacrônica, equivocada, não contextualizada. A *Nouvelle Histoire* proposta pelos *Annales*, chamada por Peter Burke¹⁶ de “revolução francesa da historiografia”, seria uma história estrutural, isto é, que abordaria e explicaria o indivíduo pela sociedade e vice-versa, que abordaria o evento a partir de sua repetição, de sua longa duração. Febvre narra a estrutura de pensamento de Rabelais, tal como poderia ser a estrutura de pensamento de outros indivíduos do século XVI, repetidas vezes, e dá a essa história uma outra visão, mais contextualizada. Desacelera o tempo e percebe o indivíduo, Rabelais, estático, sincrônico, em meio à sociedade em que vive, um universo de relações descritas por distintas e diversificadas fontes. Febvre demonstra como Rabelais pode ser considerado uma peça na estrutura de seu tempo, de sua sociedade. Na mesma medida, mostra como a sociedade do século XVI viabilizou o aparecimento da figura e da estrutura de pensamento de Rabelais. Somente uma história concebida como solução de problemas, elaborada a partir de fontes diversas, poderia entender e analisar os eventos de forma estática, em sua sincronia e não apenas em sua diacronia¹⁷.

¹⁵ FEBVRE, 2009.

¹⁶ BURKE, 2010.

¹⁷ REIS, 2000.

Somente uma história-problema, elaborada por meio de fontes diversas, poderia analisar a multiplicidade temporal, as diversidades presentes na sincronia dos contextos sociais estudados. Tal é o empreendimento elaborado por Febvre na referida obra.

A *Nouvelle Histoire* desenvolvida a partir do movimento dos *Annales* tem, portanto, algumas de suas características definidas pelo pensamento de Lucien Febvre. Contudo, é preciso ressaltar, novamente, que o movimento não se resume aos trabalhos desse historiador e, mesmo aquilo que foi patente em determinado momento do movimento dos *Annales*, foi reposicionado, reavaliado, discutido, criticado, reinterpretado pelas gerações posteriores.

2. Une Nouvelle Histoire de la sciences chez Alexandre Koyré

Com a ampliação das fontes, obviamente, a *Nouvelle Histoire* também possibilitou uma ampliação de objetos, de temas para a análise histórica. Se as fontes históricas não seriam somente as fontes oficiais do Estado, conseqüentemente, a História narrada não seria exclusivamente a História política oficial. Surge, assim, no início da década de 1930, um novo espaço para os estudos históricos sobre as ciências. Além disso, os novos questionamentos trazidos pelos ares do século XX, pelas transformações econômicas (por exemplo, a consolidação e as recorrentes crises do capitalismo), políticas (as novas organizações pós Primeira Guerra Mundial ou pós Revolução Russa de 1917), sociais (o feminismo) e científicas (a teoria da relatividade), motivaram o desenvolvimento de novos estudos acerca das ciências. Vale destacar que, no mesmo período, a Filosofia renova seu interesse pela ciência, tal como ficou evidente com a fundação do chamado

Círculo de Viena, na década de 1920¹⁸. Ao adentrar o século XX, a História das ciências, emergida de uma pré-história longa e variada – tal como relatado por Thomas Kuhn –, ganha novo fôlego com a ascensão dos trabalhos da *Nouvelle Histoire*. Contudo, essa relação entre a renovação da História *tout court* e a “possível renovação” da História das ciências nunca foram clarividentes, conforme indicado pelos relatos kuhnianos no início deste ensaio. Contraditoriamente, o caminho tomado por ambas foi o do distanciamento, e não o do debate. Talvez se trate mesmo de uma problemática cisão que ainda se perpetue nos dias atuais. Tal cisão explicaria, por exemplo, por que a História das ciências muitas vezes é considerada uma disciplina à parte, autônoma à História, uma empreitada de cientistas que desconhecem o *métier* do historiador. Uma disciplina que se pretende histórica e que, nas Universidades, se situa nos Departamentos das ciências em questão (História da Química nos Departamentos de Química, História da Biologia nos Departamentos de Biologia, etc.) e que não dialoga sistematicamente com a História, com os historiadores. Paralelamente, a História das ciências é uma disciplina que se desenvolve à revelia da crítica dos historiadores profissionais. Ela é recusada pelos historiadores. Essa ausência de diálogo causa um estranhamento entre as partes: ou seja, observamos historiadores que desconhecem a História das ciências e cientistas que buscam narrar os fatos passados sem possuírem conhecimento profissional acerca da disciplina História.

Para ressaltar a necessidade de um diálogo entre a História e a História das ciências, buscando definir um espaço de formação para a segunda, farei, a seguir, algumas aproximações entre as inovações teóricas de Lucien Febvre, representante dos *Annales*, e

¹⁸ Para mais informações sobre o Círculo de Viena, também conhecido como “Empirismo Lógico” ou “Empirismo Metodológico”, ver CONDÉ, 1995 ou SILVA, 2009.

as narrativas de Alexandre Koyré, eminente historiador das ciências.

De origem russa, e após uma breve passagem pela Alemanha, onde estudou fenomenologia com Edmund Husserl na Universidade de Göttingen, Alexandre Koyré (1892-1964) chega a Paris, em 1919, para estudar História e Filosofia das religiões na *Université Paris-Sorbonne*. Na *École Pratique des Hautes Études* (EPHE), defendeu sua Dissertação de Mestrado em 1922, sua Tese de Doutorado em 1923 e passou a lecionar Ciências Religiosas na EPHE entre os anos de 1922 e 1931. Apesar da forte presença da temática religiosa, os estudos acerca das ciências e das formas de conhecimento científico também estavam presentes nos estudos de Koyré¹⁹. A propósito, uma das grandes contribuições do autor para a historiografia das ciências foi demonstrar como as questões religiosas estão inseparavelmente atreladas às questões sociais, filosóficas e científicas. Para Koyré, a História das ciências teria que se voltar “ao problema da ciência como fenômeno social e ao problema das condições sociais que permitem ou entravam seu desenvolvimento”²⁰. Hoje, essa relação entre a ciência e a sociedade está mais bem estabelecida nos estudos históricos acerca das ciências, mas não estavam no momento em que Koyré iniciou seus trabalhos na primeira metade do século XX. Além disso, é preciso ressaltar que seus trabalhos são comumente taxados de “internalistas”, isto é, trabalhos que iluminavam apenas aspectos técnicos, teóricos, internos à ciência, deixando de lado suas relações sociais, culturais, políticas e/ou religiosas²¹.

Em oposição a esse diagnóstico, vejamos, então, como essas relações sócio-científicas podem ser encontradas nos

¹⁹ DELORME, 2011.

²⁰ KOYRÉ, 2011a, p. 422.

²¹ Para maiores informações a respeito da crítica ao epíteto “internalista”, comumente utilizado para descrever os trabalhos de Koyré, ver STUMP, 2001.

trabalhos koyrenianos. Tendo estudado a teoria dos conjuntos matemáticos na Alemanha, as concepções filosóficas e religiosas na França e, posteriormente, as ciências propriamente ditas enquanto se deslocava entre a França e os E.U.A. durante a Segunda Guerra Mundial, Alexandre Koyré produziu reflexões sobre as ciências que não descartavam sumariamente as relações sociais, religiosas, filosóficas ou intelectuais. Tal postura torna-se mais evidente por meio do conceito de “unidades/estruturas/estilo de pensamento”²², segundo o qual uma nova teoria não poderia emergir independentemente das demais teorias já aceitas e também não poderia emergir de forma independente de seu contexto social, político, econômico, religioso, filosófico. Koyré postula que “(...) o pensamento científico – falo das ciências físicas – não se desenvolve *in vacuo*, mas está sempre dentro de um quadro de idéias”²³. Isto é, “(...) a Ciência não se faz numa torre de marfim”²⁴. De forma muito semelhante ao estudo que Febvre desenvolveu sobre a forma de pensamento de Rabelais e sobre a mentalidade, por exemplo, Koyré explica as teorias científicas e o desenvolvimento das ciências por meio das chamadas *unidades de pensamento*.

²² Há variações na escrita e nas traduções do “conceito” na obra de Koyré. Mas, pode-se dizer há uma conformidade na forma como ele utiliza a ideia de “unidade, estrutura ou estilo de pensamento” (“*experimentum*” é outra variação do termo utilizada pelo autor) para determinar um contexto social, intelectual, científico, político, religioso e filosófico de determinada época. O “conceito”, ou talvez fosse melhor dizer ideia, pode ser encontrada em *Études Galiléennes* (1939), *Du Monde clos à l’Univers Infini* (1957), em *La Révolution Astronomique: Copernicus, Kepler, Borelli* (1961), *Études d’histoire de la Pensée Scientifique* (1966). A título de curiosidade, em *Combats pour l’Histoire* (1965), Lucien Febvre utiliza as variações “estrutura mental” e “estrutura social” para descrever aquilo que também pode ser compreendido como mentalidade.

²³ KOYRÉ, 2011b, p. 264.

²⁴ FEBVRE, 1989, p. 62.

Antes de nos aprofundarmos no conceito em questão será preciso dizer, de antemão, que ao narrar o desenvolvimento das ciências, Koyré ressignifica o termo “revolução científica”²⁵, dando-lhe um caráter estrutural e, ainda, narrando as transformações a partir do que pode ser entendido como uma “longa duração” da dita revolução. A essa altura, as relações com as propostas inovadoras de Febvre, membro do movimento dos *Annales*, já devem ser evidentes ao leitor. Mas, creio, será necessário caracterizar os trabalhos de Koyré para melhor entendermos suas semelhanças.

Ao descrever os estudos realizados por Galileu Galilei como tendo sido um passo fundamental para a concepção de infinitismo que teria alavancado a chamada “Revolução Científica” do século XVI, Alexandre Koyré descreve a unidade de pensamento galiléica dentro de um contexto mais amplo. Ao descrever seu próprio trabalho sobre tal revolução, Koyré afirma:

A evolução do pensamento científico, pelo menos durante o período a cujo estudo então me dedicava, não formava, tampouco, uma série independente, mas, pelo contrário, **estava intimamente ligada à evolução das ideias transcientíficas, filosóficas, metafísicas e religiosas**. A astronomia de Copérnico não só apresentava uma nova disposição, mais econômica, dos “círculos”, mas também produzia **uma nova imagem do mundo e um novo sentimento do ser**²⁶.

Por abordar de forma inseparável o conhecimento científico e o conhecimento filosófico, não é possível afirmar que os trabalhos de Koyré descreveram tão simplesmente os avanços teórico-conceituais das ciências. O que nos permite dizer que, apesar de muito corriqueira, rotular sua obra de “internalista” seja

²⁵ SILVA, 2010.

²⁶ KOYRÉ, 2011a, p. 02, *grifos meus*.

uma postura redutora, pois o autor procura descrever o que ele chama de alterações nas “unidades de pensamento” e não apenas as transformações científicas *stricto sensu*. Em suas palavras, sua obra buscou “definir os modelos estruturais da antiga e da nova concepção de mundo, e determinar as mudanças acarretadas pela revolução do século XVII”²⁷. Essas estruturas, unidades de pensamento ou atitudes mentais que desencadeariam a revolução científica em questão não poderiam ser descritas apenas por teorias, fórmulas matemáticas ou descobertas científicas. Acarretariam também em novas concepções sobre o mundo, sobre a forma de entender a natureza, o universo, a existência de Deus, de um criador, a disponibilidade instrumental (como a luneta de Galileu), a recepção social causada pelos instrumentos (como a recusa dos eclesiásticos a utilizarem a luneta de Galileu) e todo um conjunto de questões filosóficas do contexto. Portanto, a Revolução Científica do século XVII, ao longo dos trabalhos de Koyré, seria o conjunto de atitudes mentais que teriam possibilitado a emergência de novas teorias, de novas fórmulas, enfim, de uma nova ciência. Aquilo que é considerado a descoberta daquela revolução, a saber, a destruição do cosmos finito e a geometrização do espaço, seriam, antes, frutos de novas atitudes mentais, de novas unidades de pensamento tanto científicas quanto filosóficas.

Por buscar entender uma estrutura de pensamento dentro da qual uma nova concepção científica emerge, Koyré nos explica que, muitas vezes, as limitações dos cientistas não estão relacionadas ao fracasso experimental, e sim, às limitações filosóficas. Antes disso, as limitações, as concepções erradas ou superadas não eram consideradas fontes válidas para a pesquisa histórica objetiva, científica, que buscava descrever a ciência vencedora, verdadeira. Koyré utilizou novas fontes: tratados

²⁷ KOYRÉ, 2006, p. 02.

superados, descobertas teóricas ou práticas equivocadas, cartas pessoais de cientistas, rascunhos, textos ultrapassados nunca traduzidos. Nos trabalhos de Koyré há, assim como nos *Annales*, o uso de novas fontes para a pesquisa histórica. Em seu livro de 1939, intitulado *Etudes Galiléennes*²⁸, por exemplo, o autor descreve, a partir das fontes primárias, as concepções de Bonamico, Benedetti, Galileu, Descartes, Copérnico, Giordano Bruno e Tycho Brahe. Diferentemente das narrativas que glorificavam essas personagens, Koyré descreve os erros, as crenças que impossibilitaram a extensão do pensamento ou que inviabilizaram determinada descoberta. O autor explica, por exemplo, que o erro de Galileu, que coincide com o erro de Descartes sobre a queda dos corpos, não seria um engano superficial ou tolo, como a maioria dos historiadores acreditava. Koyré explica que qualquer teoria ou lei não é por si só simples: ela implica certo número de convenções determinadas, ou seja, concepções sobre o espaço, sobre o movimento ou sobre a causa filosófica do movimento. Isto é, o erro, explica o autor, permite visualizar a trama ou a “unidade de pensamento” dentro da qual uma teoria está inserida. Não se tratava de substituir as teorias errôneas ou insuficientes, mas transformar os quadros da própria inteligência, alterar a atitude intelectual, isto é, realizar rupturas nas unidades de pensamento. Ao narrar os erros como algo também pertencente às unidades de pensamento e ao narrar o desenvolvimento científico por meio da obra de vários cientistas, iluminando as modificações nas unidades de pensamento, Koyré empreende um estudo da revolução científica que não se baseia em um único herói ou gênio descolado de seu contexto social e/ou filosófico. As mentalidades, as unidades de pensamento não se modificam abruptamente com as descobertas científicas, tão pouco com a descoberta de uma única personagem. É nessa medida que se pode afirmar que o

²⁸ KOYRÉ, 1986.

autor descreve uma longa duração do processo conhecido como Revolução Científica, entendido como a destruição do cosmos finito e a geometrização do espaço. Como história estrutural, que busca explicar-se por quadros de repetições, a revolução científica descrita por Koyré não seria entendida apenas por novas teorias ou por novos métodos científicos. Antes, seria o longo processo que transforma e, ao mesmo tempo, é transformado pelos quadros do entendimento, pelas mentalidades, pelas concepções filosóficas, pelas unidades de pensamento. Koyré descreve essa transformação como o fim do mundo aristotélico e hierarquizado, da ciência baseada em conceitos de valores, perfeição e harmonia. Ainda que se trate de rupturas, essas mudanças das unidades de pensamento foram longamente preparadas pelo pensamento científico e filosófico de vários cientistas.

Koyré narra os erros, as mentalidades dos cientistas e entende a ciência como um empreendimento que não é neutro, autônomo, desenvolvido no vácuo ou numa torre de marfim. Assim, se a História das ciências produzida até a primeira metade do século XX não permitia narrar as concepções alquímicas ou divinas “de um Newton”, Koyré passou a descrever as concepções mágicas, obscuras “de um Giordano Bruno”²⁹, por exemplo. Ele buscou entender a unidade de pensamento de Bruno a partir de sua sincronia, de seu contexto social, filosófico, e não apenas em sua diacronia – que nesse caso representa sua descoberta útil para a marcha do progresso científico. Essa postura metodológica, que reflete um claro posicionamento teórico anti-positivista, foi uma das inovações trazidas pelos trabalhos koyrenianos no campo da História das ciências. De modo muito semelhante à proposta teórica elaborada pelo movimento dos *Annales*, descrita aqui por meio da obra e do pensamento de Lucien Febvre, Koyré entendeu

²⁹ KOYRÉ, 2006.

a História como uma construção e não como uma reconstituição exata, objetiva, positiva, verdadeira do passado.

Ora, o passado, justamente enquanto *passado*, permanece para sempre inacessível: o passado se dissipou, não é mais, não podemos tocá-lo, é somente a partir de seus vestígios e traços *ainda presentes* – obras, monumentos, documentos que escaparam da ação destruidora do tempo e dos homens – é que procuramos reconstruí-lo. (...) A história do historiador, *historia rerum gestarum*, não contém todas as *res gestae*, mas apenas as que são dignas de serem salvas do esquecimento. **A história do historiador, portanto, é resultado de uma escolha**³⁰.

Assim como afirmara Lucien Febvre – “[d]e facto, a história é escolha. Arbitrária, não. Preconcebida, sim”³¹ –, Koyré entenderá a História, em oposição à concepção positivista de orientação rankeana, como um texto autoral, determinado pelas escolhas do historiador e de sua unidade de pensamento. Aos moldes do *bricoleur* descrito por Lévi-Strauss, o historiador é parcial, reconstrói o passado a partir de peças, de fragmentos, de fontes múltiplas, devidamente e intencionalmente escolhidas³². A História não seria a narrativa dos fatos passados tal como teriam acontecido, justamente porque o passado seria inacessível, algo que só se torna inteligível pelo recorte dado pelo historiador. A história-reconstrução de Koyré, de Febvre, não pretendia resgatar todos os meandros do passado, mas apenas aqueles que respondiam a um problema elaborado pelo historiador. Em *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito* (1957), por exemplo, Koyré descreve as alterações das unidades ou estilos de pensamento dos filósofos naturais a partir de sua hipótese acerca do infinitismo. Em outras palavras, assim como na proposta da História-problema

³⁰ KOYRÉ, 2011a, pp. 415-416; a frase em negrito é intervenção minha.

³¹ FEBVRE, 1989, p. 119.

³² LÉVI-STRAUSS, 2008 & 1989.

de Febvre, Koyré levanta uma hipótese (infinetismo) e procura narrar o passado a partir das fontes selecionadas. Ele busca entender as possibilidades de infinitismo nas obras dos cientistas, pois acreditava que o infinitismo representava uma unidade de pensamento capaz de geometrizar o espaço, estabelecendo, definitivamente, um corte frente o mundo aristotélico, hierarquizado, perfeito e harmonioso. Para o autor, a concepção de universo infinito configurava um novo quadro mental com inúmeras implicações sociais, religiosas, políticas, filosóficas. É, pois, a partir do problema do infinitismo que Koyré entenderá a Revolução Científica. Veem-se, novamente, as relações entre a história-problema proposta por Lucien Febvre e as narrativas sobre as ciências escritas por Alexandre Koyré.

3. Um lugar para a História das Ciências

Ao analisarmos comparativamente os trabalhos de Lucien Febvre e os de Alexandre Koyré percebemos inúmeras relações de semelhança teórica e metodológica. Ambos os autores empreenderam fortes críticas à história positivista alemã³³. Os dois

³³ A convergência de concepções teórico-metodológicas entre os dois autores também pode ser observada na efetiva relação social existente entre ambos desde a década de 1930. Koyré cita e comenta os utensílios mentais e matérias do medievo e do homem renascentista numa explícita referência aos trabalhos de Febvre sobre Rabelais. Tal comentário pode ser observado no texto intitulado *Do mundo do "mais-ou-menos" ao Universo da Precisão* (KOYRÉ, 2011b). Em contrapartida, Febvre analisa o texto supracitado na revista dos *Annales* de 1950, artigo intitulado "*De l'à peu près à la précision en passant par oui-dire*". Febvre também assinou o prefácio da 10ª edição da *Cahiers des Annales*, de Koyré, intitulado *Mystiques, spirituels, alchimistes Du XVIe siècle allemand*, coletânea publicada em 1955. É ainda segundo Marlon Salomon (REDONDI *apud* SALOMON, 2010), Febvre teria proposto a criação de uma cátedra de "História do

fizeram uso de novas fontes, da História-problema, da longa duração e das estruturas, tal como nas propostas da História Nova. Ambos se ocuparam da história das mentalidades, ou conforme Koyré, das unidades/estilos de pensamentos. Contudo, a diferenciação entre os trabalhos, as metodologias, os pares e determinadas concepções teóricas da História *tout court* e da História das ciências são tidas como evidentes, patentes, predominantes e até categóricas. A leitura que se apoiou nessa diferenciação tornou pouco comum, por exemplo, analisar os trabalhos de Koyré em simetria aos de Febvre.

Ao refletir sobre a questão da especificidade da História das ciências, como já vimos, Thomas Kuhn faz menção à evasão de estudantes dos cursos de História em suas aulas. Para Kuhn, a História das ciências foi tomada como um campo autônomo, interdisciplinar, multidisciplinar e, ao mesmo tempo, apartado da História. Em outras palavras, um empreendimento de cientistas e não de historiadores. Aos olhos dos historiadores, a História das ciências seria uma categoria inferior, ainda produzida com resquícios de positivismo e, tal como a ciência, feita por cientistas e não por historiadores profissionais. Se o movimento dos *Annales* propiciou justamente o que José Carlos Reis chama de uma inovação teórico-metodológica da História, se foi considerado por Peter Burke como uma “a revolução francesa da historiografia”, qual o mérito dos trabalhos desenvolvidos por Alexandre Koyré no contexto comparativo que propusemos até aqui?

Sabemos que a História das ciências tem suas especificidades, como a que marcou a distinção entre as narrativas Internalistas e Externalistas. Pode-se dizer que essa querela entre o

Pensamento Científico”, com a candidatura de Alexandre Koyré, ao *Collège de France*, em 1951. Tal iniciativa, frustrada, só ganharia fôlego em 1958, quando sob a direção de Fernand Braudel, considerado herdeiro de Febvre (REIS, 2008), será criado o Centro de Pesquisas de História das Ciências e das Técnicas na VIª sessão da *École Pratique des Hautes Études*.

Internalismo e o Externalismo, em alguma medida, desviou o foco da transformação teórico-metodológica que estava acontecendo na História das ciências, fossem por narrativas ditas internas, como as de Koyré, ou por narrativas externas, que enfatizavam as relações sociais e deixavam a natureza em segundo plano. Isso contribuiu, conforme a análise que fizemos, para reduzir o debate entre os historiadores e os cientistas-historiadores a um monólogo em que não há efetivo contato e que é marcado pelo mútuo estranhamento.

Mas, a despeito de todas as especificidades do campo, a despeito do relatado descaso dos historiadores pela análise histórica das ciências, é possível notar que a disciplina tem se comportado de forma muito parecida com a História *stricto sensu*. Ao compararmos a trajetória intelectual e as rupturas teóricas propostas por Lucien Febvre, na História, e por Alexandre Koyré, na História das ciências, foi possível assinalar semelhanças consideráveis. Semelhanças também poderiam ser encontradas se comparássemos os primeiros trabalhos históricos sobre as ciências com as narrativas históricas propriamente ditas do mesmo período, ou, ainda, se comparássemos a história estrutural da década de 1950/1960 com os trabalhos de Thomas Kuhn. Por exemplo, o que dizer da História pós-1989 em comparação aos trabalhos sociológicos da Escola de Edimburgo?³⁴ São comparações possíveis, diálogos existentes e, por vezes, evitados e/ou deixados em suspensão. Mas, diante de tais constatações, podemos afirmar que a historiografia das ciências é, sem desvios, parte da historiografia *tout court*. Na mesma medida, a História das ciências é parte da História. Não seria o objeto que configuraria uma nova disciplina, mas, em alguma medida, o contrário. É por isso que a História das ciências, dos movimentos estudantis, das artes, dos indígenas, dos escravos... se preocupam com a temporalidade, por

³⁴ Para maiores informações sobre as propostas teóricas da Escola de Edimburgo, ver DUARTE, 2007.

exemplo. “A História das ciências não é multidisciplinar porque não é o objeto que define a multidisciplinaridade, mas as abordagens”³⁵. As ciências podem ser muitas, múltiplas, mas a análise formal, profissional, será única: histórica.

Isso nos permite afirmar que o lugar disciplinar por excelência das narrativas históricas acerca das ciências deve ser a História. O cientista-historiador que se proponha a narrar historicamente as transformações de sua área de pesquisa fará um grande favor à História, mas ele deverá, necessariamente, aprender o *métier* do historiador. Ele deve estudar teoria da História, deve entender a historiografia, deve aprender a analisar as fontes, deve ter reflexão sobre a temporalidade de seu objeto e de seu próprio trabalho. Na mesma medida em que o historiador que queira descrever as ciências deverá lidar com os aspectos técnico-conceituais intrínsecos da ciência em questão. Deverá conhecer o cálculo infinitesimal, se optar estudar as teorias de Leibniz. Deverá conhecer *A Origem das Espécies*, o evolucionismo, se almeja estudar a medicina antropométrica do início do século XX.

Em síntese, o historiador deve conhecer a ciência que estuda, ao passo que o cientista deve conhecer a História, deve aprender a linguagem disciplinar do historiador: somente assim poder-se-á falar em uma História das ciências como uma área específica dentro da História, e não como uma área autônoma a ela. No diálogo entre historiadores e cientistas-historiadores não é possível reduzir o debate à fala de um em detrimento do outro. Nessa situação redutora ainda bastante comum teríamos apenas um trágico e estéril monólogo, situação em que um é silenciado, enquanto a possibilidade crítica, efetivamente histórica é descartada. Teríamos histórias amadoras feitas por cientistas ou histórias inverossímeis e sem o devido conhecimento do objeto,

³⁵ REIS, 2010, p. 20.

feitas por historiadores. Ambos os casos são frutos de uma redução indevida e perfeitamente evitável. Por esse motivo, acredito que o lugar onde a História das ciências ganhe maior fôlego crítico e institucional seja a História, e não apenas nos departamentos científicos específicos. Por esse motivo, também, faz-se necessário que o historiador, cada vez mais, conheça a área da História que tem sido, conforme indicou Kuhn, relegada pelos próprios historiadores profissionais.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. “O Círculo de Viena e o Empirismo Lógico”. In: *Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte: vol. 5, 1995, pp. 98-106.

DELORME, Suzanne. “Hommage à Alexandre Koyré”. In: *Revue d'histoire des sciences et de leurs applications*. Paris, vol. 18, n.2, 1965. **Disponível em:** http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhs_00487996_1965_num_18_2_2409. **Acesso em:** 05 de Junho de 2012.

DUARTE, Tiago Ribeiro. *O Programa Forte e a Busca de uma Explicação Sociológica das Teorias Científicas: constituição, proposta e impasses*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 2007.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Tradução: Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Tradução: Maria Lúcia Machado. Tradução dos trechos em Latim: José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEBVRE, Lucien. “De l’*à* Peu Près à la Précision em Passant par Oui-dire”. In: *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*. 5^e année, n^o1, 1950, pp. 25-31. **Disponível em:** http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1950_num_5_1_1785. **Acesso em:** 05 de Junho de 2012.

KOYRÉ, Alexandre. *La Révolution Astronomique: Copernic, Kepler, Borelli*. Paris: Hermann Paris, 1961.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos Galiláicos*. Tradução: Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

KOYRÉ, Alexandre. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Tradução: Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Científico*. Tradução: Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Filosófico*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b.

KUHN, Thomas. *A Tensão Essencial*. Tradução: Rui Pacheco. Lisboa: Edições 70, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Tradução: Tânia Pellegrini. São Paulo: Papirus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Annablume, 2008.

REIS, José Carlos. “A ‘História das Ciências’ é História: por que é preciso explicar essa tautologia?” In: ÁVILA, Gabriel da Costa; SILVA, Francismary Alves da & SILVA, Paloma Porto (Orgs.). In: *Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em História das Ciências – I ENAPEHC*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2010. **Disponível em:** <https://sites.google.com/site/enapehc/anais/arquivos>. **Acesso em:** 05 de Junho de 2012.

SALOMON, Marlon (org.). *Alexandre Koyré: Historiador do Pensamento*. Goiânia: Almeida & Clément Edições, 2010.

SILVA, Francismary Alves da. “Descoberta versus Justificativa: a Sociologia e a Filosofia do conhecimento científico na primeira metade do Século XX”. In: *Revista de Teoria da História - RTH*, vol. 01, 2009, pp. 52-67. **Disponível em:** http://www.ufg.br/this2/uploads/files/113/Descoberta_versus_Justificativa.pdf. **Acesso em:** 05 de Junho de 2012.

SILVA, Francismary Alves da. *Historiografia da Revolução Científica: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de Mestrado em História, 2010.

STUMP, James B. “History of Science through Koyré’s Lenses”. In: *Stud. Hist. Phil. Sci.*, vol. 32, nº. 02, 2001, pp. 243-263.

CAPÍTULO VII

Cidade, Cultura e Fontes: *um percurso pela historiografia do interior paraibano*

Josinaldo Gomes da Silva

1. História da historiografia das cidades do interior paraibano: do IHGP à fundação da UFPB

Há bastante tempo a cidade vem sendo objeto de estudo na historiografia paraibana. O primeiro grande exemplo que poderíamos citar é o de Irineo Joffilly que, em 1908, na obra *Notas sobre a Parahyba*, analisou a importância histórico-social das cidades, tendo como foco de estudo as feiras de livre comércio; outro exemplo é o de Celso Mariz, que publicou dois trabalhos: *Através do Sertão*, em 1910, e *Cidades e Homens*, em 1945. Nas duas obras o autor segue uma abordagem evolucionista¹: na primeira, busca “resgatar” a história dos municípios sertanejos numa trajetória historiográfica que parte da ocupação territorial e chega à vida

¹ Concepção de que a dinâmica das espécies sociais está relacionada a um grande movimento geral da humanidade, que iria de uma origem comum a um fim semelhante. Tal perspectiva influenciou não só as análises da sociedade como também as concepções explicativas de seu movimento histórico. Daí se entender os diferentes momentos da História de cada sociedade como expressão de diversas etapas de uma grande epopeia de toda a humanidade. Cf. COSTA, 2005, p. 71.

diária das pessoas; já a segunda surgiu a partir de uma série de conferências que o autor realizou entre 1939 e 1945, nas cidades de Patos, Campina Grande, Bananeiras e Areia. Em Patos, a conferência foi realizada no dia 24 de setembro de 1943, no cine Eldorado, quando este ainda funcionava no prédio localizado à Rua Grande, atual Sólon de Lucena². A temática central da referida conferência foi o crescimento da cidade. Nessa perspectiva, o autor recuperou imagens memoriais inerentes a Patos no início do século XX, quando ali viveu sua infância, e passou a compará-las com aspectos relacionados ao que a cidade vivia no momento da conferência, descrita num texto que tem por título *Patos, antigo e moderno*³.

Nessas duas obras de Mariz percebe-se facilmente sua intenção de mostrar o crescimento que Patos havia conquistado no decorrer da primeira metade do século XX, onde, segundo ele, “o trem de ferro bate-bate às vossas portas e aviadores de ambos os sexos, entre eles os quais já aparecem filhos da terra, fazem trepidar seus aparelhos nos céus quentes de Patos”⁴, dando à cidade ares de modernização e desenvolvimento em diversos aspectos, desde as vias ferroviárias até o setor industriário, setor este que começou a se estabelecer na cidade a partir da década de 1940⁵.

Além de Jofilly e Mariz, outros nomes também se dedicaram a escrever “a história” das cidades paraibanas. Serioja Mariano⁶ efetuou uma breve incursão pelas principais obras que tratam do assunto. Dentre elas, está *Cajazeiras: nas crônicas de um Mestre-Escola* (1981), na qual a cidade em questão é vista por Antônio J. Souza através das seguintes personagens: padre Rolim,

² Sobre o cinema em Patos, ver: SILVA, 2011, pp. 135-151.

³ MARIZ, 1985.

⁴ *Ibidem*, p. 39.

⁵ SILVA, 2011.

⁶ MARIANO, 2010.

Cristiano Cartaxo e Antônio de Souza. O autor expressa claramente sua tendência em exaltar as referidas personagens, sendo possível perceber uma ênfase maior na exaltação do padre Rolim, considerado o principal fundador da urbe que teve seus alicerces edificados a partir de um estabelecimento de ensino. Seguindo também uma linha evolucionista, o autor aborda a História de Cajazeiras desde sua origem até a emergência do moderno.

Nessa mesma linha, a cidade de Sousa, no Sertão paraibano, também recebeu seu livro. Desta feita, a obra ficou sob a responsabilidade de Julieta P. Gadelha, que em 1986 publicou *Antes que Ninguém Conte*. A autora destaca aspectos tradicionais da urbe, dando ênfase à história da Igreja Católica, e descrevendo de forma detalhada as festas tradicionais da cidade. Enfatiza também as transformações ocorridas após a chegada de alguns equipamentos modernos, a exemplo do cinema, do automóvel e do futebol.

Em 1962, ano do seu centenário, a cidade de Pombal foi “homenageada” por Wilson Seixas com a publicação do livro *O Velho Arraial de Piranhas*. E assim, como nas demais obras citadas, o autor aborda a História de Pombal seguindo uma linha evolucionista, numa grande síntese que vai desde a sua fundação no século XVII até o começo do século XX⁷.

As obras até agora apresentadas, em sua maioria, são produções que seguem uma perspectiva histórica e epistemológica relacionada ao IHGP – *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* –

⁷ Devo ressaltar que, a rigor, quase todas as cidades paraibanas tiveram seus historiadores tradicionais. No entanto, gostaria de deixar claro que nesta rápida trajetória está contemplada apenas uma pequena parte dessas publicações que tratam da História das Cidades do interior paraibano. Estes trabalhos tradicionais são, em boa parte, estudos não acadêmicos, geralmente ligados ao IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano) e/ou encomendados pelo poder público.

instalado em 12 de outubro de 1905⁸. Elas falam de um lugar social empenhado em construir um passado heróico para a Paraíba. São histórias urbanas que privilegiam os aspectos quantitativos e/ou evolutivos das urbes, não tendo outro compromisso teórico maior; empenham-se na “descrição do crescimento de uma cidade, retrazando sua evolução desde o passado até o presente, arrolando nomes e fatos, retrazando sua transformação urbanística dando a ver as mudanças sofridas pela urbe”⁹. Todavia, essas produções são utilizadas pelos historiadores atuais “(...) à cata de algum dado especial, que complemente sua pesquisa nos arquivos”¹⁰.

Entretanto, a fundação da Universidade da Paraíba, em 1955 (que só em 1960 passou a chamar-se Universidade Federal da Paraíba – UFPB) e com ela a criação do primeiro curso de História, marcou a institucionalização da historiografia acadêmica paraibana. Todavia, em sua primeira fase, mais especificamente entre os anos de 1955 a 1976, tal historiografia teve seu corpo docente constituído por pessoas com formação em outras áreas, especialmente em Direito. Assim sendo, nessa fase, a pesquisa historiográfica foi muito limitada, visto que a proposta

⁸ Em linhas gerais, os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano tinham grandes semelhanças com os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também tinham, como atividade principal, cargos públicos e/ou burocráticos. Tinham formação idêntica, construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito de Recife. Ocuparam cargos chave na política paraibana. Foram presidentes, vice-presidentes do Estado, deputados, senadores, conselheiros municipais. Suas atividades econômicas eram tão secundárias que quase não são explicitadas nas respectivas biografias. Profissionalmente, eram médicos, militares, jornalistas. Tiveram atuação importante na imprensa local, foram diretores, redatores, colaboradores dos principais jornais locais. Eles começaram a escrever o que, mais tarde, iriam qualificar como a “História da Paraíba”. Cf. DIAS, 1996, pp. 35-36.

⁹ PESAVENTO, 2007, p. 12.

¹⁰ Idem.

metodológica do curso se assentava na perspectiva de reprodução do conhecimento e na ênfase “dos grandes feitos”. “Mas ensaiam-se os primeiros trabalhos sobre as fontes documentais para a História da Paraíba, em uma linha mais descritiva dos acervos e de suas potencialidades”¹¹. Cabe citar o trabalho de Elza Régis de Oliveira, considerada uma pioneira em pesquisas sobre fontes históricas de interesse para a História da Paraíba.

A partir de meados dos anos de 1970, a pesquisa historiográfica de cunho acadêmico ganhou um novo impulso na Paraíba. Dentre os fatores que fomentaram tal crescimento, consideramos a criação da primeira pós-graduação (nível Mestrado em História) do Nordeste brasileiro, na UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, em 1975, e a expansão da própria UFPB. Ocorreu também a ampliação do corpo docente do curso de História, que incorporou professores de outros estados, a exemplo de Ceará e Pernambuco, com formação na UFPE, havendo também aqueles com formação na USP – Universidade de São Paulo – e na UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Além disso, muitos professores que atuavam no curso de História da UFPB, e que haviam cursado apenas a graduação, ingressaram no mestrado da UFPE. Nesse contexto, outra conquista não menos importante para a produção historiográfica acadêmica paraibana foi a criação do NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – que passou a organizar e sistematizar as fontes historiográficas referentes à História Regional e/ou da Paraíba¹². Oferecendo, dessa forma, suporte teórico para as novas produções historiográficas que estavam por vir. Nesta fase, no que diz respeito a produções sobre a questão urbana, cabe destacar a dissertação de mestrado em Ciências, defendida na UFRJ, por Francisco José da C. Alves, intitulada *Fatores do Crescimento das Cidades do Sertão Paraibano* (1978), na qual o

¹¹ SILVEIRA, 2011, p. 248.

¹² Ibidem, p. 241.

autor trata o econômico como principal motor de crescimento das cidades do interior¹³.

Portanto, no final da década de 1980, como veremos a seguir, é que foram surgindo novas abordagens, geralmente ligadas à História Cultural e/ou Social, nas produções locais e no tocante à questão das cidades do interior paraibano.

2. Cultura e cidades: um novo campo temático

Na década de 1980, os estudos sobre cidades ganharam visibilidade precisa como linha de pesquisa em programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. A título de exemplo, a professora Maria Stella Bresciani, uma das responsáveis pela criação da linha de *Cultura e Cidades* na UNICAMP. Esta historiadora “escolheu iniciar o percurso bibliográfico pela questão das condições de vida da população pobre das grandes cidades, a presença das multidões permanentes nas ruas e lugares públicos, indo e vindo do trabalho, mas também, em certos momentos reivindicando o direito a expressão política”¹⁴.

Nos anos de 1990, com a emergência da Nova História Cultural, surgiram novas abordagens relacionadas ao fenômeno urbano:

O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um locus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais¹⁵.

¹³ MARIANO, 2010, pp. 30-31.

¹⁴ BRESCIANI, 1998, p. 243.

¹⁵ PESAVENTO, 2007, p. 13.

Nesta perspectiva, as cidades são vistas, antes de tudo, como uma *experiência visual*; porém, às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia correspondem outras tantas cidades imaginárias. Pois, “a rigor, todo historiador sabe que as marcas de historicidade deixadas no tempo se revelarão diante de si como fontes, a partir da pergunta que ele fará ao passado, questão essa iluminada pelos conceitos que presidem nossa posição diante do real”¹⁶. Assim, os historiadores elaboram o passado a partir de questões do presente, sendo oportuno ressaltar que nem por isso perdem a sua relação com o real acontecido.

As novas abordagens sobre cidades foram sendo incorporados também à historiografia paraibana, a exemplo do trabalho de dissertação em História intitulado *Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte*, defendido na UFPE pela pesquisadora Serioja Mariano, no final da década de 1990. A autora aborda a modernidade numa cidade do Sertão da Paraíba tendo como parâmetros a chegada de alguns ícones do moderno, tais como: o cinema, o automóvel, a imprensa, entre outros, que fundaram novas sociabilidades na urbe em questão. É um trabalho pioneiro, ligado à corrente historiográfica denominada de História Cultural. Rompendo com os discursos até então instituídos, busca recuperar aspectos ligados ao moderno numa cidade que ficou conhecida tradicionalmente pelo lado arcaico de uma disputa política, que envolveu o coronel José Pereira¹⁷, chefe político de Princesa, comprometido com as oligarquias rurais da então República Velha, e o presidente do Estado da Paraíba à época, João Pessoa (1928-1930).

¹⁶ PESAVENTO, 2007, p. 16.

¹⁷ Assumiu a chefia política da região no lugar do seu pai em 1905. Era o típico Coronel da Primeira República, ou seja, com poder, com prestígio político – no seu caso a nível nacional – e muitas posses. Cf. MARIANO, 2010, p. 61.

Servindo-se principalmente dos artifícios da História Oral, a autora adentra os meandros da memória de pessoas que viveram a Princesa dos anos 1920 e 1930. Deste modo, vai revelando uma cidade até então ignorada pela historiografia que, por sua vez, parecia ter esquecido as pessoas comuns. Isso nos faz lembrar Ítalo Calvino, pois

a cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaira como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras¹⁸.

Caminhando com os memorialistas, a autora recupera recortes dos momentos de diversão, numa época em que os chamados *ícones do moderno* foram chegando à urbe, a exemplo do futebol que lá chegou em 1918. Considerado um evento moderníssimo, este esporte agitou os princesenses que lotavam o campo (de futebol) a fim de assistirem aos jogos que ali ocorriam. “A festa era maior quando vinham times de outras cidades para jogar em Princesa”¹⁹. O cinema, instalado na cidade em 1924, foi considerado uma grande novidade, apesar de ter surgido na Europa ainda no século XIX, já que em Princesa essa maravilha moderna fomentou todo um ritual que começava pela escolha da roupa: esta, preferencialmente, deveria ser confeccionada no Recife, principal cidade moderna do então Norte do Brasil, visto que todos deveriam vestir-se como se fossem a uma festa de gala; dessa forma, acreditavam expressar que Princesa estava em sintonia com o modo civilizado de vida.

¹⁸ CALVINO, 1990, pp. 14-15.

¹⁹ MARIANO, 2010, p. 41.

Além de perceber hábitos cotidianos tidos como modernos na Princesa dos anos de 1920 e 1930, a autora também destaca a presença do modernismo na referida urbe. Assim sendo, no ano de 1925, o professor Emídio de Miranda, grande admirador de Joaquim Inojosa (mesmo sem o conhecer pessoalmente) resolveu fundar um grupo literário na cidade em questão: no dia 17 de maio de 1925 ocorreu a abertura do *Grupo Literário Joaquim Inojosa*, que passou a divulgar o modernismo para seus habitantes.

Enfim, dentre outras coisas, este trabalho de Serioja Mariano conclui-se com um capítulo que aborda a propalada *Revolta de Princesa*. Neste, a autora recupera algumas representações divergentes sobre a personalidade do coronel José Pereira e adentra o cotidiano de uma revolta que chamou a atenção do Brasil e do mundo na década de 1930.

Nessa mesma perspectiva, outros professores paraibanos defenderam teses de doutorado em História com a temática de cidades, em especial na UNICAMP. Entre eles, o professor Gervácio Batista Aranha que, em 2001, defendeu o trabalho *Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Buscando recuperar os jogos do político que marcaram as concessões de trechos ferroviários na Paraíba e região, o autor desenvolveu uma pesquisa rigorosa nos Anais do Congresso Nacional e na imprensa da época; rastreou os discursos parlamentares inerentes à questão e, assim, trouxe para o centro do debate uma série de práticas escusas quando o assunto era a concessão de trechos ferroviários.

Aranha observou que os discursos dos parlamentares representantes dos Estados do Norte do Brasil atingidos pela seca (a exemplo de Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, entre outros) tinham como fundamentação, para cobrar trechos ferroviários para os seus Estados, a própria seca. Nesse contexto, os trilhos ferroviários eram vistos pelos nossos parlamentares e

pela imprensa nortista como um instrumento de redenção da miséria:

(...) lançar mão de peças de retórica, que pintavam a região com as cores do ‘sofrimento’, resultado de um clima que se lhe revelava perverso. Conseqüentemente, exigir a construção de estradas de ferro como medida capaz de debelar o ‘flagelo’ da seca tornou-se a tônica dos processos reivindicatórios, a única justificativa que podia sensibilizar a liberação dos recursos para uma região tão necessitada de ‘socorros públicos’. De modo que os autores/mentores dessa verborréia agora dispunham de um mote perfeito para reivindicar o seu ‘quinhão’ ferroviário²⁰.

Neste sentido, o autor percebeu a teatralização em torno desta política, que explorava o drama da seca e se fazia presente nos discursos dos parlamentares nortistas; assim sendo, quem representasse melhor seu discurso poderia conseguir concessões de estradas de ferro para o seu respectivo Estado.

No entanto, os nossos parlamentares atores estavam mesmo interessados nos lucros (econômicos e políticos) que uma concessão ferroviária poderia lhes retribuir. Daí o parecer técnico para uma determinada obra ferroviária ser menos importante do que o interesse de algum político em levar uma estrada de ferro para determinada região.

A pesquisa que o professor Gervácio Aranha desenvolveu nos Anais do Congresso Nacional e na imprensa paraibana trouxe à tona o que o autor denominou de *tramas do político*, especialmente quando o assunto era concessão ferroviária. E nessa empreitada deixou bastante claro aos leitores que a imagem de uma região “sofrida”, “miserável”, formada pelos estados afetados pela seca, que na primeira metade do século XX passou a chamar-se Nordeste, já estava bastante presente tanto nos Parlamentos

²⁰ ARANHA, 2006, p. 54.

Federal e Estadual quanto na imprensa paraibana do final do século XIX.

Na segunda problemática, o autor aborda a recepção aos equipamentos modernos: trem de ferro, telégrafo, cinema e imprensa escrita na vida cotidiana nortista. Nesta perspectiva, encontra na literatura, nas memórias e nas crônicas jornalísticas um excelente material para se rastrear o imaginário social inerente ao recorte temporal por ele estabelecido (1880-1925).

Assim sendo, o trabalho de Aranha aborda a temática da chegada do *moderno* em várias cidades nortistas e, também, da Paraíba. Entre elas, a cidade de Campina Grande (que recebeu o trem de ferro no ano de 1907); a partir daí, esta cidade passou a conviver com um novo tempo, tempo este disciplinado pelo trem, visto que

os trens deverão percorrer os 80 quilômetros que separam as duas cidades (Campina Grande e Itabaiana) em 3 horas e vinte minutos numa velocidade média de 24 KM/h. Partindo de Itabaiana às 2:20 da tarde, o trem chega à estação de Mogeiro às 3:16, à estação de Ingá às 3:57, à estação de galante às 4:49, para finalmente aportar na estação terminal de Campina Grande às 5:40²¹.

Para se ter uma ideia do novo espaço-tempo a partir do uso da locomotiva, uma viagem de trem de Campina Grande a Recife passou a ser feita em apenas 12 horas e não mais em dias de viagem, como acontecia no tempo da tração animal. Por isso, além de mostrar o encurtamento das distâncias, a partir do uso do trem ferro como meio de transporte, Aranha empenha-se em revelar as novas sociabilidades que vão sendo construídas na cidade de Campina Grande a partir do contato com esse meio de transporte e com os demais equipamentos modernos a exemplo do cinema, da imprensa escrita, da luz elétrica e do telefone, que aparecem no

²¹ ARANHA, 2001, p. 343.

imaginário social daquela urbe como instrumentos capazes de promover a transformação dos hábitos tidos como “atrasados”; isto é, civilizar os costumes, o que na época significava imitar os comportamentos presentes nas cidades ditas “civilizadas”, a exemplo de Londres, Paris, Rio de Janeiro e até do Recife, considerada a principal cidade moderna do Norte do Brasil.

Outro nome importante para a historiografia das cidades na Paraíba é o de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa. Este também defendeu sua tese de doutoramento na UNICAMP: com o trabalho intitulado *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande (1920-1945)*, ele buscou compreender as tensões e os diferentes hábitos que os moradores desta cidade (nas décadas de 1920-1940) procuravam para viver.

Ao se valer de um conjunto documental composto por processos criminais (que ocupam um lugar especial no seu trabalho) associados a jornais, memórias e jornaizinhos de festas, o autor adentrou o mundo dos jornaleiros, dos operários, dos artistas, dos comerciantes, das prostitutas, dos industriais, dos agricultores e das donas de casa na Campina Grande do período.

Na primeira parte da tese, o autor busca recuperar como esses grupos se comportavam em seus momentos de trabalho:

Tentamos compreender a vida de grupos e categorias profissionais específicos, seguindo três recortes: primeiro, o palco das investigações é a cidade, o que nos levou a buscar os significados e implicações que suas atividades de trabalho tinham para a cidade e o modo como utilizavam os seus espaços e territórios, segundo, buscamos reconstituir aspectos da trajetória e da vida desses grupos e categorias profissionais no seu cotidiano, privilegiando escalas menores, com suas andanças pelas ruas e subúrbios da cidade e suas relações cotidianas, embora não as isolemos das mudanças e questões mais gerais por que passava a sociedade e o país; por fim, interessa-nos a aproximação com certas categorias de trabalhadores que, por motivos vários, apareceram na cena pública (não estão entre estes

motivos as manifestações e lutas sociais mais amplas, como greves, revoltas, organizações sindical et.), dando-lhe características singulares, que fazem da cidade um lugar de múltiplas práticas sociais²².

Através da análise de um processo criminal de 1934 que trata do desaparecimento de Cícero Rodrigues, jornalista e vendedor de pães, o autor passa a recuperar diversos aspectos ligados ao cotidiano desse grupo de pessoas que, além de levar pães e jornais aos recantos do município de Campina Grande, são também agentes de informação, visto que “conduziam as últimas notícias do dia e também faziam o papel de correio para amigos, fregueses e familiares”²³.

Analisando o processo-crime que relata o desaparecimento de Cícero Rodrigues, Sousa revê as tensões e as solidariedades entre os trabalhadores e os donos de padarias que compunham a cartografia da cidade. Todavia, é com os processos-crimes que o pesquisador adentra também o cotidiano de outros grupos que circulavam em Campina Grande entre os anos de 1920 e 1940. Entre eles havia os chapeados, conhecidos por estar sempre nas ruas centrais da cidade à espera de algum caminhão (que geralmente trazia algodão) para descarregar.

Na segunda parte do trabalho, Sousa passa a analisar como os campinenses se comportavam em seus momentos de diversões. Dessa forma, ele recupera o discurso de civilidade presente na imprensa campinense (principalmente no *Diário da Borborema*) que diariamente reclamava da invasão das ruas centrais da cidade por grupos de populares que moravam nos subúrbios e que, quase sempre, saíam do bairro dos prostíbulos em busca de lazer e adentravam as ruas que haviam sido reformadas para receber a “elite civilizada”.

²² SOUSA, 2006, p. 18.

²³ Ibidem, p. 22.

Contudo, na pena dos letrados da cidade, os populares residentes nos subúrbios da cidade eram tratados como desordeiros, bagunceiros, entre outros termos pejorativos. Todavia, em sua pesquisa nos processos criminais, Sousa observou que os casos de desordem praticados em Campina Grande no período estudado não se restringiram unicamente aos populares, visto ter ele encontrado vários processos que demonstram que pessoas da elite tinham se envolvido em brigas e/ou badernas, tanto na zona do meretrício quanto nas festas consideradas tradicionais.

Enfim, o autor busca compreender como os diversos atores sociais usavam os espaços e os territórios²⁴ da cidade no momento em que sua área central passava por um vasto processo de reforma urbana²⁵.

No ano de 2006, através da resolução 09/2006, a recém-criada UFCG – Universidade Federal de Campina Grande – PB recebeu o Curso de Pós-Graduação em História *stricto sensu*, em nível de Mestrado, tendo uma única área de concentração: *História, Sociedade e Cultura*, composta por duas linhas de pesquisa: Linha 1 - *Cultura e Cidades*; Linha 2 - *Cultura, Poder e Identidade*²⁶. A partir de então, o referido programa passou a produzir trabalhos

²⁴ ROLNIK, 1997.

²⁵ SOUSA, 2006, p. 12. Acho oportuno ressaltar que, além das teses apresentadas, existem outras que estudam a cidade de Campina Grande. Citamos como exemplo o trabalho do professor Antônio Clarindo Barbosa de Souza, *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*, defendido na UFPE no ano de 2002; também lembramos a tese de Severino Cabral Filho, *A Cidade através de suas Imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*, que, apesar de ter sido defendida na área de Sociologia, em 2008, acompanha os aspectos teórico-metodológicos das demais citadas. Também fazemos menção à dissertação em História de Regina Coelli Gomes Nascimento, defendida na UFPE em 1997, intitulada *Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX*.

²⁶ <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/>.

acadêmicos dentro de sua área de concentração e, por conseguinte, no tocante aos estudos sobre cidades.

Nesse âmbito, a Linha de Pesquisa *Cultura e Cidades* vem desenvolvendo um rigoroso trabalho sobre a História Urbana. Por isto mesmo, várias cidades da Paraíba e de outros estados, a exemplo de Ceará, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, já foram objeto de olhares de pesquisadores que cursaram o mestrado no referido programa.

Com relação às cidades do interior da Paraíba, podemos citar o trabalho de dissertação em História do pesquisador Lincon César Medeiros de Souza, defendido em 2009, intitulado *Cinematographo: a imagem da modernidade e das práticas socioculturais na cidade de Campina Grande (1900-1940)*. Neste, o autor busca compreender a recepção ao cinema na cidade em questão, nas quatro primeiras décadas do século XX.

Assim sendo, o autor lançou mão de diferentes fontes documentais, a exemplo de: jornais, revistas e livros de memória, entre outras. Dessa forma, ele demonstra como a sétima arte adentrou o cotidiano dos campinenses, recuperando aspectos ligados às primeiras apresentações do cinematógrafo itinerante, fato este que ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX. Assim, descreve que muitas pessoas ali presentes iam mais para observar as características do invento do que mesmo para assistir os filmes: isto é, estavam mais interessados em observar se aquela “geringonça” de fato funcionava. Lincon Souza adentrou o mundo das salas permanentes de exibição de filmes que foram instaladas na cidade ainda nas primeiras décadas do século XX e percebeu como o cinema “ao fazer parte do cotidiano de Campina Grande, despertou o interesse dos moradores, modificando hábitos e dividindo opiniões quanto a sua importância”²⁷.

²⁷ SOUZA, 2009, p. 34.

Portanto, Souza percebe como os letrados de Campina Grande procuraram relacionar essa novidade da vida moderna à ideia de *civilidade*. Assim sendo, o autor se apoia em crônicas publicadas no jornal *Diário da Borborema* para revelar como tais letrados refutaram as “bagunças” existentes nas salas de cinema da cidade, tratando-as como comportamentos inadequados a uma cidade “moderna e civilizada”. Neste sentido, Souza não esquece as personagens simples, que não eram bem vistas nos discursos dos letrados que, por sua vez, procuravam construir uma imagem de modernidade para a urbe. Desse modo, o autor passa a revelar como funcionava o mundo dos porteiros, dos músicos e dos demais trabalhadores dos cinemas sem se esquecer dos frequentadores anônimos: pedintes, baderneiros, ladrões, entre outros, que também queriam provar um pouco da vida moderna. Por isso, faziam de tudo para conseguir sua entrada nas sessões dos cinemas.

Foi também em 2009 que a pesquisadora Helmara Gicelli Formiga Wanderley defendeu sua dissertação de mestrado em História, no PPGH – UFCG, sobre a cidade de Pombal, no Sertão paraibano. No trabalho *Cotidiano, Cultura e Lazer em Pombal: contradições do progresso (1927-1959)*, a autora busca entender as transformações do moderno na referida cidade; isto é, ela procura revelar as novas sensibilidades construídas em Pombal a partir da instalação de alguns equipamentos de modernização urbana.

Wanderley rastreou os relatos orais de memória – principal fonte utilizada no seu trabalho – referentes ao recorte temporal estabelecido e, assim, foi adentrando no cotidiano dos moradores da cidade de Pombal, fundamentada na perspectiva de entender como se deu a recepção aos equipamentos modernos que foram sendo instalados na referida urbe.

Assim sendo, caminhando principalmente com aqueles relatos, a pesquisadora busca entender como a instalação de certos equipamentos deu ares de modernização à cidade, a exemplo da

luz elétrica, do trem de ferro e do cinema, como também a Reforma Urbana e o Código de Posturas de 1936; todos provocaram novas sociabilidades entre os pombalenses, que passaram a expressar um sentimento cada vez maior de vida moderna. Todavia, a autora observa que

mesmo em face das mudanças que se processaram na cidade, e apesar de um certo modelo de modernização ter sido imposto aos moradores daquela urbe, o que percebemos cogitando as fontes é que nem todos os pombalenses se apropriaram e/ou praticaram da mesma forma os novos espaços e equipamentos aliás, ao analisarmos as fontes escritas, a iconografia e os relatos orais de memórias dos antigos habitantes daquela cidade, é notório que embora os discursos modernizadores proferidos pela elite pretendessem atingir a todos os pombalenses, na prática, a grande maioria deles mantiveram-se à margem das conquistas materiais, conquistas estas, consideradas pelas elites como ‘civilizadoras’²⁸.

Já em 2011, a cidade de Patos, também no Sertão paraibano, foi objeto do nosso olhar através da dissertação de Mestrado em História, defendida no mês de março, junto ao PPGH da UFCG, na referida Linha 1 de pesquisa sobre cultura e cidades.

O referido trabalho tem por título *Imagens do Moderno na Cidade de Patos – PB: (1934-1958)*. Neste, tentamos recuperar o processo de modernização ocorrido na urbe em questão e sua implicação no imaginário moderno que foi surgindo nela.

A nossa viagem em busca da modernização e das sensibilidades do moderno na cidade de Patos apoia-se em fontes variadas. Entre elas, as memórias, seja através da escrita (os livros de memórias), seja através da oralidade (com a chamada História

²⁸ WANDERLEY, 2009, p. 11.

Oral), foram fundamentais para construirmos nossa narrativa sobre a cidade na época. Além das memórias, dialogamos também com a literatura que é, sem dúvida, uma fonte muito rica para estudar o imaginário de uma época; outras fontes importantes foram os jornais, as revistas, as fotografias e os documentos oficiais existentes nos arquivos públicos e/ou privados da cidade.

O trabalho divide-se em três partes: a) no primeiro capítulo, a discussão se constitui em torno da *modernização nos transportes*. Desta forma, procuramos desenvolver uma breve incursão aos primórdios dos meios de transportes que ligavam o Sertão paraibano ao Cariri, e o Brejo ao Litoral. Tudo começou com os tropeiros; depois veio o caminhão e chegou ao trem de ferro. Inicialmente, buscamos entender a importância das tropas de burros que transitavam soberanas na caatinga sertaneja, até mais ou menos a década de 1940, quando vão sendo substituídas pelo caminhão (que rodava sozinho nas estradas de rodagens de várias localidades do Sertão). Isso marcou um novo espaço-tempo para a cidade de Patos que, na década de 1940, já era considerada um pólo comercial do Sertão.

Debruçamo-nos, então, sobre as imagens inaugurais do trem de ferro no Sertão paraibano, imagens essas que revelam verdadeiros espetáculos públicos para saudar a sua chegada. Assim sendo, o dia do trem inaugural em Patos – assim como nas demais localidades aonde o revolucionário meio de transportes chegou – foi marcado por grandes festividades.

Passamos a recuperar o ambiente da estação ferroviária como um ponto de novas sociabilidades e, para isso, adentramos a memória de personagens que visitaram a estação de Patos na década de 1950. Para tanto, rastreamos a memória dos cassacos, que trabalharam na construção do trecho ferroviário Campina Grande – Patos, para, assim, desvendarmos o cotidiano desses trabalhadores braçais, quase sempre esquecidos pela historiografia oficial.

b) No segundo capítulo, a discussão gira em torno da modernização dos meios de comunicação na cidade, além da percepção de algumas sensibilidades modernas que ali surgiam. Para tanto, e inicialmente, procuramos recuperar indícios ligados aos *Correios* (instalados em Patos ainda no século XIX), ao *telégrafo* e à *imprensa escrita* (erigidos no início do século XX). Procuramos destacar a dobradinha *Correios vs. Tropeiros*, que fez parte do cotidiano de Patos e de muitas cidades sertanejas, de meados do século XIX até a década de 1940, quando o transporte com caminhões se tornou hegemônico.

A instalação do telégrafo no início do século XX, quando Patos já havia sido elevada à condição de cidade, se constituiu como mais um canal de intercomunicação com outras cidades, vilas ou povoados. O telégrafo imprimiu uma velocidade incrível às notícias, pois passou a possibilitar a comunicação instantânea com pessoas de outras localidades, tendo em vista que a cidade só recebeu o seu primeiro sistema de telefonia em 1958: no *Posto do Telégrafo Nacional*. Porém, após 1944 (quando chega o trem do Ceará), as pessoas já podiam se comunicar por telefone, mas tal comunicação só era possível na estação ferroviária e ficava bastante restrita a alguns poucos privilegiados.

Já no início século XX teremos a presença da *imprensa escrita*, tendo em vista que, de 1914 a 1917, registramos a circulação de dois periódicos patoenses: *A Voz do Sertão* e o *Jornal do Sertão*. Ambos, no entanto, tiveram vida efêmera. Contudo, destacamos a importância dos jornais da *Festa da Padroeira "Nossa Senhora da Guia"*, como veículo privilegiado de divulgação das sensibilidades culturais daquela época.

Daí em diante, focamos a discussão na tarefa de recuperar o impacto exercido pela radiodifusão nos idos de 1940 e 1950. Achamos justo, pelo impacto que ela exerceu no setor de comunicação em Patos, dedicar uma parte da nossa discussão à difusora *A Voz das Espinharas*, que passou a fazer parte do

cotidiano local em 1938. E, finalizando o capítulo, demos atenção especial à *Rádio Espinharas de Patos*, fundada em 1950, sendo esta a primeira emissora de rádio da cidade.

c) No terceiro capítulo buscamos perceber como os patoenses se comportavam em seus momentos de lazeres. Para isso, procuramos recuperar a dinâmica (percebida como suspensão temporária do cotidiano) da *Festa de Nossa Senhora da Guia*, principal evento religioso da cidade que, no decorrer de sua programação, atraía um grande número de pessoas. Constituindo-se, dessa forma, como um ponto de novas sociabilidades para a época. Foi nosso objetivo perceber as novas sensibilidades presentes naquele evento, que estavam relacionadas ao processo de modernização da urbe. Nessa empreitada, o diálogo com o romance *Festa de Setembro*, de autoria do patoense Flávio Sátiro Fernandes, teve grande importância para percebermos as nuances daquele acontecimento.

Além daquela festa, procuramos perceber a influência do cinema no imaginário moderno da cidade. Neste contexto, traçamos uma rápida trajetória do cinema em Patos e alhures, focando nosso debate no ambiente do *Cine Eldorado*, inaugurado em 1934. Visto que aquele local, além da exibição de filmes, funcionou também como ponto de encontro, local de passeio público e flerte, tornando-se um ponto privilegiado de subjetividades e sensibilidades diversas²⁹.

Portanto, são evidentes as mudanças de perspectiva que marcam os estudos sobre cidades, em particular sobre as cidades do interior paraibano, a partir dos anos de 1990. São trabalhos fundamentados em bases teórico-metodológicas que dialogam principalmente com as referências bibliográficas utilizadas nas pós-graduações da UNICAMP e da UFPE, não podendo ser diferente, tendo em vista que a maioria dos pesquisadores (que, por sinal, são

²⁹ SILVA, 2011, pp. 135-151.

também professores da graduação e da pós-graduação da UFCG) cursou doutorado nas referidas instituições. No entanto, são trabalhos historiográficos que dialogam com outras disciplinas, prática que se tornou possível graças à “revolução” no conceito de fontes que emergiu junto à *Escola dos Annales*³⁰.

3. A “revolução” no conceito de fontes a partir dos *Annales*: novas abordagens na historiografia urbana

Os *Annales*, especialmente na sua Primeira Geração (nas figuras de Lucien Febvre e March Bloch), elaboraram diversos questionamentos direcionados às bases teórico-metodológicas da chamada *Escola Metódica*, ou mais abusivamente Positivista³¹, que

³⁰ Para o historiador Peter Burke tratá-la como tal é um “equivoco”. Neste sentido, “essa escola é, amiúde, vista como um grupo monolítico, com uma prática histórica uniforme, quantitativa no que concerne ao método, determinista em suas concepções, hostil ou, pelo menos, indiferente à política e aos eventos. Esse estereótipo dos *Annales* ignora tanto as divergências individuais entre seus membros quanto seu desenvolvimento no tempo. Talvez seja preferível falar num movimento dos *Annales*, não numa ‘escola’”. O certo é que esse “movimento” ou essa “escola” pode ser dividido/dividida em três fases: Primeira Geração (Marc Bloch, Lucien Febvre e a *História Nova*); Segunda Geração (Fernand Braudel, Ernest Labrousse e a *Era Braudel*); Terceira Geração (Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Marc Ferro, Georges Duby, Michele Perrot, entre vários outros, e a *Nova História*), cada qual com suas especificidades e com suas escolhas teórico-metodológicas próprias. Cf. BURKE, 1997, p. 12.

³¹ A *Escola Histórica*, a que chamamos de *Metódica*, ou mais abusivamente de “positivista”, aparece, manifesta-se e prolonga-se durante o período da Terceira República na França. Os seus princípios fundamentais estão expostos em dois textos-programas: o manifesto, escrito por G. Monod, para lançar a *Revista Histórica* em 1876 e o guia redigido em intenção dos estudantes por Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos em 1898. Tal Escola quis impor uma forma de pesquisa científica que afaste a História de qualquer especulação científica, visando a “objetividade

via o documento como fundamento do fato histórico, pois “ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um documento escrito”³². Nesta perspectiva, tendo em mãos documentos seguros, o historiador poderia chegar a um conhecimento “objetivo” e “incontestável”.

No entanto, cabe ressaltar que, desde a fundação da *Revista Annales de História Econômica e Social*, no ano de 1929, tanto Febvre como Bloch insistiram na necessidade de ampliar a noção de documento. Apesar de admitirem ser possível escrever a História sem a presença de documentos escritos, quando estes não existiam, mesmo assim, ambos deixavam claro que a sua opção pelo uso de fontes historiográficas escritas era maior. Só a partir da Terceira Geração é que se produziu uma verdadeira ampliação/revolução no conceito de documento:

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeiro plano, para a história moderna, o registro paroquial que conserva para a memória todos os homens (...)³³.

absoluta” para a disciplina, nos moldes das Ciências da Natureza. Sendo assim, despreza a subjetividade do historiador, louva o apagamento da postura do mesmo por detrás dos textos e, dessa forma, na sua postura “ingênua”, acredita que o historiador, portando de fontes seguras, tem acesso direto à realidade. Cf. BOURDÉ & MARTIN, 1983, pp. 97-98.

³² LE GOFF, 2003, pp. 526-527.

³³ Ibidem, p. 531.

Com a iniciativa dos *Annales* abriu-se um leque de oportunidades para o historiador, visto que foi possível incorporar categorias documentais ao status de fontes que até então não eram aceitas. Entretanto, com o advento da chamada *Nova História Cultural*, o conceito de fonte historiográfica foi ainda mais diversificado: dessa forma, qualquer vestígio ou indício que restou do passado pode servir como fonte ao historiador, dependendo da pergunta que este se faça e do aporte teórico-metodológico que oriente seu trabalho. Nesta perspectiva, preocupados com uma escrita da história marcada por novos objetos, novas abordagens e novos problemas, os profissionais que compõem o campo em questão, já no começo dos anos 1970, operaram uma guinada do “porão ao sótão”: ou seja, passaram a privilegiar temáticas culturais e não mais necessariamente temáticas econômicas e/ou demográficas, tal qual se configurava na “Era Braudel”. Dando ênfase às chamadas “atitudes mentais” e à apreensão de hábitos e costumes, captados em sua maior parte por meio de métodos etnográficos³⁴, os historiadores da Terceira Geração do *Annales* voltaram suas atenções para as práticas cotidianas, para os modos de agir, sentir e pensar; isto é, deram conta de como as pessoas se comportavam no seu dia a dia.

Além disso, os historiadores das décadas de 1970 e 1980 demonstraram intenções mais sérias com relação aos estudos de *etno-história*. Pois, se os historiadores anteriores pareciam desejar da Antropologia a oportunidade de sobrevoá-la de tempos em tempos, em busca de novos conceitos, nas décadas em questão, tais profissionais puderam mesmo pensar em termos de casamento: em outras palavras, puderam se fazer valer de uma “Antropologia Histórica”³⁵ que enfatiza os comportamentos, as convivências e os laços culturais praticados pelos outros no tempo.

³⁴ ARANHA, 2008.

³⁵ BURKE, 1997.

Entretanto, a diversificação do conceito de *fontes históricas* possibilitou a emergência de uma Nova História (*Nouvelle Histoire*), preocupada com abordagens culturais e/ou sociais, e não mais meramente políticas e/ou econômicas. Entenda-se que não é a substituição de uma abordagem pela outra, mas sim a possibilidade de se perceber todas elas como componentes significativos da pesquisa histórica. Neste novo contexto, cabe destacar que a “cidade não é mais considerada só como um lócus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais”³⁶.

Assim sendo, os trabalhos historiográficos que tratam da questão urbana no interior da Paraíba (especialmente a partir da década de 1990) enquadram-se dentro dos paradigmas que norteiam a Nova História Cultural e/ou Social. Visto que é possível observar um forte diálogo que os referidos trabalhos mantêm com teóricos da *História Cultural* francesa, a exemplo de Roger Chartier e Michel de Certeau; e com Edward Palmer Thompson, da *História Social* inglesa. Enfim, são trabalhos que, em sua maioria, buscam entender o imaginário social presente no interior paraibano, no momento em que as cidades estudadas passavam por reformas urbanas. Nesta perspectiva, são utilizadas diferentes fontes, a exemplo de memórias, romances, jornais, fotografias, processos-crimes, entre outras. Tais autores escrevem, assim, uma história na qual todos os indivíduos são vistos como sujeitos históricos, o que não significa dizer que tal empreendimento se constitua como uma “história total”, pois

a História é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão (não sabemos quanto nos resta de não factível a historicizar) e do qual não podemos ver todas as alas ao

³⁶ PESAVENTO, 2007, p. 13.

mesmo tempo, assim não nos aborrecemos nunca, nesse palácio em que estamos encerrados. Um espírito absoluto que conhecesse seu geometral e que não tivesse nada mais para descobrir ou para descrever, se aborreceria nesse lugar. Esse palácio é, para nós, um verdadeiro labirinto, e a ciência dá-nos fórmulas bem construídas que nos permitem encontrar saídas, mas que não nos fornecem a planta do prédio³⁷.

Desse modo, assim como nos lembra Calvino, “as cidades como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa”³⁸: jamais devemos desistir de buscar, incessantemente, recuperar os rastros e vestígios que possam nos levar a revelar as cidades invisíveis que existem nas cidades concretas que podemos ver.

4. Considerações Finais

Chegamos ao final deste percurso pelas abordagens historiográficas inerentes às cidades do interior paraibano convictos da contribuição que as produções aqui analisadas dão à História da Paraíba, e em particular à História Urbana. Porém, cabe destacar a contribuição que a criação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação da UFPE (Mestrado e Doutorado), da UFPB (Mestrado) e da UFCG (Mestrado), juntamente com suas respectivas editoras universitárias, vêm dando às pesquisas históricas na Paraíba, visto que todos os anos surgem novas teses e dissertações sobre o tema em questão.

³⁷ REZENDE, 1997, p. 186.

³⁸ CALVINO *apud* REZENDE, 1997, p. 22.

Com relação aos estudos sobre as cidades cabe, também, destacar o trabalho efetuado pelo Programa de Pós-Graduação da UFCG e por sua Linha 1 de pesquisa, *Cultura e Cidades*. Esta tem por foco o estudo da questão urbana e das temáticas subjacentes às reformas, ao crescimento e aos problemas estruturais das urbes, além de ater-se às sociabilidades e sensibilidades protagonizadas pelos sujeitos, comuns ou não, que nelas viveram no passado. Dessa forma, o referido Programa vem realizando sistematicamente pesquisas que visam revelar o cotidiano das cidades paraibanas. Sendo oportuno também ressaltar que parte de muitos dos trabalhos ali defendidos são publicados em coletâneas pela Editora Universitária daquela instituição.

Portanto, concluímos, ainda que provisoriamente, este ensaio. Com muitas inquietações, é bem verdade, e uma certeza: a de que ainda existe um longo caminho a percorrer na historiografia das cidades do interior paraibano. Principalmente no que diz respeito à história e ao cotidiano dos populares. Entendemos que uma das primeiras dificuldades que se apresentam a qualquer pesquisador que resolve se debruçar no estudo dessas personagens é a carência de fontes; no entanto, resta ao historiador rastrear os vestígios relacionados à sua passagem pelas nossas cidades para, dessa maneira, viabilizar a recuperação de recortes intrínsecos à sua historicidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José da Costa. *Fatores de Crescimento das Cidades do Sertão Paraibano*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Ciências, 1978.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e Região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1800-1925)*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado em História, 2001.

ARANHA, Gervácio Batista. “A Nova História Cultural e a Antropologia: perspectivas e convergências”. In: DANTAS, Eugênia Maria & OLIVEIRA, Iranilson Buriti de (orgs.). *Metodologia do Ensino e da Pesquisa: caminhos de investigação*. João Pessoa / Campina Grande, PB: Idéia / EDUFCEG, 2008, pp. 15-56.

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. “História e Historiografia das Cidades: um percurso”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2010, pp. 237-258.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Tradução: Ana Rabaça. Portugal: Publicações América-Europa, 1983.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.

CABRAL FILHO, Severino. *A Cidade através de suas Imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Tese de Doutorado em Sociologia, 2008.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 2005.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrépida AB Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica / Editora LTDA, 1996.

GADELHA, Julieta Pordeus. *Antes que Ninguém Conte*. João Pessoa: A União Editora, 1986.

JOFFILY, Irineô. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado em História, 1999.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em Confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2010.

MARIZ, Celso Marques. *Através do Sertão*. Paraíba: Editora Imprensa Oficial, 1910.

MARIZ, Celso Marques. *Cidades e Homens*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Tradução: Neil Ribeiro da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. *Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado em História, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. "Abertura - Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias". In: *Revista Brasileira de*

História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº 53, jan-jun., 2007, pp. 11-23.

RAMINELLI, Ronald. “História Urbana”. In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, pp. 185-202.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. *O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)*. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, Josinaldo Gomes da. *Imagens do Moderno na Cidade de Patos – PB: (1934-1958)*. Campina Grande, PB: Universidade Federal de Campina Grande, Dissertação de Mestrado em História, 2011.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “A Historiografia Acadêmica Paraibana e a ANPUH-PB: considerações de meio século”. In: GLEZER, Raquel (org.). *Do Passado para o Futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 239-262.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande (1920-1945)*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado em História, 2001.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Territórios de Confrontos: Campina Grande (1920-1945)*. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2006.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*.

Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Tese de Doutorado em História, 2002.

SOUZA, Antônio José de. *Cajazeiras: nas crônicas de um mestre-escola*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1981.

SOUZA, Lincon César Medeiros de. *Cinematografo: a imagem da modernidade e das práticas socioculturais na cidade de Campina Grande (1900-1940)*. Campina Grande, PB: Universidade Federal de Campina Grande, Dissertação de Mestrado em História, 2009.

WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga. *Cotidiano, Cultura e Lazer em Pombal: as contradições do progresso (1927-1959)*. Campina Grande, PB: Universidade Federal de Campina Grande, Dissertação de Mestrado em História, 2009.

CAPÍTULO VIII

A História Política por meio da Imprensa: o anticomunismo nos jornais paraibanos A União e A Imprensa (1945-1947)

Faustino Teatino Cavalcante Neto

1. Imprensa e História Política: discussão teórico-metodológica

Pensar a possibilidade da escrita da história por meio das fontes impressas é destacar que tal instrumentalização é relativamente nova. A historiadora Tânia Regina de Luca observa que mesmo na década de 1970, em meio aos movimentos de reviravolta no fazer historiográfico, ainda eram poucas as pesquisas históricas que se valiam de jornais enquanto fonte, destacando ainda que se relutava em mobilizá-los para a escrita da história¹.

Cabe destacar que para essa situação colaborou a cultura historiográfica predominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, que tinha como meta de alcance a verdade dos fatos. “Para trazer a luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, além de distanciadas de seu próprio tempo”². Desse modo, os jornais não

¹ LUCA, 2006, p. 112.

² Idem.

se apresentavam como fontes que pudessem recuperar o passado, “(...) uma vez que os mesmos continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”³. Cabe destacar que as críticas a essa concepção já haviam sido realizadas na década de 1930, pela *Escola dos Annales*; contudo, isso não implicou no reconhecimento imediato da imprensa enquanto fonte, que continuou relegada à escuridão.

De todo modo, foi a partir das últimas décadas do século XX, com a Terceira Geração dos *Annales*, que a prática historiográfica alterou-se consideravelmente, quando então foram propostos “novos objetos, novos problemas e novas abordagens”⁴ que tenderam a ampliar o campo de trabalho do historiador. Em meio a tais mudanças, também se redimensionou a concepção de documento até então predominante, cujas bases foram pensadas e descritas pelo historiador francês Jacques Le Goff. É já um clássico o estudo de Le Goff sobre a questão do Documento/Monumento, que trata da revolução documental promovida pelos fundadores dos *Annales* e em que se questionam os fundamentos de uma Historiografia Positivista, ou seja, de uma ciência histórica com base justamente no documento escrito, erigido como prova de objetividade. Esta seria, pois, garantida pelo primeiro, ou mais precisamente, pela técnica de leitura do mesmo (com base nas ciências auxiliares como a paleografia, a diplomacia e a epigrafia). Para o positivismo, o que o documento ensina é o fundamento ou a prova do fato histórico. Ao conceito de documento, Le Goff opõe o de monumento – que significa fazer recordar, iluminar, instruir, e é utilizado pelo poder não como documento objetivo, mas como intencionalidade. Daí que, quando se utiliza o documento, se pretenda a uma inocência que ele não

³ LUCA, 2006, p. 113.

⁴ LE GOFF & NORA, 1995.

tem. Todo o documento é monumento, na medida em que se não apresenta a si mesmo, antes contém uma intencionalidade. “O documento é, pois, monumento. É o resultado do esforço feito pelas sociedades históricas, para impor ao futuro – querendo-o ou não – determinada imagem de si mesma. Em definitivo não existe um documento-verdade. Todo ele é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”⁵.

A partir daí, modificou-se o tratamento dado ao *corpus* documental impresso, alterando-se o modo de inquirir os textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam”⁶, mas também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. Assim, cabe ao historiador que for utilizar os jornais como fontes de pesquisas, em primeiro lugar, procurar saber quais influências sofriam tais órgãos de comunicação, observando as fontes de informação de uma dada publicação: sua tiragem, a área de difusão, as relações estabelecidas com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, etc.

Há de se registrar também que o “retorno”⁷ à História Política nos *Annales* se deu no interior de sua terceira geração, já por volta de 1976, renascendo com outras preocupações e com uma visão mais ampla, passando esta a assumir novamente um lugar de evidência na produção historiográfica, além de se propor a

⁵ LE GOFF, 1992, pp. 535-549.

⁶ PROST *apud* LUCA, 2006, p. 114.

⁷ Peter Burke considera estranho o uso da palavra *retorno*, uma vez que: primeiro, quando se trata de observar a negligência ao campo político a todo o grupo dos *Annales* das duas primeiras gerações, esquece-se da escrita de alguns historiadores – Marc Bloch com *Os Reis Taumaturgos* é um dos exemplos, assim como das escritas de Maurice Agulhon, François Furet, Ernest Labrousse, Michel Vovelle e Emmanuel Le Roy Ladurie, como membros do Partido Comunista Francês no pós-Segunda Guerra; segundo, porque esse retorno tem outro caráter, bem diferente do ponto de vista adotado pelos eruditos do século XIX. Cf. BURKE, 1997, p. 101.

dialogar com outras áreas das Ciências Sociais, como a Sociologia e a Antropologia⁸.

Desse modo, há alguns anos, a História Política, anteriormente tão rejeitada e criticada, sobretudo nas colocações da *Escola dos Annales* e do Marxismo (que a acusaram de ser factual, narrativa, vinculada à escola metódica, centrada nos grandes homens e voltada para os interesses sociais do Estado), tem mudado o seu perfil. A ênfase em uma história das guerras ou das relações diplomáticas, em termos de enfoques tradicionais, decaiu significativamente, sendo fundamental para isso a percepção da ação política como excedendo o campo do formal, do político-institucional.

Nesse sentido, vale destacar a importância de uma avaliação da expressão *Nova História Política* no interior do campo da História Cultural, apontando, assim, para uma retomada da História Política em termos de uma análise dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, enfim, fato que demonstra a vitalidade da política no interior da produção

⁸ Peter Burke periodiza que, entre o final dos anos 1960 e 1972 (ano da aposentadoria de Fernand Braudel), ocorreu a transição para a terceira geração dos *Annales*, a chamada *Nouvelle Histoire*, cuja grande novidade foi a abertura às novas temáticas (no nível cultural) – História das Mentalidades. Todavia, as formas de abordagens, herdadas da “Era Braudel” (nos níveis econômico e social), continuavam a privilegiar recortes temporais longos e a quantificação em larga escala. Apenas em meados da década de 1970 eclodiu uma reviravolta metodológica no interior da *Nouvelle Histoire* em reação ao uso do quantitativo no terceiro nível (cultural), promovendo-se uma “viragem antropológica”, um “retorno à política” e um “renascimento da narrativa”. Eis, assim, que surge a História Cultural. Sobre a crise da História das Mentalidades e o consequente surgimento da História Cultural ver também VAINFAS, 1997. Para um maior balanço sobre a passagem da antiga História Política para a Nova História Política dos anos 1970 ver LE GOFF, 1972.

historiográfica⁹. O estudo do político vai compreender, a partir daí, não apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder. Estuda-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se, assim, a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo. Pensa-se, agora, em termos de análises dos jogos/tramas políticos, das representações, das recorrências ao simbólico, além do corpo, das identidades, das emoções, etc., todos enquanto objetos fundamentais do “político”. Assim, a história política pode ser compreendida como um redimensionamento do estudo em torno do poder (leia-se, do poder político) relacionado à renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica.

Ainda sobre o teor dos estudos da *Nova História Política*, Sandra Jatahy Pesavento discorre que estes

se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos

⁹ A possibilidade de uma *Nova História Política* resultou, também, de condicionamentos históricos: o advento da sociedade pós-industrial, cuja lógica se baseia no domínio tecnológico, consubstanciado na informática, sobre um conjunto de seres humanos alvejados pela mídia; a tomada do acontecimento como notícia e a percepção aguda do caráter político das decisões governamentais; a universalização da burocracia e, como consequências disso, as decisões propriamente políticas recobram sua importância, levando a uma politização inevitável dos acontecimentos, das atitudes, dos comportamentos, das ideias e dos discursos. Cf. ARONOVITZ, 1992, pp. 151-176.

Capítulo VIII - A História Política por meio da Imprensa

pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social¹⁰.

Assim, enquanto a História Política do século XIX demonstrava uma preocupação com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), a *Nova História Política*, que começou a se consolidar a partir dos anos 1980, passou a se interessar também pelo “poder” em suas outras modalidades (que incluem também os micro-poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder ou do discurso, enfim).

Atualmente, a História Política consegue se livrar do estigma de “tradicional”, especialmente pelo leque de possibilidades interpretativas que lidam com as subjetividades humanas, intercambiando com a vastidão teórico-interpretativa da História Cultural. Através da *Nova História Política*, os acontecimentos de ordem política, antes delimitados por uma pretensa “objetividade” metodológica, agora se renovam e ganham uma nova dinâmica, baseada nas dimensões humana e/ou social, com um conjunto de representações e significados a serem interpretados e revisados.

Como observamos, essas renovações no campo da História Política se deram no sentido de apresentar “*novos objetos, novos problemas e novas abordagens*”, não deixando, é claro, de proporcionar também um redimensionamento na sua compreensão de fonte histórica. Desse modo, essa *Nova História Política* não poderia dispensar a imprensa enquanto fonte de pesquisa, uma vez que registra, cotidianamente, cada lance dos embates no palco do poder. Por meio das páginas de determinados jornais podemos perceber, por exemplo, os intensos debates políticos travados, as tensas relações de poder entre Estado e sociedade, bem como as

¹⁰ PESAVENTO, 2005, p. 25.

várias propostas de imposição de uma política cultural oficial (o que demonstra que essa fonte, tão próxima da História Cultural, uma vez utilizada para responder questionamentos do campo da História Política, pode render frutos significativos).

A historiadora Tânia Regina de Luca fornece algumas lições de método ao historiador que pretende utilizar o jornal como fonte para pesquisa, destacando que se deve ter em vistas a materialidade de tal impresso em sua época, do qual se deve observar o formato, o tipo de papel, a qualidade da impressão, as cores, as imagens. Diz também que, “as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de circulação”¹¹. Assim, é importante estar precavido para os aspectos que envolvem a materialidade dos jornais, que nada têm de natural. Tais aspectos apresentados enfatizam

(...) a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão de conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação da história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas¹².

No que diz respeito ao noticiário dos jornais, Maria de Lourdes Janotti observa que o mesmo

¹¹ LUCA, 2006, p. 131.

¹² *Ibidem*, p. 139.

Capítulo VIII - A História Política por meio da Imprensa

(...) não se limita a uma simples constatação do vivido, entre o acontecimento e o texto publicado há diversos mecanismos de apreensão do real: o ponto de vista do reporter-observador, a redação do noticiário, a edição do texto, editoração e arte, imagens do ângulo do fotógrafo, escolha das imagens, espaço disponível e posição política do jornal¹³.

Nesse sentido, a autora assinala para o fato de que todos esses procedimentos “acabam por criar um outro fato, que ordena os acontecimentos de acordo com uma certa representação simbólica da realidade”. Desse modo, tal narrativa elaborada é “fragmentária, seletiva e subjetiva, contendo em si mesma uma versão própria dos acontecimentos condizente com condições tecnológicas e políticas que influem na concepção da apresentação gráfica jornalística”. Assim, o texto publicado e sua elaboração sempre estão de acordo com o perfil do jornal que os divulga em linhas gerais. Cabe ao pesquisador que trabalha com este tipo de fonte observar o que se tornou notícia, sendo sua tarefa perceber as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a determinado acontecimento, o que, por sua vez, fornecerá pistas a respeito da leitura de passado e de futuro comum aos seus elaboradores. Desse modo, por mais comprometido que um jornal possa ser, ainda assim é uma fonte interessante, uma vez que trata das sensibilidades de um grupo jornalístico de uma dada época.

¹³ JANOTTI, 2008, p. 101.

2. Anticomunismo impresso: “*A União*” e “*A Imprensa*” na “redemocratização”¹⁴ paraibana de 1945

O processo político desencadeado com o fim da II Guerra Mundial possibilitou ares de democracia à sociedade brasileira. “Redemocratizado” o país, imediatamente as forças da esquerda brasileira começaram a se reestruturar em torno do PCB, completando o cenário político brasileiro na luta pelo poder. Nesse sentido, na Paraíba, o processo eleitoral advindo ensejou o embate de forças pela manutenção do poder por parte do governo e de sua conquista por parte de seus oponentes comunistas. É sobre este período que pretendemos evidenciar como o governo utilizou os jornais *A União* e *A Imprensa* como instrumentos de poder simbólico.

2.1. O processo eleitoral de 1945: repúdio, impugnação e combate ao comunismo

A “redemocratização” na Paraíba encontrava-se em marcha desde o início de março de 1945, processando uma campanha que trazia, de um lado, as oposições que ganharam as ruas proclamando o candidato Eduardo Gomes e a derrubada de Vargas em torno da União Democrática Nacional (UDN); e, do outro, a interventoria de Ruy Carneiro, que apoiava o general Dutra, líder do ainda situacionista Partido Social Democrático (PSD).

Durante esse processo a sociedade brasileira converteu-se em espaço aberto para o debate e para a discussão de propostas de

¹⁴ Ao longo de todo o ensaio, providenciamos aspear a palavra redemocratização por entendermos que as ações políticas que se seguiram a esse fato não podem ser compreendidas como sendo sinônimo de democracia, no sentido literal do termo.

desenvolvimento e de soluções para as crises e os conflitos sociais do Brasil. Na Paraíba esse fenômeno ficou representado pelo movimento estudantil¹⁵ que havia dado um passo à frente com a criação do Centro dos Universitários Paraibanos, instituição fomentada por Afonso Pereira¹⁶. José Octávio Mello descreve que este e alguns outros intelectuais paraibanos inspiravam a Sociedade de Cultura Musical a promover recitais acompanhados de exposições político-culturais. O antifascismo constituía o traço inerente dessas manifestações no primeiro quadrimestre de 1945 na Paraíba. Ao lado dos Grêmios Estudantis, constituíam-se em dinâmicas “instituições recreativas, culturais, filosóficas e religiosas, que passaram a dar um novo caráter ao Estado que já não era o mesmo de antes”¹⁷.

Em face dessa dinâmica, a interventoria de Ruy Carneiro, utilizando-se de nova tática, não partiu para a repressão, preferindo utilizar a estratégia da cooptação dessas entidades, mediante crescente inserção de seus representantes, nos respectivos quadros dirigentes do governo estadual. A fim de fortalecer-se mais, a interventoria cuidou em cooptar também os jornalistas

¹⁵ Em João Pessoa, realizavam-se, desde 1940, reuniões intermunicipais estudantis. “A mais importante destas, o Congresso Estudantil de 1942, nos Salões do Liceu Paraibano, Campina Grande compareceu com delegação liderada pelos colegas Petrônio Figueiredo e Josmar Toscano Dantas. Na culminância desse processo, sobreveio o Centro Estudantil Campinense em que se apoiou Félix Araújo para as campanhas contrárias aos aumentos dos transportes, pão e cinemas, no período 1945/48”. Cf. *A UNLÃO*, 26 e 27 de julho de 2003.

¹⁶ Jornalista, ex-seminarista, professor do Seminário Arquidiocesano e do Liceu Paraibano, assim como oficial de reserva. Na Paraíba, foi o principal articulador cultural do pós-guerra, transitava fácil junto à chamada “Ala Moça”, que era constituída por Virgínius da Gama e Melo, Baldomiro Souto, Cláudio Santa Cruz, Dulcídio Moreira, João Neves, Pérciles Leal, Ivanisse Pessoa da Cunha e Margarida Lucena. Cf. MELLO, 2003, p. 119.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 119-120.

campinenses Hortêncio Ribeiro, Tancredo de Carvalho e Luiz Gil que, em certa ocasião, foram prestar homenagens ao governador no Parque Arruda Câmara, da capital paraibana. No entanto, esse processo de cooptação não se generalizou sobre a esquerda da Paraíba. Tanto é que os comunistas mantiveram-se próximos à UDN, que, no país, congregava o conjunto que fazia oposição à situação getulista.

Essa aproximação, contudo, foi efêmera. Quando, em abril de 1945, o novo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, substituiu a “colaboração” rooseveltiana com os soviéticos por uma aberta confrontação, assumindo assim o papel de “baluarte anticomunista”¹⁸, a Guerra Fria pôs-se a caminho; o que se revelou fatal para a “redemocratização” brasileira e também para a paraibana. Já no dia 24 desse mês e ano, os comunistas do Estado lançaram a União Socialista da Paraíba (USP), e, no dia seguinte, Luiz Carlos Prestes concedeu uma entrevista que provocou o início da cisão entre a UDN e os comunistas¹⁹.

Desgarrados do esquema de forças da UDN, os comunistas paraibanos buscaram espaço próprio e, a 21 de julho de 1945, instalaram seu Comitê Estadual. Essas tensões eram reflexos do plano internacional que, no Brasil, rapidamente envolveu o grupo dutrista pelo anticomunismo e, na Paraíba, foi essa a posição assumida tanto pelas forças da UDN como pelas do PSD.

No calor desses acontecimentos, a Igreja Católica paraibana – que mantinha relações umbilicais com as elites

¹⁸ MOTTA, 2002, p. 04.

¹⁹ O rompimento comunista com a UDN também fez decompor a Frente Única Estudantil Paraibana. “Em maio, a ala moderada de estudantes udeno-pessedistas de Vamberto Costa, Cláudio Santa Cruz, Virgínius da Gama e Melo, Fernando Milanez, Sílvio Porto e Ivan Pereira assumiu o controle do Centro dos Universitários Paraibanos, derrotando a facção (pró)comunista de Baldomiro Souto e Geraldo Baracuhy”. Cf. MELLO, 2003, p. 135.

dominantes, reproduzindo sua ideologia – logo se mostrou insatisfeita, conforme podemos comprovar pela leitura no Jornal *A União*, que lançou uma proclamação assinada pelo Arcebispo Dom Moisés Coelho²⁰ sentenciando que “os candidatos até esta data apresentados para a presidência da República são ambos dignos do sufrágio eleitoral dos católicos” (Jornal *A União*, 24 de Abril de 1945)²¹. Isso significava que a Liga Eleitoral Católica²² fazia restrição à candidatura presidencial pecebista. Na mesma edição, o padre Antônio Fragoso publicou um artigo, intitulado “*Católico e Comunista*”, de maniqueia distinção entre os dois campos.

²⁰ Nasceu em Cajazeiras no dia 08 de abril de 1877, ordenando-se em 1º de novembro de 1901. Com o falecimento de Dom Adauto, em 15 de agosto de 1935, passou a ser o segundo arcebispo da Paraíba, permanecendo como tal até o seu falecimento em 1959. Cf. TRINDADE, 2004, pp. 73-74.

²¹ Jornal estatal paraibano editado na capital. Fundado em 1893, no governo do então presidente da Província, Álvaro Machado, servindo, inicialmente, como órgão do Partido Republicano do Estado.

²² Na década de 1920, a crescente urbanização, a secularização da cultura e a fundação do PCB enfraqueceram visivelmente a influência tradicional do catolicismo. Para fazer frente a tais mudanças, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, liderou um movimento destinado a defender os ideais cristãos na vida política nacional. Foi com esse intuito que foram criados a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922). Em 1932, com o objetivo de articular-se com o mundo da política, o grupo católico, tendo novamente à frente dom Leme, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC). Congregando intelectuais e segmentos da classe média, a LEC teve uma participação expressiva nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, batendo de frente com os candidatos da Liga Pró-Estado Leigo, os quais eram acusados de pertencer ao credo comunista e de ser inimigos dos ideais católicos. Sua atuação consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária. Numerosos deputados foram eleitos com o apoio da LEC, entre eles Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Morais Andrade.

Essa associação entre o poder político estabelecido e a Igreja Católica na Paraíba da “redemocratização” evidencia a entrada de mais um elemento na disputa pelo poder, uma vez que a Igreja, através do jornal oficial *A União*, começava a reforçar, com o discurso religioso, as posições políticas do poder instituído. Cabe aqui destacarmos o poder desempenhado por esse sistema religioso, já que muitas das matérias jornalísticas analisadas, em ambos os jornais, foram assinadas por membros da Igreja Católica paraibana e, como tais, expressavam ideias na forma de dogmas revelados.

Segundo Pierre Bourdieu, o poder exercido no sistema religioso é o poder simbólico “(...) poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem”²³. Para Bourdieu, este poder é quase mágico, na medida em que permite obter o equivalente ao que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização. Todo poder simbólico é capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento. Ao contrário da força bruta, que age por uma eficácia mecânica, todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico. A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e creem nela, prestando-lhe obediência. Ainda segundo esse sociólogo, o poder simbólico é:

uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. As leis de transformação que regem a transmutação de diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em particular, o trabalho de dissimulação e transfiguração que assegura uma verdadeira transformação das relações de força,

²³ BOURDIEU, 1989, pp. 07-08.

transformam essas forças em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais, sem gasto aparente de energia²⁴.

Assim como em outras partes do mundo, no Brasil da “redemocratização” de 1945 a Igreja Católica combateu as ideias comunistas e a publicação do jornal *A União*, mencionada acima, serve para demonstrar como se configuravam as relações de força entre as autoridades paraibanas ou mandatários de plantão e os militantes comunistas locais, em que os primeiros acusavam os últimos de serem elementos intrusos à “redemocratização”, ou seja, perturbadores do processo democrático.

O poder simbólico se refere à capacidade de intervir no curso dos eventos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos através da produção e transmissão de formas simbólicas. Então, para exercer esse poder, o Estado paraibano e os seus mandatários de plantão utilizaram-se de vários tipos de recursos, dentre eles o jornal escrito, que produziu e transmitiu capital simbólico. Assim, conhecer a representação simbólica do periódico *A União*, que, além de ser o órgão oficial do governo, era o meio pelo qual se fazia falar a Igreja Católica, torna-se um caminho para se compreender o poder político dominante naquela sociedade e o modo como as representações de signos ou símbolos no espaço social tornavam-se armas de combate dos grupos políticos dominantes na busca por sua legitimidade.

A presença eleitoral comunista, cada vez mais concreta, chamou tanto a atenção da Igreja que esta, de imediato, constituiu a seção estadual do Partido Democrata Cristão, cuja base residia na Liga Eleitoral Católica e na própria Arquidiocese. A primeira cuidou em reafirmar os princípios programáticos da Igreja – indissolubilidade dos laços familiares, ensino religioso, legislação do trabalho inspirada nos preceitos cristãos. Já a arquidiocese

²⁴ Ibidem, p. 15.

manifestou-se através da pastoral do Arcebispo Dom Moisés Coelho, o que se percebe pelo fragmento do artigo “A Igreja e o Atual Momento Político Brasileiro – Orientação aos Católicos”, a seguir:

Em qualquer dos dois principais candidatos podem os católicos votar. Quanto aos candidatos da representação federal falará a LEC. Há, porém, doutrinas político-sociais que devem ser repudiadas pelos católicos, impugnadas e combatidas pelos legítimos brasileiros, porque contêm na sua dialética, princípios contra a Igreja, contra a Pátria e contra a família²⁵.

Nas proximidades do pleito presidencial, a LEC continuou a se dirigir, através do referido jornal, ao eleitorado paraibano, orientando que “todos os partidos, exceto o comunismo, estão aprovados, (...) quem combater o materialismo pode estar certo de que estar defendendo a fé católica, as tradições nacionais, os direitos e os interesses da Igreja e do Brasil”²⁶. É interessante observar que acontecia entre o leitor e este periódico um verdadeiro pacto de confiança: o primeiro acreditava na veracidade daquele veículo e este, por sua vez, realizava todo um processo de investimento de sentido na realidade, através de operações discursivas que se revestiam de “objetividade” e “imparcialidade”. Portanto, mais do que eficácia real, a objetividade e a ancoragem factual conferiam ao texto jornalístico eficácia simbólica.

Durante a campanha desse pleito eleitoral, constatamos que o principal adversário dos comunistas naquela luta ideológica foi a Igreja Católica. Absolutamente anticomunista, dignitários católicos, através do jornal *A União*, e párocos locais equiparavam os seguidores de Prestes ao demônio e diziam que era necessário que fossem exorcizados. Não obstante, também merece considerar

²⁵ Jornal *A União*, 18 de novembro de 1945.

²⁶ Idem.

que, apesar da votação amortizada, o PCB conseguiu votos em trinta e três dos até então quarenta e um municípios paraibanos.

2.2. A eleição estadual de 1947: “lembrai-vos de 1935!”

Passadas as eleições de 1945, as atenções na Paraíba voltaram-se para o pleito de 19 de janeiro de 1947, que tinha por finalidade eleger o governador, o vice-governador e os deputados estaduais. Ao governo do Estado concorreram Oswaldo Trigueiro (UDN), Alcides Carneiro (PSD) e José Wandregisero Dias (PCB), quadro esse que representa as relações de poder entre as elites e seus representantes no poder estadual²⁷ e as lideranças comunistas que falavam em nome das classes pobres em geral: de um lado, o Estado e seus afins que promoviam um discurso representativo sobre o comunismo cujo fim era criar, no imaginário social paraibano, uma ideia apocalíptica sobre o PCB; e, de outro, os

²⁷ No decorrer desse processo, observamos que tanto o PSD quanto a UDN se fizeram presentes no governo do Estado da Paraíba. Ruy Carneiro, que assumiu a legenda do PSD, vinha na interventoria estadual desde 1940 e, pretendendo disputar o mandato de governador, passou o exercício da administração ao Secretário do Interior Samuel Duarte, nomeado por Getúlio Vargas no dia 27 outubro de 1945. Com a deposição de Vargas no dia seguinte, a presidência da república passou a ser exercida, transitoriamente, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares. Este, no dia 03 de novembro, nomeou, para a Interventoria paraibana, o desembargador Severino Montenegro, que deu coloração udenista à nova gerência estadual. Essa manobra política fez o candidato da UDN à presidência, Eduardo Gomes, sair vitorioso na Paraíba; quadro que não se repetiu no país que elegeu Dutra presidente. Como as eleições para governadores estaduais só se processariam em 1947, a classe política paraibana pessedista cuidou em reivindicar do novo presidente a nomeação de Odon Bezerra para ocupar a Interventoria da Paraíba, sendo este empossado em 14 de fevereiro de 1946.

militantes comunistas que promoviam explícita reação à ordem estabelecida.

Apesar do processo de “redemocratização” vivido, visivelmente recrudescia no país a intolerância quanto às manifestações populares. No início de 1946, após o PCB e a facção avançada da UDN terem realizado um comício no Bairro do Roger, na capital paraibana, o Jornal Católico *A Imprensa*²⁸, que havia reaparecido, passou a perseguir os atos dos comunistas, divulgando chamadas em letras garrafais na sua primeira página, como as das edições de 27 e 29 de março e 24 de maio de 1946, respectivamente:

Operários da Paraíba. Lembrai-vos de 1935! O Comunismo promete trair a PÁTRIA – Pátria que é vossa e de vossos filhos! (Jornal *A Imprensa*, 27 de março de 1946).

O chefe Luiz Carlos Prestes, é um agente de governo estrangeiro, advoga no Brasil os interesses da Rússia e o comunismo tenta prolongar noutras nações o domínio moscovita (Jornal *A Imprensa*, 29 de março de 1946).

Operários do Roggers lembrai-vos de 1935! O Comunismo promete trair a PÁTRIA, essa Pátria vossa e de vossos filhos!²⁹

A forma como foram redigidas a primeira e terceira chamadas acima deixa claro como a sociedade paraibana de então imaginava o movimento comunista de 1935, projetado, enquanto

²⁸ Esse diário foi fundado no Estado em 1897 por Don Adauto Aurélio de Miranda, primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba. Na década de 1930, exerceu um papel de propaganda aberta pró-integralismo e de postura totalmente anticomunista. Porém, quando o interventor Ruy Carneiro foi empossado, a 15 de agosto de 1940, pretendendo subordinar diretamente o operariado e os demais segmentos sociais, passou a dispensar a intermediação da Igreja. As relações entre a Arquidiocese e a Interventoria se agravaram a 31 de maio de 1942, quando o interventor mandou fechar o jornal. Em março de 1946, Dom Moisés restabeleceu o periódico. Cf. MELLO, 2003, p. 39.

²⁹ Jornal *A Imprensa*, 24 de abril de 1946.

discurso, na memória oficial como a “Intentona Comunista”³⁰. Percebe-se também como, durante a “redemocratização”, recorria-se à rememoração dos fatos ocorridos em 1935 (melhor dizendo, a versão oficial sobre eles) como uma arma importante na propaganda anticomunista que, para tanto, cunhou a expressão “*Lembrai-vos de 1935*” para reforçar o temor ao comunismo. A partir de então, e frequentemente agindo com eficácia, a propaganda conservadora procurou mobilizar a sociedade contra os “comunistas” através da advertência de que, caso não fossem detidos, eles cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935. Desse modo, os discursos e imagens construídos em torno da “Intentona” tornaram-se um dos esteios do anticomunismo paraibano, oferecendo suporte político-ideológico para justificar as campanhas de repressão.

Não poderíamos deixar de destacar, no contexto dessa campanha, o reaparecimento do jornal *A Imprensa*, que, junto ao *A União*, passou a ser instrumento de construção do sentido do mundo social. Consideramos que um órgão editorial como o da arquidiocese paraibana, diferentemente do estatal, tem um caráter muito particular, pois

³⁰ Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que foram apropriados e utilizados para consolidar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem à formação de uma verdadeira lenda depreciativa em torno da “Intentona Comunista” (Intentona = intento louco, motim insensato). O movimento foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta, os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da “ideologia malsã”. O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração. Cf. MOTTA, 2002, p. 52.

a mídia religiosa, alinhando dois discursos legitimantes, o religioso e o da mídia – um por sua condição de dogma revelado, outro por sua pretensão a uma impossível e indesejável objetividade –, procura reforçar esta ou aquela posição, com o cuidado que tais questões possam ter aparência e relevância doutrinária que justifique sua presença em um veículo religioso³¹.

Assim, os agentes católicos da luta em questão disponibilizavam toda sua aparência de objetividade e isenção para impor, através desses artifícios, uma determinada representação de mundo. Desse modo, o jornal *A Imprensa* passou a ser um grande agente da violência simbólica³², com vistas à manutenção do poder então estabelecido. Um poder que já não procurava apenas coagir fisicamente, mas construir no interior dos indivíduos, através do discurso jornalístico, os valores necessários à sustentação das estruturas sociais, justificando determinadas práticas em detrimento de outras. Nesse sentido, Bourdieu ainda diz que

o poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada as coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo – classe, sexo, religião, nação – só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido segundo um princípio qualquer dos outros

³¹ MARTINO, 2003, p. 55.

³² Forma invisível de coação que se apoia, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Cf. BOURDIEU, 1989.

Capítulo VIII - A História Política por meio da Imprensa

grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento³³.

Bourdieu debateu firmemente a questão da grande vantagem daqueles que têm os meios de atuar de uma maneira que passa fundamentalmente pela linguagem e por sua capacidade de fazer com que o outro aceite uma representação da realidade, que não tem necessidade de ser objetiva para ser aceitável – e não o é a maior parte do tempo –, mas que é concebida para apresentar a realidade a seu favor e servir a seus próprios fins. O poder simbólico é, sobretudo, o poder de levar os dominados a perceberem e descreverem as coisas como aqueles que ocupam posições dominantes têm interesse que eles vejam e descrevam.

Dessa maneira, constatamos que as fomentações ideológicas, carregadas de representações sobre o comunismo, aumentavam à medida que se aproximava o dia daquelas eleições, contribuindo, sobremaneira, para o pequeno resultado eleitoral do PCB paraibano.

Tão logo se processou esse segundo momento da “redemocratização” brasileira (eleições para governador, vice-governador e deputados estaduais) o movimento de afirmação política do PCB foi brutalmente interrompido. Tal fato se deu no contexto da Guerra Fria, após o ex-primeiro ministro inglês Winston Churchill anunciar a criação da “Cortina de Ferro” na Europa e os Estados Unidos da América decretarem a Doutrina Truman de segurança nacional contra o comunismo.

Nesse sentido, o presidente do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra, adotando imediata postura de contenção aos “vermelhos”, solicitou do Congresso Nacional o rompimento das relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral processo referente à cassação do registro do partido e dos mandatos de

³³ Idem, 1990, p. 167.

todos os seus representantes parlamentares eleitos, alegando que o partido era um instrumento da intervenção no país, o que foi aprovado em 07 de maio de 1947, através da Resolução nº 184.

2.3. “Diga com quem tu andas que direi quem tu és”: eleições municipais de 1947

Decretada a ilegalidade do PCB e tendo em vista as eleições para prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros, a realizarem-se em 12 de outubro de 1947, os militantes comunistas brasileiros procuraram guarida nas legendas legalmente reconhecidas para que, assim, pudessem concorrer aos processos eleitorais³⁴.

Em nossas análises, constatamos que, no decorrer dessa campanha, o então governador da Paraíba, Oswaldo Trigueiro (UDN), eleito com o apoio udenista de Argemiro de Figueiredo, que representava os interesses dos grupos econômicos das usinas, da burguesia exportadora de algodão e do coronelato dos agropecuaristas do sertão, permaneceu instrumentalizando o poder

³⁴ Na capital paraibana, os pecebistas aproximaram-se da UDN, apoiando as candidaturas de Luiz de Oliveira Lima e Vasco Toledo para prefeito e vice, respectivamente, que tinham como principal adversária a chapa do PSD, composta por Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Jocelino Francisco Mota. Em troca deste apoio, consubstanciou-se a pretensão dos pecebistas em movimentarem-se para eleger o gráfico comunista João Cabral Batista a uma cadeira na Câmara Municipal. Já em Campina Grande, os militantes comunistas, diferentemente dos da capital, não apoiaram a UDN e aproximaram-se da Coligação Democrática Campinense, que tinha como candidato a prefeito o médico Elpídio de Almeida e a vice o capitão do exército Antônio Rodembusch. A contragosto do Diretório Estadual, arregimentou-se a campanha para vereador do comerciário João Cavalcanti Pedrosa pelo Partido Socialista Brasileiro. Cf. SYLVESTRE, 1982.

estatal no sentido de continuar empreendendo, através dos jornais, o poder de propaganda anticomunista e garantir assim a hegemonia das classes em nome das quais falava.

Desse modo, essa campanha eleitoral pode ser considerada uma das mais duras, do ponto de vista ideológico, do processo de “redemocratização” iniciado em 1945, uma vez que é perceptível o recrudescimento à depreciação aos militantes comunistas. A imprensa continuava sendo uma das principais protagonistas de várias ações políticas contra os marxistas da Paraíba, o que só fazia aumentar o abismo do relacionamento entre grande parte da sociedade paraibana e os comunistas.

Um fato que exemplifica essas ações aconteceu quando o Centro dos Universitários Paraibanos, em 20 de maio de 1947, fez uma extensa programação para lembrar o líder estudantil comunista pessoense Baldomiro Solto, que tinha sido responsável pela fundação da entidade e que há um ano havia aparecido morto na praia de Tambaú em João Pessoa, aos 21 anos de idade. Dois dias depois das comemorações o jornal *A Imprensa*, não se referindo ao nome de Baldomiro Souto, mas ao fato do suicídio, insinuou em seu editorial “Comunismo, Inimigo da Mocidade” que:

Suicídio entre jovem que tem formação marxista deve-se ao fato do apego que ele tem ao materialismo e o desprezo pelo destino eterno. (...) Malditos os princípios que reduzem o ser humano a um punhado de matéria, sem alma e sem um destino eterno. (...) Fazem despertar até aos jovens, para quem a vida deveria ostentar-se como o mais doce dos sorrisos³⁵.

Este editorial serviu ainda mais para promover as representações sobre os comunistas paraibanos e a fomentar na referida sociedade imagens negativas que apontavam o marxismo

³⁵ Jornal *A Imprensa*, 22 de maio de 1945.

como responsável por ter perturbado a cabeça do líder estudantil, levando-o ao suicídio.

Neste pleito, o jornal *A Imprensa* foi incansável na condenação ao comunismo, através de constantes e repetitivos artigos, evidenciando “a apropriação que o discurso jornalístico faz da política”³⁶. Defendeu, aberta e convictamente, a tríade “Religião, Pátria e Família”, a livre iniciativa e a defesa da propriedade. Da mesma forma, atribuiu ao comunismo o papel de “inimigo” e a personificação do mal. Uma particularidade, no desenrolar da Guerra Fria, atrelada ao poder atômico de ambas as potências envolvidas, foi o tom apocalíptico que a acompanhava e que foi assumido, sobremaneira pelos Estados Unidos. O sucursal católico representava e ilustrava de forma brilhante este pensamento nas páginas de suas edições. Ao incorporar este mesmo tom dantesco em suas narrativas, contribuiu para alimentar um temor constante, tanto em relação a uma guerra atômica quanto a uma possível dominação mundial pelo comunismo.

A Igreja Católica, falando através de seu órgão editorial, abriu as baterias contra os comunistas e as agremiações partidárias que abrigaram os membros do PCB. Na sua primeira página, de 05 de outubro de 1947, os membros da Liga Eleitoral Católica pediram aos fiéis da Igreja que não votassem nos candidatos da UDN que concorriam às prefeituras de João Pessoa e Mamanguape porque eles haviam abrigado candidatos comunistas, conforme segue:

É preciso que se faça uma distinção: se a legenda da UDN, nas secções municipais de João Pessoa e Mamanguape, dado o acordo e a ligação com os comunistas, é considerada suspeita e por isso mesmo não possam os católicos e bons brasileiros sufragar-lhe os nomes, de plena consciência, não o será, porém, nos outros municípios paraibanos onde os candidatos da UDN souberam respeitar

³⁶ MARIANI, 1998, p. 227.

os sentimentos religiosos do eleitorado. (...) Chamamos ainda a atenção dos católicos para o PSB, que em Santa Rita e Mamanguape recolheu na sua chapa elementos comunistas das mais variadas graduações do extinto partido³⁷.

O jornal católico continuou, durante todos os dias da semana que antecederam as eleições, alertando o eleitorado católico a não votar nos candidatos comunistas e em quem estes estivessem apoiando. Em uma nota oficial da Liga Eleitoral Católica, que foi publicada nos dias 07 e 12 de outubro de 1947, dia da eleição, os anticomunistas afirmavam:

O comunista, justamente por professar uma ideologia totalmente oposta à concepção cristã da vida, como qualquer outro cujas idéias se afastam da doutrina católica, não poderá de nenhuma maneira receber os sufrágios dos católicos nem mesmo figurando em legendas de outros partidos. É lamentável que a UDN tenha incluído entre seus candidatos nome de comunista declarado³⁸.

E nos dias que antecederam o pleito, as publicações nesse jornal se intensificaram na tentativa de desfazer as propagandas que os comunistas fizeram em defesa de seus candidatos. Mais uma vez, o periódico insistia para que os católicos não votassem neles:

Não deixa de ser estranhável a desenvoltura com que conhecidos elementos comunistas da cidade percorram os nossos bairros a serviço de propaganda de serviços dos candidatos a que eles chamam, por eufemismo, de populares. Não sabemos se assim agem com beneplácito das autoridades policiais³⁹.

³⁷ Jornal *A Imprensa*, 05 de outubro de 1947.

³⁸ Jornal *A Imprensa*, 07 e 12 de outubro de 1947.

³⁹ Jornal *A Imprensa*, 09 de outubro de 1947.

Candidatos comunistas ou os que se servem da propaganda e dos votos comunistas não merecem o sufrágio dos católicos⁴⁰.

Todas as legendas e nomes de candidatos na capital, excetuando-se os do Partido Comunista e os que mantêm com o mesmo alianças suspeitas, merecem o sufrágio do eleitorado pessoense⁴¹.

À medida que se aproximava o pleito, esse jornal publicou incontáveis e repetitivos artigos condenando e execrando os comunistas e mesmo quando o assunto não se referia ao tema não era perdida a oportunidade de depreciá-los. De acordo com Mariani, no discurso jornalístico, os sentidos sobre os comunistas vão surgindo, muitas vezes, de forma dissimulada, ditos ao acaso, aparentando não haver ligação entre si. Porém, ganham visibilidade pela força da repetição e “pela crítica às vezes nítidas, às vezes sutilmente disfarçadas em explicação”⁴².

Necessário se faz reiterar a relevância do papel da imprensa na construção de um imaginário a respeito dos comunistas. Na relação sujeito-narrador-leitor, o jornalista é visto como alguém que detém o conhecimento, “se investe e é investido pelo leitor como aquele que sabe”⁴³. Portanto, quem escreve usufrui uma posição privilegiada para influenciar o leitor.

Nesse jornal, a imagem do comunismo era constantemente veiculada e reforçada por esta repetição constante. Tal regularidade expressava todo um comprometimento ideológico com a causa anticomunista. Assim, o jornal descrevia os comunistas como a personificação do mal, o demônio com todos os seus atributos. O tom que a campanha anticomunista atingiu pode ser vislumbrado através de alguns exemplos: os comunistas foram chamados de

⁴⁰ Jornal *A Imprensa*, 10 de outubro de 1947.

⁴¹ Jornal *A Imprensa*, 11 de outubro de 1947.

⁴² MARIANI, 1998, p. 63.

⁴³ *Ibidem*, p. 100.

“piratas”, “desvairados”, “paranoicos”, “degenerados”, “tresloucados”, “dementes”, “bárbaros”, “selvagens”, “horda” (asiática, tartária, mongólica), entre outros epítetos. E o mais grave: atingia a moral cristã, admitindo o divórcio, o amor livre e o aborto, o que era entendido como um incitamento à dissolução da instituição familiar, como demonstravam as afirmações do artigo “*A RÚSSIA e o Amor Livre*”, que segue:

A revolução socialista de outubro (1917) aboliu a desigualdade política, jurídica e econômica da mulher, mas houve quem interpretasse erroneamente essa liberdade (...). Numa sociedade estritamente socialista, tal prática conduz a um relaxamento de costumes indigno do homem, suscita problemas pessoais, infelicidade e dissolução da família⁴⁴.

A demonização do comunismo, adotada pela imprensa, era de uso corrente no jornal *A Imprensa*, que se baseava em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais de variadas espécies. A luta entre capitalismo e socialismo passou a representar a luta do “bem” contra o “mal”, o embate entre Deus e o Diabo. O demônio era sedutor, astuto, sorrateiro, insidioso, envolvia suas vítimas inocentes com mentiras e falsas promessas. Era assim, naquela ótica, que o comunismo agia com suas vítimas, iludindo-as com falsas promessas de igualdade para depois escravizá-las: “mais de um bilhão de pessoas, metade da população do mundo, são vulneráveis à sedução comunista”, afirmava o artigo citado. Dizia ainda que o comunismo era perigoso, contagioso como uma doença: “a doença é um mal, mas a pior de todas as doenças é o comunismo. A própria Rússia era um gigante enfermo”⁴⁵.

Rodrigo Patto Sá Motta chama atenção para o fato de que, ao comparar o comunismo a doenças, a intenção era mostrar que

⁴⁴ Jornal *A Imprensa*, 13 de outubro de 1947.

⁴⁵ Idem.

os comunistas só poderiam ser doentes. Certamente, pessoas saudáveis, em plena sanidade, não adotariam o comunismo como credo. O autor também aponta para as representações ligadas a animais, tais como a aranha, o polvo, etc., que pretendiam representar o projeto comunista de dominação mundial. Nesta analogia, o comunismo, “com suas teias e tentáculos, urdia silenciosamente uma cilada para os povos incautos”⁴⁶. A União Soviética era identificada como centro irradiador do mal. Deste modo, “o comunismo deixa de ser um conceito político para tornar-se a imagem de um país”⁴⁷.

Concluimos, portanto, chamando a atenção para o papel que alguns discursos impressos nos jornais “*A União*” e “*A Imprensa*”, relacionados ao Estado e à Arquidiocese, respectivamente, passaram a ter ao procurar criar e ordenar acontecimentos de acordo com certa representação da realidade; desse modo, o importante é, sobretudo, procurar perceber como tais periódicos e seus discursos expressaram suas sensibilidades políticas, ou seja, quais eram os seus posicionamentos frente ao PCB paraibano no pós-“redemocratização” de 1945. Destarte, evidenciam-se como os atuais estudos da História Política não podem dispensar a imprensa enquanto fonte de pesquisa.

REFERÊNCIAS

Fontes

Jornal *A União*, 24 de abril de 1945;

Jornal *A União*, 05 de setembro de 1945;

⁴⁶ MOTTA, 2002, pp. 52-54.

⁴⁷ MARIANI, 1998, p. 147.

- Jornal *A União*, 18 de novembro de 1945;
Jornal *A Imprensa*, 27 de março de 1946;
Jornal *A Imprensa*, 29 de março de 1946;
Jornal *A Imprensa*, 24 de abril de 1946;
Jornal *A Imprensa*, 22 de maio de 1945;
Jornal *A Imprensa*, 05 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 07 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 09 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 10 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 11 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 12 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 13 de outubro de 1947;
Jornal *A União*, 26 de julho de 2003;
Jornal *A União*, 27 de julho de 2003;

Bibliografia

- ARONOVITZ, Stanley. “Pós-Modernismo e Política”. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Pós-modernismo e Política*. Tradução: Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, pp. 151-175.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. Tradução: Cássia Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “Imprensa e Ensino na Ditadura”. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O Historiador e seu*

Tempo: encontros com a História. São Paulo: Editora UNESOP: ANPUH, 2008, pp. 95-116.

LE GOFF, Jacques. “A Política: será ainda a ossatura da História?” In: *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Tradução: José Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1972, pp. 221-242.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos, novos problemas e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LUCA, Tania Regina de. “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-154.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e Poder Simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MELLO, José Octávio de Arruda. “João Santa Cruz: o patriarca do comunismo na Paraíba”. In: *História e Debate na Assembléia da Paraíba*. João Pessoa: A União, vol. I, 1996, pp. 485-586.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Nos Tempos de Félix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937-1947)*. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”:* *o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *A Nova História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PROST, Antoine. “Social e Cultural, Indissociavelmente”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para*

Capítulo VIII - A História Política por meio da Imprensa

Uma História Cultural. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 123-138.

SILVA, Hélio. *1935: a Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SYLVESTRE, Josué. *Lutas de Vida e de Morte: fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953)*. Brasília: Senado Federal, 1982.

TRINDADE, Marcos Augusto. *Arquidiocese da Paraíba: 110 anos de Evangelização*. João Pessoa: Gráfica/UNIPÊ, 2004.

CAPITULO IX

Com as Fotografias em Cima da Mesa: *o que fazer historiador?*¹

José Luciano de Queiroz Aires

1. Introdução

A modernidade trouxe consigo o daguerreótipo. Pela primeira vez, no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades em detrimento do olho². São tempos de máquinas e fábricas funcionando a todo vapor; de cidades que crescem em ritmos frenéticos; de classes que se organizam e lutam; de hegemonia do discurso calcado em preceitos técnico-científicos; do trem que rasga trilho afora, carregando o discurso do progresso; das cadeias jornalísticas que fazem circular cotidianamente as informações; ou melhor, dos signos representativos dos transportes e comunicações que encurtam as distâncias e começam a fazer o mundo ficar menor; enfim, de descobertas e invenções como o cinema, a indústria fonográfica e a fotográfica.

¹ Este ensaio é parte integrante da avaliação da disciplina *Linguagens Historiográficas*, ministrada pelos Professores Dr. Élio Chaves Flores e Dra. Regina Maria Rodrigues Behar no PPGH/UFPB.

² BENJAMIN, 1994, p. 166.

Nesse contexto, surgiram e se expandiram a fotografia e a “História-Científica”. Momento de hegemonia do discurso calcado nos preceitos técnico-científicos, da valorização da objetividade e da razão instrumental, às custas da marginalização do senso comum e da subjetividade. Nessa febre cientificista da modernidade, Leopold Von Ranke achava que havia “libertado” a História da filosofia para a Ciência, enquanto o invento de Louis Jacques Daguerre corria o mundo ocidental também carregado de um discurso realista.

Este ensaio, porém, busca problematizar essa relação entre a história-conhecimento e o documento fotográfico, observando as questões de natureza teórico-metodológica e os devidos contextos específicos das concepções de história e de documento.

2. Dos metódicos aos *Annales*: a relação da História com as imagens

Com o aparecimento da fotografia, boa parte das ciências e demais setores da sociedade enxergava naquele artefato a cópia fiel do mundo real. Mas os historiadores metódicos não levaram tão a sério o que saía da câmara escura. Não privilegiavam as iconografias fotográficas como documentos relevantes para uma pesquisa histórica nos moldes científicos da época. Ora, se o modelo rankeano de escrita da história buscava a objetividade absoluta, por que razões não confiar na fotografia como prova infalível da verdade?

A historiadora Maria Eliza Linhares Borges aponta duas razões para tal. A primeira delas consiste no fato de que, nos primeiros anos do aparecimento da fotografia, a maioria dos fotógrafos eram homens comuns e fotografava cenas do cotidiano, algo que não interessava a uma historiografia cuja preocupação maior se dava com eventos políticos e militares.

Uma segunda explicação concerne à temporalidade. Os historiadores metódicos davam preferência aos eventos mais recuados no passado como forma de garantia de maior isenção do sujeito diante do objeto de estudo. Dessa forma, as fotografias realizadas no tempo presente não poderiam ser fontes históricas àqueles que estudavam o passado longínquo.

Entretanto, se a relação entre história-conhecimento e artefato fotográfico, no século XIX, não era de proximidade, daquela com a pintura histórica o elo era bem mais visível. Não obstante o culto ao documento escrito/oficial, a pintura histórica romântica era valorizada pelo menos como documento de segunda ordem, aquele que ilustra e reforça a verdade absoluta contida na documentação primária sob custódia do Estado Nacional. Porém, os pintores deveriam “educar o olhar” nas Academias de Belas Artes a fim de evitar a percepção “ilusória” do real e, em vez disso, trazer a razão ao sentido da visão, contemplando o modelo platônico-aristotélico apropriado pela modernidade eurocêntrica. É tanto que, para ter legitimidade, três grandes requisitos foram colocados para a produção de pinturas históricas: 1) os pintores deveriam ser funcionários pagos pelo Estado e treinados nas academias; 2) as obras deveriam ter reconhecimento real; e, 3) elas deveriam ser aprovadas em concurso público para ser expostas em salões³. Os primeiros fotógrafos eram homens comuns, desenhistas, caricaturistas, pintores tidos sem grande expressão e gravuristas autodidatas; estes, porém, não haviam “educado o olhar” em âmbito acadêmico, produzindo imagens que não priorizavam aqueles sujeitos históricos levados em consideração pelos historiadores metódicos.

Para o historiador Boris Kossoy tem havido um preconceito histórico em relação a outras formas de transmissão do saber destoantes dos códigos da cultura escrita. Citando Pierre

³ BORGES, 2003, p. 29.

Francastel, ele defende a ideia de que a cultura livresca tem predominado no interior da ciência moderna, apesar de sermos parte constituinte da chamada “civilização da imagem”.

Com a *Escola dos Annales*, começam a tomar corpo novas concepções do fazer historiográfico. Nesse bojo, que emerge do embate com a história metódica, os habitantes do reinado de Clio vão repensando os sujeitos da História, as concepções de tempo e de documento, alargando-os para todas as pistas, rastros e sinais deixados por homens e mulheres, demarcando assim o tecido da temporalidade.

A Escola francesa, embora, já no início, quebrasse as fronteiras da hierarquia qualitativa das fontes, só veio levar em consideração os periódicos, os relatos orais e as fontes audiovisuais na pesquisa histórica a partir de sua 3ª Geração. Isso no contexto da sociedade da informação e da crise epistemológica das ciências sociais, que abordarei mais à frente. A reviravolta paradigmática envolvendo o tecido moderno faz-se sentir na renovação do conhecimento histórico e isso não é produto de fábrica francesa a ser vendido e ditar moda pelo mundo afora.

3. A “Pós-Modernidade”: os filhos de Clio procurando decifrar enigmas iconográficos

Não resta dúvida que, de uma vez por todas, os historiadores estão envolvidos nos estudos que tomam por base as linguagens audiovisuais. Tardiamente, inclusive, em relação a outros campos do saber. Historiadores da arte, sociólogos, antropólogos e filósofos antecederam os filhos de Clio em décadas; daí porque, é preciso travar debates com autores como Michel Foucault, Ernst Gombrich, Ernst Cassirer, Erwin Panofsky, Raymond Williams e os *frankfurtianos*.

Essa busca dos historiadores pelas imagens se intensificou a partir dos anos 1960 e se explica a partir de aspectos epistemológicos e contextuais. No final daquela década, muita água corria por baixo da ponte. Velhas certezas se foram rio abaixo, para desaguar no oceano das incertezas. As dicotomias, as generalizações, as linearidades, o “progresso”, tudo parecia cheirar mal, represando nos esgotos que se encostam ao rio. A ponte moderna trincou, envelheceu, parece não aguentar tantos sujeitos que passaram a atravessá-la, saltando, gritando, querendo ser ouvidos.

Essa metáfora é proposital. O estilo na narrativa, o recurso a elementos das figuras de linguagens, não é incompatível com a ideia de prova, conforme assinalou com muita propriedade o historiador Carlo Ginzburg.

Retornando à metáfora da ponte e do rio, penso na crise paradigmática da modernidade. Penso num rio linear, cujo curso todo mundo, antecipadamente, sabia até onde corria. Imagino uma ponte sobre esse rio, como a experiência moderna, eurocêntrica, racional/instrumental, cartesiana e, demasiadamente, excludente e imperialista. Também criei a ideia dos esgotos para pensar aquilo que não cheira muito bem aos narizes apurados dos movimentados anos de 1968. Após esse ano, especificamente, o rio continua correndo, mas não sabemos mais se ele corre unilateralmente para o oceano, nem o que acontecerá quando essas águas se abraçarem com o mar. A ponte paradigmática, construída desde o “Renascimento”, não suportou os abalos provocados pela alteridade do sujeito moderno. E as correntes de teorizações como o Iluminismo, o Idealismo Alemão, o Positivismo Comteano, o Darwinismo Social, o “marxismo vulgar” e os estruturalismos passaram a ser alvos de críticas ferrenhas.

Nesse contexto, contado metaforicamente, a história-conhecimento passa por uma profunda renovação epistemológica. Novas alianças interdisciplinares foram realizadas, desta feita, com

a Antropologia, com a Literatura e com a Linguística. Aqueles sujeitos que pularam em cima da ponte, os “excluídos da história” (Michelle Perrot), “os de baixo” (Edward P. Thompson), “os infames” (Michel Foucault), os marginalizados pelo eurocentrismo, ganharam vez e voz, tanto como objeto de estudos como na escrita da história, a exemplo das mulheres. Surge uma História Cultural, plural, enfatizando as massas anônimas, a vida privada, o informal; uma predileção pelo micro-recorte, por documentos inéditos, pela narrativa e pelos sujeitos individuais e coletivos que agem e resistem perante as estruturas. Ao renovarem os objetos e fazerem novas perguntas, os historiadores precisaram lançar mãos de outras fontes, a exemplo das audiovisuais.

Do ponto de vista contextual, os anos 1960 marcam, também, uma banalização da imagem, sobretudo da televisão, que passa a levar às casas das pessoas guerras, copas do mundo e a propaganda ideológica dos regimes confrontantes no decorrer da Guerra Fria. Na América Latina, divulgaria a propaganda ideológica dos regimes autoritários. O final do século XX se caracteriza pelo que Gilles Lipovetsky chama de “hiper-real” ou “sociedade do simulacro”, na qual as imagens parecem fantasmas que nos rondam o tempo todo, oferecendo uma mensagem a ser consumida. Se na virada do século XX isso pareceu mais veloz, nos anos 1970 já dava sinais bastante evidentes de sua presença. E é nesse contexto que os historiadores têm procurado problematizar o mundo imagético dos passados.

Boris Kossoy nos mostra que o interesse por estudos envolvendo as fotografias decorrem do processo de revalorização do meio no contexto dos anos 1960. “A fotografia enquanto forma de expressão artística passou a ocupar espaços cada vez mais importantes...”⁴, decorando paredes de museus, fazendo parte da abertura de galerias e sendo objeto especializado de ensino e

⁴ KOSSOY, 2001, p. 125.

pesquisa por meio de cursos, oficinas, seminários e simpósios. A fotografia passou a ser alvo de colecionadores criando, desse modo, um mercado para os artefatos mais antigos. Portanto, é no curso desse processo que aumenta o interesse dos historiadores pelo estudo da História da Fotografia ou da fotografia como fonte para a História.

3.1. Fotografia e História: aspectos teóricos

Philippe Dubois nos adverte que toda e qualquer reflexão sobre um meio de expressão requer teorizações em torno do referente e da mensagem produzida pelo meio. Em se tratando da fotografia, que nasce carregada de discursos realistas, é mais do que imprescindível recuperarmos o debate envolvendo a relação entre este artefato imagético e o princípio de realidade. O autor nos aponta uma tríade de discursos teóricos que têm procurado discutir essa questão.

Um primeiro discurso é o da *mimese*, ou seja, aquele que trata a imagem fotográfica como espelho⁵ do real. São correntes, durante o século XIX, os discursos que consideravam a fotografia como a mais perfeita técnica de imitação do mundo real. Essa objetividade estaria na técnica, visto que o processo mecânico de captura “automática” da realidade por meio das leis da ótica e da química isentaria a subjetividade individual do autor, como ocorria no caso da pintura.

Essa primeira matriz interpretativa da História da Fotografia comportava variados autores. O que os unia era esse aspecto mimético atribuído à mesma. Porém, havia os que

⁵ Aristóteles já repensava a *mimese* no sentido de imitação ou cópia do real. O crítico literário Luís Costa Lima, a partir de Paul Ricoeur, defende a *mimese-criação* contra a ideia de *mimese absoluta* ou *mimese nenhuma*. Cf. ARISTÓTELES, 2005 & LIMA, 2000.

denunciavam e os que se colocavam mais otimistas em relação ao processo fotoquímico. Isso porque, ao surgir, a fotografia é posta em uma discussão sobre seu estatuto como obra de arte e, evidentemente, a comparação será feita tomando como outro pólo a arte da pintura. Escritores como Charles Baudelaire e Hippolyte de Taine se colocavam na variante discursiva que clivava a foto de ser obra de arte. Para eles, não se poderia comparar fotografia à pintura, pois enquanto esta última era arte aquela era técnica industrial. Para ambos, a fotografia é testemunho de uma memória, de um registro do real, um “auxiliar” do cientista, ao passo que a pintura é criação imaginativa do talento do gênio pintor.

No outro extremo dessas interpretações se encontram visões mais otimistas. Estas, porém, vêm afirmar que a fotografia veio para “libertar” a arte. Pablo Picasso e André Bazin, no século XX, deram continuidade a esse pensamento enraizado no XIX que festejava a técnica fotográfica como substitutiva da arte pictórica nas funções sociais e utilitárias. Entretanto, para eles, a dissociação entre foto e arte é bastante evidente, mesmo que pelo ângulo do otimismo, e o resultado desses discursos equivale a uma concepção também envolvida pelo “*analogon*”⁶.

Em resumo, o discurso mimético, passado em revista, se caracterizaria por uma dicotomia que Dubois aponta nos seguintes termos: “(...) a fotografia seria o resultado objetivo da neutralidade de um aparelho, enquanto a pintura seria o produto subjetivo da sensibilidade de um artista e de sua habilidade”⁷.

O discurso elaborado no século XX é o do código e da desconstrução. O alvo a ser questionado é a foto-espelho do real. Em vez de representar perfeitamente a realidade externa ao objeto fotográfico, essa segunda matriz teórica prefere pensar a fotografia como transformadora do real. Por prismas diferentes, a semiótica-

⁶ No sentido de imagem analógica com o referente.

⁷ DUBOIS, 1993, p. 32.

estruturalista, as teorias da percepção, os ideólogos e uma certa antropologia trabalhavam com a impossibilidade de um princípio de realidade fora da linguagem fotográfica.

A título de exemplo, Dubois⁸ cita o livro de Rudolf Arnheim, escrito em 1932. No âmbito da psicologia da percepção, ele assinala algumas diferenças entre a imagem e o mundo real. Entre elas: 1) a fotografia oferece ao mundo uma imagem determinada ao mesmo tempo por um ângulo de visão escolhido, por sua distância do objeto e pelo enquadramento; 2) reduz a tridimensionalidade do objeto pela bidimensionalidade da imagem e limita, por outro lado, todo o campo das variações cromáticas a um contraste branco e preto; 3) isola um ponto preciso do espaço-tempo e é puramente visual (às vezes sonora no caso do cinema falado), excluindo qualquer outra sensação olfativa ou tátil.

Além da psicologia da percepção, o estruturalismo-semiótico, com nomes como Hubert Damisch e Pierre Bourdieu, concebia a fotografia como produto de códigos convencionais socialmente aceitos. Na década de 1970, em torno da Revista *Cahiers du Cinema*, a imagem fotográfica era vista como produto ideológico. O artigo de André Bergala, “*Le Pendule*” (1976), mostra a encenação em várias fotografias históricas. Segundo Ana Maria Mauad:

Para este autor, tal encenação seria garantida pelos modos de integração do fotógrafo na ação, pelo efeito de paragem da imagem, pelo papel da grande angular, etc., elementos que, conjugados ao texto impresso, produziriam uma determinada versão dos fatos históricos que, pelo realismo fotográfico garantiriam o estatuto de verdade anunciada⁹.

Com relação à matriz antropológica que trabalhava na perspectiva da fotografia como transformadora do real, Dubois

⁸ DUBOIS, 1993, p. 38.

⁹ MAUAD, 1996, p. 22.

assinala que sua leitura da imagem se encaminha no entendimento de ser ela um produto resultado de convencionalizações culturais, de modo que o ato de decifrar uma mensagem fotográfica depende dos códigos culturais constituintes de seus respectivos leitores.

Deslocando a questão do realismo, esse segundo discurso teórico substitui a “(...) ancoragem na realidade rumo a uma ancoragem na própria mensagem: pelo trabalho (a codificação) que ela implica, sobretudo no plano artístico, a foto vai se tornar reveladora da verdade interior (não empírica)”¹⁰. Assim, na perspectiva do código e da desconstrução, a foto só será verdadeira no seu interior, no seu efeito de verdade construído pela objetiva.

Um terceiro discurso apontado por Dubois (1993) é o do traço. Ele se apropria das conceituações do semiólogo Charles Peirce para definir esses discursos. O discurso mimético seria o *ícone*, uma representação por semelhança; o discurso da representação por convenção, o *símbolo* e o discurso do *índice*, a representação por contiguidade física do signo com seu referente. Nesse sentido, o que se verifica a partir dos anos 1970 no interior do segundo discurso citado é a volta ao referente.

A redescoberta de Peirce, nesse contexto, está muito evidente no livro *A Câmara Clara*, de Roland Barthes. Este, assim como Walter Benjamin e André Bazin, defende que, não obstante toda codificação, o referente retorna. No campo ideológico, o artigo de Pascal Bonitzer, intitulado “*A Sobre-Imagem*” (1976) é bastante revelador do discurso do índice, senão vejamos um trecho:

(...) existe mesmo assim o fato de que o vietnamita está chorando: apesar da encenação, do enquadramento, da enunciação fotográfica e jornalística (lixo de jornalista!), há o enunciado das lágrimas (...). Indefectivelmente, o

¹⁰ DUBOIS, 1993, p. 42.

enunciado mudo da foto volta, enigmático; o acontecimento obscuro dessa dor captada por uma objetiva; mercantil, a singularidade das lágrimas voltam sem ruído a se propor a meditação. (...) A fotografia é, em primeiro lugar, um adiantamento de real que a química faz aparecer. Isso muda tudo¹¹.

O discurso do índice na fotografia aponta para quatro condicionantes: 1) a *conexão física*, a imagem captou algo que realmente existiu na frente da objetiva; 2) a *singularidade*, a foto revela a presença de um único referente; 3) a *designação*, as indicações sempre presentes do “veja”, “olhe”; e, 4) o *testemunho*, ao atestar a existência de uma determinada realidade. Contudo, ao testemunhar essa existência ela nada nos diz sobre os sentidos da imagem, pois, conforme assinala Dubois, estes lhes são exteriores e são determinados por sua relação com o objeto e o processo de enunciação.

3.2. Fotografia e História: aspectos metodológicos

Retorno ao título desse ensaio. Com as fotografias na mesa: o que fazer historiador? Indiscutivelmente, esse fazer historiográfico está indissociavelmente interligado aos discursos teóricos citados anteriormente. A metodologia da pesquisa historiográfica vai depender do lugar teórico de onde fala o historiador. No caso deste texto, irei focar, especificamente, em sugestões metodológicas advindas no bojo da renovação da historiografia do pós-1968.

Sendo assim, é importante dizer que é a dimensão ilustrativa da imagem-fotográfica que precisamos sepultar. A

¹¹ BONITZER *apud* DUBOIS, 1993, p. 46.

iconografia não fala por si só, é preciso que o historiador faça inquirições ao que delimitou como documento histórico.

Boris Kossoy sugere que o historiador precisa definir os caminhos da pesquisa no sentido de trabalhar na perspectiva da História da Fotografia ou da História através da fotografia. Embora essa distinção seja meramente didática, uma vez que optando por uma ou por outra, o historiador não terá como evitar esse elo: no primeiro caso, a pesquisa se encaminhará na direção dos rastros de fotógrafos, das técnicas de épocas diferentes, dos estilos dos variados fotógrafos, nas condições contextuais do ato de fotografar; no segundo, portanto, embora tenha que percorrer alguns desses caminhos, o artefato-fotográfico será um documento histórico para compreensão do passado.

Seja como for, o cruzamento de fontes é bastante instigante e revelador na operação historiográfica. A foto é apenas uma fonte que precisa ser indagada, mas ela não fala sozinha assim como pouco dirá se não usufruirmos da documentação escrita, dos relatos orais e dos objetos constituintes da cultura material.

Após a heurística, o historiador precisa construir sua narrativa histórica mediante leituras da sua documentação. Para tal, é preciso aplicar um método. Com relação às imagens, Panofsky já ensaiava o método iconológico no final dos anos 1930. Em grande medida, ele ainda é bastante atual e os historiadores culturais têm partido dele para a interpretação das iconografias em suas pesquisas. Peter Burke tem feito um pouco disso no livro *Testemunha Ocular* e Kossoy também desenvolve a ideia, exemplificando sua escolha com uma fotografia de imigrantes na obra *Fotografia e História*.

Na análise iconográfica, o historiador descreve a cena, os cenários, as personagens, o espaço, etc., enquanto na interpretação iconológica é preciso ir além dos signos visíveis na fotografia, buscando os significados intrínsecos como nos ensinou Panofsky. Para tanto, Kossoy nos adverte, demasiadamente, da necessidade

de contextualização do objeto icônico. Dessa forma, ao que parece, boa parte dos historiadores culturais não abre mão de interpretar os objetos ditos culturais na sua relação com os contextos sócio-econômico, político e ideológico.

É de fundamental importância, conforme afirma Eduardo França Paiva, que o historiador faça a crítica externa e interna às fontes iconográficas. Na primeira, é preciso fazer questionamentos ao tempo da produção do texto, tais como: Quem produziu tal documento? Qual o lugar social do seu produtor? A quem é dirigida a mensagem? Com que tipo de dados sustenta sua argumentação? Baseado em que sustenta sua argumentação? O que se pretende com essa ou aquela afirmação? Em que contexto produziu o documento?. Na segunda parte, a crítica interna, procura-se interpretar a mensagem, decodificar, ler os signos que compõem determinado documento imagético. Nesse momento, o debate com a semiótica é relevante. É dever de ofício do historiador que opta por trabalhar com fotografia levar em consideração alguns conceitos elaborados por Kossoy (2001). O processo de produção de imagens fotográficas deve ser observado na pesquisa historiográfica. Este, por sua vez, é produto de *elementos constitutivos* (assunto, fotógrafo, tecnologia), de *coordenadas da situação* (espaço e tempo), cujo produto final é a própria fotografia. Em suas palavras: “o produto final, a fotografia, é portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia”¹².

Ana Maria Mauad, em Tese de Doutorado, aplicou um método para a leitura de fotografias que ela intitula *histórico-semiótico*. Pelo mesmo, a historiadora opera nos planos da expressão e do conteúdo:

¹² KOSSOY, 2001, p. 37.

(...) o primeiro leva em consideração a relação dos elementos da fotografia com o contexto no qual se insere, remetendo-se ao corte temático e temporal feitos, o segundo pressupõe a compreensão das opções técnicas e estéticas, as quais, por sua vez, envolvem um aprendizado historicamente determinado que, como toda a pedagogia, é pleno de sentido social¹³.

No que diz respeito ao plano do conteúdo, a autora reforça a utilização do conceito de espaço, subdividindo-o, para efeito interpretativo, em algumas tipologias. São elas: o *espaço fotográfico* (informações relativas às técnicas fotográficas), o *espaço geográfico* (o espaço físico representado), o *espaço do objeto* (a lógica entre a representação e sua relação com a experiência vivida e com o espaço construído), o *espaço da figuração* (como pessoas e animais são retratados) e o *espaço da vivência* (atividades, vivências e eventos que se tornam atos fotográficos).

No plano da expressão, outros campos são estabelecidos. A ênfase se dá na estética da imagem, observando alguns aspectos tais como: tamanho, formato, tipo de foto, enquadramentos, arranjo, nitidez, foco e iluminação. O *tamanho* e o *formato* variam em função do tipo de câmera utilizado e os objetivos para os quais são retiradas as fotografias. Com relação ao *tipo de foto*, o historiador deverá definir se a mesma foi realizada de modo instantâneo ou posada, observando a presença ou não de uma encenação, além das condições técnicas que permitiriam a prática do instantâneo.

Quanto aos *enquadramentos*, Mauad subdivide em quatro itens. No primeiro, ela observa o sentido da *foto*, que pode ser definido em torno dos eixos vertical ou horizontal, conforme a posição do visor da câmera. As variações estão em conformidade com o estilo escolhido pelo fotógrafo. No segundo item, a

¹³ MAUAD, 2008, p. 28.

historiadora privilegia a *direção da foto*. Já no terceiro, ela visa à distribuição de planos. A distribuição de maior número de planos no *enquadramento* se define em função da possibilidade de atuação técnica do diafragma da câmera e das finalidades da mensagem fotográfica. No quarto e último enquadramento, ela valoriza o *objeto central*, o *arranjo* e o *equilíbrio*. O objeto central da imagem fotográfica deve ser visto em sua relação com o entorno e/ou fundo.

Para concluir o plano da expressão, Mauad assinala a importância de analisar a *nitidez-foco*, a *impressão visual* e a *iluminação*. Observa-se o porquê de determinados planos estarem focados enquanto outros estão desfocados e o porquê de determinados planos estarem com maior ou menor sombra e nitidez.

4. Considerações Finais

Os historiadores que tomam as imagens como fonte histórica e/ou objeto de estudo precisam estar atentos ao debate teórico-metodológico existente desde os tempos da invenção do daguerreótipo. A importância dessa discussão consiste em acompanhar como intelectuais e artistas têm encarado a relação entre o signo fotográfico e o princípio de realidade.

Nessa seara os historiadores estão chegando agora. Por razões contextuais e epistemológicas específicas ao seu tempo, os filhos de Clio estiveram (salvo exceções) presos a uma história política tradicional ou ainda a uma história econômica e social de variantes marxistas e *annalístes*.

A tão propalada crise paradigmática dos anos 1960 tem conduzido a historiografia a novos rumos, longe das filosofias da história e dos modelos abstratos e homogeneizantes. Tem havido uma busca incessante pela renovação dos métodos, pela releitura das concepções de História e de documento histórico e por

diálogos com a Antropologia, a Linguística e a Semiótica. Desse modo, precisamos ler os clássicos. Walter Benjamin, Panofsky, Charles Peirce, Roland Barthes, dentre outros, são leituras obrigatórias para o historiador da fotografia.

No campo da História, como de resto nas Ciências Humanas, o debate sobre verdade, realidade, ficção é envolvente e bastante ríspido. O princípio de realidade é o divisor de águas, remontando uma velha e clássica discussão entre o pensamento socrático-platônico de um lado e a retórica protagórica de outro. Na esteira do realismo rankeano moderno e/ou de algumas vertentes marxistas, parte dos historiadores contemporâneos discorda do ideário de verdade absoluta das citadas matrizes teóricas, embora acredite na possibilidade cognitiva da História. Na esteira do nominalismo nietzschiano, outra parte dos historiadores discorda de qualquer estatuto científico para a História do qual o passado só ganha sentido na escrita do historiador e a narrativa jamais se aproximaria do real.

Trazendo para o campo da fotografia, a questão do princípio de realidade é o cerne das problematizações. Três variantes teóricas se destacam desde o XIX: o discurso da mimese, o dos códigos e o do índice. Os dois primeiros, respectivamente, trabalham na perspectiva da similaridade e da desconstrução. O terceiro tem-se revelado mais pertinente para a pesquisa historiográfica atual. Ele não radicaliza nas posições miméticas ou codificadoras, como os anteriores. O discurso indiciário tem componentes objetivos e subjetivos. A objetividade da imagem fotográfica está no que Barthes denomina de *noema*, ou seja, o “isso foi”. Walter Benjamin e André Bazin, três décadas antes, já haviam notado essa especificidade da fotografia em relação à pintura e ao desenho, a de que o referente, de fato, existiu. Porém, os sentidos da imagem são subjetivos e cabe ao historiador interpretar as intencionalidades das iconografias. Mesmo codificada, ela testemunha o passado histórico, conforme assinala Mauad, já que

“não importa se a imagem mente; o importante é saber por que mentiu e como mentiu. O desenvolvimento dos recursos tecnológicos demandará do historiador uma nova crítica, que envolva o conhecimento das tecnologias feitas para mentir”¹⁴.

Caminhando pelas orientações paradigmáticas do discurso indiciário, Dubois conclui: “a foto é **em primeiro lugar índice**. Só depois ela **pode** tornar-se parecida (ícone) e adquirir sentido (símbolo)”¹⁵.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. “Pincelar para Desenhar a Nação: pintura, identidade nacional e ensino de História”. In: NETO, Martinho Guedes dos Santos (org.). *História Ensinada: linguagens e abordagens para a sala de aula*. João Pessoa: Idéia, 2008, pp. 43-65.

AIRES, José Luciano de Queiroz. “Pintando o Herói da República: a construção do imaginário mitificado de Tiradentes”. In: *ANAIIS do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: UFCE, 2009.

ARISTÓTELES. *A Poética Clássica – Aristóteles, Horácio e Longino*. São Paulo: Cultrix, 2005.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

¹⁴ MAUAD, 2008, p. 36.

¹⁵ DUBOIS, 1993, p. 53.

BEHAR, Regina Maria Rodrigues. “Cinema em G. Lukács e W. Benjamin: uma análise comparativa”. In: *Revista Saeculum*, João Pessoa, jan./dez./1998/1999, nº 4/5, pp. 117-136.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: EDUSC, 2004.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CABRAL FILHO, Severino. “O ‘Poder Vir a Ser’ da Obra de Arte Tecnicamente Reproduzida: uma centelha de esperança em Walter Benjamin”. In: CITTADINO, Monique & GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). *Historiografia em Diversidade: ensaios de História e Ensino de História*. Campina Grande, PB: Editora da UFCG, 2008, pp. 283-292.

CARDOSO, Ciro Flamarion & MAUAD, Ana Maria. “História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 401-417.

CIAVATTA, Maria. “Educando o Trabalhador da Grande ‘Família’ da Fábrica: a fotografia como fonte histórica”. In: CIAVATTA, Maria & ALVES, Nilda (orgs.). *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social*. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 37-62.

DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico e Outros Ensaios*. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LIMA, Luiz Costa. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: fotografia e história interfaces”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, pp. 73-98.

MAUAD, Ana Maria. “Fotografia e História: possibilidades de análise”. In: CIAVATTA, Maria & ALVES, Nilda (orgs.). *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social*. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 19-36.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: balanço provisório”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n° 45, São Paulo, 2003, pp. 11-36.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SONTAG, Susan. *Diante da Dor dos Outros*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VASQUEZ, Pedro Karp. *A Fotografia no Império*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.

CAPÍTULO X

Construindo Verdades Verossímeis a partir das Ficções: *por uma hermenêutica histórico-literária*

Flávio André Alves Britto
Gervácio Batista Aranha

1. Introdução

A tentativa de pensar o saber histórico a partir do literário é uma prática pertinente ao historiador interessado na construção do mundo por meio de representações imaginárias, pois ela fornece indícios dos valores, pensamentos, crenças e utopias de uma determinada época. O limiar entre ficção e realidade sugere duas variáveis: verossimilhança e imaginação; inquietações fundamentais para analisar textos literários e seus vínculos com a vida social. A questão central deste ensaio, de tal modo, é pensar as implicações decorrentes das tentativas do historiador que busca traduzir o passado humano, tomando como parâmetro o texto literário, a partir da interação autor-texto-leitor. Consequentemente, tais apontamentos remeterão a uma discussão delicada no campo epistemológico entre as disciplinas de História e Literatura.

Levantar proposições definitivas e acabadas sobre os embaraços que envolvem tais questões seria uma imprudência imperdoável. Por isso, nesta andança de caminho curto, nossa

bússola terá duas direções: a) evidenciar a comunicação entre o discurso literário e o mundo social e b) compreender o papel da hermenêutica nas narrativas históricas e literárias, atentando para suas aproximações e para seus distanciamentos.

2. Literatura e mundo social: quando a arte encontra a vida

A priori, os questionamentos são: a literatura cumpre a função de representar o mundo? O historiador pode se valer dela para compreender o passado? Poderíamos nos antecipar dizendo que sim – não que queiramos nos eximir quanto a um posicionamento crítico –, mas esta resposta pronta e acabada nos leva a outras implicações que julgamos relevantes, implicações estas que pontuaremos a partir de agora.

Sobre a primeira questão proposta há que se considerar um dos trabalhos mais recentes do filósofo e linguista Tzvetan Todorov. No livro *Literatura em Perigo*, o autor aborda a redução, segundo ele, feita pelos pós-estruturalistas quanto ao texto literário. Tal livro tem se tornado quase que um manifesto em prol da literatura, como uma representação exemplar e primordial para apreender a relação do leitor com um mundo não mais palpável, ao qual chamamos de passado humano. A crítica de Todorov se direciona ao ensino de literatura nas escolas e nas universidades feito pelos professores e críticos literários dos quais, na maior parte, não há reflexão sobre a condição humana, sobre o indivíduo e/ou a sociedade, o que os leva a reduzir sua linha de pensamento a certas noções críticas, sejam elas tradicionais ou modernas¹. A preocupação do autor é explícita para com os críticos que têm posto à margem o universo simbólico e o sentido do mundo que as obras literárias evocam. Isso não significa dizer que a análise

¹ TODOROV, 2009, p. 31.

estrutural deva ser menosprezada, mas que o sentido que estas obras elucidam não pode ser colocado em segundo plano ou mesmo em plano nenhum.

A grande finalidade de se estudar uma obra literária é compreender o mundo simbólico e as representações do vivido – mesmo que não haja intenção por parte de quem a escreveu – e não de se resumir ao levante de um exaustivo inventário acerca da bibliografia do autor, das personagens, das variantes da obra ou mesmo das reações provocadas por ela em seu tempo. Todorov indica uma (re)avaliação da função que a literatura potencializa, a seu ver, de uma interpretação do mundo. Ao lado deste, Umberto Eco, após quatro experiências narrativas, afirma que um romance não é apenas um fato linguístico, mas, acima de tudo, uma construção de um mundo; muitas vezes, como ele próprio o fez, e por tal construção, o autor se esmera em ser o mais fiel possível quando quer representar as coisas através das palavras².

A via proposta pelos autores está a contrapelo da corrente dos denominados “desconstrucionistas” (segundo Todorov) que, ao interrogar a relação entre as obras e os valores humanos, as acham incoerentes e fadadas a não afirmar nada, subvertendo seus próprios valores. Enquanto o estruturalismo clássico afastava a questão da verdade dos textos, o pós-estruturalismo veio para afirmar que a verdade não existe ou que ela sempre se manterá inatingível³. Entretanto, para Todorov, “mais do que uma negação da representação, ela se torna a representação de uma negação”⁴,

² ECO, 2003.

³ É bom lembrar que o mesmo Todorov participou do “estruturalismo” nos anos de 1960-1970, sendo considerado uma autoridade quando remeteu críticas ferrenhas ao uso da literatura na contemporaneidade. Em meio às duas versões dele mesmo, questiona se “por ter participado desse movimento... deveria sentir-me responsável pelo estado atual da disciplina [Literatura]?”. Cf. *Ibidem*, p. 40.

⁴ TODOROV, 2009, p. 42.

mantendo assim uma relação significativa com o mundo ao qual se refere.

Até então, Todorov nos ensina que a literatura é mais uma expressão do vivido. Sua função “é criar, partindo do material bruto da existência real, um mundo novo que será mais maravilhoso, mais durável e mais verdadeiro do que o mundo visto pelos olhos do vulgo⁵”. Mesmo se tratando de fruto da imaginação de um indivíduo, o texto literário tem o real como referência. É neste ponto que há uma aproximação entre a História e a Literatura. As duas remetem à experiência humana, à realidade social, às expectativas, às frustrações, aos projetos inacabados de quem escreveu e do mundo ao qual estavam inseridas, pois,

afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais?⁶.

Nicolau Sevcenko chama a atenção para que os historiadores levem em conta a dimensão social condensada no conjunto de significados da produção literária. A riqueza estética de uma obra se comunica com o mundo na/da qual emerge. A metáfora da árvore por ele utilizada é bem emblemática e resume brilhantemente nossa pretensão, aqui, de evidenciar o caráter dialógico entre o mundo vivido e a literatura, além de apontar, paralelamente, para a mesma direção sugerida por Todorov quando este afirma que as obras produzem sentido através da

⁵ TODOROV, 2009, p. 66.

⁶ SEVCENKO, 2003, p. 29.

captação do autor ao pensar seu mundo e expressá-lo por meio da linguagem e das imagens que o cercam.

Esta reavaliação, quanto à leitura e à interpretação do texto literário, está sendo colocada em pauta aqui porque se recuarmos um pouco no tempo veremos que a própria literatura era vista pelos formalistas enquanto um objeto puramente estético e não enquanto uma prática social. Para Terry Eagleton, por exemplo, a influência do formalismo russo no estruturalismo literário foi tal que se via os poemas como “estruturas funcionais”, nas quais os significantes e os significados seriam governados por um conjunto de relações, complexo e único, sem reflexos da realidade exterior⁷. O texto seria, então, um objeto autônomo. Tal compreensão quanto ao texto literário afastava-o do objeto real e do sujeito humano, restando a ele um sistema de regras formais que o condicionavam ao isolamento do mundo exterior.

O estruturalismo fez a literatura abandonar o sentido de prática social para se tornar uma cópia da “estrutura profunda”. Entretanto, em um texto de 1958, Antônio Cândido já questionava (mesmo não sendo uma reação ao cânone estruturalista) como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto de ser estudada por si mesma, e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce⁸. Neste sentido, a literatura não estaria travada por jogos estruturais complexos no interior do texto, mas numa relação com os aspectos sociais. A profunda interação entre literatura e vida social proposta por Cândido aponta quatro momentos distintos da produção artística quanto aos seus aspectos sociais: 1) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua época; 2) ele escolhe certos temas; 3) usa certas formas e 4) a síntese resultante age sobre o meio.

⁷ EAGLETON, 1997.

⁸ CÂNDIDO, 1985.

Percebe-se, então, como o texto literário foi visto sob várias óticas da crítica literária, desde o sistema de regras formais, chegando a ser entendido como um objeto autônomo desvinculado do referencial externo, mas, também, como uma produção que sintetiza os valores sociais de uma época histórica, através de um movimento dialético no qual a sociedade e a arte agem reciprocamente. Para Cândido, mesmo havendo o elemento de diferenciação na arte, acentuando as peculiaridades do autor, existe um elemento integrador que acentua os valores da sociedade da qual ele participa.

Se a literatura, por mais ficcional que seja, apresenta inúmeras representações do mundo e do imaginário social, porque não ser utilizada pelo historiador? Esta relação provoca uma redefinição aristotélica entre o status da História e o da Literatura. Para Aristóteles, a primeira falaria do que aconteceu; já a poesia trataria de fatos que poderiam ter acontecido⁹. Esta afirmação é tão clara para o filósofo grego que não importa se fatos históricos são postos em versos, pois não é a métrica e a rima dos poemas que definiriam o status da ciência. A redefinição que vemos na contemporaneidade tanto privilegia a apropriação da Literatura com a História quanto coloca as duas disciplinas tão próximas que elas chegam a se confundir. Sobre a apropriação feita pelo historiador de obras literárias, a questão mais polêmica é como utilizar um *poderia ter acontecido* para recuperar o que *aconteceu*. Este é o ponto crucial da conversação entre os dois saberes, ao qual nos atentaremos a partir deste momento.

Para não permanecer apenas nas digressões de acadêmicos das Letras, citamos outro ferrenho crítico às análises pós-estruturalistas/pós-modernas (só que agora no campo da História): o italiano Carlo Ginzburg. As relações entre História e Literatura

⁹ É válido salientar que Aristóteles não denomina nenhum termo, na obra, para se referir ao que chamamos de Literatura, pois acha um pouco confuso uma atribuição considerável. Cf. ARISTÓTELES, 2005.

são recorrentes em seus livros. Contra a corrente “desconstrucionista” que iguala a historiografia a um artefato literário, Ginzburg não desmerece a função social da literatura, mas também não iguala o caráter epistemológico da disciplina histórica à “mera ficção”, na acepção mais restrita que este termo possa ter.

Em seu livro mais recente, *O Fio e os Rastros*, Ginzburg problematiza cartas trocadas entre Ménage e Chapelain. O primeiro estava profundamente indignado pelo fato de o segundo estar apreciando *Lancelot*, a seu ver, “uma horrenda carcaça, desprezada até mesmo pelos ignorantes e pelo vulgo”¹⁰. Ao ser indagado ironicamente se o autor daquela obra literária deveria ser comparado a Lívio, um renomado historiador romano, Chapelain replica:

Comparar *Lancelot* a Lívio seria absurdo, assim como seria absurdo comparar Virgílio e Lívio, o falso e o verdadeiro. E todavia ousou dizer que, mesmo se *Lancelot*, sendo baseado em fatos imaginários, não pode ser comparado a Lívio como exemplo de narração verdadeira, pode sê-lo em outro plano, como imagem verdadeira de usos e costumes. Nesse plano os dois autores nos dão um resumo perfeito: da era sobre a qual o primeiro [Lívio] escreveu, ou da era sobre a qual o outro [o autor de *Lancelot*] escreveu¹¹.

Através desta passagem, Ginzburg percebe o limiar entre documento/monumento em uma obra literária como uma “representação espontânea” de usos e costumes temporais e, então, históricos. Chapelain identifica na verossimilhança poética não um elemento lógico ou psicológico, mas histórico¹². Para o historiador italiano, esta atividade de obter informações históricas por meio de textos inventados remete a historiadores antigos como Tucídides, ao se valer da *Ilíada* como referência de pesquisa.

¹⁰ GINZBURG, 2007, p. 80.

¹¹ CHAPELAIN *apud* GINZBURG, 2007, p. 81.

¹² *Ibidem*, p. 82.

No caso do autor de *Lancelot*, a intriga inventada e de nomes imaginários nos dá uma representação dos costumes e dos modos de viver dos cavaleiros no século XIII. Ainda lembra-nos que as narrações de ficção podem ser matéria-prima para a História, constituindo verdades possíveis a partir de ficções. Como se pode notar, a Literatura mantém uma relação com o mundo sendo um testemunho do seu tempo, uma representação do vivido, um pequeno recorte sobre ideias e valores, construindo uma “verdade simbólica”. Se o enredo é fantasioso e os personagens inventados isso não desmerece sua utilização por parte dos historiadores.

Analise-se, a título de exemplo, a obra de Monteiro Lobato *O Poço do Visconde* (1937), a partir da representação imaginária do petróleo nacional. O Brasil vivia, nos anos 1930, uma fase inicial de perfuração de poços de petróleo por parte de empresas privadas e era um dos poucos países da América Latina onde não havia reconhecimentos geológicos satisfatórios para alavancar seu progresso tecnológico/industrial. Neste cenário nacional, a obra de Lobato carrega uma interação profunda entre o imaginário e o histórico, podendo ser problematizada na alternância entre elementos fictícios e historiográficos. O Sítio do Pica-Pau-Amarelo é uma alegoria de um Brasil que se desprende das “leis-cipós” nacionais e das conspirações dos *trustes* – segundo o autor, verdadeiros empecilhos ao petróleo brasileiro – tornando-se moderno, ou mesmo americanizado, com a construção de estradas, escolas, hospitais, cinemas, tudo a partir dos investimentos da prosperidade do “ouro negro”.

A literatura, aqui, nos faz pensar que o mundo social a que se refere não está apenas associado ao que “realmente aconteceu”, mas também aos anseios, desejos e aspirações de sonhos não concretizados ou não vivenciados. Se o Brasil não tinha, naquele momento, um poço efetivo a jorrar petróleo, podemos imaginá-lo autossuficiente na literatura. Nesta obra literária, o petróleo tem uma imagem mental e coletiva da independência e autossuficiência

econômica do Brasil. O “ouro negro” foi construído com a imagem de que podemos alcançar o desenvolvimento e o progresso econômicos e por isso era imprescindível a implementação de políticas públicas eficientes para que se deixassem explorar as riquezas do país.

As imagens literárias da época são muito emblemáticas quanto ao futuro brasileiro que estava por vir. *O Poço do Visconde*, além de representar uma angústia da corrida em direção ao “ouro negro” brasileiro, discute algumas expectativas e projeções históricas dos anos 1930. Além de realizar um acerto de contas com o passado de opilação do Jeca e o presente de problemas, o futuro se apresenta como possível, por meio não apenas da ciência e da técnica, mas a partir da paixão humana de continuar modificando, construindo e derribando o mundo que o rodeia. A pretensão, aqui, não foi a de “esgotar” analiticamente a obra literária, mas a de demonstrar as possibilidades de seu uso para pensá-la historicamente partindo de suas representações imaginárias.

3. O papel da Hermenêutica nas narrativas históricas e nas ficcionais: fronteiras ou trincheiras?

Dando prosseguimento ao debate, e quanto à questão da compreensão da obra literária e de sua comunicação com o mundo, dizemos que ela só é possível por meio de um círculo hermenêutico entre o autor, a obra e o intérprete. Para o filósofo Paul Ricoeur existe, enraizada na composição da intriga, “uma pré-compreensão da intriga e da ação: de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal”¹³. É o que o autor chama de *mimese I*. Quando se fala de traços estruturais, quer-

¹³ RICOEUR, 1994, p. 88.

se dizer que a narrativa pressupõe, tanto do narrador como do leitor, uma familiaridade quanto aos conceitos, ideias e expressões utilizadas. Além disso, a ação narrada está articulada em signos, regras e normas. Esta mediação simbólica contida na narrativa faz da ação um *quase-texto*, na medida em que os símbolos compreendidos e interpretados fornecem as regras para a significação de uma conduta.

Vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de *mimese I*: imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com a sua simbólica, com a sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária¹⁴.

O papel da *mimese I*, para este texto em particular, é fundamental, pois tenta resolver a primeira indagação em relação ao diálogo entre literatura e mundo. Se não houvesse elementos semânticos, simbólicos e temporais numa obra literária ou se esta não configurasse (por meio do texto escrito) o que na ação humana figura, então ela nos seria incompreensível. É neste sentido que a *mimese I* já é, em si, uma representação, já que os sujeitos históricos estão continuamente representando as coisas por meio de gestos, ações e modos de pensar. Para que haja compreensão e interpretação de uma obra literária é necessário que haja um lugar comum entre o autor e o leitor; caso contrário, ela não teria nenhuma significação para o público.

Já a *mimese II* é a configuração textual da pré-compreensão da ação, ou seja, a representação elaborada pelo autor das representações primeiras do agir humano. Claramente, podemos pensar esta *mimese* como uma “representação das representações”, tendo função de mediação entre a pré-

¹⁴ RICOEUR, 1994, p. 101.

compreensão e a pós-compreensão efetivada pelo público leitor. Assim sendo, a configuração narrativa de uma obra literária, mesmo se configurando enquanto produto de uma imaginação, não nasce do nada.

Para Ricoeur, a narrativa só tem seu sentido pleno alcançado quando é restituída ao tempo do agir, marcando a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor, entendido como *mimese III*. Acrescente-se a isso a noção de “fusão de horizontes”, de Hans-Georg Gadamer, a partir da qual o texto só se torna obra quando houver a interação entre o que foi escrito e o seu público. Este, por sua vez, conclui a obra na medida em que significa o texto a partir de suas experiências, preenchendo as lacunas possíveis e atualizando a leitura. A linguagem, neste sentido, diz alguma coisa sobre algo e “não constitui um mundo para ele próprio. Ela não é sequer um mundo. Porque estamos no mundo e somos afetados por situações, tentamos nele nos orientar por meio da compreensão e temos algo a dizer, uma experiência a levar à linguagem e partilhar”¹⁵. Desta forma, a intenção do autor importa menos que o movimento de exibição de um mundo feito pela literatura:

o mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li, interpretei e amei. Compreender esses textos é intercalar entre os predicados de nossa situação todos os significados que, de um simples ambiente, fazem um mundo. É, com efeito, às obras de ficção que devemos, em grande parte, a ampliação de nosso horizonte de existência¹⁶.

É por meio deste movimento que se há uma compreensão do mundo a partir da narrativa histórica ou ficcional. O texto literário já significa aquilo o que os sujeitos históricos representam

¹⁵ RICOEUR, 1994, p. 120.

¹⁶ Idem.

em suas ações, mas, ao mesmo tempo, ele se abre para o mundo do leitor, redirecionando sua significação. A hermenêutica, por sua vez, tenta exibir mais a construção do mundo pela obra do que a intenção do autor. No entanto, não se está afirmando que o leitor possa fazer leituras ilimitadas ou desmedidas; mas também, não será admitida uma “voz autoritária” que tudo imponha por parte do autor.

Sobre este movimento entre autor-texto-leitor, Umberto Eco inscreveu três categorias cruciais para uma interpretação satisfatória do texto literário, diferenciando a “intenção do texto”, a “intenção do autor” e a “intenção do leitor”¹⁷. A “*intentio operis*” (intenção do texto) funcionaria como restrição à liberdade das interpretações múltiplas do leitor, aludindo a interpretação a critérios específicos e não a uma condução sem controle, mas envolvendo-a em “uma complexa estratégia de interações que também envolve os leitores, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesouro social”¹⁸. Este “tesouro social” vai além daquilo o que um conjunto de regras gramaticais de uma língua possa estabelecer, estendendo-se às convenções culturais que a língua produz e à história das interpretações do texto.

Nota-se, então, que ao historiador cabe perceber os traços, os rastros, os indícios e as marcas de historicidade que uma obra possui. Neste momento, não podemos deixar de nos referir a Ginzburg em sua reflexão sobre o paradigma indiciário nas Ciências Humanas. Para o historiador italiano, a recondução do conhecimento histórico não devia estar apenas nos fenômenos aparentemente atemporais, mas nos fenômenos aparentemente negligenciáveis¹⁹. Para a observação destes fenômenos menosprezados, o autor destaca a importância das reflexões do tipo microscópico, na quais a investigação se dá de forma

¹⁷ ECO, 2005.

¹⁸ Ibidem, p. 80.

¹⁹ GINZBURG, 1986.

minuciosa. Para tanto, Ginzburg demonstrou como pode ser interessante utilizar fontes desleixadas, como os processos da Inquisição de um moleiro friuliano, para apreender movimentos maiores como a atuação do Tribunal do Santo Ofício, o impacto da Reforma Protestante e a invenção da imprensa²⁰. Assim como seria perspicaz o olhar investigativo sobre um processo inquisitorial, na tentativa de compreender como se dava a “cosmologia de mundo” de um moleiro acusado pela Inquisição no século XVI, uma fonte literária, de forma similar, necessitaria de uma atenção peculiar por parte do investigador para que analisados fossem os detalhes mais fugidios, as metáforas mais imperceptíveis e as pistas mais despercebidas. O texto, seja qual for, se apresenta como uma entidade invisível, a ser construída para além dos dados sensíveis.

O cruzamento de fontes literárias com outras fontes evidencia o caráter de verossimilhança do romance ao qual o historiador se compromete em sua atividade. E muitas vezes, a fonte literária diz além do que as fontes mais usuais nos possibilitam dizer sobre o passado. A exemplo disso, poderíamos citar a análise de Ginzburg sobre a obra de Flaubert, obra esta que não se comporta apenas como documento, mas também como um contributo à compreensão da sociedade francesa antes e depois de 1848²¹. A finalidade desta investigação estaria no cruzamento entre os dados empíricos e os vínculos narrativos, no interior da obra.

Levando-se em conta os critérios quanto à interpretação do mundo construído pela narrativa ficcional em relação à narrativa histórica, Paul Ricoeur tenta negociar uma referência cruzada entre história e ficção. As duas se inspiram reciprocamente, pela pressuposição de que são contadas como se tivessem acontecido. A teoria da leitura criou, então, um espaço comum para os intercâmbios entre a História e a Literatura, a partir do

²⁰ GINZBURG, 1976.

²¹ Idem, 2002.

entrecruzamento, refigurando efetivamente o tempo humano. Para Ricoeur, “a história e a ficção só se concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra”²². A história se serve da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo.

A narrativa histórica, segundo Ricoeur, pode ser lida como romance, mas há um pacto de confiança entre o leitor e o autor de que os acontecimentos ali explicitados foram resultados de pesquisa documental e não de fingimento. Já a narrativa de ficção, mesmo não tendo o mesmo pacto, e incorporando um *ter-sido*, não enfraquece seu intento “realista”. Pelo contrário, segundo o filósofo, “a verdadeira mimese da ação deve ser procurada nas obras de arte menos preocupadas em refletir sua época”²³. Isso não quer dizer que as obras engajadas sejam desmerecidas por terem um mínimo de compromisso com a sociedade, haja vista que a investigação enunciará os jogos de poder e dominação, na tentativa de compreender os mecanismos pelo qual determinado grupo social constrói uma verdade sobre o mundo²⁴.

A apropriação do texto literário, entendendo-o como fonte histórica, e a igualação entre as narrativas históricas e ficcionais são dois problemas distintos. Até porque temos exemplos de historiadores “realistas” que construíram suas narrativas históricas semelhantes a um texto literário, como é o caso de Carlo Ginzburg, já referendado, e da historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis em *O Retorno de Martin Guerre*²⁵. Tal postura

²² RICOEUR, 1994, p. 316.

²³ Ibidem, p. 331.

²⁴ CHARTIER, 1990.

²⁵ É interessante vermos, logo nos títulos, uma inovação epistemológica, pois se assemelham muito a títulos de obras literárias. Além disso, são divididos em capítulos, dando continuidade a uma noção de narratividade, contundo não abandonando o campo representacional. No caso do Ginzburg, temos uma obra embasada em fontes

nos oferece uma reavaliação em relação ao uso da Literatura pela História e da História pela Literatura.

Podemos valorizar um texto por ser este pleno de possibilidades de sentido, porque reinventa a língua a cada linha, porque nos arrepia com seu ritmo ou nos comove com seu pathos, mesmo que contrarie as verdades investigadas pelo historiador. Por isso não cabe dizer que um ficcionista finge ou mente, embora caiba perguntar, sim, que verdade ele nos traz pelas suas meias-verdades. Já o historiador, não. Narrador vivaz ou não, assumindo a subjetividade de suas hipóteses e juízos, ou não, seria uma ofensa dizer que ele finge ou que simplesmente inventa sem procurar provar o que diz com base na investigação historiográfica²⁶.

Este debate das peculiaridades da narrativa enquanto refiguração do tempo humano põe em destaque o papel que as narrativas (históricas ou literárias) exercem sobre a existência humana, possibilitando inúmeras leituras interpretativas que agem sobre os indivíduos em suas experiências. Há que se concordar com Luiz Costa Lima quando este se refere a uma revisão da mimese, no sentido de tornar visível o invisível, fazendo com que haja uma diminuição do “divórcio com o mundo”²⁷, e

documentais das mais diversas, algo que não acontece com Natalie Zemon Davis, por lhe faltar tais documentos. No entanto, como o próprio Ginzburg defendeu, a presença de “todos estes talvez” e desses “pode ser” que Davis utilizou pelo não acesso à documentação primária são uma reavaliação do conceito de “invenção”, no qual se há uma união entre erudição e imaginação, provas e possibilidades, todas, igualmente, ancoradas nas vozes do passado. Como a historiadora colocou no prefácio de sua obra, “senti que tinha meu laboratório histórico que gerava não provas, mas possibilidades históricas”. Cf. DAVIS, 1987, p. 10.

²⁶ CHIAPINNI, 1999.

²⁷ LIMA, 2000, p. 21.

evidenciando a verdade verossímil que ora se apresenta nas obras literárias.

4. Considerações Finais

A captação da realidade social no interior da obra literária é um desafio lançado aos historiadores. Um desafio instigante e prazeroso, no entanto. A literatura não é mais uma entre outras fontes disponíveis. Ela é diferencial por proporcionar os mais diversos sentimentos, desde o horror até ao prazer, nos fazendo mergulhar, ao mesmo tempo, num mundo do acontecido e do não acontecido. A literatura é, acima de tudo, um testemunho da vida humana, uma fonte privilegiada para o historiador fascinado pelos gestos detalhados do vivido.

Construir verdades verossímeis a partir das ficções literárias é plenamente possível. Toda obra literária é datada e emerge inserida em um mundo do qual mantém uma relação de diálogo (umas mais, outras menos), mas, ao mesmo tempo, é aberta e lacunar, sendo preenchida com as interpretações do leitor-historiador. Estas interpretações conduzem ao aprofundamento das representações do passado em obras literárias e nos fazem dizer *um pouco mais* sobre o mundo passado.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A Poética Clássica – Aristóteles, Horácio e Longino*. São Paulo: Cultrix, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990 / Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.

DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução: Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ECO, Umberto. *Sobre Literatura*. Tradução: Sulla Letteratura. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. Tradução: MF. Revisão: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. “Relações entre História e Literatura no Contexto das Humanidades Hoje: perplexidades”. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria & IOKOI, Zilda M. Gricoli (orgs.). *História – Fronteiras: XX Simpósio Nacional da*

ANPUH Florianópolis. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Bartina Gráfica, 1999 [2º vol.], pp. 805-817.

LIMA, Luiz Costa. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo I*. Tradução: Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo III*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em Perigo*. Tradução: Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

CAPÍTULO XI

Os Usos e Abusos do Cinema: *ensaio sobre a construção da verdade em História*

Adjefferson Vieira Alves da Silva

1. Introdução

O presente ensaio tem por objetivo central instaurar um debate a respeito da construção da *verdade* no trabalho historiográfico. Para tanto, tomaremos uma cena do filme *A Sociedade dos Poetas Mortos*¹, de 1989, para produzir nossas reflexões e evidenciar as formas pelas quais a verdade é concebida na produção histórica, bem como os modos utilizados pelo historiador para fabricar sua verdade durante a construção de uma narrativa. Cabe mencionar desde o início que as cenas d'*Os Poetas* serão tomadas apenas como mote para a discussão mais pontual a ser levantada no decorrer do ensaio, a saber, a *construção da verdade em História*.

Em um primeiro momento buscaremos apresentar ao leitor breves anotações sobre os 'usos e abusos do cinema' trazendo para o foco de nosso texto algumas informações sobre a historicidade do próprio cinema e sua utilização como suporte de ensino, cotejando nos argumentos, sempre que necessário, com

¹ Daqui por diante iremos nos portar ao filme apenas como "*Os Poetas*".

informações retiradas da filmografia ‘*Sociedade dos Poetas Mortos*’. Para sermos mais pontuais, lançaremos sobre um recorte específico do filme as questões que serão desenvolvidas no decorrer do presente ensaio.

Logo em seguida, escolhemos alguns autores, e uma ou duas obras dos mesmos, a fim de pegar o nosso leitor pela mão e levá-lo a um passeio que lhe apresente as múltiplas imagens que a *noção de verdade* pode assumir em um trabalho historiográfico.

Nesse sentido, nossa incursão pela historiografia a fim de perceber a multiformidade com que a questão da verdade tem sido problematizada em obras de grande expressão para o círculo acadêmico se dará, sobretudo, pensando os diálogos efetuados pelos profissionais do contexto brasileiro da produção historiográfica.

Em resumo, o que discutiremos de forma mais detida nesse ensaio consiste especificamente em problematizar a fabricação da verdade no decurso da produção histórica, o que, em tese, significa refletir sobre a condição narrativa da verdade no saber historiador².

2. Usos e abusos do cinema

Em meio a uma sociedade na qual cada vez mais os espaços e os tempos se encontram ‘desencaixados’³, por assim

² O termo ‘historiador’ tal como expresso nessa passagem designa a ‘prática historiográfica’, e não o profissional da ciência histórica, o qual será grafado em letra maiúscula – ‘Historiador’.

³ A noção de espaços e tempos desencaixados foi inspirada nos escritos do Sociólogo inglês Antony Giddens. Nos termos de Giddens, a separação tempo-espaço cria as condições para a construção de *mecanismos de desencaixe*. Para o autor, estes mecanismos consistem em ‘deslocamentos’ das relações sociais situadas em contextos específicos de interação e sua reestruturação [reterritorialização] por meio de

dizer, na qual podemos vislumbrar inúmeros espaços em uma mesma tela – a do computador, por exemplo –, onde o tempo é manipulado em uma mesa de edição a fim de criar uma sequência inteligível, tal como podemos visualizar na produção de vídeos cinematográficos, o historiador se vê às voltas para tornar sua narrativa inteligível e confiável⁴.

Criado em fins do século XIX pelos irmãos Lumière, na França, o cinema passou, aos poucos, a fazer parte do cotidiano da elite francesa, e por tabela da elite europeia, até que na segunda metade do século XX a nova linguagem, já consolidada, alcançava as massas, ajudando a moldar e construir novas ideologias e novas percepções de mundo.

A historiografia aponta o ano de 1895, mais precisamente no dia 28 de Dezembro, quando Auguste Marie Louis Nicholas Lumière e Louis Jean Lumière exibiram no *Salon Indien*, “*A Chegada de um Trem na Estação da Cidade*”, vídeo que entra para os registros como o primeiro filme da História. Neste filme, um trem parecia sair da tela. Logo, o interesse pelo invento e a experiência que dele resultou foram enormes. “Os filmes desta época eram feitos sobre situações do dia a dia, como o trabalho ou relações familiares”⁵.

Outro grande precursor da cinematografia foi George Méliès, que trouxe para as produções fílmicas algo que

“extensões indefinidas de tempo-espço” (1991). Ele afirma que “este [desencaixe] retira a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais”. Cf. GIDDENS, 1991, p. 58.

⁴ Segundo o filósofo francês Paul Ricoeur (1997), a narrativa histórica pressupõe um pacto de confiança entre o leitor e aquele que a produz; neste sentido, a História traz em si uma confiabilidade de sua veracidade a qual o leitor tem acesso por meio das citações. Essa mesma questão é apresentada em termos um pouco diferentes por Roger Chartier (2009).

⁵ Informações retiradas do website *Portal São Francisco*. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/>. Acesso em: Setembro de 2011.

chamaríamos de ‘imaginação criadora’, levando o cinema a tomar um novo rumo. “A ideia de George foi transformar os sonhos das pessoas em imagens animadas na grande tela. Desta forma, Méliès foi o primeiro inventor de ficções cinematográficas”⁶.

Percebido com uma fonte de análise do passado, o cinema passou a compor o ‘*hall*’ das fontes de uso por parte dos historiadores de profissão. A abertura instaurada pela *Escola dos Annales* levou os historiadores a refletirem sobre fontes e linguagens as mais diversas, até então desconsideradas. No dizer de Marc Ferro: “sem vez nem lei, órfã, prostituindo-se para o povo, a imagem não poderia ser uma companhia para [os] grandes personagens que constituem a sociedade do Historiador”⁷.

Nos termos de Ferro, o historiador deve partir das imagens e não buscar nelas um exemplo mitificante, um exemplo corroborador daquilo que o texto escrito propõe, antes disso deve-se “considerar as imagens tais como são, com a possibilidade de apelar para outros saberes para melhor compreendê-las”⁸. O Historiador deve estar ciente de que o filme é ele mesmo produto da história, logo, uma base material de análise historiográfica.

Diferentemente do que alguns podem pensar, o filme não é um ‘reflexo da sociedade que o produziu’, aliás, nada em história deve ser tomado como *reflexo* de uma realidade; afinal, nossos objetos são construções que tomam determinados recortes de uma determinada realidade histórica como ponto base de análise. Muito embora os filmes possibilitem aos historiadores e leitores atentos frestas por entre as quais podemos pensar sobre as sociedades que os produziram, uma leitura que sobe contra a correnteza do rio insiste em querer nos levar para imensidão homogênea do oceano.

⁶ Portal São Francisco. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/>. Acesso em: Setembro de 2011.

⁷ FERRO, 1992, p. 83.

⁸ Idem.

3. Recitando historicamente os *Poetas*

O leitor irá, a partir deste instante, passear conosco por sobre a película que nos faz viajar nas imagens e sons d'*Os Poetas*. Contudo, para satisfazer o leitor ávido pelas minúcias e pelo chão sólido que alicerça esta produção fílmica, contextualizamos agora o momento histórico de produção do filme.

'*Sociedade dos Poetas Mortos*', filme de 1989, dirigido por Peter Weil e roteirizado por Tom Schulman, apresenta as relações de um professor e ex-aluno da *Welton Academy* – Sr. Keating, vivido pelo ator Robin Williams – com uma turma de adolescentes repletos de sonhos, idealizações e vontade de viver intensamente, mas que, no entanto, se veem cerceados por um sistema acadêmico rígido e autoritário, que não os permite buscar outras oportunidades externas às impostas pela instituição de ensino, pelo controle institucional que tem nas famílias dos próprios alunos suas bases de sustentação e legitimidade. Em suma, a *Welton Academy* é uma escola preparatória para a universidade, para a vida arquitetada pelo *pater familias*⁹. As cenas da filmografia são idealizadas em uma sociedade estadunidense conservadora, nos idos anos de 1959.

A cena a que nos debruçamos se passa em uma sala de aula. Consiste em uma cena de improviso, sem um “texto próprio”, pelo menos não um texto oficial. As cenas que formam o capítulo cinco d'*Os Poetas* trazem o brilho da arte inventiva dos atores, certamente com destaque para atuação de Robin Williams. A ausência de um texto institucionalizado trouxe para a cena, segundo os comentários do roteirista introduzidos nos extras do

⁹ O termo é utilizado nesse contexto para indicar o “chefe de família”, o Homem. A expressão, entre os romanos, indicava a posição de responsabilidade, inclusive jurídica, do *pater*. Cf. *Dicionário Priberam*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/>. Acesso em: Outubro de 2011.

filme, o ambiente ‘quase real’ de uma aula efetiva. Uma aula de proximidade entre professor e alunos.

A cena é iniciada com um diálogo em torno da finalidade da linguagem, linguagem esta que, para o Sr. Keating, não foi criada para comunicar, não apenas, mas para ‘cantar mulheres’. Apropriado, diríamos, em se tratando de uma aula de literatura para jovens rapazes da década de 1960 em uma escola conservadora, que desembocará em uma discussão sobre os escritos de William Shakespeare.

Shakespeare é recitado, devorado; é feito de seus textos outras coisas que não aquilo que foi imposto pelas leituras “autorizadas” ou “legitimadas” na academia. Esse é, inclusive, um dos princípios norteadores do ato de ler.

A cena que nos prende nesse ensaio se desenvolve a partir do ‘inusitado’, do choque dos alunos, do *estranhamento* destes já perfilados em suas respectivas cadeiras e questionando-se, ao passo que são questionados pelo ilustre Sr Keating: “Por que estou aqui em pé? Alguém sabe?”. As expressões de desconforto e, ainda, desconsertadas com a indagação, são seguidas por uma resposta que tem somente o intuito de quebrar o silêncio e certamente de romper com a curiosidade: “para sentir-se mais alto”, responde Noal – um dos alunos. Obviamente não, mas a resposta do Sr. Noal faz romper o silêncio do professor que apresenta o seu argumento, em toda a sua profundidade e reflexão, que acreditamos ser de grande relevância para todo leitor – os historiadores principalmente, afinal somos leitores do tempo e dos escritos nos tempos.

O Sr. Keating, então, prossegue: “eu estou em pé em minha mesa para lembrá-los que devemos constantemente mudar nossa visão” – depois de um giro sobre a mesa, continua – “o mundo é bem diferente daqui de cima”. É bastante provocadora a ‘constatação’ do professor, uma convocatória aos alunos: “não acreditam?”, então “vejam por si próprios”.

Ávida pelo desconhecido, por essa estranheza provocadora que a convida a mergulhar em busca de uma ‘constatação’ semelhante à de seu professor, toda a sala é levada em direção à mesa, ‘este objeto que irá tirar o chão sob os pés’ dos alunos, elevando-os a um lugar mais alto. A observação possibilitada desse novo lugar traz em si a beleza e o núcleo da cena, que põe em ação o seguinte texto: “[...] quando você acha que sabe alguma coisa, você tem que olhar sob outro prisma. Apesar de parecer bobagem ou errado, tente! Quando você ler, não considere só a opinião do autor. Considere o que você pensa. Você deve encontrar a sua própria voz. Quanto mais você esperar para começar, menos chance você tem de encontrar”. Convocando o escritor, filósofo e historiador estadunidense Henry D. Thoreau, o Sr. Keating continua: “a maioria dos homens vive vidas de desespero dormente. Não se resignem a isso. Fugam! Não caminhem ao abismo como zumbis. Olhem o que está a sua volta”.

A fala é estimulante, cheia de vida, e traduz em certa medida a ideia que compartilhamos com Paul Ricoeur¹⁰, da leitura enquanto *tradução* do outro, uma tradução que não leva em conta apenas as vozes do outro – em nosso caso, do passado. Antes uma leitura produtora de significados inteligíveis ao nosso presente, a tradução se faz antes de tudo em um jogo, em um esforço de tornar o ‘outro’ compreensível para o ‘eu’. Falando em termos historiográficos, tal ação diz respeito ao compromisso, inclusive ético, do Historiador em fazer inteligível o passado em seu presente, sem que com isso retire do passado sua condição de ‘ter sido’.

A fala que, em certa media, encerra a cena emerge como um ‘vulto’, mas que mesmo antes de sair de cena deixa sua marca nos ouvidos, olhos e corações atentos: “atreva-se a destacar-se e encontrar um novo solo”. Aquilo que pode passar despercebido ao

¹⁰ RICOEUR, 1976.

leitor/espectador comum, ao olhar atento do historiador, ou mesmo sua vontade em ‘por a parte’, de fazer emergir o diferente, possibilita a construção de um objeto tratável historicamente. Com isso, na seção seguinte, buscaremos historicizar o embate entre ‘nominalistas’ e ‘realistas’ a respeito da questão da verdade.

4. Breve percurso na historiografia sobre a questão da verdade em História

O estatuto ontológico da História e, por consequência no mais das vezes, o estatuto da verdade são frutos de caras incursões por parte dos historiadores, principalmente, quando esta é acometida de uma “crise”: ou seja, significa ver suas fronteiras ameaçadas, ou ainda, na melhor das hipóteses, esfumaçadas, acinzentadas por uma penumbra.

As décadas de 1970 e 1980 foram acaloradas com intensos debates que buscavam renovações dos instrumentos de uso do fazer historiador. Em meio ao ‘auge’ da crise dos paradigmas tradicionais que dominavam a cena da produção do conhecimento nas ciências humanas, a História viu-se às voltas em busca de restabelecer seus espaços de saber/poder. Nossa disciplina se apercebeu diante de um intenso “fogo cruzado” que polarizava – em insultos gentis – realistas e nominalistas.

O objetivo desta nova seção é apresentar ao leitor alguns nomes que, no decorrer de suas trajetórias intelectuais, ou foram se posicionando ou se viram relacionados a esse intenso debate, debate este que até hoje se percebe seu fôlego. Chamamos a atenção do leitor no que diz respeito aos inúmeros nomes que podemos posicionar entre os *nominalistas*: assim sendo, faremos um recorte mais comedido elencando apenas três autores, um destes, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, escolhido por sua projeção no contexto nacional, e em especial por ser um dos principais

interlocutores do pensamento do filósofo francês Michel Foucault em território brasileiro.

Desta forma, iremos prosseguir justamente com as contribuições que se alinham com o pensamento *relativista*. Neste, podemos evocar o artigo de Albuquerque Júnior, intitulado “*História: arte de inventar o passado*”, presente no livro de mesmo nome¹¹, no qual o autor, partindo de um romance de Gustave Flaubert, busca refletir sobre a relatividade da produção do conhecimento histórico. Na verdade, é sob a luz do pensamento Pós-Moderno¹², objeto inclusive de definição por parte de

¹¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007.

¹² A chamada Pós-Modernidade, algo que prefiro chamar de “Modernidade Radicalizada” seguindo os escritos do sociólogo inglês Antony Giddens, segundo Stuart Hall, consiste em “um tipo diferente de mudança estrutural” que está transformando as sociedades modernas. No dizer de Hall, estas mudanças estão “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade [...] que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2004, p. 9). Ainda segundo Hall, é na imagem do ‘sujeito cartesiano descentrado’, ocorrido por meio dos avanços da Teoria Social e nas Ciências Humanas, que podemos situar a fragmentação do sujeito, e acredito que por derivação da própria ideia de verdade. Sumariando o pensamento de Hall sobre esses descentramentos, podemos colocá-lo da seguinte forma: a) o primeiro grande descentramento ocorre no interior da tradição Marxista, de forma mais pontual na leitura empreendida por Louis Althusser da obra de Marx, instaurando algo que de forma simplista chamamos de ‘Estruturalismo Marxista’; b) o segundo desses grandes descentramentos vem do ‘Inconsciente’ de Freud – na verdade será a leitura de Jacques Lacan sobre o pensamento de Freud que estará em questão (em Lacan o ‘eu’ como algo unificado e inteiro é posto como uma pedagogização da criança que se percebe, ou aprende a se perceber, enquanto pessoa inteira, seja a partir de sua imagem sobre o espelho, seja sobre o olhar que o outro faz dela); c) o terceiro descentramento baseia-se na obra do linguista francês Ferdinand de Saussure. Para este, ‘nós nos posicionamos no interior da língua a fim de produzir significados’; desta forma, os significados atribuídos às palavras seriam sempre relacionais. Na esteira assumida por Jacques Derrida [inclusive um dos filósofos da diferença centrais na corrente *nominalista*, principalmente a partir de obras

Albuquerque Júnior no artigo, que ele apresenta seu posicionamento sobre o conhecimento histórico.

Para este Historiador, as primeiras frestas dessa relatividade já se faziam perceber com a Modernidade. Em suas palavras, se os 'modernos' tiveram de enfrentar a vontade de saber, a vontade de verdade, entre outras implicações desses tempos, hoje temos [ou teríamos] que conviver com alguns relativismos, tais como a relatividade dos discursos, do saber histórico e, acima de tudo, da própria realidade. Segundo ele, 'o caráter relacional, contextual e plural' dos acontecimentos que tomamos como históricos, 'elimina a possibilidade de uma argumentação' que tome, segundo ele, como ponto de partida um ponto fixo, 'revelando a relatividade da própria realidade'¹³.

O referente, o signo, o fenômeno, peças fixas do realismo, são tomados na Pós-Modernidade em sua condição relativista, enquanto invenção social e linguística, neste mundo que se descobre como linguagem. Um mundo metaforizado, sempre deslocado. Podemos afirmar que a leitura de Albuquerque Júnior,

como *Gramatologia* (2006) e *A Escrita e a Diferença* (2002), ver referência ao final], influenciado por Saussure, o significado busca (ou buscaria) sempre a estabilidade – a identidade – porém, ele é constantemente perturbado pela diferença, pelo 'outro' o qual ele se relacionaria para 'se definir'; d) um quarto descentramento teve na obra de Michel Foucault, e em sua 'genealogia do sujeito moderno', construída a partir de uma série de estudos que deram visibilidade ao 'poder disciplinar'. Este, para Foucault, visa à regulação, num primeiro momento da Sociedade, em outro instante do indivíduo e seu corpo; e) por fim, o impacto decorrido do Feminismo, seja enquanto crítica teórica, seja enquanto movimento social. Certamente, o leitor já familiarizado com essa reflexão perceberá que o objetivo primeiro do estudo de Hall é problematizar a respeito da 'fragmentação do sujeito' na Modernidade Tardia e que, segundo ele, depois da apresentação destes cinco descentramentos, "poucos negariam seus efeitos desestabilizadores sobre as idéias de modernidade tardia" (HALL, 2004).

¹³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 55.

principalmente quanto à questão metaforizante das palavras¹⁴, tem sua seiva nos escritos de um dos expoentes da relativização da escrita historiográfica, Hayden White. Prosseguindo em seus argumentos, o autor mostra que o conhecimento é parte de um gesto ativo e não de uma recepção passiva, o verdadeiro é o produto das realizações humanas. Acompanhando Giambattista Vico, pelo menos em nossa leitura, Albuquerque Júnior situa a condição relativista do conhecimento, que só é passível de ser alcançado sob um gesto ativo dos indivíduos. Sendo assim, o mundo construído por meio das experiências não tem, segundo o Historiador brasileiro, nenhuma pretensão à verdade.

Ora, este desmoronamento da realidade *pronunciado* pelo autor, essa ausência de qualquer pretensão à verdade na construção do mundo experienciado desconsidera, a nosso ver, que o ofício do Historiador assenta-se em justamente refletir sobre essas experiências à primeira vista caóticas, mas que ganham sua inteligibilidade na tessitura da narrativa historiográfica. Esta, por sua vez, é uma experiência de construção de mundo, mas que em algum ponto se distancia do mundo da ação ao ter em seu horizonte de alcance a pretensão a uma verdade, mesmo que não a única, pois não podemos esquecer que essa construção narrativa levada a cabo pelo Historiador é um produto de um conhecimento atingido por meio de rastros, rastros esses pertencentes ao que Albuquerque Júnior bem chamou de ‘mundo como linguagem’.

Largando pelo caminho os escritos de Albuquerque Júnior, seguimos em direção ao filósofo francês Michel Foucault. Autor de obra vasta e bastante engajada, Foucault é notadamente posicionado como um dos pensadores que instaura a fragmentação

¹⁴ Não falamos em termos de “narração/narratividade histórica” por sermos devedores do pensamento de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* – tomos I, II, III – para quem a ideia de narrativa se distancia bastante da dimensão atribuída por Hayden White em *Meta-História* (1995). Pelo curto espaço deste texto, não discutiremos tais ideias aqui.

do sujeito e a formação de ‘jogos de verdade’¹⁵. Algo que queremos expressar para o leitor sobre a trajetória por nós empreendida nesta seção é, inclusive, pensar no jogo de apropriações e reformulações levado a cabo no decorrer do processo de produção do conhecimento. Ora, basta pensar no contexto brasileiro da relação muito próxima do pensamento de Albuquerque Júnior e Michel Foucault, de quem o primeiro faz inúmeros empréstimos¹⁶.

Para que nossa leitura seja mais coerente vale dizer que as incursões efetuadas por Michel Foucault às quais laçamos mão dizem respeito ao estatuto da verdade, de forma mais declarada no texto de 1979, presente em *Microfísica do Poder*. No texto em questão, Michel Foucault põe a discussão em termos do que ele chama de ‘Regime de Verdade’, ou seja, as relações que ligadas a sistemas de poder produzem e sustentam a ‘verdade’ ao mesmo

¹⁵ Sobre a importância de Foucault para o debate sobre a fragmentação do sujeito na Modernidade Tardia ver nota 12.

¹⁶ Algumas considerações devem ser feitas quanto à nossa afirmação. Antes de tudo, a noção de dívida a qual estamos empregando neste ensaio aproxima-se da ideia desenvolvida por Roger Chartier (1990) sobre ‘leitura produtora’. Ou seja, nós como leitores atualizamos, por assim dizer, os escritos de determinado autor, transformando-os segundo nossos propósitos e posicionamentos teóricos, históricos, sociais e econômicos. Ao escrever, partimos de um ‘lugar social’, de um ‘vínculo institucional’, certamente (CERTEAU, 1982), mas também, ao lermos, agenciamos – para usar uma expressão apropriada aos escritos de Albuquerque Júnior e Foucault – mecanismos, táticas de leitura próprias, porém historicizáveis. Uma segunda consideração que fazemos questão de apresentar é que o pensamento de Albuquerque Júnior não se faz única e exclusivamente do legado de Michel Foucault, o autor faz ‘falar’, ‘gritar’ em seus textos um sem número de autores que juntos vão constituindo a imagem unificada que podemos produzir sobre ele. São autores, leituras que fazem o autor, mas não determinam seu pensamento. Fazemos essa ressalva ao pensamento do fabricante da *Arte de inventar o Passado* (2007), mas que sem sombra de dúvidas pode ser estendida a todos os historiadores brasileiros que recepcionam e que fazem outras coisas com os pensamentos dos “Clássicos da História” e daqueles que não são vistos como clássicos.

passo que produzem os ‘efeitos de poder’ por ela induzidos e que a reproduzem. Para Foucault “é impossível pensar a existência da verdade fora do poder, ou sem poder”¹⁷.

Em termos de historiografia, uma das muitas contribuições de Foucault nesse debate reside em colocar a verdade como algo ‘mundano’, ou seja, como algo produzido no mundo graças às ‘múltiplas coerções’ e que nele ‘produz efeitos regulamentados de poder’, de onde cada sociedade acolhe seus próprios regimes de verdade; dito de outra forma, o que pode ser dito e funcionar como ‘verdadeiro’ é antes uma verdade acolhida porque instituída pelo grupo.

Para o filósofo francês, a verdade consiste no ‘conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso’¹⁸. Certamente, este verdadeiro instituído por meio de regras, acadêmicas no caso da historiografia, é compartilhado pelo grupo que, como bem mostra o próprio Foucault, acolhe tal regime. Essa postura implica dizer que não há ‘uma verdade revelada’ a alguns iniciados, mas um jogo de regras de análise que permitem uma pretensão ao verdadeiro e que em História são as fontes (ou como diz Paul Ricoeur¹⁹ aquilo que o Historiador institui como fonte) que nos guiam a este estatuto de verdade. Dito em outros moldes, o Historiador põe em cena por meio das fontes ‘uma maquinaria’ que extrai desta sua condição de ‘verossimilhança’ e a instituição de sua ‘validade’ enquanto saber, o que na reflexão de Michel de Certeau quer dizer: ‘elas – as fontes – produzem credibilidade’²⁰ que controla mais de perto a construção do verdadeiro em História.

Ora, a inserção do pensamento de Michel de Certeau é mais que oportuna nesse instante do ensaio, quando estamos em

¹⁷ FOUCAULT, 1979, p. 11.

¹⁸ Idem.

¹⁹ RICOEUR, 2007.

²⁰ CERTEAU, 1982, p. 111.

via de fazer a transição de uma concepção à outra sobre o estatuto da verdade em História. Certeau não se limitou ao estudo da História – disciplina na qual suas contribuições são mais consolidadas –, ao contrário, ele aprofundou-se em outros campos do saber como Sociologia, Filosofia, Linguística e Psicanálise. Seu pensamento multifacetado, escorregadio por excelência, colocando-se nas margens, nas vias não instituídas, acabou por ser identificado por alguns historiadores com a vertente nominalista – ou os “pensadores céticos”²¹. No entanto, em certa medida, podemos pensá-lo como em um lugar de transição. Para ele, a História é concebida como fabricação, como um discurso que emerge de uma prática e de um lugar social e institucional com intenções próprias de se ter como autorizado.

Já em “*A Operação Historiográfica*”, Certeau chama a atenção dos produtores de História para a relação *muda* entre esse fazer e o lugar de onde tal fazer ganha corpo. Para ele, ‘em história, todo sistema de pensamento está referido a *lugares sociais, econômicos,*

²¹ Portamos-nos aqui diretamente ao livro bastante recepcionado no Brasil de Carlo Ginzburg, intitulado *Relações de Força*: obra lançada em 2002 e que traz em suas ‘dobras’ a imagem de um Michel de Certeau cético. Ora, em nossa leitura – respeitosa, porém crítica – de Ginzburg, o autor italiano passou ao largo de obras claramente distantes desse pensamento cujo qual ele rotula de ‘cético’. Basta tomar como exemplo a obra de feições sociológicas, bastante recepcionada pelos historiadores, *A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer*, de 1980. Caso o leitor de Ginzburg sugira que a obra em discussão no livro do italiano seja *A Escrita da História*, de 1970, que certamente possui contornos e afeições ao pensamento nominalista, compartilhamos da leitura de Chartier em *A História ou a leitura do tempo* (2009) na qual o historiador francês, de forma brilhante, aponta a dimensão irônica do escrito certeuaniano, na obra de 1970, e que nos parece ter passado despercebida do olhar meticuloso de Carlo Ginzburg.

*culturais*²². Ele descortina uma condição do fazer historiador que até então vivia as expensas de um ‘não dito’²³.

A operação de Michel de Certeau vincula-se a um tipo de escrita que alguns chamam de ‘sociologia da historiografia’. Ele transfere sua reflexão epistemológica para a figura do Historiador, dito em outros termos para o sujeito do saber historiográfico. A empreitada certeuniana leva este pesquisador a ser problematizado em sua dimensão de produtor da História, sendo esta entendida no sentido de ‘historiografia’. Michel de Certeau, na ocasião, *desmascara* a falsa pretensão do historiador de ‘produzir história numa espécie de estado de não-gravidade sociocultural’, pondo em xeque a cientificidade almejada pelo Historiador ao expor o ‘desejo de domínio’ da escrita historiadora.

No que se refere às contribuições de autores alinhados com o *realismo*, trazemos à cena do debate a figura do Historiador italiano Carlo Ginzburg em sua obra *Relações de força – História, Retórica, Prova*. Ginzburg realiza uma reflexão que apresenta ao leitor contemporâneo a relação existente e necessária, segundo ele, entre História e Prova, relação que, no dizer desse autor, tem sido relegada à marginalidade, principalmente entre historiadores de profissão que decidem assumir (inclusive com pouca ou nenhuma reflexão) as ideias *nominalistas* ou, como chama o autor, as ‘tendências linguísticas’. Para Ginzburg, a solução para este mal entendido difuso pelos nominalistas reside em ‘tomar a sério as teses cépticas e expressar o ponto de vista de quem trabalha efetivamente com os documentos’²⁴.

²² CERTEAU, 1982, pp. 67-69.

²³ A referência ao ‘não-dito’ da obra de Michel de Certeau parece ter ganhado o lugar comum desta obra. Mas, então, o que seria esse ‘não-dito’? Em nossa leitura, ele constitui uma série de tomadas de posição do narrador, posicionamentos que se fazem presentes no texto e que, no entanto, são minúsculos, diluídos, táticos, quase que silenciados. Cf. CERTEAU, 1982.

²⁴ GINZBURG, 2002, pp. 13-45.

A crítica de Ginzburg, nessa que é uma de suas mais contundentes investidas sobre os adeptos do *nominalismo*, tem na figura de Friedrich Nietzsche²⁵ sua base de discussão. Propondo um além e um aquém para com a discursividade, Ginzburg busca mostrar que ‘o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras’, ação esta que, segundo o autor, exige do Historiador o uso de métodos que ‘façam falar’ a conexão entre o dentro e fora do texto, rompendo com a tese de certos nominalistas, tais como Jacques Derrida, para quem ‘não há conteúdo fora do texto’²⁶.

Ginzburg compartilha aqui, pensamos, o que nos informa a obra inacabada de Marc Bloch para quem os Historiadores não são homens ‘completamente livres’. Assim sendo, o passado condiciona o que o Historiador pode falar²⁷. Retomando as ideias de Ricoeur, diríamos que a História é um conhecimento cuja narrativa é controlada pelas fontes, o que segundo Bloch, a quem percebemos vestígios na narrativa de Ginzburg, significa dizer que os Historiadores sabem mais e melhor que seus predecessores a respeito dos ‘costumes, as ferramentas acerca do artesanão. Aprendemos, diz Bloch, sobretudo a ‘mergulhar mais profundamente na análise dos fatos sociais’²⁸.

²⁵ No livro em questão, Carlo Ginzburg leva a cabo a empreitada de ‘desconstruir’ o olhar pós-moderno sobre a historiografia enquanto retórica desobrigada de qualquer vínculo com a objetividade. Na leitura que tem se tornado lugar comum do livro *Relações de Força*, Ginzburg elabora uma ‘Genealogia do Pós-Moderno’ até desembocar na obra do filósofo alemão Friedrich Nietzsche e suas “ideias juvenis” sobre a retórica, para então apresentar a vigência de outra tradição que, desde Aristóteles, vincula estreitamente a retórica à *prova*.

²⁶ DERRIDA *apud* GINZBURG, 2002. Para uma maior compreensão sobre as ideias de Jacques Derrida e sobre desconstrução Cf. GOULART, 2003.

²⁷ BLOCH, 2001.

²⁸ *Ibidem*, pp. 188-189.

Submeteremos, nas linhas que se seguem, algumas considerações a respeito da relação entre História e Verdade levando a cabo uma intersecção entre a “expressão filosófica” presente na cena d’*Os Poetas*, por nós descrita acima, e a problematização realizada nesta seção sobre a dimensão da verdade na produção historiográfica.

5. A verdade relativa d’*Os Poetas* à guisa de conclusão

O recorte feito da filmografia analisada, desde o início, neste ensaio teve na questão da verdade o seu fôlego maior: ainda que outros possam olhar a mesma cena e vislumbrarem nela outros tantos pontos de interesses, historiográficos ou não, a passagem que descrevemos acima traz, segundo nossa interpretação, uma das mais belas cenas d’*Os Poetas*. O momento fulcral ao Historiador que se vê às voltas em um saber que pode assumir novas feições desde que se mude o prisma, desde que se modifique a pergunta que laçamos sobre as fontes, ou sobre aquilo que tomamos como documentos. Como bem argumenta Paul Ricoeur²⁹, estes, com os quais os Historiadores trabalham, são, antes de tudo, construções deles próprios enquanto produtores de historiografia. Por isso mesmo, e dialogando diretamente com os escritos de Certeau³⁰, é nossa a decisão de ‘separar’, de tornar estranho algo que está mergulhado em uma massa uniforme – pelo menos à distancia – que é o passado. É nossa a decisão de tomar algo como fonte de análise para a elaboração de um tema/problema histórico.

A cena que descrevemos neste ensaio emerge no horizonte de nossas discussões em toda a sua dramaticidade e força motriz

²⁹ RICOEUR, 2007.

³⁰ CERTEAU, 1982.

sobre a questão: *o que é a verdade?* Certamente, não será a multidão de metáforas Nietzscheana³¹ – pelo menos não do lugar de onde construímos nossa ideia de verdade –, mas também esta não será uma verdade una, posta nos documentos por alguma entidade onipotente; ela é, antes de tudo, uma construção social, uma rede de significados instaurada pelos homens em suas múltiplas relações.

A verdade não está fixa num lugar: ela perpassa as inúmeras leituras, desde que sejam leituras que considerem a historicidade dos eventos, que levem em conta o que foi empregado, que anunciem as intenções de convencimento no texto – este em seu sentido amplo e que flui na bela metáfora certeuniana da própria cidade como ‘texto’.

A posição aqui defendida, apresentada sub-repticiamente desde as primeiras linhas do ensaio, segue em direção a uma concepção da(s) verdade(s) que a compreendem enquanto construção narrativa. Pretendemos, portanto, sugerir apenas alguns questionamentos cuja vontade maior consiste em compreender as formas de construção da verdade no ofício do Historiador, descortinando com isso a atuação do profissional de História em sua situação de pesquisador e a consequente organização dos resultados desta ação em uma narrativa que *aspira à verdade*, aspiração essa que acena em direção de uma ação ética para com o passado presente na construção do discurso historiador³².

Nossa postura, no decorrer deste ensaio, ficou bastante evidente no tocante à proposição inicial. O que fizemos no decorrer deste foi mapear e analisar, na medida do possível, como uma categoria de fundamental importância para a produção historiográfica, como o é a ideia de *verdade*, pode ser pensada a

³¹ NIETZSCHE *apud* GINZBURG, 2002.

³² Essa questão faz parte de um projeto maior o qual desenvolvemos paralelamente às nossas atividades de ensino. Em virtude do curto espaço deste texto, apenas apontamos algumas de nossas questões.

partir de um diálogo com trechos filmográficos, a exemplo do que foi levado a cabo neste ensaio.

O leitor atento terá percebido que as leituras que foram aqui empreendidas assumem um caráter ensaístico ao profícuo debate que existe no entorno do tema. É evidente que nosso olhar fora direcionado para as questões que abarcam a Disciplina Histórica, mas que de forma alguma se restringe a esta.

REFERÊNCIAS

Sites

Dicionário Priberam de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/>. Acesso em: Outubro de 2011;

Portal São Francisco. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/historia-do-cinema/historia-do-cinema-1.php>. Acesso em: Setembro de 2011;

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado – ensaios de Teoria da História*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Tradução: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução: Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FERRO, Marc Roger. *Cinema e História*. Tradução: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Tradução: não consta. Rio de Janeiro: Editora Guanabara/Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força – História, Retórica, Prova*. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOULART, Audemaro Taranto. “Notas sobre o Desconstrucionismo de Jacques Derrida”. In: *Website do Programa de Pós-Graduação Stricto-Senso em Letras da PUC Minas*, 2003. **Disponível em:** <http://www.ich.pucminas.br/posletras/publicacoes.htm>. **Acesso em:** Outubro de 2011.

RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Tradução: F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo I*. Tradução: Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo III*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2001.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução: José Laurêncio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FICHA TÉCNICA

Sociedade dos Poetas Mortos

Título Original: *Dead Poets Society*

Gênero: Drama

Duração: 2h 08min

Ano de Lançamento: 1989

País: Estados Unidos da América

Site Oficial: <http://www.peterweircave.com/dps/>

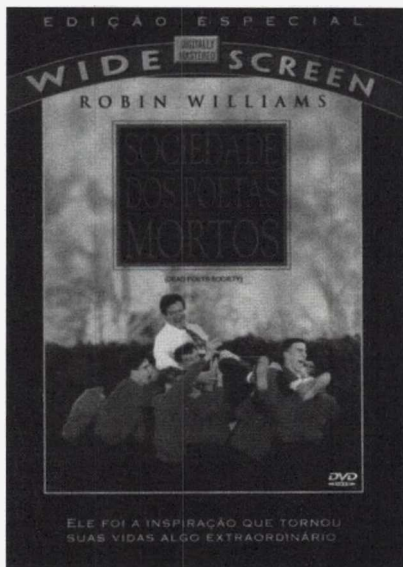
Estúdio: Touchstone Pictures

Distribuidora: não definida

Direção: Peter Weir

Roteiro: Tom Schulman

Produção: Steven Haft, Paul



Junger Witt, Tony Thomas

Trilha Sonora: Maurice Jarre

Fotografia: John Seale

Cor: Colorido

Elenco: Robin Williams (John Keating); Ethan Hawke (Todd A. Anderson); Robert Sean Leonard (Neil Perry); Allelon Ruggiero (Steven K. C. Meeks Junior); Gale Hansen (Charlie Dalton 'Nuwanda'); Josh Charles (Knox T. Overstreet); Dylan Kussman (Richard S. Cameron); James Waterston (Gerard J. Pitts); Norman Lloyd (Sr. Nolan); Kurtwood Smith (Sr. Perry); Carla Belver (Sra. Perry); Leon Pownall (McAllister); George Martin (Dr. Hager); Joe Aufferly (Professor de Química); Matt Carey (Hopkins).

CAPÍTULO XII

Tramas Fílmicas: *teatralização do poder e política nas personagens de Terra em Transe*

Yury Soares Alves
Elton John da Silva Farias

1. Introdução

O objetivo deste ensaio se revela já em seu título: problematizar questões relacionadas ao uso poder e suas formas de teatralização contidas no filme *Terra em Transe*, como também as tramas políticas que envolvem as personagens Porfírio Diaz e Felipe Vieira nesta obra fílmica que foi roteirizada e dirigida pelo cineasta brasileiro Glauber Rocha. Avocar-se-á a esta introdução o lugar em que a trama é encenada e os momentos marcantes que servirão de base para a discussão no que diz respeito à utilização de algumas de suas cenas e ao que delas emanam – diálogos, cenários e personas – buscando encontrar manifestações presentes no fenômeno político, relacionando-as à ideia de teatralização do poder, e utilizando o cinema como base de interpretação histórica da cena política em que se encontrava a “República de ‘Eldorado’”. As cenas escolhidas estão permeadas por alusões/ilusões geradas pelo drama teatral ou por aquilo que subjaz de certas práticas políticas (seja em campanhas, em cerimônias, dentre outras) pensadas a partir do imaginário coletivo sobre o político

representado em tais tramas através das categorias “povo”, “massas” e “eleitores”.

Para que se efetue a análise das cenas escolhidas foi relevante a contribuição do historiador Marc Ferro no que diz respeito às questões primeiras de método, às quais o pesquisador em História deve recorrer para compreender o que determinado conjunto de imagens representa ou deseja representar. Neste sentido, a primeira lição a ser seguida pelo historiador que escolhe formas audiovisuais (seja em película fílmica ou em filmagem documentária) como objeto/fonte de pesquisa se dá na busca por certas imagens para que delas se extraíam sentidos que não sejam apenas ilustrativos, mas que as relacionem com o mundo e o contexto histórico que as produzem. Para tanto, “é preciso aplicar esses métodos a cada um dos substratos do filme (imagens, imagens sonorizadas, não sonorizadas), às relações entre os componentes desses substratos”, o que nos leva a “analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo”¹.

Para que a análise historiográfica aqui empreendida obtenha êxito, faz-se necessário recorrer a outras áreas do saber; a partir disso, pensamos em dois autores que são de suma importância para a compreensão do filme: a) Georges Balandier, na obra *O Poder em Cena*, e sua análise antropológica acerca das metamorfoses culturais do exercício do poder, que se manifesta a partir de suas expressões mais sutis e discretas e que obtém sua legitimação através do campo do simbólico; b) Ismail Xavier, em *Alegorias do Subdesenvolvimento*, e sua crítica cinematográfica fundamentam a análise estrutural do filme, especialmente na compreensão da relação imagem/objeto/contexto. Ambos os autores, portanto, fundamentam teoricamente a análise da trama

¹ FERRO, 1992, pp. 86-7.

política do filme e permitem que se possa entender ‘Eldorado’ enquanto um alegórico país latino-americano de meados do século XX.

Já no que tange à documentação utilizada como recurso metodológico para a construção do texto, destaca-se uma seleção de cartas escritas por Glauber Rocha durante o ano de 1967 e também algumas cartas escritas por amigos próximos ao cineasta, datadas do mesmo ano, que coincidem com o período de finalização do filme e de sua primeira exibição. Tais amigos participavam intensamente do debate cinematográfico da época, escrevendo críticas em jornais, dirigindo filmes, produzindo, enfim, eram pessoas articuladas que integravam o chamado “Cinema Novo” e tinham a correspondência como forma principal de comunicação entre si. Esses escritos, organizados pela pesquisadora de cinema Ivana Bentes, no livro *Cartas ao Mundo*, têm grande valor documental haja vista que permitem ao historiador compreender um pouco de como o diretor pensou o filme, com que objetivos o planejou, e, principalmente, em que a sua visão de cineasta se aproxima do olhar do pesquisador em História, no que concerne ao objeto delimitado, já que as duas visões tentam, de modos diferentes, oferecer uma interpretação sobre as tendências políticas que predominavam nos países latino-americanos naquela época.

Em *Terra em Transe* Glauber Rocha teceu uma trama que visou demonstrar como o poder assume formas teatrais de representação quando incorporadas ao jogo do político; através de personagens que pretendem vencer batalhas eleitorais, o cineasta efetuou uma crítica contundente às figuras simbolizadas por essas personagens e às próprias tramas do político, satirizando a função exercida pelos poderes executivos ao apresentar as mazelas vividas pelas “massas”, além de ironizar a atuação daqueles que deveriam efetuar mudanças sociais em seus governos. Observando as cenas e as personagens e analisando as entrevistas e os textos escritos em

cartas por Rocha: assim percorreremos a via que nos levará a uma interpretação possível da obra fílmica em questão.

2. 'Eldorado'

É em um ambiente de grave tensão política que *Terra em Transe* tem seu início. Em um grande e dramático impasse político encontra-se o país atlântico 'Eldorado'. Um momento em que decisões sérias e difíceis teriam que ser tomadas devido ao fato de ter acabado de chegar uma notícia de que aquele país tinha sofrido um golpe de Estado. Este impasse, em que forças políticas são postas em xeque enquanto outras tentam ocupar o poder – deslocando tropas militares federais como forma de legitimação –, provoca um grande mal-estar para o destinatário da intervenção: o governador da província de Alecrim, Felipe Vieira, que é comunicado da decisão de que as tropas federais iriam ocupar o seu palácio de governo.

O governo federal exige a renúncia daqueles que não apoiam o golpe e, dessa maneira, Vieira não resiste à ordem que foi transmitida, temendo o derramamento de sangue que poderia suceder-se caso decidisse não renunciar. O jornalista Paulo Martins, ao interceder no diálogo, sugere que uma luta armada poderia ser uma solução prática e eficiente para resistir ao golpe, afirmando que o “sangue das massas” tem que ser derramado para que se possa mudar a história do país e dar início a uma nova, pois, caso contrário, Porfírio Diaz subiria ao poder. Mas Vieira não acata o ponto de vista de Paulo e decide terminar naquele momento o que ele chamou de “aventura política”, cumprindo as ordens dirigidas ao seu governo e dispersando os resistentes.

Desespero e decepção diante da impotência de não ter outra saída perante os fatos, e pela surpresa do golpe, demonstram que novos meios de dramaturgia política podem ser poderosos

quando veiculados através dos jornais e da mídia². Vieira ordena que a jornalista Sara tome nota do que ele irá ditar como resposta ao que lhe foi imposto, supostamente para ser publicado no jornal pertencente ao governador, o *Aurora Livre: um jornal independente e noticioso*. Surge-nos, de imediato, um questionamento: seria ironia do diretor atribuir este título ao periódico? Tendo em vista tratar-se de um jornal que, a princípio, e como sugere seu nome, está imune a interesses políticos, como pode, em contrapartida, servir de canal disseminador de notícias tendenciosas e favoráveis à imagem de Vieira? O próprio filme responde isso: com um texto excessivamente enérgico e dramático, o governador de Alecrim descreve a situação em que se encontra naquele momento³, optando por não resistir ao golpe; rapidamente, um repórter aciona um gravador e direciona um microfone para captar a fala do político e supostamente publicá-la no *Aurora Livre*.

Paulo, após ouvir a decisão tomada por Vieira, deixa o palácio do governo com Sara e, no momento em que estão conversando no carro do jornalista, diz que “não se muda a história com lágrimas” e que, para que isso ocorresse, far-se-ia necessário que o sangue das massas jorrasse nas praças, “na luta mesmo na certeza da morte” para que se atinja a vitória dos ideais democráticos, mesmo que isso significasse o sacrifício da própria vida. Ainda no carro, inconformado com a decisão do político,

² As mídias representadas no filme são a escrita e a televisiva.

³ Nas palavras de Vieira: “A contradição das forças que regem a nossa vida nos lançou nesse impasse político, tão comum àqueles que participam ativamente das grandes decisões [pausa] interessado no desenvolvimento econômico e social. Assim sendo, consumado o nosso destino à frente das grandes decisões nacionais [pausa] passamos o nosso governo ao supremo poder federal. Certos de que resistir será talvez provocar uma guerra fratricida entre inocentes [pausa]. Entrego o meu caminho a Deus e espero que Deus, mais uma vez, abençoe Eldorado com sua graça divina, lançando nos corações humanos o amor que tudo une”.

Paulo expõe toda sua decepção e dispara palavras de rancor: para ele, Vieira não poderia sequer ser considerado um “líder”, devido a sua postura avessa à resistência diante do impasse no qual ‘Eldorado’ se encontrava. Com isso, percebe-se que “Glauber debocha do populismo e do pacifismo na boca de Vieira”⁴, ao expor a fragilidade do político quando posto em um momento de decisão extrema.

Ao passo que continuava a conversa com Sara, o jornalista insistia: “precisamos resistir, resistir”. Neste mesmo momento, eles avistam uma operação policial e, ao não acatarem a ordem de parada na estrada, ultrapassando o bloqueio, são recebidos a tiros por dois policiais que os perseguiram em suas respectivas motos: Paulo é atingido. É a partir deste momento que o filme passa a expor as tramas que levaram ao desfecho do golpe de Estado, através das lembranças de Paulo enquanto morre lentamente.

Mas como isso seria possível?

Não é por acaso que Glauber Rocha pensa o início do filme desta maneira, haja vista que escolhe o momento da morte de Paulo como ponto chave para o desenvolvimento da trama. As situações vivenciadas por este no passado, oscilantes entre a poesia e a política, marcarão o filme através da sua trajetória junto a Diaz e Vieira, culminando em um teatro do poder simbolizado desde as suas primeiras alianças políticas até às suas traições.

Uma espécie de *flashback* acontece quando sua voz ecoa na forma de um narrador onisciente, anunciando onde ele estava há dois, três ou quatro anos, nos braços de Dom Porfírio Diaz, seu “Deus da Juventude”. Suas palavras expressam a reflexão a respeito de sua própria morte e das suas decisões políticas que o levaram a crer em algo: “não é mais possível esta festa de medalhas, este feliz aparato de glórias, esta esperança dourada nos planaltos... Não é mais possível esta marcha de bandeiras com

⁴ BENTES, 1997, p. 32.

guerra e Cristo na mesma posição... Ah, assim não é possível. A ingenuidade da fé, a impotência da fé...”. Paulo lentamente se entrega à morte e descobre o quão “ingênuo” e “impotente” foi sua esperança naqueles a quem se aliou politicamente.

Após a desilusão, revelada através das traições sucessivas, seja com Vieira ou com Diaz, ele vislumbra sua trajetória política repleta de enganos e desenganos ao apoiá-los. Ele rememora um mote de experiências que nem sempre foram belas, mas que tiveram o seu quê de espetáculo, tanto nas campanhas eleitorais de ambos os atores políticos quanto nas formas distintas em que ambos se comportavam diante dos vários momentos de posses, de aparições em público, ou seja, nas cerimônias peculiares e inerentes ao fazer político. “O poeta Paulo Martins, neste momento, penetra no âmago da recordação, trazendo através de imagens encobertas e disfarçadas, realização de um desejo oculto, uma reflexão sobre as origens de uma sociedade nacional”⁵.

3. Porfírio Diaz: simbolicamente rei e mártir?

Diaz, em sua primeira aparição, vale-se de elementos ritualísticos e simbólicos: anda nas areias do litoral, aparentando ter sido trazido pelos movimentos constantes das ondas do mar. Ele caminha empunhando uma bandeira negra e um crucifixo, ao lado de uma “autoridade” eclesiástica, de uma “autoridade portuguesa” [o conquistador português?], representada por Clovis Bornay (personalidade famosa do carnaval carioca, conhecida por suas fantasias de luxo dos desfiles do Municipal, que, naquele mesmo ano, em 1967, foi vencedora com a fantasia em homenagem a Estácio de Sá), paramentada em fantasia diretamente relacionada a uma personagem simbólica do imaginário da festa pagã que é o

⁵ GERBER, 1982, p. 102.

carnaval, sendo esperado pela “autoridade” da terra, ou seja, o elemento indígena, o qual se encontra ao lado de uma enorme cruz de madeira para recepcionar a todos. Quando Diaz finca a bandeira na areia, os braços do religioso são erguidos em direção aos céus e, a seguir, o político sorve toda a bebida, até a última gota, contida em um formoso cálice de prata.

Diaz é então ungido com todas as insígnias religiosas e projeta seus olhares para a imensidão dos céus. Esta sequência é uma alegoria da descoberta do Brasil, na imagem da primeira missa celebrada, e, por extensão, também intertextualmente, uma singela e bela homenagem a Humberto Mauro, pois realiza uma menção ao filme *Descobrimto do Brasil*, de 1937. Nesta cena, ocorre a instauração do tempo do rito, tempo da recuperação do passado, o tempo em que o religioso se confunde com o profano. É na dimensão da memória, da recordação, num tempo mítico que Diaz se encontra com nossas origens⁶; ou seja, nossas históricas tradições representadas em personagens alegóricas: um padre, um conquistador português, um indígena, Diaz e o quinto elemento humano da cena visto ao largo das quatro personagens principais, posicionado à esquerda de quem vê. Quem seria? O povo? O negro que ainda não tinha chegado? Quem? A música tribal, ao fundo, sinaliza para a possibilidade de ser esta uma representação da cultura africana.

O que se busca, portanto, é a compreensão do comportamento dos atores sociais responsáveis pelas ações políticas e sua representação imaginária, em particular, no tocante à fabricação dos chamados “símbolos do poder” e dos meios aos quais se recorre para que tais ações ou símbolos sejam aceitos favoravelmente, sem contestação. “O poder só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização cerimonial”⁷. Tendo

⁶ GERBER, 1982, p. 104.

⁷ BALANDIER, 1982, p. 07.

isto em vista, pode-se dizer que “os símbolos que um filme carrega são constituídos por sínteses e podem possuir várias formas, relacionam-se profundamente com aspectos da história e podem conter a interpretação ou a crítica da história”⁸. Diaz participa ativamente da encenação da chegada à praia, haja vista que este palco foi montado para que ocorresse toda a teatralização descrita acima, cena que seria disseminada pela televisão em um programa político, anunciando a sua candidatura ao senado.

A segunda parte da encenação termina em um palácio. Diaz não tem contato direto com o povo: ele discursa em palácios suntuosos ausentes de expectadores. A sua subida triunfante nas escadarias palacianas o levará ao lugar pomposo. É necessário subir as escadas para se chegar ao alto, para ficar acima e no centro da ação no momento em que o discurso será orquestrado. A única voz é a sua, espalhando-se através do salão palaciano. “Diaz pronuncia, para a câmara, a sua declaração de princípios”⁹.

Suas palavras, no momento do discurso, são caracterizadas por uma encenação magnificente – no entanto, sem qualquer plateia – mas que têm o objetivo de atingir um público-alvo através das imagens que disseminam discursos e expressões ao longo de sua representação teatral. Por meio dessas imagens, que remetem ao engrandecimento de sua figura, nota-se a intenção do político de atingir as massas, os eleitores: recepcionada através dos meios de comunicação, especialmente através da indústria televisiva, a imagem projetada de Diaz representa a enérgica postura daquele que porta o crucifixo e a bandeira como símbolos de sua trajetória política, regida sob a luz de uma vida dedicada, como ele mesmo expõe, ao “sacerdócio da vida pública”.

Antes mesmo de ter sido eleito senador, Diaz acumulou um histórico de traições sucessivas, em sua trajetória política de 37 anos, obtendo lucros e ascendendo a cargos importantes. Não

⁸ GERBER, 1982, p. 91.

⁹ XAVIER, 1993, p. 42.

obstante ser seu discurso declamado em tons fortes e sonoros, em um mote de aparências que negam suas ações passadas, que ocultam suas traições, e que assemelham a sua pessoa à imagem de um mártir, igualada ao nazareno. O Cristo pregado na Cruz é tomado como um objeto simbólico, quase como uma extensão de seus membros, já que Diaz segura um crucifixo junto ao peito, legitimando sua devoção à vida pública e à “grandeza do homem, da natureza, de Deus...”: “Diaz afirma que morrerá sem trair o povo, assim como fez Cristo. Sua vida se volta para o cumprimento de uma missão: preservar Eldorado contra a dominação dos “selvagens” (o povo). Autoritário, poderoso, ele sabe muito bem o que quer para si e para o país. Sua retórica está eivada de preconceitos de raça e de classe”¹⁰.

A teatralização reside, nesse caso, na afirmação de verdades distorcidas. E a técnica teatral é assumida pelo ator Paulo Autran (que interpreta Diaz) no momento em que projeta um olhar firme e ergue a face para iniciar seu discurso, no qual as palavras são marcadas por pequenas pausas entre uma frase e outra. Esta técnica oratória, bastante utilizada no teatro, atribui uma caracterização singular de firmeza, de segurança, de imposição de valor público/político e confere a Diaz uma aparente legitimação, além da confirmação de sua força política, garantindo a ele a possibilidade de assegurar aos eleitores, pelo discurso, que seu voto não foi em vão e que, enquanto estiver vivo, ele “não trairá” o povo e não irá “explorá-lo”. Tal técnica, portanto, adequa-se muito bem à prática política, pois permite que palavras de efeito sejam utilizadas pela personagem para convencer seus eleitores: esta é uma situação clássica de teatralização do poder, na qual os microfones são importantes meios de difusão dos discursos e o uso de palavras bradadas e mediadas por pausas, para que o

¹⁰ XAVIER, 1993, p. 54.

público sinalize com aplausos ovacionando e compreendendo o que é dito, seja enfatizado.

A coroação simbólica de Diaz, nas cenas finais do filme, como um político/monarca/soberano e sua devida pompa palaciana em combinação com o manto real, dentre outros elementos que travestem a personagem política, são unidos em um ambiente suntuoso organizado para a cerimônia em que o poder será incorporado à sua figura. A cerimônia mistura figurinos arcaicos e modernos: “Diaz usa um terno do século XX e um manto real do século XVII, segura o cetro do poder; atrás dele, uma figura fantasiada de conquistador ibérico da era das descobertas expressa sua lealdade segurando a coroa acima da sua cabeça”¹¹. Isso reforça a ideia de que a cerimônia de coroação, peculiar aos reis absolutos de um passado relativamente remoto, pode fazer-se presente nas tramas políticas dos nossos dias de forma simbólica. Diaz é modificado com entronização, ou seja, ele é totalmente ‘fabricado’.

Ismail Xavier descreve a cerimônia de coroação, destacando os significados dos elementos representados na cena, as alegorias e suas relações com a História do Brasil:

Essa estranha cerimônia, em seu *kitsch* ostensivo, justapõe os elementos da alta sociedade de Eldorado apresentados ao longo do filme, condensando numa cena a estratégia alegórica de Glauber. Representa o chefe de Estado como um rei portador dos emblemas do poder absoluto (a coroa, o cetro, o manto), cercado pelo grupo bizarro de cortesãos que evoca diferentes épocas da história do país, incluindo a figura idealizada do aborígine (índio com cara de branco, uma típica máscara carnavalesca). Com materiais simples, a cerimônia evoca representações-clichê: seus figurinos parecem saídos de um desfile de escolas de samba, ou de um baile burguês com desfile de fantasias. O jogo de máscaras, os costumes antigos e o imaginário convencional

¹¹ XAVIER, 1993, p. 33.

associado à nobreza caduca, a aparência de artificialidade em todo o aparato, a mistura de estilos, tudo isto faz desta alegoria um pequeno fragmento, deslocado para o cenário fechado (Teatro municipal do Rio), do imaginário que se exhibe no carnaval. A mistura do arcaico e do moderno, a imagem anacrônica da classe dominante de Eldorado imprimem um tom onírico, reforçado pela montagem descontínua e pela voz *over* de Paulo Martins¹².

Tal descrição entra em consenso com aquilo que defende Clifford Geertz: “apesar de os tronos e da pompa real aparentarem estar extintos de uma vez por todas das expressões sociais ou da estrutura cultural, eles adquirem novas representações de acordo com as necessidades internas que lhe dão vida”¹³. O que significa dizer que a necessidade de espetacularização e pompa, aparentemente tão associadas aos monarcas absolutos, permanecem vivas de maneiras distintas em cada sociedade; portanto, não bastaria a Glauber Rocha apresentar a experiência política de uma ou mais sociedades (no caso de *Terra em Transe*, os governos populistas da América Latina), e os modos pelos quais seus sujeitos as vivenciaram, a seu bel prazer: não quer-se dizer, pelo simples fato de estar sendo apresentada uma cerimônia de coroação simbólica ou de transferência de poder, que aquela imagem seja suficiente para que o historiador busque compreender as representações necessárias para que se entenda como as sociedades encontr(av)am-se politicamente organizadas. Para tanto, faz-se necessário recorrer a outras fontes e a outros lugares de interlocução (críticas, resenhas, publicações diversas sobre o objeto, etc.) para que a análise transpareça maior densidade e maior fôlego.

Por isso mesmo, não se deve analisar essa cena do filme como sendo apenas uma reflexão de natureza estética por parte do

¹² XAVIER, 1993, pp. 33-34.

¹³ GEERTZ, 1998, p. 214.

diretor, posto que o seu sentido vai além disto. Ela remete ao momento em que uma autoridade política é investida de poder, o momento simbólico da coroação que é encerrado com um discurso¹⁴. “Diaz compõe a figura do possesso: os olhos escancarados, a boca aberta, a mandíbula tensa, a cabeça a tremer em cima do pescoço, a energia concentrada que não se explode na risada, mas se conserva como sinal do apetite. É chegada a hora de engolir seus inimigos”¹⁵. Os gestos e o corpo assumem formas que refletem sua reação a uma situação vivenciada diante do impasse político que se encontrava Eldorado, pois, ao passo que encerrava suas palavras de ordem, surge uma luz que ilumina seu rosto como uma espécie de auréola sobrenatural: “essa noção de realeza presente nesta cena conserva expressas as condições políticas do país Eldorado, o qual possui bases rituais e simbólicas como elementos fundamentais que visam impressionar ou seduzir, chamar à obediência”¹⁶, utilizadas como armas primeiras do poder por parte de D. Porfírio Diaz. Portanto, “os instrumentos simbólicos do poder, gestos aparentemente sem significado, adquirem grande importância e podem transformar-se em fatores decisivos no plano das tramas políticas”¹⁷.

4. Vieira e sua Trajetória Política

Outra personagem política que merece destaque é Felipe Vieira: este participa ativamente de manifestações coletivas que são

¹⁴ Enfático e tomado pelo desejo de poder, Diaz discursa: “Aprenderão! Aprenderão! Dominarei esta terra, colocarei estas históricas tradições em ordem. Pela força, pelo amor da força! Pela harmonia universal dos infernos... chegaremos a uma civilização!”.

¹⁵ XAVIER, 1993, p. 35.

¹⁶ Ibidem, p. 36.

¹⁷ HAROCHE, 1998, p. 74.

caracterizadas pela teatralização em sua expressão mais aparente, esta oriunda de posturas assumidas por ele durante sua campanha eleitoral e durante a vigência de seu cargo, assumido logo após tal campanha. A personagem de Vieira representa o líder populista de origem rural, o coronel com verniz urbano que se “alia ao progresso”. Político experiente, ele tem contra si a consistência doutrinária: segundo Ismail Xavier, dentro do espectro político de Eldorado, Vieira é a figura da conciliação que canaliza o potencial de revolta do oprimido para as ilusões de melhoria social ainda que as regras vigentes de poder centralizador sejam mantidas.

“Para Governador Vote em Felipe Vieira”: o ato de caminhar pelas ruas em contato direto com o povo, demonstrando atenção aos interesses das massas, aparentando preocupação com suas mazelas, está expresso no filme através de ações como a de Vieira ao concorrer ao cargo de governador da província de Alecrim e ao divulgar sua campanha; ou seja, tais ações concretizam-se nas atividades políticas dos “legítimos representantes do povo” e na sua pretensão de alcançar, através da arte da persuasão, algum cargo administrativo. Em passos firmes no solo que pisa, Vieira caminha junto com o povo, em um cortejo, em direção à praça pública, envolvendo-o. As massas, por sua vez, recebem a falácia daquele e participam ativamente de uma festa dedicada à figura de seu candidato e aos que lhe apoiam.

Tendo isso em vista, pode-se dizer que a representação política tem em si elementos que podem ser comparados à representação teatral. “Ambas as representações se exercem em palcos escolhidos para as encenações, utilizando-se de atores conhecidos e reconhecidos. Há regras de atuação, há enredo e, principalmente, há ficções”¹⁸. A cena em que Vieira se direciona para uma idosa, dizendo: “fale minha velha, pode falar, não tenha medo não. É uma gente boa, uma eminência. [...] Tudo pela

¹⁸ CARVALHO, 1998, p. 166.

senhora, nem se preocupe. Tudo no fim dá certo. Vá tranquila”. É obvio que isso é uma resposta a um pedido da mesma e uma tentativa, bem sucedida, de conquistar sua confiança, obtendo a aprovação e o voto popular.

O candidato se utiliza de pronomes de tratamento ao direcionar a palavra àquela senhora de modo inusitado, ordenando que seu assessor anote todas as solicitações feitas por ela; desta maneira, estaria ele “tirando o corpo fora” diante da situação. Ao direcioná-la para que fale com outra pessoa encarregada para tal tarefa, o candidato, de forma sutil, evita negar-lhe o pedido diretamente, efetivando a técnica do *fazer de conta*. Procura, portanto, demonstrar que todas as reivindicações serão lidas e atendidas como havia sido prometido. A “eminência”, citada no parágrafo anterior, poderia nem saber ler ou escrever ou ser uma pessoa que ficou frente a frente com ele pela primeira vez. Mas, mesmo assim, Vieira procede de forma estratégica e tenta confortá-la, deixando claro que com ele se poderia contar para tudo o que no futuro viesse, ao menos enquanto durasse o mandato que almejava conseguir.

Pode-se observar o palco em que acontecem essas manifestações coletivas, presentes nos jogos parlamentares de pretensão ao poder, ou seja, faz-se necessário atentar para os lugares onde as práticas políticas são adotadas: ora em comunidades pobres e isoladas, ora em palanques ou em espaços públicos de grande concentração de pessoas. Em ambos os casos, a intenção está voltada para a divulgação do nome da figura pública e o grande alcance de seu prestígio: por entre a maioria da população de poucos recursos financeiros e de baixa escolaridade que, encantados com a proximidade daquele homem tão importante, depositam sua esperança em dias melhores em um único destino: a eleição do “governador do povo”.

Nesse sentido, o recurso ao imaginário é utilizado no momento em que as promessas surgem, através da convocação de

um futuro em que o inevitável se transformará em vantagens para seus eleitores. Essas “luzes” do presente que iluminam o futuro são peculiares ao momento das campanhas eleitorais para criar o efeito de agremiar votos. “Cada eleição parece uma nova partida a ser jogada. É o candidato quem carrega o estigma de representante do povo, caso seja eleito”¹⁹.

A trajetória política do candidato Vieira é por ele mesmo descrita como um caminho bastante áspero e difícil para quem vem de “baixo”: tendo sido eleito um simples vereador no passado, ele afirma que, durante esse tempo na estrada da política, teve de enfrentar a corrupção e os “políticos de mau caráter” em prol das causas nobres do povo. É notório o quê de dramatização do qual ele se vale para justificar a sua pretensão em disputar um cargo mais elevado e mais representativo como o de governador.

Andando em contato com o povo, tendo que manter um sorriso estampado na face, batendo nas costas de pessoas alheias, apertando suas mãos, escutando as reivindicações, abraçando desconhecidos, fazendo promessas, segurando bebês no colo e beijando crianças: é o que se deve fazer nos momentos que antecedem à ascensão a um cargo público que diz respeito à atividade parlamentar. A imagem que Vieira representaria, neste caso, por proceder dessa forma, seria a daquele homem “bom” que se misturou com o povo, formando uma espécie de unidade, devido ao fato de estarem todos no palco onde o teatro político acontecia lado a lado nas ruas? Seria o poder de suas palavras, quando promete encontrar o meio de trazer melhores condições de vida para o povo, um meio eficiente de convencimento? Os aplausos constantes que ecoam durante a sua caminhada demonstram que a plateia participa desse teatro e protagoniza efetivamente a encenação. De fato, é o “povo” quem recebe com aprovação os braços abertos do candidato a governador.

¹⁹ BALANDIER, 1982, p. 08.

Antes de ser eleito, o candidato promete quase tudo – por isso as solicitações eram anotadas, como forma de evitar o esquecimento – e abre, naquele momento, espaço para que as pessoas comuns lhe direcionem a palavra, cabendo a si mesmo o dever de cumprir todas as promessas, até que aquelas possam alcançar os resultados desejados através das reivindicações antigas que viriam a se concretizar no futuro. No entanto, pouco do que foi prometido acontece posteriormente, quando Vieira é finalmente eleito. Antes de ascender ao cargo prometera pão, escola e um governo pacífico, melhores dias para os pobres e vida nova para todos. Como responderia o governador eleito às promessas de candidato?

A resposta é imediata: seus braços, que antes foram abertos para o povo, agora deram espaço a um cordão de isolamento de pobres enfurecidos. Este é o primeiro momento de tensão popular vivenciado pelo governador eleito que se agrava quando um líder camponês reivindica seus direitos diante do político: a repressão policial é a medida tomada para controlar a desordem, ou seja, o uso da força fez-se necessário para conter os ânimos exaltados. Felício, o líder camponês em questão, é morto em uma emboscada feita por um amigo que financiou a campanha de Felipe Vieira. O crime fica impune, pois o assassino trabalhava para o governo e Vieira, com a sua suposta força moral, passa a considerar o acontecido como sendo uma manobra política habilidosa, típica de governantes bem sucedidos.

Outra cena marcante, na qual o ritual coletivo expressa, com clareza, a relação de carnavalização e inversão no universo da política, é intitulada de *Encontro de um Líder com o Povo*. Pessoas com cartazes em mãos, bateria de escola de samba a postos, executando a melodia frenética carnavalesca para saudar a personagem política que aparecerá diante do público: este é o pano de fundo da manifestação que ocorre em praça pública. Os aliados políticos, o padre e o povo dividem o mesmo espaço com Vieira. Assim, faz-

se interessante notar que ele, ao adentrar em meio à desordem, não consegue proceder com sequer uma palavra ou diálogo durante o corpo a corpo com os mesmos, devido ao ruído ensurdecedor que soa no espaço cênico. Nesta cena, deparamo-nos com o

desfile de figuras que vão compondo um festivo *tableau vivant* de agentes históricos: uma figura senatorial comporta-se como um político de província, jovens esquerdistas agitam a massa, homens de imprensa registram o acontecimento, seguranças cercam o governador, um grupo de sambistas faz as suas evoluções como numa quadra de escolas, mulheres compõem o povo que legitima o evento político²⁰.

“A praça pública é o espaço das provocações, dos dramas construídos sobre a ruptura dos códigos, das normas, das conveniências, e sobre a agressão, simbólica ou efetiva”²¹. É quando a teatralização alcança um nível excelso e é quando há uma “exploração espetacular de uma subversão radical em que tudo serve para exprimi-la: o corpo, os efeitos, as vestes, as condutas e os símbolos incongruentes ou chocantes”²². Esse é um lugar que atua como cenário de carnavalização. Através da relação entre o mergulho em uma desordem que pode ser tolerada naturalmente e que também pode ter, como participante ativo, um padre. É o que acontece nesse momento da trama:

É desenvolvida uma representação alegórica do populismo brasileiro como carnaval, como uma justaposição grotesca de figuras incongruentes, dentro de um baile de máscaras que encena uma unidade de forças e interesses de fato incompatíveis. A festa exuberante mostra aqui a sua função ritual de coesão que mascara uma ausência de proposta

²⁰ XAVIER, 1993, p. 47.

²¹ BALANDIER, 1982, p. 73.

²² Idem.

Capítulo XII - Tramas Fílmicas

substantial da parte de quem manipula e está no centro do jogo, Vieira²³.

Para Raquel Gerber, Glauber Rocha realizou uma análise precisa do populismo, “pois *terra em transe* relaciona este tipo de movimento social com o caráter de dependência da massa brasileira a líderes de tipo paternalista”²⁴.

Um ambiente carnavalizado é considerado “extrarreligioso”, ou seja, é um lugar onde supostamente um padre não deveria estar. Porém, o sacerdote apoia o governo e não renuncia à sua presença. Desse modo, encontra-se inserido nessa frenética festa, inclusive discursando em alto e firme tom de voz acerca da importância da Igreja e conseqüentemente da fé cristã para os países Atlânticos. O religioso esboça sorrisos quase que constantes ao andar em lentos passos lado a lado com a multidão que se espalha na praça pública. Logo, rompe com a liturgia do cargo comum aos que decidem seguir o sacerdócio.

A proximidade entre o padre e Vieira revela que a religiosidade pode ser algo a se pensar quando se decide direcionar estratégias políticas a determinado público, isto é, através da relação entre política e religião faz-se possível alcançar os meios necessários para que seja transmitida a imagem de uma personagem política, supostamente considerada religiosa apenas pelo fato de andar ao lado de um membro do clero. Com o objetivo de causar efeitos no imaginário mítico do povo, a relação de Vieira com o sacerdócio tem essa função de mostrar ao povo que a pessoa que o representa, além de político, é um homem religioso e curvado a Deus.

No mesmo *encontro com o povo*, a própria significação do que seria “povo” é colocada em debate quando um representante de um sindicato (Felício) toma a palavra para falar ao governador,

²³ XAVIER, 1993, pp. 47-48.

²⁴ GERBER, 1982, p. 121.

afirmando estar na luta de classes. Glauber Rocha, em entrevista intitulada “*A Comunicação do Inconsciente e o Processo da Consciência*”, permite que a cena e a personagem de Felício sejam analisadas:

O operário é um fantoche do sindicalismo. O que acontece é o seguinte: o operário vê aquele personagem de *terra em transe*, na hora que ele começa a falar, dizendo tanta estupidez que o cara (Paulo) fecha a boca dele por ele estar na luta de classes mas espera que o presidente decida, que é a situação do janguismo, tapa na boca do cara porque, é assim que o troço vai, não pode ser. Porque não se pode idealizar o operariado, tem que ver que o operariado é ignorante, subdesenvolvido e que são justamente os intelectuais da classe média, segundo o que a história explica das revoluções²⁵.

No entanto, quando não se é falada a linguagem do governo, logo se perde o direito à palavra. Nesta cena, Glauber Rocha também deixou claro que em política a irracionalidade de quem participa dela deve ser abolida, então esperar a decisão do presidente era uma atitude incompatível com os interesses de Vieira; portanto, Felício é calado imediatamente e, para isso, fez-se uso da força.

Então, surge outra pessoa, um homem comum (interpretado por Flávio Migliaccio), afirmando ser o próprio “povo” devido ao fato de ter sete filhos e não ter sequer onde morar. Essa é a “gota d’água” para o governo, haja vista que o homem passa a ser bombardeado por palavras as quais lhe classificam como um “extremista” quando, conseqüentemente, é contido pela força. Morto em plena praça pública, aos olhos de todos que estavam na manifestação coletiva e diferentemente do primeiro assassinato (o de Felício), que foi praticado numa emboscada à noite, o martírio deste homem faz o governo ser

²⁵ GERBER, 1982, pp. 182-183.

acusado de “irresponsabilidade política”, especialmente por jornalistas que cobriram o ocorrido.

Dessa maneira, o poder se nutriu com seus próprios excessos: corda no pescoço, revólver na boca, cruz nos ombros, extrema união do padre, elementos que se encontravam perante o cadáver: ao passo que o homem é morto, segue-se um discurso de que “nada disso aconteceu”, já que em Eldorado não “existe fome, analfabetismo, miséria e violência” e todas essas acusações não passariam de propagandas “extremistas”. Assim sendo, no filme, a ordem e a desordem da sociedade são como o verso e o averso de uma moeda, indissociáveis. Dois aspectos ligados, dos quais um, à vista do senso comum, aparece como a figura invertida do outro. Esta inversão da ordem não é sua derrubada, ao contrário, ela pode ser utilizada para reforçar a própria sociedade. “Ela faz a ordem com a desordem, assim como o sacrifício faz a vida com a morte”²⁶.

O assassino do “povo” encontra-se ao lado de Vieira, agindo naturalmente como se nada tivesse acontecido: não há sentimento de reprovação para com o crime que foi cometido em praça pública e ninguém se interessa em prender seu(s) responsável(is). A única coisa que interessa é achar as soluções para os impasses e para as irregularidades que se desenvolveram no decorrer desse teatro trágico encenado diante de um cadáver. O governador justifica os fatos que aconteceram durante sua trajetória política se utilizando de uma linguagem dramática e de exaltação de sua suposta luta em favor do povo e dos mais necessitados, ao afirmar que recuou várias vezes às ameaças de seus inimigos, “adiando os problemas do presente para pensar no futuro”; no entanto, com o equívoco de tê-los “transferido para o futuro”, gerou-se uma série de tragédias consecutivas que “mancharam” a imagem de Eldorado, que marcaram o governo de

²⁶ BALANDIER, 1982, p. 41.

Vieira, mas que não abalaram sua popularidade, nem o impediram de manter as “bases populares” de seu mandato.

5. Considerações Finais

Esta foi uma análise primeira de um filme complexo, caracterizado por uma densidade metafórica e poética muito singular, que abre um leque imenso de possibilidades para que o historiador possa compreender as matrizes estéticas, a contextualização e a historicidade ou mesmo a recepção da obra. O exercício aqui empreendido, por questões mesmo de limite do espaço concedido ao ensaio, reservou-se ao direito de atentar apenas para a percepção de como duas das principais personagens da película podem ser bastante efetivas e contributivas para sustentar um estudo que se preocupe com as questões de teatralização do poder e as tramas do político no contexto de meados do século XX. Apesar de as orientações do historiador Alcides Freire Ramos²⁷, por exemplo, apontarem para a necessidade de se pesquisar como se deu a recepção da crítica especializada e como o contato da obra com seu público foi efetivado, optamos neste ensaio pela escolha “estrutural”, como o próprio Ramos denomina, e limitamo-nos a apontar para o leitor as possibilidades de análise de sua narrativa e das escolhas alegóricas de seu autor que se direcionam para a espetacularização do poder e para a apreensão de como determinadas categorias históricas como “povo”, “massas” e “eleitores” são retratados na produção. Apesar de estarmos cientes da frutífera necessidade “de transcender a própria obra e passar a compreender o modo como a película atuou sobre os seus receptores e como estes a

²⁷ RAMOS, 2006.

assimilaram/interpretaram”²⁸ e concordarmos com este tipo de exercício, mantivemo-nos ainda assim atentos ao estudo de algumas mensagens pretendidas pelo cineasta Glauber Rocha quanto ao exercício do poder político e seus desdobramentos históricos.

É importante ressaltar, portanto, no tocante à estética do filme, que Glauber Rocha, em carta enviada de Paris e destinada ao amigo Alfredo Guevara, discorre sobre a estrutura de *Terra em Transe*: “a estrutura é livre, cada sequência é um bloco isolado, narrado em estilos os mais diversos possíveis, e cada sequência procura analisar um aspecto deste tema complexo”²⁹. A análise historiográfica escolhida para este ensaio obedece à lógica do bloco proposto por Rocha que, aliás, demonstra ser um caminho metodológico bastante viável para o historiador que lida com pesquisas envolvendo a sétima arte. Na mesma carta, o cineasta exprime: “um filme deve ser visto várias vezes e debatido em profundidade para se saber realmente até que ponto pode contribuir para o esclarecimento de questões inerentes ao homem e à sociedade”, justificando a importância da reavaliação da própria estética audiovisual de sua obra. E continua: “dizer coisas profundas com clareza de linguagem, eis o problema principal do cinema hoje. Expressão, comunicação e significação procuram sua síntese: um cinema que falhe num destes três pontos não cumpre sua missão”.

Terra em Transe faz uso de tais pontos e, cada vez mais, se mantém atual no que diz respeito à compreensão de certas tramas políticas, as quais explicitam realidades muito próximas das falcaturas da política nacional que vocifera(ra)m no âmbito do

²⁸ RAMOS, 2006, p. 05.

²⁹ A correspondência é uma espécie de relatório crítico sobre os filmes apresentados no Festival de Cannes em 1967. Cf. BENTES, 1997, p. 274.

poder e que, por conseguinte, ainda podem ser observadas nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena: pensamento político*. Tradução: Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BENTES, Ivana. *Glauber Rocha - Cartas ao Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. Tradução: Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. São Paulo: Edições Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.
- FERRO, Marc Roger. *Cinema e História*. Tradução: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GEERTZ, Clifford. *Saber Local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Tradução: Vera Mello. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GERBER, Raquel. *O Mito da Civilização Atlântica: Glauber Rocha, cinema, política e a estética do inconsciente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- HAROCHE, Claudine. *Da Palavra ao Gesto*. Tradução: Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- RAMOS, Alcides Freire. “Terra em Transe (1967, Glauber Rocha): estética da recepção e novas perspectivas de interpretação”. In: *Revista Fênix*, Uberlândia, abril/maio/junho/2006, vol. 03, ano 03, nº 02, pp. 01-11.
- XAVIER, Ismail. *Alegorias do Subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FICHA TÉCNICA

Terra em Transe

Título Original: *Terra em Transe*

Gênero: Drama

Duração: 1h 46min

Ano de Lançamento: 1967

País: Brasil

Site Oficial: não possui

Estúdios: Mapa Filmes e Difilm

Distribuidora: Difilm

Direção: Glauber Rocha

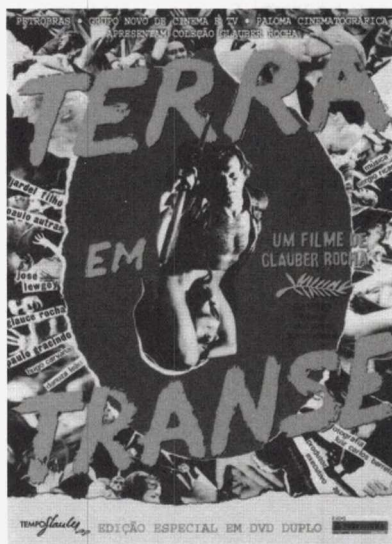
Roteiro: Glauber Rocha

Produção: Zelito Viana, Luiz Carlos Barreto, Carlos Diegues, Raymundo Wanderley, Glauber Rocha

Trilha Sonora: Sérgio Ricardo

Fotografia: Luiz Carlos Barreto

Cor: Preto e Branco



Elenco: Jardel Filho (Paulo Martins); Paulo Autran (Dom Porfírio Diaz); José Lewgoy (Felipe Vieira); Glaucete Rocha (Sara); Paulo Gracindo (Júlio Fuentes); Hugo Carvana (Álvaro); Danuza Leão (Sílvia); Jofre Soares (Padre Gil); Modesto de Sousa (Senador); Mário Lago (Secretário de Segurança); Flávio Migliaccio (Homem do Povo); José Marinho (Jerônimo); Francisco Milani (Aldo); Paulo César Pereio (Estudante); Emanuel Cavalcanti (Felício); Telma Reston (Esposa de Felício); Zózimo Bulbul (Repórter); Antônio Câmera (Índio); Maurício do Valle (Segurança); Ivan de Souza (Atirador); Clóvis Bornay (Conquistador Português); Echio Reis, Rafael de Carvalho, Darlene Glória, Elizabeth Gasper,

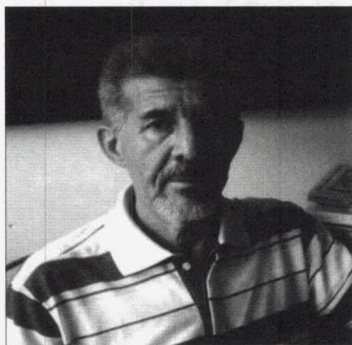
Yuri Soares Alves e Elton John da Silva Farias

Irmalvares, Sônia Clara e Guide Vasconcelos (Participações Coadjuvantes e/ou Especiais).

OS AUTORES

Gervácio Batista Aranha

É professor da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande. Graduado em História pela UFPB (campus II), Mestre em Sociologia pela mesma universidade e Doutor em História Social pela UNICAMP, onde defendeu tese intitulada: *Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e Região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Líder e membro fundador do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Tem se dedicado a pesquisas, nesses últimos anos, sobre as modernidades urbanas no Brasil, referentes aos anos 1850-1930, sendo recorrente, para tal, toda uma aproximação com a Literatura. É professor de *Teoria da História*, na graduação e pós-graduação, disciplina do concurso quando de seu ingresso na vida acadêmica. Trata-se do seu segundo campo de interesse, em relação ao qual tem publicado artigos em revistas especializadas e textos completos em anais de eventos, além de ministrar mini-cursos e participar como debatedor, palestrante ou conferencista em mesas-redondas, etc.



Elton John da Silva Farias



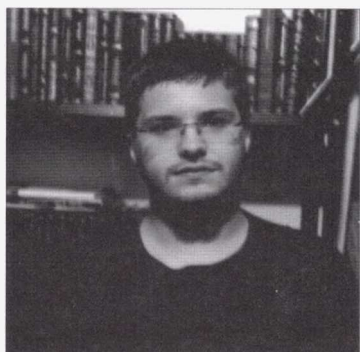
Bacharel em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2008). Licenciado em História pela mesma instituição (2009). Atualmente é Mestre em História também pela UFCG (2011). Quando aluno do mestrado foi Bolsista Reuni de Assistência ao Ensino Superior CAPES na disciplina *Teoria da História*. Membro fundador do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Foi, durante 8 (oito) anos, Professor da Disciplina de História no Pré-Vestibular Solidário (PVS) da UFCG, tendo sido também Coordenador da referida Disciplina entre 2007 e 2010. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Fama; História & Historiografia da Música Popular; História Cultural do Rock; Elton John; Bernie Taupin; Biografia; Escrita de Si; Autobiografia; Anos 1970; Glam/Glitter Rock.

André Luiz Almeida Ouriques

Possui Graduação (Licenciatura) em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2010). Possui Graduação (Bacharelado) em História pela mesma instituição (2010). É Mestre em História também pela Universidade Federal de Campina Grande (2013). É, desde 2009, professor da disciplina de História Geral no Programa Pré-Vestibular Solidário (PVS) da UFCG. Membro do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Atualmente é professor da rede pública estadual de ensino na Paraíba. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural, História do Brasil, História do Nordeste, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Sinestesia, Sensibilidades, Culturas Sensíveis, História do Imaginário, História da Várzea do Paraíba, História e Literatura, Literatura Regionalista, Literatura de José Lins do Rego.



Hugo Paz de Farias Braga



Graduando em História na Universidade Federal de Campina Grande. Membro do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Foi monitor da disciplina de *Teoria da História* pelos períodos letivos de 2012.1 e 2012.2. Também foi Professor da disciplina de História

do Brasil no Programa Pré-Vestibular Solidário (PVS), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), da UFCG, durante os anos de 2011 e 2012.

Gabriel da Costa Ávila



Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais na linha de Ciência e Cultura na História. Atualmente realiza Doutorado no mesmo Programa com apoio de uma bolsa CAPES. É membro do Scientia - Grupo de Teoria e História da Ciência da UFMG. É autor de *Epistemologia em*

conflito: uma contribuição à história das Guerras da Ciência (Belo Horizonte: Fino Traço, 2013). Tem experiência na área de

História, com ênfase em História e Historiografia das Ciências, Teoria da História das Ciências e História da Epistemologia no Século XX.

Francismary Alves da Silva

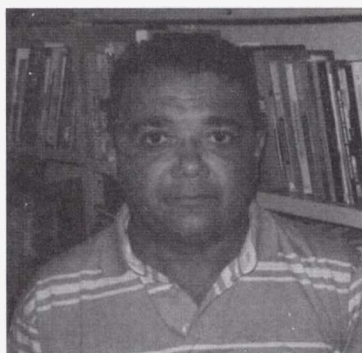
Mestra em História (2010) pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Licenciada em História (2006) pela mesma instituição. Faz doutorado (2011-2014) em História, na linha Ciência e Cultura na História, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas



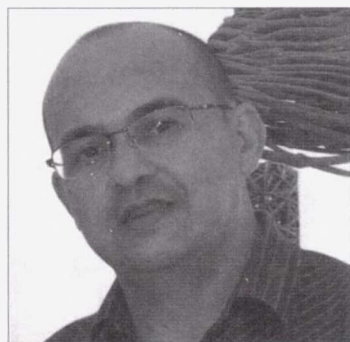
Gerais – FAPEMIG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das ciências, Teoria da História e Historiografia, atuando principalmente nos seguintes temas: História da revolução científica, História Medieval e História Moderna, Epistemologia, Filosofia da ciência, Sociologia da Ciência, Alexandre Koyré, Thomas Kuhn, Steven Shapin.

Josinaldo Gomes da Silva

Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Membro do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Professor de História no Ensino Médio da rede estadual de ensino da Paraíba e no Município de Salgadinho - PB. Pesquisador da temática de Cidade e Modernidade, conta com vários trabalhos publicados em anais de eventos e em livros-coletâneas. Atualmente vem também desenvolvendo pesquisas na linha da nova história política, trabalhando com a temática que aborda a Teatralização política em torno da seca e as ações da gente pobre do campo na Paraíba (1950 - 1958).



Faustino Teatino Cavalcante Neto



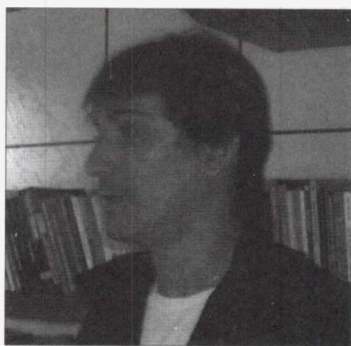
Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor na Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP. Membro do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Tem experiência de ensino e pesquisa no campo da História Política, com ênfase em História da América

Hispanica e Inglesa e História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Culturas Políticas,

Anticomunismo, Populismo, Trabalhismo e Teatralização do Poder, orientando trabalhos e publicando artigos/capítulos de livros nesse sentido.

José Luciano de Queiroz Aires

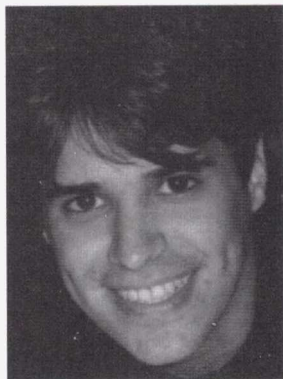
Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto I Unidade Acadêmica de História e Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Presidente da ANPUH – PB (2012-2014). Membro do Grupo de Estudos Teoria e



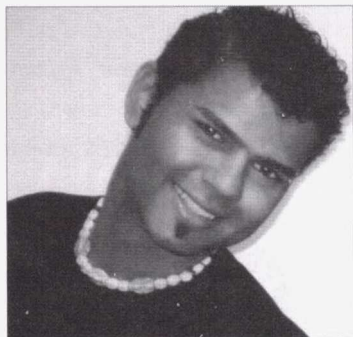
História da Historiografia da UFCG. Coautor e organizador do livro *Cultura da Mídia, História Cultural e Educação do Campo* (2011). Também é coautor de *Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20* (2010) e *Pesquisa em História: temas e abordagens* (2009). Desenvolve pesquisas nas áreas de história política, ensino de história, linguagens e história local.

Flávio André Alves Britto

Bacharel em História pela Universidade Federal de Campina Grande onde foi bolsista PIBIC, atuando em temas como história e saúde pública, história e literatura e teoria da história. Membro do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Graduando em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, onde desenvolve pesquisas relacionadas à hermenêutica jurídica, à jurisdição constitucional e aos direitos fundamentais. Editor da Revista Científica e Cultural *A Barriguda*.



Adjefferson Vieira Alves da Silva



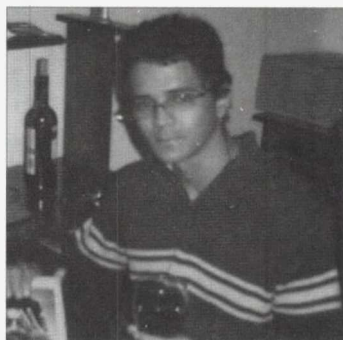
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Possui Licenciatura em História pela mesma Universidade e atua como Professor do ensino básico da rede estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Atualmente tem

desenvolvido pesquisas sobre a construção de identidades homoafetivas no ciberespaço em paralelo às identidades heteronormativas da vida off-line do contexto brasileiro, tomando como fonte primária de pesquisa histórica a Rede Social Orkut,

pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Uma segunda temática que tem tomado sua atenção, atrelada de forma direta à primeira, tem sido o desenvolvimento de um referencial teórico-metodológico capaz de contribuir com pesquisas historiográficas que tomem como base de suas pesquisas as fontes digitais, exclusivas. Produz, também, trabalhos na área de historiografia antiga, em especial sobre a obra *Histórias* de Heródoto.

Yury Soares Alves

Graduando do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). Membro do Grupo de Estudos Teoria e História da Historiografia da UFCG. Atualmente está desenvolvendo uma pesquisa que consiste na análise da obra de Glauber Rocha,



especialmente o filme *Terra em Transe*, enquanto suporte para as representações da política nacional que ocupa o centro de preocupação do pesquisador em História. Discute-se a teatralização do poder enquanto uma dimensão para se pensar a história política nacional, considerando a conjuntura em que a película vai ser produzida e a busca por elementos que possam dar-lhe sentidos.